

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 44-45 – 1.º e 2.º semestres de 2013 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 44-45 – 1.º e 2.º semestres de 2013 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Horácio França Rolim de Freitas
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airosa Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

HOMENAGEM A SÍLVIO ELIA



Centenário de Nascimento
(1913-2013)

SUMÁRIO

Apresentação	11
Artigos	
Publicações de Silvio Elia.....	13
HILMA RANAURO	
A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização	39
PIERRE SWIGGERS	
A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a <i>Arte de grammatica portugueza</i> (1816) de Inácio Felizardo Fortes	61
ROLF KEMMLER	
A marca da (inter)subjetividade na sentença complexa subjetiva	83
NILZA BARROZO DIAS	
Vocativos e o traço “basicamente orientador da interação” na gramática textual-interativa	107
EDUARDO PENHAVEL	
ALESSANDRA REGINA GUERRA	
A emergência de <i>informação</i> no português médio (1344-1483).....	131
MARCOS GONZALEZ	
Considerações a respeito da colocação pronominal nas gramáticas pós-NGB.....	151
THAÍS DE ARAUJO DA COSTA	
Toponomástica e antroponomástica: paradigmas e métodos	165
MÁRCIA SIPAVICIUS SEIDE	

Contribuições dos pressupostos gerativistas para a educação em língua materna	185
JUNIA LORENNA DA SILVA	
Estudo histórico do verbo <i>ser</i> conjugado no modo imperativo no português arcaico.....	211
GISELA SEQUINI FAVARO	
Mapas do Rio Guaporé: uma análise filológica em documentos cartográficos do século XVIII da Capitania de Mato Grosso.....	221
CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA	
ELIAS ALVES DE ANDRADE	
GEORGE GLEYK MAX DE OLIVEIRA	
Políticas linguísticas: o estado, a escrita e a memória.....	239
FRANCIELI CAROLINA SANTOS DURIGON	
ANA MARIA DI RENZO	
Verbos aportuguesados de anglicismos: indícios de variação e mudança linguística	251
FLAVIO BIASUTTI VALADARES	
A pontuação num <i>corpus</i> jornalístico português e brasileiro: o caso do discurso citado	267
CRISTINA MARIA DE SOUSA NUNES	
A Monotongação do ditongo [ej] no Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Uma Abordagem Variacionista	289
ALUIZA ALVES DE ARAÚJO	
Glossário de colocações da língua geral e especializadas baseado em <i>corpus</i> : uma contribuição para o ensino de le e tradução	309
ADRIANE ORENHA-OTTAIANO	

Resenhas

MARTINS, André Ricardo Nunes. *A polémica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. 333

VALDECY DE OLIVEIRA PONTES

ALEXANDRA MARIA DE CASTRO E SANTOS ARAÚJO

SCHAFER, A.J. *Prosodic parsing: the role of prosody in sentence comprehension*. Amherst: University of Massachusetts, 1997. 339

FRANCISCA MARIA CARVALHO

Colaboradores deste número..... 343

APRESENTAÇÃO

Este número duplo de *Confluência* presta homenagem a Sílvio Edmundo Elia, um dos mais expressivos nomes da Linguística e da Filologia brasileiras do século XX, em razão de seu centenário de nascimento. Por sinal, por ocasião de seu falecimento em 1998, as páginas de *Confluência* (número duplo 17-18, publicado em 1999) já foram dedicadas integralmente ao grande mestre de tantas lições inesquecíveis, mediante reprodução de vários estudos avulsos que se mantinham inacessíveis ao grande público. Lá também constam, além de uma referência de gratidão prestada por Antônio Gomes da Costa, então Presidente do Liceu Literário Português, uma palavra emotiva de sua filha Maria Cristina da Fonseca Elia, um estudo de sua obra, oferecido por Evanildo Bechara, e uma resenha biobibliográfica preparada por Hilma Ranauro¹. Sugerimos, pois, ao leitor interessado na expressiva obra de Sílvio Elia que leia os textos publicados no número 17-18 de *Confluência*, sobretudo em razão das várias faces pouco conhecidas de nosso linguista que se expõem nos estudos ali presentes.

A homenagem que ora fazemos segue outra diretriz. Preferimos trazer a público mais uma gama de estudos sobre língua portuguesa e teoria linguística, produzidos tanto por linguistas de escol quanto por jovens e promissores estudiosos, numa reverência à memória de Sílvio Elia que ratifica sua presença perene entre nós, não necessariamente pela citação expressa de seu nome, senão pela significativa pujança que os estudos linguísticos, sua paixão intelectual, continuam a demonstrar neste limiar de século. Decerto, ficaria feliz o mestre por verificar que a investigação sobre a linguagem humana, hoje, cresce e aperfeiçoa-se em várias dimensões pela obra dos pesquisadores contemporâneos, experientes e iniciantes, todos discípulos de suas ideias e formulações.

Passemos, pois, à leitura.

Ricardo Cavaliere

¹ Uma bibliografia mais atualizada, também organizada por Hilma Ranauro, é oferecida neste número.

PUBLICAÇÕES DE SILVIO ELIA¹

Hilma Ranauro
Universidade Federal Fluminense
hilmaranauro@gmail.com

A relação apresentada em RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro/ FEUC, 1997, é aqui atualizada e em muito ampliada.

LIVROS:

O problema da língua brasileira. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, coleção “Temas Atuais”, Prefácio de Nelson Romero, 1940. Com esta obra veio a receber o prêmio João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, em 1941, na Categoria “Ensaio e Erudição”.

50 textos errados e corrigidos, em coautoria com Hamilton Elia. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1940. Edição financiada pelos autores. Esta obra, em 1979, ano do falecimento de Hamilton Elia, já com o título de *100 Textos Errados e Corrigidos - como escrever corretamente* (de acordo com a Nomenclatura Gramatical), encontrava-se em sua 26.^a edição, por J. Ozon Editor.

Método de latim, em coautoria com João Pedro de Oliveira e Orlando Carneiro. Rio de Janeiro: Ed A Noite, v. 1 para as 1.^a e 2.^a séries ginásiais, 1949.

Compêndio de língua e de literatura: gramática, literatura e antologia,

1 Fragmento do artigo intitulado *Sílvio Elia: retrato e biografia* apresentado pela autora na revista *Confluência*, do Instituto de Língua Portuguesa, n.º 17-18, p.11-34,1999, editada em homenagem a Sílvio Elia.

em coautoria com Jeanete Budin. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, para o 2.º e 3.º ano das Escolas Normais, Instituto de Educação e Colégios, 1951.

Dicionário gramatical, parte geral e referente à língua portuguesa (“uma súpula, em ordem alfabética, de conceitos lingüístico-gramaticais aplicados à língua portuguesa”, como se lê na apresentação da obra, em sua 3.ª edição, em 1962). Porto Alegre: Ed. Globo, 1953.

Compêndio de língua e de literatura. gramática, literatura e antologia, em coautoria com Jeanete Budin. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, v. 1 para o 1.º ano do Curso Colegial e para os candidatos a exame vestibular às Faculdades de Filosofia, 1953. Esta obra, composta de três volumes, foi publicada, até a 3.ª edição, em coautoria com Jeanete Budin, que era responsável pelos 2.º e 3.º volumes, parte referente à Literatura. O 1.º volume, sob a responsabilidade de Sílvio Elia, reportava-se à parte gramatical (fatos da língua).

Orientações da linguística moderna. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1955.

O romantismo em face da filologia. Cadernos do Rio Grande, n.º 1, conferência pronunciada em 16 de abril de 1956, na Faculdade de Filosofia da UFRGS, integrando a série “Estudos sobre o Romantismo”, promovidos pela Diretoria de Letras da Divisão de Cultura, Rio Grande do Sul, Livraria do Globo S/A/ Instituto Estadual de Livro/ Divisão de Cultura, Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 1956.

O ensino do latim (doutrinas e métodos). Rio de Janeiro: Agir, Biblioteca de Cultura Pedagógica, 1957.

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira – exemplos e comentários, em coautoria com Hamilton Elia. 8 ed. e 9 ed. aumentadas. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1962.

Dicionário Gramatical, Rio de Janeiro, Editora Globo, 1962

Ensaio de filologia. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963. Esta obra, aumentada, vem a ser publicada com o título de *Ensaio de Filologia e Linguística*, em 1975.

Língua e literatura. 4 ed. revista e muito aumentada de acordo com a nova ortografia. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Preparação à Linguística Românica, col. Biblioteca Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974.

Ensaio de Filologia e Linguística, Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975.

Augusto Frederico Schmidt. seleta em prosa e verso. Organização, estudos e notas de Sílvio Elia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

A unidade linguística no Brasil: condicionamentos geo-econômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. Prêmio Fundação Cultural do Distrito Federal, em 1981, na categoria “Estudos Brasileiros”.

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira – exemplos e comentários, em coautoria com Hamilton Elia. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1979. Esta obra foi aprovada pelo MEC para uso em todas as escolas.

As poesias de Anchieta em português: estabelecimento do texto e apreciação literária, em coautoria com Leodegário A. de Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Antares/ INL/ Fundação Nacional Pró- Memória, Coleção Antares Universitária, 1983.

Sociolinguística: uma introdução. Rio de Janeiro: Padrão / EDUFF, 1987. Com esta obra veio a receber o Prêmio “Antenor Nascentes” da Associação Brasileira dos Críticos Literários, Rio de Janeiro, 1988.

O Português no mundo. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.

EL português en Brasil. história cultural: estudo em comemoração aos 500 anos do descobrimento da América. Madrid: Ed. Mapfre, Colección Idioma Ibero Americano, 1992.

Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 (edição póstuma).

SEBENTAS E APOSTILAS:

Introdução aos estudos linguísticos, apostila “para uso exclusivo em aulas”, Faculdade de Filosofia de Santos, Departamento de Filosofia, Cadeira de Lingüística, Prof. Cônego N. G. Rodrigues, “fide-cópia da publicada pelos sebenteiros de Lisboa”, Santos, São Paulo, Mimeográfica Marsiglia. 225p. (220p. + Índice) e Apêndice de 52p. (51p. + Índice).

VERBETES:

“Gramática Latina”, in *Enciclopédia Delta Larousse*, vol. VI, Rio de Janeiro, 1964.

“Linguagem” , “Linguística” e outros verbetes, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.12, Lisboa, Ed. *Verbo*,1971.

ARTIGOS E ENSAIOS:

“Mylas” in *Corrière Italiano*,dez./1930 – 1º de seus trabalhos , publicado aos 17 anos.

“Providência Inadiável”, in *Diário de Notícias*, ”Coluna do Centro”, Rio de Janeiro, ,1937.

“Restauração Metafísica”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30/08/1946.

“Educação Democrática”, in *A Manhã*, seção “Questões Atuais”, p.04, Rio de Janeiro, ed. de 10/12/1946.

“O Existencialismo e o Brasil “, in *A Manhã*, Suplemento Panamericano, seção “ Pensamento da América” , Rio de Janeiro , 26/01/1947.

Ou 23/01/1949???

“ Um Modernista “, in *O Globo* , 09/04/1947.

“A Fiscalização das Leis do Ensino “, jornal não identificado, edição de 14/06/1947.

“Existencialismo e Cristianismo” , in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 04/01/1948.

“Gramática e Estilo”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12/01/1948.

“Possível solução da questão ortográfica”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12/05/1948.

“O Método do Ensino do Latim “, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 06/08/1948.

“Horários e Programas “, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 20/08/1948.

“Vossler e o Idealismo Linguístico “, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15/04/1949.

“A Língua Francesa no Após – Guerra “, in *Diário de Notícias*, Suplemento Letras & Artes, p.14, Rio de Janeiro, 12/06/1949.

“Didática e Estilo”, in *A Manhã*, Rio de Janeiro, 07/08/1949..

“Resposta a um gramático”, Rio de Janeiro, in *Diário de Notícias*, Suplemento Letras & Artes, 21/12/1952.

“Unidade Linguística do Território Brasileiro”, in *Anais do Congresso Brasileiro de Línguas Vernáculas*, realizado no Rio de Janeiro no período de 21 a 29 de outubro de 1957, edição comemorativa do centenário de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.

“Serafim da Silva Neto (06/06/1917 - 23/09/1960)”, in *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 05, tomos I e II, 1959 – 1960 , p. 09 –13, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica , 1959.

“A Morte do Lidador” , in *Revista Verbum*, tomo XVII, fascículo 04 , p. 389 – 404 , organização de Leodegário A. de Azevedo Filho , Rio de Janeiro , Universidade Católica , dez/1960.

“Raízes Portuguesas da Alma Brasileira”, in *Revista de Portugal*, vol. XXVI, série “A Língua Portuguesa”, p.319 –332, Lisboa, 1961.

“Palavras do Natal”, *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, seção “Filologia e Mística”, Rio de Janeiro, 22/12/1963.

“Inquéritos Linguísticos”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 23/02/1964.

“Léxico da Semana”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 29/03/1964.

“A Pronúncia Carioca”, in *Diário de Notícias*, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 19/04/1964.

“O Sinal Linguístico (uma questão de nomenclatura)”, in *Miscelânea em homenagem a Clóvis Monteiro*, p.157-169, Rio de Janeiro, Editora do Professor, 1965.

“O Português do Brasil. Aspectos Coloniais”, in *Homenagem. Estudos de Filologia e História Literária Luso-Brasileira e Ibero Americana*, p.185-208, publicados para celebrar o terceiro lustro do Instituto de Estudos Hispânicos, Portugueses e Ibero Americanos da Universidade de Utrecht, Alemanha, (Van Goor Zonen, A Haia), 1966.

“A difusão das línguas européias e a formação das variedades ultramarinas em particular dos Crioulos (Aplicação especial ao português do Brasil)”, in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. III, p.44, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1966.

“A Contribuição Filológica de Serafim de Silva Neto”, in *Estudos Filológicos em homenagem a Serafim da Silva Neto*, organização de Leodegário A de Azevedo Filho, p.231-262, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

“Objeto Indireto”, in *Correio Brasiliense*, Brasília, 16/03/1968.

“Linguística e Semântica”, in *Vozes*, ano 63, no.04, p.333-341, Petrópolis, Vozes, 1968.

“Diacronía e Expressivismo Fónico”, in *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*, Madrid, 1965, pp.1091-1104, Madrid, C.S.I.C., 1969.

“Presença Portuguesa no Simbolismo Brasileiro”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, no.13,p.5-20, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, Pedrulha, Coimbra, Tipografia de Atlântida, J.A.R.L.I.,1971.

“Discurso de posse na Cátedra de Latim”, in *Romanitas*, p.141-158, Rio de Janeiro, Romanitas Livraria Editora Ltda., 1971

“A filosofia da gramática transformacional”, in *Anais do III Congresso Brasileiro de Língua e Literatura*, pp.47-77. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa,1972.

“Os estudos linguísticos na América Latina”, in *Littera*, no.08, p.05-24 , Rio de Janeiro, Ed. Grifo,1972.

“Etimologias de Camões em *Os Lusíadas*”, in *Anais do IV Congresso Brasileiro de Língua e Literatura* , p.83-105 , Rio de Janeiro, Ed. Gernasa , 1972 .

“O Verso Românico. Indagações Históricas”, in *O Estado de São Paulo*, São Paulo,11/02/1973.

“Nosso Contemporâneo Luís de Camões “, in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livros”, Rio de Janeiro, edição de 09/03/1974.

“A Doutrina dos Primeiros Gramáticos Portugueses”, in *Romanitas*, vol.12 e 13, p.90-109, Rio de Janeiro, Romanitas Livraria e Editora Ltda. ,19....?

Obs: Este estudo veio a ser incluído em *Ensaaios de Filologia e Lingüística* com o título de “Cultura e Gramática”.

“Antenor Nascente” (1886-1973), in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, 1972-1973, p.789-792, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, 1976,

“Camões, épico de um povo”, in jornal *Voz de Portugal*, Especial “Camões”, p.25, Rio de Janeiro, 1977.

“A Barba Comprida”, in *A Voz de Portugal*, Especial – Bahia, Rio de Janeiro, 08/06/1979.

“A Filosofia de Camões”, in *Convergência Lusíada*, revista cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, ano IV, nº 7, p.23-30, Rio de Janeiro, Julho de 1979 – dezembro de 1980.

“Para uma Semântica Coseriana”, in *Dacoromania – Jahrbuch für östliche latinität*, vol.5, 1979-1980, Herausgegeben von Paul Miron, Verlag, Karl Alber – Freiburg/ München, 1980.

“Camões nas Escolas”, in *Voz de Portugal*, Suplemento – “Camões”, Rio de Janeiro, edição de 13/06/1980.

“De l’ Ars Grammatica à la Grammatica Especulativa”, in *Logos Semantikos. Studia Linguística in Honorem Eugenio Coseriu*, vol.1, p. 167-176, (Madrid, Gredos), Walter de Gruyter, Berlin - New York, 1981.

“Crepúsculo Matinal”, in *Enfoque - Ciências da Linguagem*, nº 1, pp. 82-87, Rio, FAPERJ/ABF, 1981.

“Anchieta e a Evangelização do Brasil”, in *Revista de Letras*, 4/5 (2/1), p.01-18, Fortaleza, julho/dezembro/1981 - janeiro/junho/1982.

“A Linguagem de Casimiro de Abreu”, in *Revista Studia*, ano XII, nº12, p. 137-150, dezembro, 1982.

“A pronúncia quinhentista do português”, in *Atti XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Napoli, 15-20 Aprile 1974), p.197-219, Napoli, Gaetano Macchioroli – John Benjamin B. V., 1982.

“Por uma cultura luso-brasileira”, in *OMNIA*, Revista da Sociedade Educadora Pedro II, Rio de Janeiro, Sespa, 1982.

Parecer sobre o Currículo Mínimo para os Cursos de Letras encaminhado ao Conselho Federal de Educação para apreciação. In *Jornal do Brasil*, Caderno B, p.02, ed. de 25/05/1983.

“Aspects sociolinguistiques du portugais du Brésil”, in Actes du XVIIème Congrès International de Linguistique et Philologie Romane (Aix en Provence, 30 août – 3 septembre, 1983), vol. p. 62-72, Université de Provence, Jeanne Lafite, 1984.

“Uma poesia dramática de Anchieta (em português)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31, p.413-430, Coimbra, Coimbra Editora Ltda., 1984.

“Camões filósofo”, in *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, edição de 14 a 20 de junho de 1985.

“Mário de Andrade e a Língua Brasileira”, in *Suplemento Literário do Minas Gerais*, p. 06 – 08, Belo Horizonte, edição de 06/12/1986.

“A Ortodoxia do Poeta”, in *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, ed. 13 a 19 de junho de 1986.

“As Cantigas de Pero Veer”, in *Romanica Europaea et Americana*, p.166-174, Festschrift für Harri Meier, 8 Januar, 1980 – Herausgegeben von Hans Dieter Bork, Artur Greive, Dieter Woll – Bouvier Verlag Herbert Grundmann-Bonn, 1986.

“O Brasil e a língua portuguesa”, in *Publicação do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, realizado em Lisboa em 1983, vol. II, p. 203-221, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

“O Português Literário de Angola”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXIII, Homenagem a Paul Teyssier, p. 209-223, Lisboa - Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

“O Horaciano Ricardo Reis”, comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, realizados em São Paulo no período de 26 a 29 de abril de 1987. In *Boletim Bibliográfico – Biblioteca Mário de Andrade*, Vol. 48, nº 1-4, p.41-59, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, jan/dez. de 1987.

“Fernando Pessoa, Poeta da Mensagem”, in *Biblos*, vol. LXIV (1988), Coimbra, Imprensa de Coimbra, Limitada, 1988, p.238-254.

“Mário de Andrade e a língua brasileira” , in *Revista do Brasil: a nossa língua*, ano 5, no. 12, 1990.

“Falares Crioulos Portugueses”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Número Especial dedicado ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa, p. 40-51, Rio de Janeiro, Gravit Gráfica e Editora Ltda./ MEC/ Fundação Nacional Pró – Memória/INL, 1990.

“Em defesa da língua e de uma grafia comum”, in *Jornal de Letras*, seção “Idéias”, p.06 –07, Rio de Janeiro, edição de 05/03/1991.

“O Lirismo Medieval”, in *Estado de São Paulo*, p. 10, São Paulo, 25/05/1991.

“Crítica Textual – resumo”, in *Livro de Resumos* do III Encontro de Ecdótica e Crítica Literária, p. 26, Fortaleza, Universidade Federal da Paraíba, 1991.

“Mário de Andrade, Gramático”, in *O Estado de São Paulo*, p.06, São Paulo, edição de 09/03/1991.

“Antenor Nascentes, o dialectólogo”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 01, p. 21-36, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica e Editora Ltda., 1º semestre de 1991.

“ O Existencialista Bernardo Soares”, in *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio – Memória e Sociedade*, Série Especial, p. 719-740, Lisboa Difel / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação Oriente/ Secretaria de Estudo e Cultura, 1991.

“Pomerode. Um caso de bilinguismo”, in *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*”, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, vol. III Lingüística Pragmática e Sociolingüística, p. 199-208, publicados por Ramón Lorenzo, A Coruña, “Fundación Pedro Barrié de La Maza, Conde de Fenosa”, 1992.

“Um mestre de luso-brasilidade”, in *Jornal de Letras*, p.06-07, Rio de Janeiro, 28/01/1992.

“Jackson Figueiredo e o Modernismo Brasileiro”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXI, p.777-797, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

“Sobre as Novas Gramáticas”, in *Confluência*, Revista do Instituto da Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 3, p. 43-51, Rio de Janeiro, 1º semestre/1992.

“Para uma teoria sintática”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, vol. 4, p. 09-17, 2º semestre 1992.

“O português no mundo”, in *Jornal de Letras*, seção “Perspectivas Lingüísticas”, p.06, Rio de Janeiro, edição de 02/03/1993.

“Mestre Alberto Caeiro ou a Filosofia do Impossível”, in *Estudos Universitários de Língua Portuguesa, em homenagem a Leodegário A. de Azevedo Filho*, p.399-421, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

“Amadeu Amaral”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º.07, p.09-17, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna, 2º semestre de 1994.

“Portugiesisch Brasilianisch - O português do Brasil”, in *Lexicon der Romanistischen Linguistik*. Herausgegeben von. Edité par Gunter Holtus, Michael Metzeltin. Christian Schmitt Band/ vol.VI,2- Galegisch, Portugiesisch (Gallego, Português), p.559-575,Max Niemeyer Verlag. Tübingen-1994.

“Sobre a Crítica Genética II: GRÉSILLON, Almuth (1994)”, *Eléments de Critique Génétique (Lire les manuscrites modernes)*, Paris, PUF, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 10, p.77-91, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 2º semestre de 1994.

“Sobre a Crítica Genética I – Antecedentes”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 09, p.83-97, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 1º semestre de 1995.

“Um século de separação ortográfica”, in *Flores Verbais*, Miscelânea de estudos em homenagem à Profª. Eneida do Rego Monteiro Bomfim, organizada por Jürgen Heye, p.309-312, Rio de Janeiro, Editora 34, associada à Editora Nova Fronteira, 1995.

“Uma cantiga de amor de Pero Veer”, in *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam de Celso Cunha*, organizada por Cilene Cunha e Paulo Pereira, p. 561-572, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

“A face galega do trovador português”, in *Para Segismundo Spina. Língua, Filologia e Literatura*, p.17-28, São Paulo, Iluminuras/FAPESP/EDUSP, 1995.

“Houaiss, de professor a professor”, in *Antônio Houaiss: uma vida*, homenagem de amigos e admiradores, em comemoração aos seus 80 anos, coordenação de Vasco Mariz, p.22-30, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

“ Reforma da Previdência “, in *Jornal do Brasil*, seção “Opinião dos Leitores”, Rio de Janeiro, edição de 08/02/1995.

“As línguas de cultura no limiar do terceiro milénio, in *Jornal de Letras*, seção “Ensaio”, p.38 – 39, Rio de Janeiro, edição de 03/01/1996.

“Porque a Comunidade”, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 12, p.157-164, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 2º semestre de 1996.

“ Os Jesuítas e a Implantação da Língua Portuguesa. no Brasil”, in *Atti Congresso Internazionale Il Portogallo E I Mari, Un Encontro Tra Culture*, (Napoli, 15-17 dicembre/1994), vol. I, Atti A Cura Di Maria Luisa Cusati, p. 601-618, Napoli, Instituto Universitario Orientale, I. U.O. Liguore Editora, 1997.

“Novo Reino que tanto sublimaram”, in *Actas do Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira – Congresso Internacional*”, vol. II, Braga, Portugal, 1999. p. 1343 – 1361.

“A Negatividade em Português”, palestra apresentada na primeira Semana de Estudos de Língua Portuguesa, 24-27 de outubro de 1995, Liceu Literário Português, publicada em *Confluência*, n.º 17, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 17 pp. Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda. 1999.

OBS.: “Hamilton Nogueira”, in *Jornal do Brasil*, seção “Questões Atuais”, Rio de Janeiro – edição não identificada.

NA PONTA DA LÍNGUA:

Foram inúmeras as contribuições de Sílvio Elia para a seção “ Na ponta da língua” do jornal *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, de 1990 a 1998.

1990 – “Sujeito regido de preposição” – 24/maio; ”Na onda do anglicismo” – 21/junho; “A Palavra” (I), (II) e (III) - 05 e 26/ julho, 23/ agosto; “Escrever certo e escrever bem” (I), (II) e (III) - 13/set., 05/out. e 28/dez.; “Renato Mendonça” - 30/nov.; “Escrever certo e escrever bem (IV)” - 28/dez..

1991 – “Sintaxes espúrias” (I) e (II) - 11 e 25/ jan.; “Sobre anacoluto 2”, corrigido por Sílvio Elia para “Sintaxes espúrias (III)”, em recorte de jornal por nós pesquisado – 08/fev; “Escrever certo e escrever bem V: a crase” - 28/ março; “Escrever certo e escrever bem: ainda a crase” – 03/ maio; “Ainda uma vez a crase” - 07/ junho; “O momento é de união” – 05/ julho; “Foi-se Rocha Lima” - ed. de 02 de agosto ; “Escrever bem” (I) e (II) – 06 e 27/set.; “Camões lírico” - 25/out.; “Escrever bem”(III) - 15/nov.; “Escrever bem (IV) : o vocabulário” - 13/dez.; “Escrever bem(V): erros semânticos” - 27/dez..

1992 – “Escrever bem (VI) – A vida das palavras”, 10/jan.,” Escrever bem (VII) – Variedades lexicais”, 31/jan.; “Pacotinhos de erros” - 03/abril; “Pacotinhos de erros (mais alguns)” - 17/abril; “Pacotinhos de erros (conclusão) - 08/maio; “Poderia-se” - 22/maio; “Portugal nos Descobrimentos” - 19/junho; “A Frase” - 03/julho; “A construção da frase (I)” - 24/julho; “A língua portuguesa literária” - 21/agosto;”A construção da frase” (II), (IV) e (V) - 04 e 25/set., 30/out. e 04/dez. respectivamente.

1993 – “A construção da frase (VI)” - 01/jan.; “Linguagem jornalística” (I) e (II) - 22/jan.e 05/fev.; “O português do Brasil” - 05/março; “Linguagem jornalística (III)” - 19/março; “A posição do acento tônico” - 26/ março; “Linguagem jornalística” (IV), (V) e (VI) - 16/abril, 14/maio e 21//maio; “O ensino da língua portuguesa” (I), (II), (III), (IV), (V), (VI), (VII) e (VIII), edições de 04 e 18/junho, 02 , 23 e 30/julho, 20/agosto, 08/out. 26/nov.; “O futuro de língua portuguesa” - 03/dez.; “Pronúncias deturpadas (I) - 10/dez.

1994 – “Pronúncias deturpadas” - 28/jan.; “ Quem não sabe arte...” - 25/ fev.; “Os ‘arcaísmos’ de Nelson Rodrigues” – 11/março; “A questão ortográfica”, “A questão ortográfica” (III) e (IV) - 08/abril, 03 e 24/junho; “ O Ensino do Tupi-Guarani” (I) e (II) – 11/agosto e 08/ set.; “ Ensino do Tupi-Guarani” (conclusão) – 11/agosto; “Sobre o palavrão” –29/set.; “A censura lingüística e as outras” - 20/out.; “Quem tem medo da crase?” – 27/out.; “Brasileirismos” – 10/nov.; “Erros da imprensa” – 08/dez.; “A grafia dos antropônimos estrangeiros” - 15/agosto.

1995 – “Erros da imprensa” II, III, IV e V – 12, 19 e 26/jan.,09/fev.,”Dois brasileirismos” I, II, III, IV, V e VI (final) – 20/abril, 18/maio, 01e 22/junho, 06 e 20/julho; “Inculta e bela” –24/agosto; “Sobre a gramática” – 31/agosto; “O português, língua de cultura” – 28/set.,”Os erros continuam” –26/out.; “Louve-se-o” –16/nov.; “Mais erros” – 30/nov.,”Louve-se-o” –07/dez.

1996 – “Mais erros” (II) –11/jan.; “De ortografia” – 01/fev.; “Mais erros” (III) – 08/fev.; “Escrita e pronúncia dos antropônimos estrangeiros” – 07/ março; “Cacófatos” – 11/abril; “Mais erros da imprensa” – 09/maio; “Recursos haveriam?” –23/maio; “Novos erros da imprensa” –13/junho; “O verbo ‘haver’ ” – 11/julho; “A grafia dos antropônimos estrangeiros” – 15/agosto; “O nome e as coisas”, “O nome das coisas” (II), (III), (IV) e (V) – 12 e 19/set.,31/ out.,28/nov., 19/dez.,

1997 – “A língua literária” (I), (II), (III), (IV) e (final) - 16 e 23/jan., 06 e 13/março e 03/abril; “Neologismos semânticos” – 06/fev.; “Onomatopéias” (I), (II), (III), e (IV – conclusão) - 05/junho, 17/julho, 18/set.. 02/out.; “Salve o Liceu!” – 09/out.; “Brasileirismos. 1 – EU LHE VI” (I) - 23/out.; “Brasileirismos 1 – Eu lhe vi” (V) e (VI – conclusão) – 12 e 19/março; “Brasileirismos 2: Eu vi ele” (I) - 18/junho.

1998 – “1 – Eu lhe vi” (II) - 01/jan.; “Brasileirismos: 1 – Eu lhe vi” (V) e (VI – conclusão) - 12 e 19/março; “Brasileirismos 2: Eu vi ele” (I), (II), (IV) e (V – conclusão) - 18/junho, 06 e 20/agosto, 03/set.; “50 anos de luso-brasilidade” – 10/set.; “Gramatiquices” - 01/out.; “Estrangeirismos” – 15/out.; “Estrangeirismos” – 29/out.; “Estrangeirismos (II)” – 05/nov.

RESENHAS CRÍTICAS:

“Jacques Raimundo, *A Língua Portuguesa no Brasil* (expansão, penetração, unidade e estado atual) – Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941, in *Bibliografia Filológica I*, Sílvia Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1943.p.3-7.

“Joaquim Mattoso Câmara Jr., *Linguística Geral*, F. Briguiet & Cia. Editores, Rio de Janeiro, 1941, in *Bibliografia Filológica I*, Sílvia Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1943. p.14-18

“Jônatas Serrano – *Antologia Brasileira*, in *Bibliografia Filológica I*, Rio de Janeiro,, Livraria Martins, 1943, p.22,23.

“Karl Vossler – *Filosofia del Lenguaje. Ensayos. Traducción y notas de Amado Alonso y Raimundo Lida com la colaboración del Autor*. Editorial Losada, S.A., Buenos Aires, 1943, in *Bibliografia Filológica III*, de Sílvia Elia e Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, 1944. p.3-11.

OBS.: Essa *Bibliografia Filológica*, de autoria de Sílvia Elia e Serafim da Silva Neto, em poucas páginas, grampeadas, além de resenhas de autoria ora de Sílvia ora de Serafim, dava notícia das “Últimas Novidades” e de obras “A sair brevemente”, como na última página, p. 10, do vol. III. Nesta página, ao final de cada uma daquelas seções, lê-se: “Pedidos a Livros de Portugal, rua de Gonçalves Dias, 62, Serviço de Reembolso”.

“Alencar e a língua brasileira”, resenha a MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a Língua Brasileira*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, 143p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livro”, ed. de 31/03/1973.

“Ao Nível Original”, *Dicionário de Linguística*, de Jean Dubois, Mathée Giacomo, Louis Guespin, Christiane Marcellesi, Jean-Baptiste Marcellesi e Jean-Pierre Mevel, trad. Frederico P. Barros, Gesuina D. Ferretti, John R. Schmitz, Leonor S. Cabral, Maria E. L. Salum, e Valter Khedi. São Paulo, Cultrix, 1978. 653p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento Livro, Rio de Janeiro, 26/08/1978.

SCHMIDT, Siegfried J. *Linguística e Teoria do Texto*, trad. de Ernesto F. Schurmann, São Paulo, Ed. Pioneira, 1975. 221p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livro”, ed. de 18/11/1978.

“Jakobson, Linguista e Filólogo”, resenha a HOLENSTEIN, Edmar. *Introdução ao Pensamento de Jakobson*, tradução de Roberto Cortes de Lacerda, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, 204p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livro”, edição não identificada, 1978. ???

“Doutrina Circular”, resenha a SILVA, Carlos de. *Gramática Transformacional: uma visão global*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1979. 287p., in *Jornal do Brasil*, Suplemento “Livro”, ed. de 09/06/1979.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. “Os mais antigos documentos escritos em português”, Separata de *História*, tomo XII, Coimbra, 1979, in *Cultura Linguística*, no.01, p.81,82, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II/Círculo Lingüístico/RJ, 1982.

TEYSSIER, Paul. *Histoire de la langue portugaise*, Paris, PUF, 1980, (Col. Que Sais-Je?), in *Cultura Linguística*, no.01, p.83-87, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II / Círculo Linguístico / RJ, 1982.

COSERIU, Eugenio. *Lições de Linguística Geral*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1980, 130p., in *Cultura Linguística*, no. 01, p.89-96, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Colégio Pedro II / Colégio Pedro II, 1982.

OBS.: Os originais destas três últimas resenhas datam de 1980: 23 de outubro, 10 de dezembro e 23 de outubro, respectivamente.

AZEVEDO, Leodegário A. *Lírica de Camões*.2. Sonetos, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989. In *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no. 01, p.93, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica Editora Ltda., 1º semestre de 1991.

COSERIU, Eugenio. *Introducción a la Lingüística*, Madrid, Gredos, 1986, 2ª ed. revista pelo autor e preparada por José Polo.178 p., in *Confluência*, no. 01, pp. 94-98, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, Rio de Janeiro, Marcelo Gráfica Editora Ltda., 1º semestre de 1991.

PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*, São Paulo, Ática, 1986, 80p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no. 01, p.101, Rio de Janeiro, 1º semestre de 1991.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*, Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará (E UFC), 1986,218 p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no.02, p.91-94, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2º semestre de 1991.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1988. 109p. in *confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário do Português, nº 02, p.91-94 Ed. Lucerna Ltda. 2º semestre de 1991.

KHÉDI, Valter. *Morfemas do Português*, São Paulo, Ática, 1990. 72p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no. 02,p. 95-97, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2º semestre de 1991.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*, Rio de Janeiro, Presença, 1991.157p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português ,no.02, p.99-103,Rio de Janeiro, Ed. Lucerna, 2º semestre de 1991.

CAMINHA, Pero Vaz de. (1992). *Lettera sulla scoperta del Brasile*, edição italiana de Vera Lúcia de Mello Rodrigues, Palermo, Sellerio, 82p..., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no.05, p. 84-88, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda, 1º semestre de 1993.

CASTILHO, Ataliba T. de (1992). *O Português do Brasil*, ”Apêndice ao livro de ILARI, Rodolfo, *Linguística Românica*, São Paulo, Ática, 185p.. In *Confluência* Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no.05, p. 88-104, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 1º semestre de 1993.

SIMÕES, Manuel.(1991). II *Canzoniere di D. Pedro, Conte di Barcelos*. Edizione critica, com inrtoduzione, note e glossario , Roma, Japadro Editore, L’Aquila, 133p., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no.06, p.101-104, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 2º semestre de 1993.

GONÇALVES, Elza. *Poesia de Rei: três notas dionisinas*, Lisboa, Cosmos, 79p., In *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no. 06, p.105-111, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 2º semestre de 1993.

ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro; uma viagem diacrônica*., Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1993. in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, no. 06, p.83-92, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 2º semestre de 1993.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A, 1995. *Lírica de Camões*, vol.03, tomo 1, Canções, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 11, p. 109-113. Rio de Janeiro, ed. Lucerna Ltda. 1º semestre de 1996.

MOLLICA, Maria Cecilia(1995). *(De) que falamos*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 112p in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, nº 11, p. 107-108, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 1º semestre de 1996.

VOGT, Carlos & FRY, Peter (1996). *Cafundó (A África no Brasil)*, São Paulo, Companhia das Letras, in *Conflência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n° 13, pp.95-102, Rio de Janeiro, Ed. Lucerna Ltda., 1º semestre de 1997.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1996). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, reprodução de 1783, com introdução e notas do Acadêmico Armando Torres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 13, p.107-109, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda, 2º semestre de 1997.

PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e Linguagem em Questão*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997, in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 14, p. 118-125, Rio de Janeiro, 2º semestre de 1997.

PRETI, Dino (org.), *O Discurso Oral Culto*, São Paulo, Humanitas Publicações, FFLCH/USP, 1977,173P., in *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n.º 14, p.116-118, Rio de Janeiro, Editora Lucerna Ltda., 2º semestre de 1997.

CARTAS PARA JORNAIS:

“Espírito Universitário “, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 21/09/1951.

“O Latim”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas dos leitores, Rio de Janeiro, edição de 13/08/1972.

“ Burla no Ensino “, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 06/03/1981.

“Uma Festa Russa’ , in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 20/02/1983.

“Reflexões”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 04/05/1983

“Cronista do País”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 04/05/1984.

“Vitalidade”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 31/10/1985.

“Soberania”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 25/02/1989.

“Tratamento Indigno”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 19/01/1990.

“Mensalão “, in *O Globo*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 30/04/1990

“AIDS “, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 04/09/1991.

“Baixos Salários “, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 09/01/1994.

“Sobre plebiscitos”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 01/04/1993.

Carta comentando afirmações do secretário de Educação, Noel de Carvalho, sobre os baixos salários pagos pelo Estado aos seus professores, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, edição de 09/01/1994.

“Funcionalismo”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 22/01/1995.

“Reforma da Previdência”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 08/02/1995

“Combate à Aids”, in *Jornal do Brasil*, seção de cartas, Rio de Janeiro, ed. de 13/05/1995.

“Resgate do Professor”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 07/08/1995.

“Previdência”, in *O Globo*, seção “cartas do leitores”, rio de Janeiro, edição de 07/04/1996.

“Aposentados”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição de 14/10/1996.

“Professores”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, ed. de 30/08/1996.

“Paulo Freire”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, ed. de 19/05/1997.

“Ao bem humorado Chico Ranzinza”, in *O Mundo Português*, seção Cartas dos Leitores, Rio de Janeiro, edição de 11/12/1997.

“Imposto de Renda”, in *O Globo*, seção “Cartas do leitores”, ed. de 14/03/1998.

O *Jornal do Brasil*, na ed. de 20 de dezembro de 1992, na p.10, publica carta em que Sílvia Elia tece comentários sobre notícia vinculada pela ‘Coluna do Castello’, publicada no *Jornal do Brasil*, ed. de 06/12/1992, p.2. Nesta coluna, são apresentados trechos de correspondência enviada pelo escritor Autran Dourado a José Aparecido, futuro Embaixador do Brasil em Portugal. Dentre outras coisa, afirma Autran Dourado: “Quem faz a língua são duas entidades bastantes livres: o povo e os bons escritores. Gramáticos e filólogos são posteriores a esse trabalho, nada têm a ver com ele, a não ser que sejam bons escritores”.

OBS.: “Aids x carnaval”, in *O Globo*, seção “Cartas dos leitores”, Rio de Janeiro, edição não identificada.

ACRESCENTE-SE:

“Minha polêmica com José Oiticica”, carta enviada a Hilma Ranauro em 21/02/1995, publicada, com sua autorização, em RANAURO, Hilma. *Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*, p.79-80, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/FEUC, 1997.

TRABALHOS SEM REFERÊNCIA À PUBLICAÇÃO – alguns possivelmente inéditos:

Achamos por bem registrar relação de trabalhos a nós apresentados por Sílvio Elia, em 1995, em folhas por ele datilografadas. Não nos soube informar se haviam sido publicados ou não. Àquela relação acrescentamos trabalhos a nós enviados por Maria José e Maria Cristina, viúva e filha de Sílvio Elia, em fevereiro de 1999.

“Machado de Assis e a Língua Portuguesa” – 71p.

“A Nasalidade em Português” - 44 p.

“Um caso de Semântica Cultural – a palavra ‘civilização’ ” - 16 p.

“Os Estudos Lingüísticos no Medioevo ” – 27p.

“Sobre a Natureza das Leis Fonéticas ” - 17p..

“Sobre a Unificação Ortográfica Brasil - Portugal ” – 9p.

“Erritos e Tolices” – 5p. (datado de 20/03/1913.

“Sobre a Língua das Classes Dominantes ” – 8p.

“O Português sem Lágrimas “ – 3p.

“A Teoria Gramatical na Antiguidade” - 7p.

“A Nasalidade no séc. XVI” - ?????? p. (14)

“Camilo na Cultura Brasileira” (resumo de comunicação) – 2 p.

Foram-me encaminhados por Maria José e Maria Cristina, viúva e filha de Sílvio Elia, respectivamente, em fevereiro de 1999, os trabalhos:

“O Bilinguismo Luso-Espanhol (particularmente no período da Monarquia Dualista)”

“História Cultural de Portugal e do Brasil” – 15p.

“Forma e Conteúdo nas Letras Medievais”, resenha a PICCHIO, Luciana Stegagno. *A Lição do Texto. Filologia e Literatura. I – Idade Média.*, tradução de Alberto Pimenta, Lisboa, Edições 70, 1979. (Rio de Janeiro, 29/09/1979)

“O Estágio Atual da Língua Portuguesa no Mundo” – 8pp. (Belo Horizonte, 13/08/1987)

“PICCHIO, Luciana Stegagno. *Murilo Mendes. Poesia Completa e Prosa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. – 24 p. (datado de 30/08/1994).

“500 anos de Brasil” – 21 p. (texto de conferência proferida por ocasião do lançamento do *Programa 500 anos de Brasil*”, Fórum de Ciência e Cultura”, UFRJ, 18/09/1995).

“O Enigma da Arte de Furtar” – 13 p. (novembro 1996).

“Filologia: caminhos e descaminhos” – 14 p.

“Cumpra-se Portugal!” – 6p. (1.º de janeiro de 1994)

“Prefácio” – 6p., datado de 1º de março de 1988. Prefácio à reedição de *Juramentos de Estrasburgo*, por iniciativa, “altamente meritória”, no dizer do S. E., do Prof. Junito de Souza Brandão.

TRABALHOS INACABADOS

Em 1998, fui informada que o nome de Sílvio Elia constava da relação de pesquisadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Liguei imediatamente para o mestre, que, sem dar detalhes sobre sua pesquisa, informou que estava preparando um CD ROM. Na época, acreditei tratar-se do trabalho que realizara com o título de “500 anos de Brasil”. De modo a atualizar ao máximo a pesquisa que ora envio para publicação em *Confluência*, vim a saber que “Os jesuítas e a implantação da língua portuguesa no Brasil” é o título da pesquisa que vinha sendo realizada por Sílvio Elia.

Às vésperas de sentir-se mal e vir a ser internado, o que ocorreu no dia 3 de novembro de 1998, Sílvio Elia preparava o Prefácio à edição de *A arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil – o tupi-guarani*, de José de Anchieta, obra a ser editada em Madri. Esse Prefácio, que lhe fora encomendado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), já com 6 páginas e ainda sem título, fica inacabado.

OUTROS TEXTOS:

–Resposta ao Diretor Científico da FAPERJ, Eduardo Penna Franca, sobre indeferimento de seu pedido de auxílio financeiro para trabalho de pesquisa que que viria a realizar, com a colaboração de Gladstone Chaves de Melo, em Pomerode, pequena cidade do interior catarinense, datado de 18 de outubro de 1988. 4 laudas

HILMA RANAURO Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Letras pela PUC/RJ, Doutora em Letras Vernáculas pela UFRJ, biógrafa de Sílvio Elia (*Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997). Como integrante do GT “Historiografia da Linguística Brasileira” da ANPOLL, com o projeto de pesquisa “Sílvio Elia e os estudos sociolinguísticos no Brasil”, acaba de concluir “O legado de Sílvio Elia - sua contribuição ao estudo do português do Brasil”, a ser publicado no próximo Boletim do GT em homenagem póstuma ao saudoso filólogo. *O Discurso Bíblico sobre a Deficiência*, em co-autoria, é sua mais recente publicação em livro (Niterói, Editora Muiraquitã, 1999).

POR LOCALIZAR E RELACIONAR:

“Mestre da Poesia”, prefácio a *Rio Forte* livro de poesia de Hamilton Aluizio Elia, edição póstuma, 78p.

CONCLUSÃO

São inúmeras e variadas as produções de Sílvio Elia. Não daria para enumerar seus ensaios, artigos ou resenhas publicados em jornais (*A Manhã, O Correio da Manhã, Diário de Notícias, Correio Brasiliense, Voz de Portugal, O Mundo Português, Jornal do Brasil...*), Anais de Congressos e revistas especializadas, nacionais e internacionais.

Dos livros, cabe citar *Dicionário Gramatical* (Ed. Globo, 1953); *O Problema da Língua Brasileira* (Pongetti, 1940), com que veio a receber o prêmio João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras, em 1941; *Orientações da Linguística Moderna* (Livr. Acadêmica, 1955); *O Ensino de Latim. Doutrinas e métodos* (Agir, 1957); *Ensaio de Filologia e Linguística* (Grifo, 1963); *Preparação a Linguística Românica* (Livr. Acadêmica, 1974); *A Unidade Linguística no Brasil. Condicionamentos Geo-econômicos* (Padrão, 1979) – Prêmio Fundação Cultural do Distrito Federal, em 1981, na categoria “Estudos Brasileiros”, *Sociolinguística. Uma Introdução* (EDUFF/Padrão, 1987); *O Português no Mundo* (Ática, Série “Princípios, 1989); *El Português en Brasil. História Cultural* (Madri, Ed. Mapfre, 1992) e *Língua e Literatura* (Ed. Nacional). Em co-autoria com Jeannete Budin, publicou *Compêndio de Língua e Literatura* (Ed. Nacional, 1951) e, com Hamilton Elia, seu irmão, publicou *100 Textos Errados e Corrigidos* (várias editoras), que atingira, em 1997, a 27.^a edição, e *A Nomenclatura Gramatical Brasileira – exemplos e comentários* (1979), aprovado pelo MEC para uso em todas as escolas. Foi responsável pela elaboração de verbetes em dicionários e enciclopédias. Participou ativamente da criação e edição de revistas especializadas.

A HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA:
OBJETO, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO

Pierre Swiggers
Universidade de Lovaina
pierre.swiggers@arts.kuleuven.be

*À memória de dois colegas historiógrafos:
Klaus Dutz e Peter Schmitter*

RESUMO:

Este artigo, concebido como uma contribuição à meta-historiografia da linguística, discute o objeto e os objetivos fundamentais da historiografia da linguística, definida como um campo interdisciplinar no âmbito da história/historiografia da ciência e das ideias. O artigo apresenta um organograma da historiografia da linguística, um panorama de suas três dimensões constituintes (heurística, hermenêutica, expositora) e uma sinopse sistemática dos instrumentos conceptuais de dispõe o historiógrafo da linguística.

ABSTRACT:

This article, intended as a contribution to the metahistoriography of linguistics, discusses the object and the fundamental goals of linguistic historiography, defined as an interdisciplinary field within the history(-writing) of science and the history of ideas. The article presents an organogram of linguistic historiography, an overview of the three constitutive dimensions (heuristic, hermeneutic, expository) of linguistic historiography, and a systematic survey of the conceptual tools which the historiographer of linguistics has at his disposal.

Introdução.

Neste texto¹, proponho-me a reunir, de modo sistemático, algumas reflexões² sobre o objeto e os objetivos da historiografia (da) linguística (ing. *historiography of linguistics/linguistic historiography*) como disciplina. A partir dos anos 1970, a historiografia da linguística desenvolveu-se como uma disciplina institucionalizada no âmbito acadêmico e como campo autônomo de investigação³; são várias as associações ou sociedades internacionais e nacionais que se dedicam à historiografia da linguística (seja em relação a uma língua ou a um grupo de línguas determinado).

A presente contribuição pode denominar-se “meta-historiográfica”. Por meta-historiografia – campo de estudo que se desenvolveu bastante nos últimos anos⁴ – entendo o trabalho reflexivo sobre o labor historiográfico e, especialmente, sobre seus aspectos metodológicos e teóricos. As três principais tarefas da meta-historiografia são: a tarefa *construtiva* (elaboração de um modelo historiográfico e construção de uma linguagem historiográfica⁵), a tarefa *crítica* (avaliação de tipos de discurso historiográfico aliada à proposta de análise e apreciação das abordagens metodológicas e epistemológicas adotadas nos textos analisados), a tarefa *metateórica* ou “contemplativa” (reflexão sobre o objeto, o *status* da historiografia, sobre a justificação das formas de apresentação e sobre o que é um “fato” linguístico [*linguistic fact*] para o historiador). Assim, as

-
- 1 Quero agradecer a Ricardo Cavaliere o convite para redigir esta síntese para os leitores de *Confluência*, bem como a tarefa de havê-la traduzido.
 - 2 Veja também meus trabalhos anteriores sobre aspectos metodológicos e epistemológicos da historiografia da linguística: Swiggers (1979, 1980, 1981a, 1981b, 1983, 1984, 1990, 1991a, 1991b, 2004, 2006, 2009, 2010, 2012a, 2012b).
 - 3 Foi de grande importância a criação da revista *Historiographia Linguistica* em 1974; a ela seguiram-se várias outras revistas: *Histoire, Épistémologie, Langage* (em 1979), *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (em 1991), *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (em 2002), *Language & History* (em 2009) e a *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (em 2009); cf. Lliteras, Martínez Alcalde & Swiggers (2013). Os volumes coletivos de historiografia da linguística que se publicaram nas últimas décadas atestam a crescente importância dessa disciplina: cf. Hymes (ed. 1974), Sebeok (ed. 1975), Parret (ed. 1976), Schmitter (ed. 1987-2007), Auroux (ed. 1989-2000), Lepschy (ed. 1994-1998a & Auroux, Koerner, Niederehe & Versteegh (eds. 2000-2006).
 - 4 Desde os anos 1980, publicaram-se vários trabalhos sobre meta-historiografia: cf. Grotsch (1982), Schmitter (1982, 2003), Christmann (1987) Dutz (1990) e outros trabalhos em Hüllen (ed. 1990), Elffers-Van Ketel (1991), Koerner (vários artigos recolhidos em seus livros de 1995, 1999 e 2004; e o trabalho de 2007), Simone (1995), Schmitter & Van der Wal (eds. 1998), Dorta, Corrales Zumbado & Corbella (eds. 2007); cf. também as referências da nota 2.
 - 5 Veja Swiggers (1987b) sobre a “linguagem do historiador”.

reflexões aqui apresentadas se inscrevem no marco de uma meta-historiografia construtiva e teórica⁶.

1. Objeto e objetivos.

Na historiografia da linguística, como estudo do desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas, os *objetos primários* que se devem estudar são *textos* (publicados ou não publicados). Há muitos aspectos do fenômeno a que denominamos “texto” que merecem certa reflexão do ponto de vista do historiador da linguística⁷:

I - Sua inserção em um “circuito” mais amplo: aqui surgem problemas como os concernentes a (a) intertextualidade, (b) polissistema de textos e (c) “serialidade” (série de textos)⁸.

II - Sua “posição”, isto é, sua avaliação contemporânea ou retrospectiva: aqui enfrentamos questões como (a) as de cânon (cânon de autores/ de textos/ de aproximação): formação (e modificação) do cânon, crítica do cânon; (b) as de posição marginal ou marginalização (por diferentes motivos: por exemplo, visão antiquada, visão inadequada etc.); (c) as de integração (ou não integração) institucional.

II - Sua “composição e tonalidade”: aqui se trata (a) da estrutura global dos textos linguísticos (a respeito disso, pode-se falar de *morfótipos* de textos); (b) da (natureza da) argumentação; (c) da “modalidade” elocutiva (textos [com aspectos] mais ou menos apodíticos; textos [com aspectos] polêmicos; textos [com aspectos] dubitativos; textos puramente informativos).

IV - Seu “papel dinâmico” (ou “força”): os textos-fontes, tanto em sua concepção quanto em sua recepção (ainda que não haja sempre uma correspondência unívoca entre ambos os polos) não têm o mesmo papel dinâmico. Aqui se podem distinguir vários *dinamótipos*: textos de “ação” (textos programáticos ou textos que oferecem aplicação (inovadora) de uma abordagem), textos de síntese, textos de “diluição” (são textos que oferecem uma versão/aplicação “diluída” de uma teoria)⁹, textos de “reação” (este dinamótipo inclui traduções,

6 Cf. De Clercq & Swiggers (1991), Swiggers, Desmet & Jooen (1998a, 1998b).

7 Veja também as reflexões em De Clercq & Swiggers (1991).

8 Cf. Haßler (2008).

9 São *variations upon a theme*, como tantas há agora, por exemplo, sobre “gramaticalização”, “(inter)subjetividade”, “evidencialidade”.

resenhas, críticas efetivas, divagações críticas a partir de um “estímulo”), textos de “entorno” (por exemplo, notas, correspondência¹⁰, prefácios etc.).

Os textos que o historiógrafo (ou o historiador) da linguística deve estudar podem ser considerados o “reflexo (ou depósito) material” da história da linguística. A história¹¹ da linguística se pode definir como o conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, dos fatos, dos processos de conceptualização¹² e de descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticos. Trata-se de um conjunto complexo, isto por várias razões:

I - Na história da linguística há tradições (“étnicas” ou “geográficas” ou “culturais”) que se diferenciam por sua emergência e seu desenvolvimento, por sua dinâmica interna, por seu caráter aberto ou fechado com respeito a outras tradições, por sua abrangência perante o fenômeno da linguagem e pelo enfoque em áreas particulares do estudo de línguas (cf. Itkonen, 1991; Swiggers, 1989 e 1998).

II - A história da linguística é um tecido integrado de acontecimentos pessoais e públicos (políticos, socioeconômicos, institucionais), de correntes intelectuais e culturais, de redes sociais¹³, de fazeres centrados em línguas por si mesmas ou como meios para certos fins (basta pensar na linguística missioneira¹⁴ ou na história do fenômeno da tradução), de reflexões e processos conceituais que são subjacentes a vários tipos de atividade científica.

III - A história da linguística apresenta uma ampla gama de “produtos” do pensamento e da práxis linguísticos¹⁵: descrições de línguas (descrições de uma

10 Sobre o uso da correspondência de linguistas, cf. Droixhe, Müller & Swiggers (1989).

11 Para uma reflexão epistemológica sobre o conceito de “história”, veja Veyne (1971).

12 De maneira concreta, pode-se estudar a conceptualização em que está alicerçada uma teoria pelo que se oferece como definição do objeto central. Na história da linguística podem-se distinguir várias conceptualizações do objeto “língua” (ou “linguagem”); para um panorama das abordagens, veja Swiggers (1993, 2004). Como estudos historiográficos sobre conceitos, veja, por exemplo, Elffers-Van Ketel (1991) [sobre os conceitos “Sujeito” e “Predicado”], Swiggers & Wouters (2004, 2011) [sobre o conceito “Gramática”]. Sobre a relação entre conceptualização e esquematização na história da linguística, veja o trabalho de Roggenbuck (2005).

13 Para o conceito de “rede social” na história da filosofia, veja Collins (1998); para o conceito de “rede social” em seu emprego (socio)linguístico, veja Milroy (1980).

14 Cf. Ridruejo (2007) e Zwartjes (2011), assim como as contribuições de Zwartjes & Altman (eds. 2005), Zwartjes & Hovdhaugen (eds. 2004), Zwartjes, James & Ridruejo (eds. 2007), Zwartjes, Arzápalo & Smith Stark (eds. 2009), Zwartjes & Koerner (eds. 2009).

15 É também possível tipificar os produtos segundo uma escala que vai do polo da “utilidade

só língua ou de línguas em contraste ou de fenômenos tipológicos), manuais (para o ensino/ para a aprendizagem), obras teóricas, estudos históricos e/ou comparativos, modelos de análise ou de explicação, e, além disso, trabalhos que dizem respeito ao planejamento de línguas e às políticas linguísticas¹⁶.

É precisamente essa complexidade que explica por que o campo da história da linguística é um *campo interdisciplinar*, compartilhado com a filosofia da linguagem (cf. Hacking, 1975; Bunge, 1984), a retórica, a lógica (“dialética”), a psicologia, a antropologia, a sociologia, a teologia (e a história de cada uma delas).

Em face dessa complexidade da história da linguística, o objetivo fundamental do historiador é o de *reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto*. Cada um dos termos que constituem esta circunscrição de objetivo traz uma implicação importante:

I - *Reconstruir*: o esforço de reconstruir um ideário dentro de um campo disciplinar impõe que o trabalho se conecte com a metodologia (da história) das ciências.

II - *Ideário linguístico*: para chegar-se a uma compreensão adequada e fundamentada do ideário linguístico, é preciso ter formação de linguista¹⁷.

III - *Trajetória*: para poder estudar um (tipo de) trajetória, é indispensável dispor de uma visão histórica relativamente ampla.

IV - *Análise de textos*: para que se proceda a uma análise de textos, são imprescindíveis (a) uma base heurística e (b) alguns fundamentos hermenêuticos.

V- *Contexto*¹⁸: este item significa que o trabalho seja relacionado com a história intelectual e com a história socioeconômica.

extrínseca” (utilidade dos produtos para os não linguístas) ao polo de “utilidade meramente intrínseca” (produtos que só interessam aos linguístas ou, de maneira ainda mais restrita, aos que se filiam a este ou aquele modelo).

16 Sobre as “práticas” linguísticas, veja os estudos de Desmet, Jooken, Schmitter & Swiggers (eds. 2000), um volume coletivo dedicado à dimensão da práxis na linguística.

17 Sobre a imprescindibilidade dessa exigência, veja Malkiel & Langdon (1969). Cf. também os manuais de Arens (1969), Robins (1997) e Law (2003).

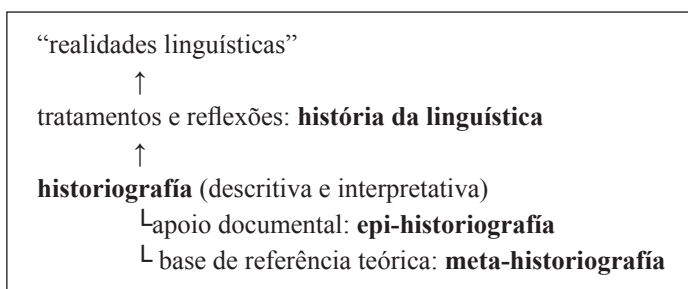
18 Sobre o papel da contextualização na historiografia da linguística, cf. Law (2003); para estudos que ilustram a relação entre contexto e conteúdo de pontos de vista linguísticos, cf. Swiggers & Wouters (eds. 1996).

2. Organização.

Com o termo *organização*, refiro-me a duas exigências:

I - A primeira é a de incluir a tarefa historiográfica em um “organograma” historiográfico.

Para isso, é indispensável definir o conteúdo de três planos: o plano das realidades linguísticas que formam o “substrato” de atividades práticas e teóricas por parte dos que se podem denominar “atores” da *história da linguística*; e é essa história que constitui o objeto de análise e de descrição para a *historiografia da linguística*. Essa última se apoia, ademais, em uma documentação biobibliográfica e contextual – é o que se elabora como *epi-historiografia* – e se erige, em perspectiva metodológica e epistemológica, sobre uma *meta-historiografia*.



II - A segunda exigência diz respeito à organização do próprio trabalho historiográfico. Por se tratar de um trabalho sobre textos do passado (e do presente) que servem como base documental, cabe distinguir três fases:

a) uma fase *heurística*¹⁹, que compreende as seguintes tarefas: informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; “catalogar” ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos.

b) uma fase *hermenêutica*, que consiste em uma *interpretação*, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas. Aqui se pode fazer a distinção entre categorias²⁰ gerais (os conceitos que fazem parte da metodologia

¹⁹ Sobre os aspectos heurísticos e ecdóticos, veja as observações de Gómez Asencio (2007).

²⁰ Acerca do papel da categorização na filosofia e na história de disciplinas, cf. Perelman (1969); para uma exemplificação, veja Swiggers & Wouters (2004).

geral)²¹ e categorias específicas (os conceitos que constituem a metodologia específica). Há de destacar-se o fato de que a interpretação implica uma dimensão *comparativa*, porque (quase sempre) se trata de relacionar conceitos/ autores/modelos.

c) uma fase *executiva*: a da demonstração dos resultados da investigação. Nessa fase, intervêm, como parâmetros fundamentais, três dimensões:

c₁) a do *formato de exposição*: a execução historiográfica pode tomar uma forma sequencial (basicamente narrativa), uma forma “tópica” (focalizada na análise de um tema ou em um tipo de problema) ou uma forma “combinatória” (centrada entre o contexto e o conjunto de pontos de vista em determinada época da história da linguística).

c₂) a dimensão da *intencionalidade do historiógrafo*: aqui se apresenta a possibilidade de optar por uma historiografia (meramente) taxonomica ou classificadora, polêmica ou apologética, teleológica, exegético-crítica: em cada uma das opções, influem considerações (e pressuposições) sobre o que é (ou seria) mais ou menos científico/válido/adequado/relevante no campo da linguística e, em plano mais geral, das ciências humanas (cf. Bunge, 1974; Laudan, 1984).

c₃) a dimensão do *programa cognitivo*: esta é uma dimensão essencial, que, estando determinada, em parte, pelo objeto de estudo e pela documentação disponível e, em parte, pelos interesses e aspirações do historiador, define o *perfil intelectual* dos produtos historiográficos. Com referência a esse parâmetro, podem-se distinguir cinco perfis distintos de historiografia²²:

c₃₁) uma historiografia “atomística” (sob forma de uma apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da linguística).

c₃₂) uma historiografia “narrativa”²³, que relata, na sua sucessão cronológica, os “acontecimentos” na história da linguística.

c₃₃) uma historiografia “nocional-estrutural” (análise estrutural²⁴ de conjuntos de ideias, de tipos de abordagens na história da linguística).

21 A metodologia geral inclui os conceitos mais gerais de metodologia, lógica e história das ciências, assim como os “conceitos gerais para a historiografia”.

22 Os perfis têm uma relação estreita com as modalidades de exposição (modalidade narrativa, modalidade estrutural, modalidade axiomática) que discutimos em Swiggers (2004). Com respeito à tipologia na historiografia da linguística, cf. Koerner (1978:55-62; 1999:9-14) e Simone (1995); veja também Passmore (1967) acerca dos tipos historiográficos na filosofia.

23 Sobre os aspectos de “narratividade” na historiografia da linguística, veja Schmitter (1994).

24 No sentido de Stegmüller (1979); cf. Swiggers (1990, 2004).

c₃₄) uma historiografia “arquitetônico-axiomática” (descrição e análise da estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados)²⁵.

c₃₅) uma historiografia “correlativa” (estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista, no âmbito da linguística, e o contexto sociocultural, político, institucional)²⁶.

3. Linhas de implementação.

Como em qualquer tipo de investigação científica, a realização de trabalhos na historiografia da linguística se fundamenta (a) na eleição de (temas dentro de) uma área de investigação; (b) no manuseio de um conjunto de conceitos; e (c) em um plano de estudo. Tratemos de cada um desses aspectos.

3.1 Áreas de investigação.

I - Considerando não haver distinção absoluta entre as áreas no campo da historiografia da linguística, podem-se definir, de maneira relativa²⁷:

Áreas de tipo referencial²⁸, que são definidas pelos seguintes níveis de descrição:

a) história da gramática²⁹ (história da fonética, da morfologia [morfosintaxe], da sintaxe), podendo-se tratar da língua nativa ou da língua 2 ou de uma “língua exótica”.

b) história da lexicografia (e da lexicologia); pode-se incluir a fraseologia (também esta se pode considerar parte da gramática).

c) história da semântica (cf. Gordon, 1982; Schmitter, 1990).

d) história da pragmática³⁰.

II - Áreas de tipo institucional, definidas em função de (para)disciplinas: história da sociolinguística, história da psicolinguística, história da neurolinguística etc.

25 Sobre análise lógico-axiomática na filosofia e na historiografia da ciência, cf. Sneed (1971)

26 Veja também a discussão em Swiggers (2003) com referência ao fenômeno da “elaboração” das línguas vernáculas na Idade Média.

27 Cf. as observações em Swiggers (2001a, 2001b).

28 Como, por exemplo, “[história da] gramática do espanhol”; cf. a obra de referência editada por Gómez Asencio (ed. 2006-2011)

29 Veja o “*Corpus* de gramáticas” editado por Colombat & Lazcano (1998-2000).

30 Sobre a história da pragmática entre 1780 e 1930, veja Nerlich & Clarke (1996).

III - Áreas de tipo conceptual, que se definem pelas questões linguísticas de que tratam e pelas respostas que formulam a respeito:

a) história de problemas teóricos: por exemplo, a mudança linguística³¹, a noção de “língua(gem)”, a origem da linguagem (cf. Gessingen & von Rahden eds. 1989).

b) história de modelos e de teorias linguísticas³².

IV - Áreas de tipo “ecolinguístico”, que dizem respeito ao entrelace entre concepções de usuários e concepções de linguistas: aqui se estuda a história das atitudes linguísticas, por exemplo, com respeito à norma (cf. Padley, 1983), ao “gênio” de uma língua (cf. Schlaps, 2004; Siouffi, 2010; Joseph, 2012; Van Hal, 2013), às “qualidades” de língua (cf. Swiggers, 1997b), à correção linguística (cf. Siebenborn, 1976, um estudo sobre os critérios de correção linguística na Antiguidade).

3.2 Conceitos atinentes à historiografia.

Na historiografia da linguística, como na historiografia de outras disciplinas, cabe trabalhar com (uma seleção de) conceitos e de termos³³ (mais ou menos técnicos) que permitem organizar os dados primários, refletir sobre tais dados, o que contribui para atribuir certo contorno à exposição dos resultados da investigação historiográfica.

Os (principais) conceitos podem sistematizar-se da seguinte maneira:

I - Pontos/entrelaces de “ancoragem” (*anchoring points*):

a) entidades individuais: textos, autores, usuários.

b) *continua*: redes, instituições, escolas, grupos (*theory groups*)³⁴, círculos, sociedades.

II - Linhas de desenvolvimento³⁵:

a) rumo evolutivo: mudança, revolução, “conversão”³⁶, progresso/estagna-

31 Cf. Schneider (1973), Windisch (1988), Verleyen (2008), Swiggers (2013).

32 Sobre metodologia e epistemologia da linguística, cf. Fernández Pérez (1986) y Parret (1979). Sobre aspectos metodológicos do modelo gerativo, cf. Botha (1970, 1981).

33 Sobre a importância da investigação terminológica e terminográfica na historiografia da linguística, veja Colombat & Savelli eds. (2001), Swiggers (2011), Swiggers & Quijada van den Berghe (2011) e Szoc & Swiggers (2013).

34 Cf. Murray (1994).

35 A análise das linhas de desenvolvimento cruza-se com o problema da periodização. Para uma abordagem global do problema historiográfico da periodização, veja Van der Pot (1951).

36 Cf. o caso da “etimologia” estudado em Swiggers (1996).

ção/regressão, conservação/perda/rejeição/recorrência, continuidade/descontinuidade, inovação, antecipação.

b) relações com o tempo: fonte, modelo, influência, “abrangência referencial” (fr. *horizon de rétrospection*)³⁷, embate de teorias (ing. *theory clash*).

c) etapas da evolução: programa de investigação³⁸, tradição (nacional³⁹, étnica, geográfica, modelada, linguístico-cultural, “tópica”), *cinosura*⁴⁰, paradigma⁴¹.

III - Conteúdos/ formatos/estratégias.

a) “rotulagem” (*labeling*): aqui se põem os termos para referir-se a um modelo, uma teoria, uma abordagem.

b) em relação a formatos:

b₁) conceitos e princípios teóricos.

b₂) técnicas e estilos de descrição (por exemplo, *Word and Paradigm*, *Item and Process*, *Item and Arrangement*).

b₃) termos T-teoréticos⁴².

c) estratégias: “deslocamento de conceitos”⁴³, transposição, negociação, (ing. *bargaining*)⁴⁴, empréstimo, adaptação, recontextualização, estratégias (retóricas e institucionais) de promoção ou descarte de teorias.

3.3 Plano de estudo.

Por “plano de estudo” entendemos o conjunto de “instrumentos” e a “agenda” de pesquisa que constituem a base e o guia de uma investigação historiográfica personalizada: cada historiador estabelece uma metodologia pessoal, em face do objeto de estudo e em consonância com seus interesses, seu conhecimento, seus objetivos etc.

A respeito do plano de estudo, podem-se distinguir:

37 Cf. Puech ed. (2006).

38 Cf. Schmitter (1998).

39 Sobre o conceito de “tradição nacional”, cf. Noordegraaf (1990).

40 Para este conceito, veja Hymes (1974).

41 Os conceitos de “paradigma” e de “revolução” foram introduzidos na filosofia e na história das ciências por Kuhn (1969 [1962]), veja também Kuhn (1977). Sobre sua aplicação na historiografia da linguística, cf. as reflexões críticas de Percival (1976).

42 Sobre este conceito, cf. Stegmüller (1983:1034-1046).

43 Veja o estimulante estudo de Schon (1969 [1963]).

44 Cf. o uso deste conceito em Swiggers (1988, 1997a, 2003) para descrever a utilização, mediante várias estratégias de adaptação, do modelo (greco-)latino e sua aplicação nas línguas vernáculas.

I - Uma base instrumental que inclui:

a) um “portal” de documentação (metadocumentação): bibliografias (gerais e específicas⁴⁵), dicionários biográficos (cf. Stammerjohann ed., 2009 [1996]).

b) uma base documental: os textos-fontes, literatura secundária, literatura “subjacente”.

c) um instrumento conceptual, que consiste em *conceitos gerais* e *conceitos específicos* em relação ao tipo e objeto de investigação (são esses últimos que formam parte da metodologia específica e personalizada).

II - Uma “agenda” de pesquisa: esta agenda pode ser definida como um quadro analítico⁴⁶ que se apresenta sob a forma de uma série de critérios ou de questionamentos aplicados a um *corpus* de textos.

4. Para concluir: por que ocupar-se da historiografia da linguística?

Diante do menosprezo que se nota, ao menos em certos países, a respeito da historiografia da linguística, há de ressaltar sua importância cognitiva e educativa⁴⁷. A história das reflexões e dos esforços envidados em prol do fenômeno da linguagem é uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo não só nos ensina muito sobre a história da linguística (e sua proto-história), como também sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais da humanidade.

45 Swiggers (1987a) oferece uma breve bibliografia geral na área da historiografia da linguística.

46 As teses de doutorado que se realizaram sob minha orientação utilizaram quadros analíticos sistemáticos (e também flexíveis) com aplicação a temas e períodos históricos distintos: cf. os trabalhos de Desmet (1996), Lauwers (2004), Verleyen (2008), Van Hal (2010) e Szoc (2013).

47 Veja as reflexões de Fernández Pérez (2001, 2007).

Bibliografia.

- ARENS, Hans. 1969. *Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. [segunda edição] Freiburg – München: Alber. [1955¹] [Trad. espanhola: *La lingüística. Sus textos y su evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*, Madrid: Gredos, 1975 (2 vol.)]
- AUROUX, Sylvain. ed. 1989-2000. *Histoire des idées linguistiques*. Liège: Mardaga. [3 vol.]
- AUROUX, Sylvain, Konrad E.F. KOERNER, Hans-Josef NIEDEREHE & Cornelis H.M. VERSTEEGH. eds. 2000-2006. *History of the Language Sciences*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, vol. 18). Berlin – New York: W. de Gruyter. [3 vol.]
- BOTHA, Rudolf P. 1970. *The Methodological Status of Grammatical Argumentation*. The Hague: Mouton.
- BOTHA, Rudolf P. 1981. *The Conduct of Linguistic Inquiry. A systematic introduction to the methodology of generative grammar*. The Hague: Mouton.
- BUNGE, Mario. 1974. *Treatise on Basic Philosophy*. Dordrecht: Reidel.
- BUNGE, Mario. 1984. “Philosophical Problems in Linguistics”. *Erkenntnis* 21.107-173.
- CHRISTMANN, Hans-Helmut. 1987. “Quelques remarques sur l’histoire de la linguistique”. *Historiographia Linguistica* 14. 235-241.
- COLLINS, Randall. 1998. *The Sociology of Philosophies. A global theory of intellectual change*. Cambridge (Mass.): The Belknap Press of Harvard University Press.
- COLOMBAT, Bernard & Élisabeth LAZCANO. eds. 1998-2000. *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques*. [= *Histoire, Épistémologie, Langage*, hors-série n^{os} 2 & 3] [2 vol.]
- COLOMBAT, Bernard & Marie SAVELLI. eds. 2001. *Métalangage et terminologie linguistiques. Actes du colloque international de Grenoble (Université Stendhal – Grenoble III, 14-16 mai 1998)*. Leuven – Paris – Sterling: Peeters.
- DE CLERCQ, Jan & Pierre SWIGGERS. 1991. “L’histoire de la linguistique: ‘L’autre histoire’ et l’histoire d’une histoire”. *Neue Fragen der Linguistik*, ed. por Elisabeth FELDBUSCH, Reiner POGARELL & Cornelia WEISS, vol. 1, 15-22. Tübingen: Niemeyer.
- DESMET, Piet. 1996. *La linguistique naturaliste en France (1867-1922). Nature, origine et évolution du langage*. Leuven – Paris: Peeters.

- DESMET, Piet, Lieve JOOKEN, Peter SCHMITTER & Pierre SWIGGERS. eds. 2000. *The History of Linguistic and Grammatical Praxis*. Leuven – Paris – Sterling: Peeters.
- DORTA, Josefa, Cristóbal CORRALES & Dolores CORBELLA. eds. 2007. *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*. Madrid: Arco Libros.
- DROIXHE, Daniel, Jean-Claude MULLER & Pierre SWIGGERS. 1989. “Les correspondances de linguistes: Projet d’inventaire systématique”. *Speculum Historiographiae Linguisticae*, ed. por Klaus DUTZ, 347-357. Münster: Nodus.
- DUTZ, Klaus D. 1990. “Methodologische Probleme in der Rekonstruktion sprachwissenschaftlichen Wissens. Geschichte und Geschichten”. *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*, ed. por Werner HÜLLEN, 49-60. Münster: Nodus.
- ELFFERS-VAN KETEL, Els. 1991. *The Historiography of Grammatical Concepts. 19th- and 20th-century changes in subject-predicate conception and the problem of their historical reconstruction*. Amsterdam: Rodopi.
- FERNÁNDEZ PÉREZ, Milagros. 1986. *La investigación lingüística desde la filosofía de la ciencia (Verba, anexo 28)*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacions da Universidade.
- FERNÁNDEZ PÉREZ, Milagros. 2001. “Planes de estudio y enseñanza de la historia de la lingüística”. *Actas del Segundo Congreso de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, ed. por M. MAQUIEIRA, M.D. MARTÍNEZ GAVILÁN & M. VILLAYANDRE, 407-415. Madrid: Arco Libros.
- FERNÁNDEZ PÉREZ, Milagros. 2007. “Método de enseñanza para el aprendizaje de la historia de la lingüística”. *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*, ed. por Josefa DORTA, Cristóbal CORRALES ZUMBADO & Dolores CORBELLA, 527-545. Madrid: Arco Libros.
- GESSINGER, Joachim – Wolfert VON RAHDEN. eds. 1989. *Theorien vom Ursprung der Sprache*. Berlin – New York: W. de Gruyter.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. ed. 2006-2011. *El castellano y su codificación gramatical*. Vol. I-III. Burgos: Instituto castellano y leonés de la lengua.
- GÓMEZ ASENCIO, José J. 2007. “La edición de textos clásicos y su contribución al desarrollo de la historiografía lingüística”. *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*, ed. por Josefa DORTA, Cristóbal CORRALES ZUMBADO & Dolores CORBELLA, 479-499. Madrid: Arco Libros.
- GORDON, W. Terrence. 1982. *A History of Semantics*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.

- GROTSCH, Klaus. 1982. *Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung: Ein Beitrag zur Kritik und zur historischen und methodologischen Selbstvergewisserung der Disziplin*. Göttingen: Kümmerle.
- HACKING, Ian. 1975. *Why Does Language Matter to Philosophy?* Cambridge: Cambridge University Press.
- HASSLER, Gerda. 2008. “Les Idéologues et leurs sources: textes de référence et séries de textes dans la constitution d’un paradigme notionnel”. Actes du Colloque international «Idéologie – Grammaire générale – Écoles centrales», 29 mars – 2 avril 2001, ed. por Ilona PABST & Jürgen TRABANT, 60-87. Berlin: Freie Universität. [http://www.geisteswissenschaften.fu-berlin.de/v/diskursformation/Actes_du_colloque/index.html]
- HÜLLEN, Werner. ed. 1990. *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*. Münster: Nodus.
- HYMES, Dell H. 1974. “Introduction: Traditions and Paradigms”. *Studies in the History of Linguistics: Traditions and paradigms*, ed. por Dell HYMES, 1-38. Bloomington: Indiana University Press.
- HYMES, Dell H. ed. 1974. *Studies in the History of Linguistics: Traditions and paradigms*. Bloomington: Indiana University Press.
- ITKONEN, Esa. 1991. *Universal history of linguistics: India, China, Arabia, Europe*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- JOSEPH, John. 2012. “The Genius of the Italian Language: Politics and Poetics”. *Historiographia Linguistica* 39. 369-377.
- KOERNER, E.F. Konrad. 1978. *Toward a Historiography of Linguistics*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- KOERNER, E.F. Konrad. 1995. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- KOERNER, E.F. Konrad. 1999. *Linguistic Historiography: Projects & Prospects*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- KOERNER, E.F. Konrad. 2004. *Essays in the History of Linguistics*. Amsterdam–Philadelphia: J. Benjamins.
- KOERNER, E.F. Konrad. 2007. “La Historiografía de la lingüística. Pasado, presente, futuro”. *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*, ed. por Josefa DORTA, Cristóbal CORRALES ZUMBADO & Dolores CORBELLA, 15-56. Madrid: Arco Libros.
- KUHN, Thomas Samuel. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press. [21969, segunda edição com posfácio, Chicago: University of Chicago Press]

- KUHN, Thomas Samuel. 1977. *The Essential Tension. Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAUDAN, Larry. 1984. *Science and Value. The Aims of Science and their Role in Scientific Debate*. Berkeley: University of California Press.
- LAUWERS, Peter. 2004. *La description du français entre la tradition grammaticale et la modernité linguistique. Étude historiographique et épistémologique de la grammaire française entre 1907 et 1948*. Leuven–Paris: Peeters.
- LAW, Vivien. 1998. “In Defense of Contextualism”. *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, ed. por Peter SCHMITTER & Marijke VAN DER WAL, 119-125. Münster: Nodus.
- LAW, Vivien. 2003. *The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEPSCHY, Giulio. ed. 1994-1998. *History of Linguistics*. London: Longman. [4 vols]
- LLITERAS, Margarita – María José MARTÍNEZ ALCALDE – Pierre SWIGGERS. 2013. “Présentation [de la section ‘Histoire de la linguistique et de la philologie romanes’]”. *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas (Valencia 2010)*, ed. por Emili CASANOVA HERRERA & César CALVO RIGUAL, vol. VII, 481-487. Berlin: W. De Gruyter.
- MALKIEL, Yakov & Margaret LANGDON. 1969. “History and Histories of Linguistics”. *Romance Philology* 22.530-569.
- MILROY, Lesley. 1980. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell.
- MURRAY, Stephen O. 1994. *Theory Groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- NERLICH, Brigitte & David D. CLARKE. 1996. *Language, Action and Context. The early history of pragmatics in Europe and America 1780-1930*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- NOORDEGRAAF, Jan. 1990. “National Traditions and Linguistic Historiography. The case of general grammar in the Netherlands”. *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*, ed. por Werner HÜLLEN, 287-302. Münster: Nodus.
- PADLEY, George A. 1983. “La norme dans la tradition des grammairiens”. *La norme linguistique*, ed. por Edith BÉDARD & Jacques MAURIS, 69-104. Québec: Gouvernement du Québec; Paris: CILF.
- PARRET, Herman. ed. 1976. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin: W. De Gruyter.

- PARRET, Herman. 1979. *Filosofie en taalwetenschap*. Assen: Van Gorcum.
- PASSMORE, John. 1967. "Philosophy, history of –". *Encyclopaedia of Philosophy*, ed. por Paul EDWARDS, vol. 6, 226-230. New York: Macmillan.
- PERCIVAL, W. Keith. 1976. "The Applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics". *Language* 52.285-294.
- PERELMAN, Chaïm. 1969. "Sens et catégories en histoire". *Les catégories en histoire*, 133-147. Bruxelles: Presses de l'Université Libre.
- PUECH, Christian. ed. 2006. *Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection* (= *Histoire, Épistémologie, Langage* 28/1).
- RIDRUEJO, Emilio. 2007. "Lingüística misionera". *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico*, ed. por Josefa DORTA, Cristóbal CORRALES ZUMBADO & Dolores CORBELLA, 435-477. Madrid: Arco Libros.
- ROBINS, Robert H. 1997. *A Short History of Linguistics*. [Quarta edição] London: Longman. [Primeira edição: 1967]
- ROGGENBUCK, Simone. 2005. *Die Wiederkehr der Bilder. Arboreszenz und Raster in der interdisziplinären Geschichte der Sprachwissenschaft*. Tübingen: Narr.
- SCHLAPS, Christiane. 2004. "The 'Genius of Language'". *Historiographia Linguistica* 31. 367-388.
- SCHMITTER, Peter. 1982. *Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik: Struktur – Methodik – theoretische Fundierung*. Tübingen: Narr.
- SCHMITTER, Peter. ed. 1987–2007. *Geschichte der Sprachtheorie*. Tübingen: Narr. [9 vols.]
- SCHMITTER, Peter. 1990. *Essays Towards a History of Semantics*. Münster: Nodus.
- SCHMITTER, Peter. 1994. "Narrativity as a Metahistorical Term: Some Systematic and Historical Considerations". *Perspectives on English*, ed. por Keith CARLON, Kristin DAVIDSE & Brygida RUDZKA-OSTYN, 140-157. Leuven – Paris: Peeters.
- SCHMITTER, Peter. 1998. "Der Begriff des Forschungsprogramms als metahistoriographische Kategorie der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik". *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, ed. por Peter SCHMITTER & Marijke VAN DER WAL, 133-152. Münster: Nodus.
- SCHMITTER, Peter. 2003. *Historiographie und Narration. Metahistoriographische Aspekte der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik*. Tübingen: Narr; Seoul: Sowadalmidia.

- SCHMITTER, Peter & Marijke VAN DER WAL. eds. 1998. *Metahistoriography. Theoretical and methodological aspects of the historiography of linguistics*. Münster: Nodus.
- SCHNEIDER, Gisela. 1973. *Zum Begriff des Lautgesetzes in der Sprachwissenschaft seit den Junggrammatikern*. Tübingen: Narr.
- SCHON, Donald A. 1963. *Displacement of Concepts*. London – New York: Tavistock. [1969²: *Invention and the Evolution of Ideas*. London – New York: Tavistock]
- SEBEEK, Thomas A. ed. 1975. *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*. The Hague: Mouton.
- SIEBENBORN, Elmar. 1976. *Die Lehre von der Sprachrichtigkeit und ihren Kriterien: Studien zur antiken normativen Grammatik*. Amsterdam: Grüner.
- SIMONE, Raffaele. 1995. “Purus historicus est asinus: Quattro modi di fare storia della linguística”. *Lingua e Stile* 30.117-126.
- SIOUFFI, Gilles. 2010. *Le génie de la langue française: études sur les structures imaginaires de la description linguistique à l’âge classique*. Paris: Champion.
- SNEED, Joseph D. 1971. *The Logical Structure of Mathematical Physics*. Dordrecht: Reidel.
- STAMMERJOHANN, Harro. ed. 1996. *Lexicon grammaticorum*. Tübingen: Niemeyer. [2009², *Lexicon grammaticorum. A Bio-Bibliographical Companion to the History of Linguistics*. Tübingen: Niemeyer, 2 vols.]
- STEGMÜLLER, Wolfgang. 1979. *The Structuralist View of Theories*. Berlin: Springer.
- STEGMÜLLER, Wolfgang. 1983. *Probleme und Resultate der Wissenschaftstheorie und Analytischen Philosophie*. Vol. I: *Erklärung – Begründung – Kausalität*. [Segunda edição] Berlin: Springer. [1969¹]
- SWIGGERS, Pierre. 1979. “Note épistémologique sur le statut de l’historiographie de la linguística”. *Histoire, Épistémologie, Langage* 1.61-63.
- SWIGGERS, Pierre. 1980. “The Historiography of Linguistics”. *Linguistics* 18.703-720.
- SWIGGERS, Pierre. 1981a. “The History-writing of Linguistics: A Methodological Note”. *General Linguistics* 21,1.11-16.
- SWIGGERS, Pierre. 1981b. “Comment écrire l’histoire de la linguística?”. *Lingua* 55.63-74.
- SWIGGERS, Pierre. 1983. “La méthodologie de l’historiographie de la linguística”. *Folia Linguistica Historica* 4.55-79.

- SWIGGERS, Pierre. 1984. "La construction d'une théorie de l'historiographie de la linguistique: quelques réflexions méthodologiques". *Matériaux pour une histoire des théories linguistiques*, ed. por Sylvain AUROUX et al., 15-21. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- SWIGGERS, Pierre. 1987a. "Histoire et histoires de la linguistique: Bibliographie systématique". *L'Information grammaticale* 32.29-31.
- SWIGGERS, Pierre. 1987b. "Remarques sur le langage historiographique". *Histoire sans paroles*, ed. por Pierre RION, 29-48. Louvain-la-Neuve: Peeters.
- SWIGGERS, Pierre. 1988. "Les premières grammaires des vernaculaires gallo-romans face à la tradition latine: stratégies d'adaptation et de transformation". *L'héritage des grammairiens latins de l'Antiquité aux Lumières. Actes du Colloque de Chantilly 2-4 septembre 1987*, ed. por Irène ROSIER, 259-269. Paris: Société pour l'Information grammaticale.
- SWIGGERS, Pierre. 1989. "Linguistics". *International Encyclopedia of Communications*, ed. por E. BARNOUW, G. GERBNER et al., vol. 2, 431-436. New York – Oxford: Oxford University Press.
- SWIGGERS, Pierre. 1990. "Reflections on (Models for) Linguistic Historiography". *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects*, ed. por Werner HÜLLEN, 21-34. Münster: Nodus.
- SWIGGERS, Pierre. 1991a. "L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes". In: *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists, Berlin/GDR, August 10 - August 15, 1987*, 2713-2716. Berlin: Akademie-Verlag.
- SWIGGERS, Pierre. 1991b. "Creuser dans l'histoire des sciences du langage: vers une archéologie du savoir linguistique". *La constitution du document en histoire des sciences du langage (= La Licorne 19)*, ed. por Jacques-Philippe SAINT-GÉRAND, 115-134.
- SWIGGERS, Pierre. 1993. "Langage, Langue(s), Comparaison et Histoire aux Temps modernes". *Münstersches Logbuch zur Linguistik* 4.1-29.
- SWIGGERS, Pierre. 1996. "L'étymologie: Les transformations de l'étude historique du vocabulaire aux Temps Modernes". *Sprachtheorien der Neuzeit II: Von der Grammaire de Port-Royal (1660) zur Konstitution moderner linguistischer Disziplinen (= Geschichte der Sprachtheorie, Band V)*, ed. por Peter SCHMITTER, 352-385. Tübingen: Narr.
- SWIGGERS, Pierre. 1997a. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: P.U.F.

- SWIGGERS, Pierre. 1997b. “Français, italien (et espagnol): un concours de ‘précellence’ chez Henri Estienne”. *Italica et Romanica. Festschrift für Max Pfister zum 65. Geburtstag*, ed. por Günter HOLTUS, Johannes KRAMER & Wolfgang SCHWEICKARD, vol. II, 297-311. Tübingen: Max Niemeyer
- SWIGGERS, Pierre. 1998. “History of Linguistics”. *Encyclopedia Americana*, vol. 17, 532f-532p. New York: Grolier.
- SWIGGERS, Pierre. 2001a. “La philologie romane de Dante à Raynouard: Linguistique et grammaticographie romanes (article 1b)”. *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, ed. por Günter HOLTUS, Michael METZELTIN & Christian SCHMITT, vol. I, 1, 36-121. Tübingen: Niemeyer.
- SWIGGERS, Pierre. 2001b. “L’histoire des grammaires et des manuels de langues romanes (article 17a, b, d)”. *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, ed. por Günter HOLTUS, Michael METZELTIN & Christian SCHMITT, vol. I, 1, 476-532. Tübingen: Niemeyer.
- SWIGGERS, Pierre. 2003. “Continuités et discontinuités, tension et synergie: les rapports du latin et des langues vernaculaires, reflétés dans la modélisation grammaticographique”. *The Dawn of the Written Vernacular in Western Europe*, ed. por Michèle GOYENS & Werner VERBEKE, 71-105. Leuven: Leuven University Press.
- SWIGGERS, Pierre. 2004. “Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística”. *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL, La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2005*, ed. por Cristóbal CORRALES ZUMBADO, Josefa DORTA LUIS *et al.*, vol. I, 113-146. Madrid: Arco Libros.
- SWIGGERS, Pierre. 2006. “Another Brick in the Wall: The Dynamics of the History of Linguistics”. *Amicitia in Academia. Composities voor Els Elffers*, ed. por Jan NOORDEGRAAF, Frank VONK & Marijke VAN DER WAL, 21-28. Münster: Nodus.
- SWIGGERS, Pierre. 2009. “La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones”. *Revista argentina de historiografía lingüística* 1. 67-76. [versão eletrônica: www.rahl.com.ar]
- SWIGGERS, Pierre. 2010. “History and Historiography of Linguistics; Status, Standards and Standing” + Tradução portuguesa: “História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações”. Trad. por Profa. Dra. Cristina ALTMAN. *Eutomia. Revista Online de Literatura e Linguística* 3/2. [Dezembro 2010; <http://www.Revistaeutomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaquez.html>]

- SWIGGERS, Pierre. 2011. “Terminología gramatical y lingüística: Elementos de análisis historiográfico y metodológico”. *Res Diachronicae* 7. 11-35.
- SWIGGERS, Pierre. 2012a. “Linguistic Historiography: Object, Methodology, Modelization”. *Revista Todas as Letras* 14:1. 38-53. [http: www3.mackenzie.br/editor/index.php/tl/issue/current]
- SWIGGERS, Pierre. 2012b. “Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos con referencia a la (historia de la) gramática española y francesa”. *Lengua, literatura y educación en la España del siglo XIX*, ed. por Neus VILA RUBIO, 15-37. Bern – Berlin: Peter Lang; Lérida: Edicions i Publicacions de la Universitat de Lleida.
- SWIGGERS, Pierre. 2013. “Aspectos del desarrollo de la lingüística histórica en los siglos XIX y XX”. *III Congreso de la Cátedra Luis Michelena*, ed. por Ricardo GÓMEZ *et al.*, 405-450. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- SWIGGERS, Pierre, Piet DESMET & Lieve JOOKEN. 1998a. “Metahistoriography Meets (Linguistic) Historiography”. *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, ed. por Peter SCHMITTER & Marijke VAN DER WAL, 29-59. Münster: Nodus.
- SWIGGERS, Pierre, Piet DESMET & Lieve JOOKEN. 1998b. “History, Historiography, Metahistoriography: The (Non Trivial?) Sign of Three; History, Where are You?”. *Metahistoriography. Theoretical and Methodological Aspects of the Historiography of Linguistics*, ed. por Peter SCHMITTER & Marijke VAN DER WAL, 77-85. Münster: Nodus.
- SWIGGERS, Pierre & Carmen QUIJADA VAN DEN BERGHE. 2011. “La terminología del pronombre en la gramática española, de Nebrija (1492) a Bello (1847): Algunos apuntes”. *Res Diachronicae* 7. 263-292.
- SWIGGERS, Pierre & Alfons WOUTERS. eds. 1996. *Ancient Grammar: Content and Context*. Leuven – Paris: Peeters.
- SWIGGERS, Pierre & Alfons WOUTERS. 2004. “The Concept of “Grammar” in Antiquity”. *The History of Linguistics in Texts and Concepts*, ed. por Gerda HASSLER, vol. I, 73-85. Münster: Nodus.
- SWIGGERS, Pierre & Alfons WOUTERS. 2011. “Grammar: Between *Bildung* and *Erinnerungskultur*”. *Ancient Grammar and its Posterior Tradition*, ed. por Nikolaj KAZANSKY *et al.*, 3-25. Leuven – Paris – Walpole: Peeters.
- SZOC, Sara. 2013. *Le prime grammatiche d’italiano nei Paesi Bassi (1555-1710). Struttura, argomentazione e terminologia della descrizione grammaticale*. KU Leuven [Tese de doutorado].

- SZOC, Sara & Pierre SWIGGERS. 2013. “Au carrefour de la (méta)lexicographie, de la terminographie, de la grammaticographie et de la linguistique contrastive: La terminologie grammaticale dans les grammaires de l’italien aux Pays-Bas”. *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas (Valencia 2010)*, ed. por EmiliCASANOVA HER-RERA & CésarCALVO RIGUAL, vol. VII, 653-666. Berlin: W. De Gruyter.
- VAN DER POT, Johan H.J. 1951. *De periodisering der geschiedenis. Een overzicht der theorieën*. ’s Gravenhage: Van Stockum.
- VAN HAL, Toon. 2010. ‘Moedertalen en taalmoeders’. *Het vroegmoderne taalvergelijkende onderzoek in de Lage Landen*. Brussel: Koninklijke Vlaamse Academie van België voor Wetenschappen en Kunsten.
- VAN HAL, Toon. 2012. “‘Génie de la langue’: the genesis and early evolution of a key notion in Early Modern European learning”. *Language & History* 56/2. 81-97.
- VERLEYEN, Stijn. 2008. *Fonction, forme et variation. Analyse métathéorique de trois modèles du changement phonique au XX^e siècle (1929-1982)*. Leuven – Paris: Peeters.
- VEYNE, Paul. 1971. *Comment on écrit l’histoire. Essai d’épistémologie*. Paris: Seuil.
- WINDISCH, Rudolf. 1988. *Zum Sprachwandel von den Junggrammatikern zu Labov*. Frankfurt: Lang.
- ZWARTJES, Otto. 2011. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- ZWARTJES, Otto & Cristina ALTMAN. eds. 2005. *Missionary Linguistics II / Lingüística misionera II. Orthography and Phonology*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- ZWARTJES, Otto & Even HOVDHAUGEN. eds. 2004. *Missionary Linguistics [I] / Lingüística misionera [II]*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- ZWARTJES, Otto, Gregory JAMES & Emilio RIDRUEJO. eds. 2007. *Missionary Linguistics III / Lingüística misionera III. Morphology and Syntax*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- ZWARTJES, Otto, Ramón ARZÁPALO & Thomas SMITH-STARK. eds. 2009. *Missionary Linguistics IV / Lingüística misionera IV. Lexicography*. Amsterdam – Philadelphia: J. Benjamins.
- ZWARTJES, Otto & E.F. Konrad KOERNER. eds. 2009. *Quot homines tot artes: New Studies in Missionary Linguistics*. (= *Historiographia Linguistica* 36/2-3).

A PRIMEIRA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA IMPRESSA NO
BRASIL: A *ARTE DE GRAMMATICA PORTUGUEZA* (1816)
DE INÁCIO FELIZARDO FORTES

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

kemmler@utad.pt

RESUMO:

Este artigo oferece um estudo sobre a *Arte de grammatica portugueza*, do padre Inácio Felizardo Fortes, primeira gramática de língua portuguesa escrita por autor brasileiro a ser publicada no Brasil.

ABSTRACT:

This article offers a research on Father Inácio Felizardo Fortes' *Arte de grammatica portugueza*, the first Portuguese language grammar written by a Brazilian author that has been published in Brazil.

1. Introdução.

Durante os primeiros séculos do Brasil colonial, a impressão e divulgação de qualquer obra metalinguística em forma impressa no Brasil estava condicionada, até inícios do século XIX, pela ausência de prelos e pela obrigatoriedade da fiscalização dos pedidos de licença de impressão por parte do sistema régio e eclesiástico de censura, baseado na capital do reino.

Com a deslocação da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro desde finais de 1807 e a subsequente instalação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1808, tem início a atividade tipográfica e editorial no Brasil¹.

No que respeita aos inícios da tradição metalinguística propriamente brasileira, é digna de nota a redação e publicação da primeira gramática portuguesa

¹ Para as informações mais essenciais sobre os inícios da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, veja-se os textos introdutórios em Camargo / Moraes (1993: XI-XXVIII).

por um autor oriundo do Brasil. No entanto, como se sabe, a primeira edição do *Epitome da grammatica da lingua portugueza* do carioca Antônio de Morais Silva (1755-1824)² não foi publicada no Brasil, mas sim em Lisboa em 1806.

O testemunho dos elementos bibliográficos conhecidos³ leva-nos a considerar como a primeira gramática publicada no Brasil a *Arte de grammatica portugueza* (1816) do padre Inácio Felizardo Fortes, uma obra até agora aparentemente ‘ilustre desconhecida’ que apresentaremos a seguir.

2. Inácio Felizardo Fortes (?-1858)

É de lamentar que não dispomos de muitas informações sobre o nosso autor, pelo que nos temos que limitar quase inteiramente aos detalhes fornecidos por Sacramento Blake (1895, II: 264):

Ignacio Felizardo Fortes – Presbytero do habito de S. Pedro, nasceu no ultimo quartel do seculo 18º e falleceu em 1856 em Cabo Frio, provincia do Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de professor publico de latim na freguezia de Nossa Senhora da Assumpção por muitos annos e tambem a advocacia. Era reputado como um grande latinista [...]⁴.

Segundo as informações do bibliógrafo brasileiro, o padre Fortes era presbítero secular, tendo nascido em finais do século XVIII e falecido em 1856 em Cabo Frio (RJ). Ainda segundo esta fonte, nota-se como detalhe curioso que Fortes não somente teria exercido o magistério público, mas também a advocacia naquela cidade.

2 Trata-se, com efeito, da terceira gramática da língua portuguesa, cuja primeira edição tenha sido publicada no século XIX. O *Epitome* de Morais seguiu a duas gramáticas publicadas em 1804, nomeadamente à *Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros* de Manuel Dias de Sousa (1753-1827) e o anônimo *Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza*. Para mais informações sobre estas duas gramáticas oitocentistas, veja-se Kemmler (2013).

3 Aproveitamos para remeter para o repertório bibliográfico de Cardoso (1994) que reúne a maioria das obras metalinguísticas conhecidas desde 1500 até 1920.

4 Algo menos bem informado, o *Diccionario Bibliographico Portuguez* fornece informações ao longo de três entradas. Assim Silva (1859, II: 207) informa: «P. IGNACIO FELIZARDO FORTES, Presbytero secular, natural do Rio de Janeiro. – Nada mais sei de suas circunstancias pessoaes». Em Silva (1883, X: 50) acrescenta-se: «Foi professor da lingua latina», em Silva (1884, XI: 264) o bibliógrafo adiciona «M. depois de 1840 na cidade de Cabo Frio, onde exerceu por muitos annos o cargo de professor publico da lingua latina», referindo como fonte a obra de Cabral (1881: 122, 151).

Não podemos deixar de julgar curiosa a omissão da referência ao lugar de nascimento do gramático. Afinal, não é somente Inocêncio que estabelece a sua naturalidade carioca, mas também o próprio o faz, ao identificar-se como tradutor no rosto da tradução brasileira da *Historia do Brasil* (Fortes 1818, I: [I])⁵.

3. A Arte de grammatica portugueza (1816).

Mesmo que hoje seja uma obra difícil de encontrar nas bibliotecas públicas e particulares (tendo, por isso, passado a ser quase esquecida nos dias de hoje), conseguimos localizar um exemplar da primeira edição nos acervos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Ponta Delgada (cota CONV. 5087 RES)⁶. Parece evidente que a gramática teve bastante êxito, uma vez que os repertórios bibliográficos informam sobre a existência de, pelo menos, catorze edições até 1862:

– *Arte de grammatica portugueza*, que para uso dos seus discipulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes. Rio de Janeiro, 1816, in-8.º – Ha varias edições desta grammatica, o que comprova o bom acolhimento que teve. Destas citarei a terceira, mais correcta e augmentada, de 1825; a nona, de 1844, igualmente mais correcta e augmentada; a decima segunda de 1851; a decima terceira de 1855; a decima quarta de 1862, todas do Rio de Janeiro, in-8º (Blake 1895, II: 265)⁷.

5 Trata-se da tradução brasileira, em dois volumes, da obra *Histoire du Brésil: depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810* do autor francês Alphonse Beauchamp (1767-1832).

6 O exemplar encontra-se em bastante mau estado, com muitos furos de cupim, que por vezes chegam a dificultar a leitura. Será uma mera coincidência curiosa que o único exemplar que conseguimos localizar se encontre precisamente no meio do Atlântico?

7 A respetiva entrada em Inocêncio fornece os nomes dos editores das últimas três edições, omitidos por Sacramento Blake: «442) *Arte de grammatica portugueza, que para o uso dos seus discipulos compoz*, etc. Rio de Janeiro, na imp. Regia, 1816. 8.º - D'esta obra tem-se feito muitas edições, sendo as ultimas registadas no livro acima indicado: *Decima segunda*. Ibi, na typ. de Silva Lima, 1851. 8.º - *Decima terceira*. Ibi, na mesma typ., 1855. 8.º - *Decima quarta*. Ibi, na typ. de N. Lobo Vianna & Filhos, 1862. 8.º» (Silva 1884, XI: 264).

Sendo desprovida de um índice propriamente dito, a estrutura do exemplar da primeira edição de 1816 apresenta-se como se segue:

Conteúdos de Fortes (1816)	páginas
[rosto]	[I]
[página em branco]	[II]
DEDICATORIA.	[III]
[página em branco]	[IV]
PROLOGO.	V-VIII
LIVRO I.	9-19
CAPITULO I. PROEMIO.	9-10
CAPITULO II. Da Etimologia. <i>Do nome substantivo.</i>	10-11
CAPITULO III. <i>Do nome adjectivo.</i>	11-12
CAPITULO IV. <i>Do Pronome.</i>	12-13
CAPITULO V. <i>Do Participio.</i>	13
CAPITULO VI. <i>Dos numeros, e dos casos.</i>	14
CAPITULO VII. <i>Do Artigo.</i>	14-15
CAPITULO VIII. <i>Declinação dos nomes substantivos, e dos pronomes Eu e Tu.</i>	15-17
CAPITULO IX. <i>Da formação do plural dos nomes.</i>	18-19
CAPITULO X. <i>Da formação dos Comparativos, e Superlativos.</i>	19
LIVRO II. Dos generos.	20-24
CAPITULO I. <i>Dos generos conhecidos pela significação.</i>	9-10
CAPITULO II. <i>Dos generos conhecidos pela terminação.</i>	20-21
LIVRO III. Dos verbos.	25-60
CAPITULO I. <i>Dos verbos, e suas divisões.</i>	25-26
CAPITULO II. <i>Conjugação do verbo Ter.</i>	26-31
CAPITULO III. <i>Conjugação do verbo Haver.</i>	32-37
CAPITULO IV. <i>Conjugação do verbo Ser.</i>	37-42
CAPITULO V. <i>Primeira Conjugação.</i>	42-47
CAPITULO VI. <i>Segunda Conjugação.</i>	48-53
CAPITULO VII. <i>Terceira Conjugação.</i>	54-60
LIVRO IV. <i>Dos Preteritos, e participios de verbos.</i>	60-63
CAPITULO I. <i>Dos Preteritos, e participios do preterito da primeira Conjugação.</i>	60
CAPITULO II. <i>Dos Preteritos, e participios do preterito da segunda conjugação.</i>	61-62
CAPITULO III. <i>Dos Preteritos, e participios do preterito da terceira Conjugação.</i>	62
CAPITULO IV ⁸ .	63

8 Este capítulo unicamente contém a seguinte afirmação sobre o verbo ‘pôr’ em Fortes (1816: 63): «O Verbo *Pôr* não segue conjugação alguma, e faz no preterito *puz*, e no participio *posto, posta, e assim os seus compostos*».

LIVRO V. <i>Do Adverbio, Conjunção, Interjeição e Preposição.</i>	64-68
CAPITULO I. <i>Do Adverbio.</i>	64-65
CAPITULO II. <i>Da Conjunção.</i>	66
CAPITULO III. <i>Da Interjeição.</i>	67
CAPITULO IV. <i>Da Preposição.</i>	68
LIVRO VI. <i>Da Prosodia.</i>	69-76
CAPITULO I. <i>Das syllabas primeiras, e medias.</i>	69-70
CAPITULO II. <i>Das ultimas syllabas.</i>	70-76
LIVRO VII. <i>Da Syntaxe.</i>	77-87
CAPITULO I. <i>Da Syntaxe de concordancia.</i>	77-80
CAPITULO II. <i>Da Syntaxe de regencia.</i>	81-82
CAPITULO III. <i>Do Dativo.</i>	82
CAPITULO IV. <i>Do Accusativo.</i>	83
CAPITULO V. <i>Do Ablativo.</i>	84-87
LIVRO VIII. <i>Da Syntaxe figurada.</i>	88-93
CAPITULO I. <i>Das figuras das sentenças.</i>	88-92
CAPITULO II. <i>Das figuras da dicção.</i>	92-93
ERRATAS.	[I]

Por ocupar 93 páginas na sequência maioritariamente paginada, bem como uma página não paginada das ‘Erratas’, o opúsculo de Fortes é claramente uma das obras metalinguísticas mais sucintas desde os inícios da gramaticografia portuguesa até à segunda década de oitocentos. Apesar disso, a gramática apresenta uma divisão em nada menos de oito livros, os quais, por sua vez, se encontram divididos num total de 36 capítulos.

Dentro da lógica da obra, os cinco primeiros livros são inteiramente dedicados ao campo da morfologia, identificado por Fortes (1812: 9) pela designação então habitual de ‘Etimologia’. Ao passo que o sexto livro se dedica à prosódia, os últimos dois livros pertencem ao campo da sintaxe⁹. Como veremos adiante, o autor menciona explicitamente a sua fonte, isto é, a gramática latino-portuguesa do oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Prescindindo do mesmo grau de profundidade por razões de espaço, consideramos conveniente fornecer uma breve listagem dos conteúdos de um dos nossos exemplares da gramática de Figueiredo:

⁹ A quarta parte da gramática (enunciada como primeira parte em Fortes 1816: 9) é a ortografia que não se contra considerada na obra do nosso autor.

Conteúdos de Figueiredo (1765)	páginas
[rosto]	[I]
[página em branco]	[II]
PROLOGO.	i-xcviii
PROLOGO DA TERCEIRA IMPRESSÃO.	[I]
[citação latina] ¹⁰	[II]
INTRODUCCÃO DOS ELEMENTOS, E PARTES da Oração Latina.	1-4
PARTE I.	5-214
LIVRO I. Do Nome, Pronome, Participio, suas differenças, e declinações.	5-45
LIVRO II. Do Genero dos Nomes.	46-70
LIVRO III. Do Verbo, suas differenças, e conjugações.	71-154
LIVRO IV. Dos Preteritos, e Supinos dos Verbos.	155-185
LIVRO V. Da Preposição, Adverbio, Conjunção, e Interjeição.	186-188
LIVRO VI. Da quantidade das Syllabas.	189-214
PARTE II. DA SYNTAXE.	215-262
PROLOGO DA TERCEIRA IMPRESSÃO.	215-217
[citações latinas] ¹¹	[218]
INTRODUCC,ÃO.	[219]
[página em branco]	[220]
LIVRO I. Da Syntaxe de Concordancia.	221-227
LIVRO II. Da Syntaxe de Regencia.	228-247
LIVRO III.	248-262
NOTAS AO NOVO METHODO PARTE I.	263-343
[página em branco]	[344]
NOTAS AO NOVO METHODO PARTE II.	345-363
[Errata]	[I]
PRIVILEGIO.	[II-III]

Como resultado, vimos que a gramática latino-portuguesa está dividida em duas partes. Na primeira parte, os primeiros cinco livros são dedicados à morfologia, o sexto livro contém a prosódia. Já na segunda parte temos três livros, todos eles dedicados a aspetos vários da sintaxe¹².

10 Trata-se de um trecho do retor latino Marcus Fabius Quintilianus (*Instit. Orator*: lib. 12.-cap. 11).

11 Trata-se de quatro trechos latinos de Seneca (*Epist.* xxxiii), dois textos de Horatius (lib., ii, *Epist.* i), e Cicero (*in Oratore* cap. iii).

12 Na essência, podemos observar a mesma macroestrutura (isto é, a divisão em duas partes com seis e três livros, respetivamente) na *Arte da grammatica portugueza* de Lobato (1770), se bem que esta apresente por vezes uns títulos por vezes divergentes.

Parece evidente que Fortes (1816) tenha aproveitado em larga medida a macroestrutura de Figueiredo (1765), considerando na sua divisão bastante similar um total de oito livros em vez dos nove de Figueiredo.

3.1 Paratextos.

A gramática do padre Fortes apresenta dois paratextos interessantes que veremos em seguida. Perante a omissão, no rosto, de qualquer referência à pessoa mencionada na dedicatória, evidencia-se que estamos perante um estilo diferente de dedicatória do que se observa em obras congêneres contemporâneas que maioritariamente costumam apresentar uma referência desta natureza no rosto¹³.

DEDICATORIA.

Ao Illustrissimo Senhor Luiz José de Carvalho e Mello, do Conselho de Sua Magestade, seu Desembargador do Paço, Encarregado da direcção geral dos Estudos.

ILL.^{MO} SENHOR.

OS Conhecimentos, que enriquecem a alma de V. SENHORIA, o amor, que V. SENHORIA tem ás Bellas Letras, e sobre tudo o ser V. SENHORIA o Encarregado da direcção geral dos Estudos, são motivos cheios para que eu dedique a V. SENHORIA a presente Arte de Grammatica Portugueza, que compuz para o uso dos meus discipulos, e que pertendo dar á luz debaixo dos auspicios de V. SENHORIA. As razões, que me movêrão a compô-la, vão expendidas no Prologo, que a precede; e essas mesmas creio que são sufficientes, para que ella mereça a protecção de V. SENHORIA

Deos guarde a V. SENHORIA por muito annos.

¹³ Mais do que meras *captationes benevolentiae*, as referências à pessoa a quem a obra foi dedicada evidentemente podia igualmente ter fins publicitários. Nestes moldes, não surpreende, que a referência extensa à dedicatória a Sebastião José de Carvalho e Melo (primeiro Marquês de Pombal, 1699-1782) nos rostos das edições setecentistas da *Arte da grammatica da lingua portugueza* (¹1770) de António José dos Reis Lobato, tenha sido reproduzida, embora com algumas reduções textuais, também nas edições posteriores da gramática, ainda décadas após a queda do Marquês (sobre esta obra e as suas edições, veja-se Assunção 2000). Semelhantemente, a referência, no título, à dedicatória a D. Francisco António, Príncipe da Beira (1795-1801), nas primeiras três edições da *Arte da Grammatica Portugueza* (1799) de Pedro José de Figueiredo (1762-1826), põe em evidência a utilidade da referência a uma dedicatória mesmo anos após a morte da pessoa em questão (Cf. Duarte, 2013).

DE V. SENHORIA

O mais reverente venerador

Padre Ignacio Felizardo Fortes.

Como se vê, a dedicatória é dirigida a Luís José de Carvalho e Melo (1764-1826), identificado como membro do Conselho Real, Desembargador na Mesa do Desembargo do Paço e ‘encarregado da direcção geral dos Estudos’¹⁴. No que respeita a este importante político brasileiro da época, o primeiro visconde da Cachoeira, é de notar que a ‘coincidência’ dos apelidos ‘de Carvalho e Melo’ se deve ao facto de o estadista, natural de Salvador da Bahia, ser filho de João de Carvalho e de Antônia Maria de Melo, tendo falecido no Rio de Janeiro em 1826¹⁵.

Apesar de termos consciência de que se trata de uma citação bastante extensa, não queremos deixar de apresentar ainda o seguinte paratexto, dirigido ao leitor da obra:

PROLOGO.

SEndo o estudo da Lingua materna tão necessario, e tão recommendado por tantos homens Sábios de todas as Nações cultas; e sendo por isso o da nossa Lingua determinado nas Aulas de Grammatica Latina pelo Alvará do Senhor Rei D. José, publicado aos 30 de Setembro de 1770, e sendo igualmente certo, que o estado na Lingua Latina entre nós he (como o da Grega entre os Romanos) por onde começamos a carreira das Sciencias, e tão necessario (por isso mesmo que a Lingua Portugueza he em quasi todos os seus vocabulos derivada da Latina) que por mais que qualquer se canse em estudar, só a Portugueza, jámais poderá nem fallá-la, nem escrevêl-a correctamente, por não ter os conhecimentos etimologicos, que só se achão na Latina, não sendo ainda bastantes as regras da Ortografia para escrever com inteira perfeição: e vendo eu, que as Artes Portuguezas até aqui

14 Não conseguimos encontrar qualquer referência que confirme a pertença de Melo à ‘Junta da Diretoria Geral dos Estudos do Reino’, estabelecida em Coimbra no ano de 1800. No entanto, faz sentido que também esta junta tenha tido uma continuação no Brasil após a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

15 Veja-se o artigo de Azevedo (1869: 89-93), em que se oferece uma breve biografia deste jurista que foi um dos responsáveis pela primeira constituição brasileira.

impressas, sendo algumas muito boas, são tão pouco accommodadas ás Latinas, que conheço por experiencia, que os estudantes, de ordinario impuberes, e por isso faltos de intelligencia para poderem combinar as regras Grammaticaes de huma, e outra Lingua, passando a aprender as da Latina, sendo pela maior parte as mesmas da Portugueza, se persuadem que estão aprendendo regras inteiramente novas: resolvi-me a reduzir as do grande Padre Antonio Pereira de Figueiredo, hoje seguida nas Aulas de Grammatica Latina destes Reinos; resolvi-me, digo, a fazer dellas huma Arte para o uso dos meus Discipulos, e dal-a á luz, tanto para evitar o trabalho das copias manuscriptas, que sempre estão sujeitas a erros, e necessitando de hum novo trabalho de correcção, como para utilidade tambem da mocidade Portugueza, que della se quizer aproveitar. Segui por isso, o mais que me foi possível, as mesmas definições, e regras, e até os mesmos exemplos do Padre Pereira. O tratado da etimologia he quasi todo o mesmo. Nas declinações dos nomes (não fallando na inteira differença, que ha nas duas Linguas) por attender á brevidade, omitti as declinações de adjectivos, e pronomes (excepto os pronomes *Eu*, e *Tu*) tanto por que com summa facilidade se declinão pelos dois substantivos, que servem de exemplo quer com os artigos, quer com proposições; como por que no uso quotidiano de declinar nomes (o que nas Aulas se chama *fazer themas*) fica-se sabendo com facilidade aquillo, que custaria mais tempo, e mais trabalho a decorar. O mesmo observei nos verbos, pois só appresento os tres auxiliares, e as tres conjugações regulares: os irregulares, sabidos aquelles, com muita facilidade se sabem, conjugando-se em themas todos os dias, e na correcção delles mostrando o Mestre, onde se apartão da regularidade das conjugações. A Syntaxe he quasi toda a mesma do Padre Pereira: e deste modo, tendo hum estudante aprendido os preceitos Grammaticaes da Lingua Portugueza, e passando para a Latina, aprende os preceitos desta em metade, e ainda em menos de metade do tempo, em que alias os poderia aprender; e até com muito mais facilidade, e perceção, por ir entrando no conhecimento de huma Lingua estranha pelos mesmos principios, por onde aprendeo a sua. Conhecerá finalmente o Público respeitavel, que se não fiz huma obra inteiramente digna da sua acceitação, ao menos foi o meu trabalho dirigido á sua utilidade (Fortes 1816: [V]-VIII).

Partindo do celeberrimo alvará de 30 de setembro de 1770, com o qual a *Arte da grammatica da lingua portugueza* de Lobato chegou a ser consagrada como a primeira gramática oficial do ensino da língua portuguesa no âmbito das aulas de latim, Fortes acaba por constatar que mesmo aquelas gramáticas dignas de atenção ‘são tão pouco accommodadas ás Latinas’, de modo que pretende oferecer uma gramática portuguesa aproximada ao modelo latino.

Para conseguir a desejada proximidade entre o modelo gramatical latino e a sua gramática da língua portuguesa, o autor refere ter optado, como se

explícita no trecho citado, por e um resumo da gramática latina do oratoriano português António Pereira de Figueiredo (1725-1797), por ser ‘hoje seguida nas Aulas de Grammatica Latina destes Reinos’. Perante esta referência à fonte, ficamos, porém, com a dúvida se Fortes está a referir-se ao manual erudito *Novo methodo da grammatica latina, dividido em duas partes: para o uso dos mestres das escolas da Congregação do Oratorio* (Figueiredo ¹1752/1753, ⁵1765) ou à versão compendiada *Novo methodo de grammatica latina, reduzido a compendio* (¹1756, ¹¹1814) que tinha sido declarada como gramática oficial do ensino linguístico da primeira reforma pombalina ¹⁶.

No que respeita à proximidade com o modelo latino-português, o gramático brasileiro é semelhantemente explícito ao constatar que utilizou “[...] as mesmas definições, e regras, e até os mesmos exemplos do Padre Pereira”. Vejamos, então, algumas definições essenciais nesta obra, sempre em confronto com outras obras contemporâneas de relevo, nomeadamente com as respetivas obras de Figueiredo e Lobato.

3.2 A definição do conceito de ‘gramática’.

Na obra de Inácio Fortes, o conceito de ‘gramática’ encontra-se explicado da seguinte maneira:

GRAMMATICA Portugueza he huma arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza.

Divide-se em quatro partes, que são: *Ortografia, Prosodia, Etimologia, e Syntaxe*. Ortografia he huma parte da Grammatica, que ensina a escrever certo.

Prosodia he huma parte da Grammatica, que ensina a quantidade das syllabas, para se pronunciarem com o devido som.

Etimologia he huma parte da Grammatica, que ensina a natureza das palavras, e as suas propriedades.

Syntaxe he huma parte da Grammatica, que ensina a compôr a oração.

16 Proíbe o artigo 7.º do alvará régio de 28 de junho de 1759 (reproduzido com base no original manuscrito em Kemmler 2007: 506) que «[...] daqui em diante se ensinará por outro Methodo q̃ não seja o novo Methodo da Gramatica Latina, reduzido a compendio p.º uzo das Escolas da congregaçãõ do oratorio, composto por Antonio Pereira da mezma Congregaçãõ: ou a Arte da Gramatica Latina reformada por Antonio Felis Mendez Professor em Lix.ª». Com certamente não menos de umas cinquenta edições entre as duas variantes da gramática latina do autor, parece que hoje a gramática em duas partes seja algo mais conhecida do que o compêndio. No entanto, é de constatar que ainda faltam estudos de maior envergadura tanto sobre a obra como sobre as suas edições...

Oração he a comprehensão de sugeito, verbo, e passiente com as circumstancias, que occorrem.

Circunstancia he tudo aquillo, que não he, nem o sugeito, nem o verbo, nem o passiente.

As partes da oração Portugueza são nove: *Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Particípio, Adverbio, Conjunção, Interjeição, e Preposição* (Fortes 1816: 9-10).

Nesta série de definições, o nosso gramático não fornece somente uma definição normativa da gramática, mas também oferece no mesmo âmbito a definição das quatro partes da gramática e enumera as nove partes da oração.

Na gramática latino-portuguesa de Figueiredo igualmente encontramos a designação da gramática como ‘arte’, sendo o conceito normativo ‘livre de erros’ relacionado com a oração, ou seja, como a ‘Oração Latina’¹⁷:

A GRAMMATICA Latina he huma Arte, ou Collecção de Regras, e preceitos, que ensinão a fazer com acerto, e livre de erros a Oração Latina. Desta Oração, que he o fim da Grammatica, são partes as vozes, as syllabas, e as letras (Figueiredo 1765: 1).

Foi já no seu estudo sobre a *Arte da grammatica portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato que o investigador português Carlos Assunção (2000: 57) teve ensejo de chamar a atenção para a correspondência conceptual e mesmo textual entre esta obra e a gramática latino-portuguesa de Figueiredo¹⁸. Face à óbvia importância da obra de Lobato na gramaticografia contemporânea, julgamos que será oportuno ver também as definições do gramático português:

A GRAMMATICA Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza.

Desta definição se collige ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza

Consta a Grammatica Portugueza de quatro partes, que são: Orthografia, Prosodia, Etymologia, e Syntaxe.

A Etymologia, de que havemos de tratar em primeiro lugar, he a parte da Grammatica, que ensina as diversas especies de palavras, que entrão na oração Portugueza, e as suas propriedades (Lobato 1770: 1-2).

17 É de constatar que o compêndio de Figueiredo (1814) não apresenta nenhuma das características que se mencionam no presente capítulo.

18 Com efeito, Assunção (2000: 57-98) destaca as fortes semelhanças entre as duas obras ao longo de boa parte do seu estudo.

A comparação entre os trechos torna evidente que a definição do termo ‘gramática’ de Inácio Fortes coincide quase literalmente com aquela que encontramos na gramática escolar de Lobato. Semelhantemente, também a enumeração e a ordem das partes da gramática (‘Orthografia’ > ‘Prosodia’ > ‘Etymologia’ > ‘Syntaxe’) coincidem. Esta coincidência não deixa de ser notável, especialmente se considerarmos que ambas as obras mantêm a disposição anterior da gramática latino-portuguesa de Figueiredo (1765) ao considerar somente três das referidas partes numa sequência alterada (‘Etymologia’ > ‘Prosodia’ > ‘Syntaxe’), partilhando a característica de não conterem qualquer livro próprio dedicado à ‘Orthografia’¹⁹. No que diz, enfim, respeito às definições das partes da gramática, todas do tipo ‘[...] he huma parte da Grammatica [...]’, parece-nos que deverão ser consideradas como próprias do gramático brasileiro.

Na gramática do oratoriano, a ordem na enumeração das oito partes da oração é a seguinte:

AS vozes, de que como partes pôde constar a Oração Latina, se reduzem commumente a oito, a saber, Nome, Pronome, Participio, Verbo, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição, ainda que esta ultima (fallando rigorosamente) mais seja Oração, que parte da Oração, como em seu lugar veremos (Figueiredo 1765: 3).

Sem qualquer reflexo das correntes modernas da gramaticografia latina de então²⁰, Figueiredo limita-se a referir o sistema clássico da gramaticografia latina, considerando oito partes da oração. Já António José dos Reis Lobato aumenta este número para o português, pois considera o artigo como a primeira das nove partes da oração, passando, para além disso, a enumerar o ‘Participio’ depois do ‘Verbo’:

Na lingua Portugueza ha nove especies de palavras, de que como partes pôde constar a oração Portugueza, a saber: *Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição*. Destas as primeiras cinco são declinaveis, por variarem a terminação, isto he, a ultima syllaba com mudança, ou accrescentamento de letras; e as outras são indeclinaveis, por conservarem sempre a mesma terminação. De todas trataremos por sua ordem (Lobato 1770: 7).

19 A gramática de Lobato nunca foi completada por um livro ou capítulo ortográfico da autoria do próprio autor. No entanto, como documenta Assunção (2000: 32, 34, 36, 37) acontece que alguns livreiros que reeditaram a gramática chegaram a completá-la ao juntar-lhe opúsculos metaortográficos de vários autores pelo menos em 1824, 1831, 1841, 1842, 1849.

20 Quer dizer, sem qualquer reflexo tangível da *Minerva* (1587) do espanhol Sanchez de las Brozas (1587) ou do método de Port-Royal na *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine* (1644) dos franceses Claude Lancelot e Antoine Arnauld.

Se excetuarmos a ‘Preposição’ que Fortes relega para o nono lugar (em vez do quinto lugar em Lobato) entre as partes da oração, observamos que a ordem das partes da oração coincide mais com a gramática portuguesa do que com a latino-portuguesa.

3.3 A definição do termo ‘nome’ e das suas subcategorias.

No atinente ao termo ‘nome’ e às subcategorias ‘substantivo’ e ‘adjectivo’, o nosso gramático fornece as seguintes definições:

O Nome he huma voz, com que se dão a conhecer as cousas; assim como: *O homem; Bom.*

O nome ou he substantivo, ou adjectivo. Substantivo he aquelle, que pôde estar na oração sem adjectivo; como quando dizemos: *O Poeta canta.*

Adjectivo he aquelle, que não pôde estar na oração sem substantivo; como quando dizemos: *O capitão prudente manda* (Fortes 1816: 10).

Na sua definição semântica do nome²¹, Fortes apresenta dois exemplos, nomeadamente ‘*O homem*’ e ‘*Bom*’, evidenciando que para ele o nome inclui tanto o substantivo como o adjectivo. Ambas as subcategorias são definidas através do critério relacional. Como vemos adiante, os exemplos ‘*O Poeta canta*’ e ‘*O capitão prudente manda*’ também se encontram na gramática latino-portuguesa de Figueiredo:

O NOME he huma voz, com que arbitrariamente se nomeão as cousas, suas qualidades ou attributos, sem que por esta voz se exprima exercitarem-se ellas em determinado tempo, assim como *Cælum* o Ceo, *Arbor* a arvore, *Bonus* bom, *Similis* semelhante.

O Nome ou he substantivo, ou adjectivo. Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem adjectivo, pôde estar na Oração, como quando dizemos: *Poeta canit*, o Poeta canta. Adjectivo he aquelle, que para estar na Oração depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo: claro, como quando dizemos: *Dux prudens imperat*, o Capitão prudente manda, onde o adjectivo *prudens* tem claro o seu substantivo *Dux*: occulto, como quando dizemos: *Infans vagit*, o infante chora, onde o adjectivo *infans* tem occulto o seu substantivo *puer*, que se entende (Figueiredo 1765: 5-6).

21 No sentido de Schäfer-Prieß (2000: 128).

A citação permite a observação que a definição de nome, substantivo e adjetivo é algo mais elaborada gramática do oratoriano, sendo apresentados mais exemplos em latim e português do que encontramos em Fortes. Semelhantemente, o gramático brasileiro omite qualquer referência à natureza arbitrária que Figueiredo (1765: 5) atribui ao relacionamento entre o nome e as coisas significadas²². Também em Lobato encontramos definições algo semelhantes:

NOme he huma voz, com que se nomeão as cousas, e as suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a cor verde.

O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo.

Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como *Ceo*, *Terra*.

[...]

O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo, como v. g. o Adjectivo *Branco*, que por si só não faz sentido completo, por significar a qualidade de huma cousa que tem a cor branca, mas como por si só não exprime qual ella-seja, por isso depende de se ajuntar a hum Nome Substantivo; assim como *Neve*; *Cal*, ou outro semelhante, que signifique a cousa, da qual elle exprime a qualidade de ter a cor branca (Lobato 1770: 9-12).

Devemos, no entanto, observar, que entre os exemplos que acompanham as definições de Lobato somente o exemplo ‘*Ceo*’ se encontra retomado da gramática latino-portuguesa.

Ao passo que Figueiredo (1765) e Lobato (1770) oferecem alguma divergência, é precisamente no início do compêndio do oratoriano que encontramos aquilo que consideramos a fonte imediata e literal de Fortes para estas definições:

O Nome he huma voz, com que se dão a conhecer as cousas, assim como *Homo*, o homem: *bonus*, Bom.

O nome ou he substantivo, ou adjectivo. Substantivo he aquelle, que pôde estar na oração sem adjectivo, como quando dizemos: *Poeta canit*, o Poeta canta. Adjectivo he aquelle, que não pôde estar na oração sem substantivo, como quando dizemos: *Dux prudens imperat*, o capitão prudente manda (Figueiredo 1814: 1).

²² Será que nesta afirmação de Figueiredo podemos entender uma noção comparável com o conceito do ‘principe de l’arbitraire du signe’ de Ferdinand de Saussure (1995: 100)?

Para além de alguns casos ligeiramente diferentes de pontuação, observa-se como única diferença significativa que a gramática latino-portuguesa do oratoriano. Verifica-se a mesma definição semântica do nome como a encontramos na obra posterior de Fortes.

3.4 A definição do termo ‘Adverbio’.

Numa definição bastante sucinta, a categoria do advérbio é apresentada como modificador de nome ou verbo, merecendo, porém, destaque o critério da ausência de qualquer variabilidade morfológica:

ADverbio he huma voz indeclinavel, que junta ao nome, ou verbo exprime o modo, ou circunstancia da significação de hum, e outro (Fortes 1816: 12).

Observa-se que a definição do gramático oratoriano é quase idêntica²³. Somente o conceito da ‘significação arbitraria’ e os exemplos não foram retomados pelo gramático brasileiro.

O Adverbio he huma voz indeclinavel de significação arbitraria, que junta ao verbo ou nome exprime o modo ou circumstancia da significação de hum, ou outro: como quando dizem: *Valde eruditus*, muito erudito; *Lente incedis*, andas de vagar (Figueiredo 1765: 188).

Também na gramática de Lobato encontramos o critério morfológico da ausência de declinação e a natureza modificadora do advérbio. No entanto, tanto o critério semântico da ausência de um significado próprio²⁴, como os exemplos que se seguem imediatamente à definição, devem ser consideradas como inovações do gramático português setecentista:

ADverbio he huma voz indeclinavel, que por si só não significa nada completamente; mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua significação. Exemplo. Quando digo v. g. *Pedro fallou eloquentemente*, a palavra *eloquentemente* he adverbio, que junta ao verbo *fallou* exprime o modo, ou circumstancia da acção de fallar, que o dito verbo significa, isto he, declara que a acção de fallar foi com eloquencia (Lobato 1770: 170).

23 Curiosamente, não encontramos em Figueiredo (1814) qualquer definição do advérbio, nem muito menos de preposição, conjunção e interjeição.

24 Veja-se também Schäfer-Prieß (2000: 214).

3.5 A definição da ‘Syntaxe’ e das suas subcategorias.

No início do sétimo livro da obra de Inácio Felizardo Fortes encontramos a seguinte definição da última parte da gramática que principia com o estabelecimento da distinção entre a sintaxe natural e a sintaxe figurada:

A Syntaxe ou he natural, ou figurada. Syntaxe natural he, a que se funda nas regras geraes, e ordinarias da Grammatica, qual he, v. g. concordar o verbo finito com o seu nominativo em numero, e pessoa. Syntaxe figurada consiste no uso das figuras. Figura he todo o modo de fallar, que se aparta do vulgo. Quanto melhor for o uso de certas figuras, tanto mais elegante ficará a oração.

A Syntaxe natural ou he de concordancia, ou de regencia. Tractaremos em primeiro lugar da natural, e em ultimo tractaremos das Figuras da Syntaxe (Fortes 1816: 14).

Para além da distinção em sintaxe propriamente dita (que distingue por sua vez em sintaxe de concordância e de regência), Fortes considera entre a sintaxe aquilo que hoje é mais conhecido como ‘figuras de estilo’ ou ‘figuras de retórica’. Ora, aquilo que ocupa todo o livro VIII em Fortes (1816: 88-93) não encontra qualquer reflexo nos três livros da parte correspondente na gramática latino-portuguesa de Figueiredo²⁵:

Esta palavra *Syntaxe* he Grega, e significa o mesmo que a Latina *Constructio*, isto he, huma construcção recta ou composição bem ordenada das partes da Oração entre si. Esta Syntaxe ou he de Concordancia ou de Regencia. Syntaxe de Concordancia he v. gr. quando duas partes da Oração concordão, e convem huma com outra no mesmo predicado: como quando assim o Verbo, como o Nominativo significão a primeira pessoa: ou quando o adjectivo concorda em genero, numero, e caso com o seu substantivo. Syntaxe de Regencia he v. gr. quando huma parte da Oração, por força do seu modo de significar, determina outra, para que se ponha neste ou naquelle caso. Destas duas especies a Syntaxe de Concordancia occupará o primeiro Livro, e a da Regencia os outros dous (Figueiredo 1765: [219]).

Nesta definição não muito similar fica evidente que Figueiredo parece considerar apenas duas partes da sintaxe, ou seja, a concordância e de regência. No que diz, porém, respeito à concordância entre a forma finita do verbo e o nominativo, é algo mais adiante que encontramos aquilo que provavelmente terá servido como fonte a Fortes:

²⁵ Em Figueiredo (1814: 82) não se encontra qualquer definição de sintaxe.

O Verbo do modo finito pede antes de si nominativo, claro ou occulto, do mesmo numero e pessoa (Figueiredo 1765: 221).

No que respeita, enfim, a gramática portuguesa de Lobato, parece-nos evidente o parentesco com grande parte do esforço definitório de Figueiredo:

Syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si.

[...]

A Syntaxe ou he simplez, ou figurada. Da figurada trataremos em lugar separado. Syntaxe simplez, ou regular he a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica.

A Syntaxe simples ou he de concordancia, ou de regencia (Lobato 1770: 191-192).

No entanto, podemos constatar que também Lobato faz questão de distinguir entre sintaxe propriamente dita (que chama ‘syntaxe simplez’) e a sintaxe figurada. Tanto este facto como a coincidência textual quase inteira da última frase que distingue entre as duas partes da sintaxe leva-nos a crer que, neste caso, a obra de Lobato também poderá ter servido como modelo para as afirmações de Fortes.

Conclusão.

A obra que julgamos ser a primeira gramática da língua portuguesa, impressa no Brasil e redigida por um autor oriundo do território nacional, é a *Arte de grammatica portugueza* que Inácio Felizardo Fortes (?-1856), presbítero secular e professor da língua latina em Cabo Frio, mandou publicar no prelo da Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1816. Mesmo que exemplares originais hoje só dificilmente possam ser localizados, o número de pelo menos catorze edições que nos referem as bibliografias nacionais de Inocêncio da Silva (1884) e Sacramento Blake (1895) leva-nos a constatar que a obra deve ter gozado de bastante êxito editorial na época, o que vai em desencontro com o esquecimento pela investigação moderna que parece ignorar a sua importância histórica.

Dedicada ao político brasileiro Luís José de Carvalho e Melo (1764-1826), a gramática de Fortes apresenta um prólogo bastante elaborado em que o autor refere ter-se baseado na obra de António Pereira de Figueiredo (1725-1797). É precisamente através da orientação pela gramática latino-portuguesa do oratoriano português que Fortes vê a fundamentação mais crucial da sua obra, pois pretende fornecer uma gramática portuguesa, próxima do modelo latino,

que facilitasse aos alunos a aplicação dos conhecimentos adquiridos na língua materna na aprendizagem posterior do latim. Neste sentido, Fortes afasta-se marcadamente de gramáticas de cariz ‘moderno’ que tiraram proveito dos frutos da *grammaire générale* francesa do século XVIII, de entre as quais é de destacar o compatriota Antônio de Moraes Silva.

Do breve confronto de algumas definições de termos exemplares como ‘Grammatica’, ‘Nome’, ‘Adverbio’ e ‘Syntaxe’ no *Novo methodo da grammatica latina* (51765) e *Novo methodo de grammatica latina, reduzido a compendio* (111814) de Antônio Pereira de Figueiredo e a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770) de Antônio José dos Reis Lobato resulta não parecer crível que Fortes apenas se tenha baseado na gramática de Figueiredo, conforme anuncia.

Se a definição do nome permite constatar uma correspondência textual quase perfeita com as definições originais do oratoriano naquela que foi a gramática latina oficial do ensino de latim desde 1759 (Figueiredo 1814), já a definição do advérbio evidencia uma influência (se bem que algo menos nítida) não da obra escolar, mas sim do *Novo methodo* na sua versão completa (Figueiredo 1765). Para além disso, é notável que Fortes reproduz (com algumas adaptações, claro) a macroestrutura que encontramos em Figueiredo (1765).

Sendo inegáveis as influências que cada uma das duas gramáticas de Figueiredo exerceu sobre a *Arte de grammatica portugueza*, não poderá, por outro lado, ser negada a influência do manual escolar de Lobato, que nos parece mais evidente nos nossos trechos relativos à gramática e à sintaxe.

Realmente, parece-nos fazer todo o sentido que Fortes tenha aproveitado não somente os conteúdos explanados no *Compendio* e o *Novo Methodo* de Antônio Pereira de Figueiredo (conforme se anuncia no prólogo), mas também alguns conteúdos escolhidos da *Arte de grammatica da lingua portugueza* de Antônio José dos Reis Lobato (que por sua parte tende a coincidir com o *Novo Methodo* de Figueiredo). Mesmo perante a omissão de uma referência explícita à fonte portuguesa, a consideração de uma influência lobatiana na gramática algo mais tradicional de Fortes faz todo o sentido, uma vez que a obra de Lobato era a gramática oficial da língua portuguesa, cujo conhecimento era obrigatório a todos os professores públicos de latim.

Referências bibliográficas.

- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de (1869): «A constituição do Brazil: noticia historica lida no Instituto Historico e Geographico Brasileiro», em: *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil* 32/II, págs. 72-112.
- BEAUCHAMP, Alphonse / Fortes, Inácio Felizardo (1818, I): *HISTORIA DO BRASIL / DESDE A SUA DESCUBERTA ATE' 1810, / A QUAL CONTE'M / A origem da Monarchia Portugueza; o / quadro do reinado dos seus Reis, das / conquistas dos Portuguezes na Africa, e / na India; a descuberta, e descrição do / Brasil; o numero posição, e costumes / das povoações Brasileiras; a origem, e / os progressos dos estabelecimentos Por- / tuguezes; o quadro das guerras successi- / vas tanto dos naturaes com os Portu- / guezes, como destes com diferentes / nações da Europa, que procurarão es- / tabelecer-se no Brasil; em fim a historia / civil, politica, e commercial, as revolu- / ções, e o estado actual deste vasto paiz: / ESCRITA EM FRANCEZ / POR / MR. AFFONSO DE BEAUCHAMP, / E TRADUZIDA EM PORTUGUEZ / PELO / PADRE / IGNACIO FELIZARDO FORTES, / Professor de Lingua Latina, e natural do / Rio de Janeiro. // RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSAM REGIA. / 1818. / Com Licença da Mesa do Dosembargo / do Paço.*
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento (1883-1902): *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 7 volumes, Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, Obra reeditada em reprodução fac-similada, Nendeln; Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969.
- CABRAL, Alfredo do Valle (1881): *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro: de 1808 a 1822*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida / Moraes, Rubens Borda de (1993): *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, 2 volumes, São Paulo: Edusp; Livraria Kosmos Editora.
- CARDOSO, Simão (1994): *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).
- DUARTE, Sónia (2013): «As edições da Arte da Grammatica Portugueza de Pedro José de Figueiredo», em: *Revista de Letras* 11 (II.ª Série, 2012) ISSN 0874-7962, p. 67-104.

- [FIGUEIREDO], António Pereira [de] (1765): *NOVO / METHODO / DA / GRAMMATICA LATINA; / DIVIDIDO EM DUAS PARTES; / Para o uso dos Mestres das Escolas da Con- / gregação do Oratorio, / SEU AUTHOR / ANTONIO PEREIRA, / Padre da mesma Congregação de Lisboa. / QUINTA IMPRESSÃO. // Lisboa, / Na Officina de Miguel Manescal da Costa, / Impressor do Santo Officio. / ANNO M. DCC. LXV. / Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.*
- [FIGUEIREDO], António Pereira de (1814): *NOVO / METHODO / DA / GRAMMATICA LATINA, / REDUZIDO A COMPENDIO / PELO / P. ANTONIO PEREIRA / Da mesma Congregação. / Para uso das Escólas da Congregação do Oratorio, na / Real Casa de N. S. das Necessidades, e das deste / Reino, e suas Conquistas; por Decreto de Sua Ma- / gestade Fidelissima de 28 de Julho de 1759. / DECIMA PRIMEIRA IMPRESSAM. // LISBOA: / NA IMPRESSAM REGIA. / ANNO 1814. / Com Licença. / Vende-se na Portaria do Hospicio de Nossa Senhora / das Necessidades.*
- FORTES, Inácio Felizardo (1816): *ARTE / DE / GRAMMATICA / PORTUGUEZA, / QUE PARA O USO DOS SEUS DISCIPULOS / COMPOZ / O PADRE / IGNACIO FELIZARDO FORTES, / Professor de Lingua Latina. // RIO DE JANEIRO. / NA IMPRESSÃO REGIA. / 1816. / Com Licença da Mesa do Dezembargo do Paço.*
- KEMMLER, Rolf (2007): *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).
- KEMMLER, Rolf (2013): «Subsídios inéditos para o estudo das primeiras gramáticas portuguesas do século XIX», em: *Revista de Letras* 11 (II.ª Série, 2012) ISSN 0874-7962, p. 133-143.
- LOBATO, António José dos Reis (1770): *ARTE / DA GRAMMATICA / DA LINGUA / PORTUGUEZA. / COMPOSTA, E OFFERECIDA / AO ILL.^{MO} E EXC.^{MO} SENHOR / SEBASTIÃO JOSÉ / DE CARVALHO E MELLO, / Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da / Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de / Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, / Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da / de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Com- / mendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. / Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. / PELO BACHAREL / ANTONIO JOSE' DOS REIS / LOBATO. // LISBOA. / Na REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / Anno MDCCLXX. / Com licença da Real Meza Censoria.*

- SAUSSURE, Ferdinand de (1995): *Cours de linguistique générale*, Publié par Charles Bailly et Albert Sechehaye, avec la collaboration d'Albert Riedlinger, Édition critique préparée par Tullio de Mauro, Postface de Louis-Jean-Calvet, Paris: Éditions Payot & Rivages (Grande Bibliothèque Payot).
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; 300).
- SILVA, António de Morais (1806): *EPITOME / DA / GRAMMATICA / DA / LINGUA / PORTUGUEZA, / COMPOSTA / POR / ANTONIO DE MORAES SILVA, / Natural do Rio de Janeiro. // LISBOA. M. DCCCVI. / NA OFF. DE SIMÃO THADDEO FERREIRA. / Com licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vende-se na loja de Borel Borel, e Companhia.*
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1858-1958): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*; [a partir do volume IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 volumes, Lisboa: Na Imprensa Nacional, Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

A MARCA DA (INTER)SUBJETIVIDADE NA SENTENÇA COMPLEXA SUBJETIVA

Nilza Barrozo Dias
Universidade Federal Fluminense
nilzabarrozodias@id.uff.br

RESUMO:

Neste artigo, analisamos a sentença complexa subjetiva, constituída de oração matriz + oração encaixada completiva subjetiva, numa análise sintática, semântica e textual-discursiva. A ordem ^{oraçãomatriz + Sujeitooracional} é a ordem preferencial e não-marcada, já a ordem ^{Sujeito oracional + oração matriz} é a marcada. Consideramos que a posição inicial da sentença complexa indica “espaço” de (inter)subjetividadee que a oração encaixada subjetiva veiculará informação de sentido mais geral na forma verbal não-finita. A ordem marcada pode apresentar uma subjetiva realizada por sequência de orações e uma oração matriz que carrega funções avaliativas e textual-discursivas.

PALAVRAS- CHAVE: orações subjetivas; semântica; discurso; funcionalismo.

ABSTRACT:

In this article, we analyze the subjective complex sentence, made up of ^{matrix clause + subjective clause}, on syntactic, semantic and discursive-textual approach. The non-marked sentence order is ^{matrix clause + subjective clause}; and the marked sentence order is ^{subjective clause+ matrix clause}. We consider that the sentence initial position indicates “space” of (inter) subjectivity and that the subjective clause will express a general meaning information on the non-finite form. The marked sentence order can present a subjective clause that is realized by a sequence of clauses + a matrix clause which accumulates evaluative and textual-discursive functions.

KEYWORDS: subjective clauses; semantic; discourse; functionalism.

Introdução.

Objetivo, neste trabalho, analisar os valores semântico-discursivos da sentença complexa subjetiva, além de considerar a função sintática estabelecida entre as orações, numa abordagem funcionalista. A sentença¹ complexarealiza-se como uma oração matriz² mais uma oração encaixada³ completiva subjetiva. A função subjetiva pode ser representada quer por uma oração, quer por uma sentença, quando temos uma série de orações com a mesma função sintática.

Os valores semântico-discursivos dizem respeito às marcas de (inter) subjetividade expressas na oração matriz. Isto quer dizer que o falante coloca o seu posicionamento, a sua atitude diante de uma situação discursiva e poderá tentar trazer o ouvinte para compartilhar a situação. A marca da (inter)subjetividade abarca (i) valores semânticos de modalidade (epistêmica e deôntica) e de avaliação da atitude (a apreciação, o afeto e o julgamento), e (ii) a ordem da oração subjetiva em relação à oração matriz. Ao ocupar a posição no início da sentença, o falante coloca uma grande carga semântica na oração matriz, tornando-a expressão dos seus anseios, crenças, das proibições em relação a si mesmo e em relação ao outro participante da atividade discursiva.

Analizamos, neste trabalho, a sentença complexa subjetiva que apresenta as orações matrizes avaliativas e modalizadoras encontradas nas amostras: *verbo ser + adjetivo*, *verbo ser + substantivo* e *verbo ser + particípio*, na modalidade falada, abrangendo as variantes mineira, carioca e fluminense. A primeira seção consiste de abordagem teórica acerca de (inter) subjetividade e conexão de orações; a segunda seção trata da metodologia e a terceira seção abarca a análise de dados.

1. Considerações teóricas.

1.1. A (inter)subjetividade.

Para Lyons (1996, p. 337), a subjetividade denota a propriedade do ser como sujeito de consciência (de cognição, sentimento e percepção), ou como sujeito de ação (um agente). O autor argumenta que o SELF é a expressão do agente locucionário, produto de papéis sociais e interpessoais, que se manifestam

1 Conforme Castilho (2010, p. 337): “o termo sentença complexa será preferido em lugar de período, visto que este não é uma unidade sintática diferente da sentença simples.”

2 Conforme Castilho (2010, p. 337) e Halliday (1994 [1985], p. 69-105.

3 Conforme proposta de Halliday (1994 [1985], p. 69-105.

no modo socialmente identificável, ou seja, o papel dele(a) no contexto de fala. Temos graus de subjetividade que são expressos em estilos e situações diferenciadas. A partir dessas considerações, ele propõe a subjetividade do enunciado, que é a combinação da subjetividade de constituição com a da agentividade.

Traugott (no prelo) considera a subjetividade como a expressão do significado semântico ou pragmático que é inferida da expressão da atitude do falante ou ponto de vista (subjetividade) e da atenção do falante para a autoimagem do ouvinte (intersubjetividade). Na polissemia de ordem subjetiva, deve-se apontar a avaliação acerca de outros participantes, numa posição relativa dentro de uma escala; deve o falante posicionar-se para a verdade da proposição (epistêmico); pode-se indexar a estrutura informacional (tópico), a ordem de constituintes e de orações e a conectividade de orações; pode-se ainda observar a subjetividade no ato de fala de uma proposição e na relação de episódios no estudo de marcadores discursivos; pode-se analisar a polidez e os eufemismos na intersubjetividade. A autora aborda a subjetividade como construção cognitiva na interação e nos procedimentos de produção e compreensão de fala.

Para Traugott e Dasher (2005, p. 34-44), os falantes/escritores têm, à sua disposição, metáforas, metonímias e elementos marcados pela (inter) subjetividade, que funcionam como *micro-dynamicsofsemanticinnovation*. A *inferência sugerida* é um tipo de sentido derivado de combinações semânticas oriundas do contexto pragmático-discursivo específico, via processos metafóricos e metonímicos. Na articulação desse sentido mais abstrato, o falante/escritor procura “sugerir” ou convidar seu interlocutor a partilhar novos sentidos, na expressão de crenças, valores, grau de comprometimento, entre outras noções abstratas e pessoais.

1.2. A modalidade e a avaliação.

A modalidade tem sua base na Lógica da Filosofia da Linguagem, particularmente, na distinção entre modalidades deôntica e epistêmica. Para Lyons (1977: p. 793), a modalidade epistêmica está associada à **possibilidade** e à **necessidade** da verdade da proposição, o que envolve conhecimento e crença. Já a modalidade deôntica estabelece necessidade ou possibilidade de atos executados de acordo com agentes moralmente responsáveis e está associada às funções sociais de **permissão** e de **obrigação**.

Após citar Lyons (1977, p.793), Bybee & Fleischmann (1995, p. 4-6) afirmam que a noção epistêmica é de grande uso linguístico, porque os estudos, em várias línguas, revelam que a modalidade epistêmica possui marcadores gra-

maticais que funcionam de modo explícito para marcar a avaliação da verdade de uma proposição. Assim, para muitas analistas, a modalidade epistêmica expressa o grau de comprometimento do falante para com a verdade da proposição em um determinado enunciado. Os autores afirmam que a modalidade epistêmica de possibilidade pode ser expressa no inglês através de *may* e *might* (*wemay/mightlosetheelection*), mas a epistêmica de necessidade é expressa com *must* (*they must wontheelection*). Mas os autores consideram que não deve haver restrição ao uso da modalidade epistêmica somente com leituras de possibilidade e necessidade, já que o comprometimento do falante expressa grau de participação na atividade discursiva. Assim, a categoria evidencialidade pode compartilhar espaços na modalidade epistêmica.

A modalidade deôntica é um conceito fácil para os linguistas, mas que apresenta natureza imperfeita com as categorias linguísticas correspondentes numa análise de várias línguas ou no estudo de mudança linguística. A modalidade deôntica apresenta falhas na distinção de subcategorias expressas em flexões, tal como o imperativo Na Filosofia da Linguagem, a modalidade deôntica expressa as noções de **obrigação** e **permissão** que podem ser encontradas em assertivas de condições deônticas. Mas a concepção tradicional exclui certas noções semânticas relacionadas, tais como **habilidade** (física e mental) e **desejo**, sendo que apresenta expressões linguísticas similares às expressões de **permissão** e **obrigação**. A divisão tradicional revela casos de polissemia, em que uma mesma forma pode ser usada para ambas as modalidades.

Num estudo de mudança linguística, já foi observado que significado deôntico tende a tornar-se de uso epistêmico. Assim os marcadores de **obrigação** tendem a se usados como de probabilidade e de inferência. Já, no caso de marcadores de **permissão**, não é a permissão *per se* que autoriza o significado epistêmico de **possibilidade**, já que, virtualmente, a permissão pode derivar-se de uma **habilidade** (a permissão possui um sentido mais generalizado de possibilidade de raiz, que nasce de uma habilidade). A possibilidade de raiz predica condições gerais que incluem a permissão, que é uma condição de capacidade social.

Ainda dentro das categorias deônticas que mudam para epistêmica, temos os verbos indicadores de desejo (e obrigação) que mudam para significado de futuro. Temos a mudança de modalidade deôntica para epistêmica de uma expressão que predique condições no agente- *modalidade orientada para o agente-* para uma expressão modalizadora que tenha uma proposição sob seu escopo e comunica o olhar do falante em relação à verdade da proposição- *modalidade orientada para o falante.*

Tendo em vista a dificuldade de trabalhar com a supercategoria de modalidade deôntica e epistêmica, Bybee et al (1994, p. 176-242) discutem quatro tipos, a saber: modalidade orientada para o agente (*agent-oriented*), orientada para o falante (*speaker-oriented*), epistêmica (*epistemic*) e subordinada (*subordinating*), relacionando-as aos valores semânticos que indicam obrigação, probabilidade e possibilidade, e às formas linguísticas, como as verbais - *imperative, hortative, conditional e subordinating*. Nos dados em análise, encontramos, de acordo com Bybee et al. (1994, p. 176-242), os valores de modalidade epistêmica, **possibilidade e probabilidade**, os valores da modalidade orientada para o agente, **obrigação e necessidade**, e, um valor da modalidade orientada para o falante, **proibição**.

Ao abordar as modalidades deôntica e epistêmica, Heine (2005) destaca que a modalidade *orientada para o agente* (ou deôntica) precede temporalmente a modalidade epistêmica e afirma, também, que o caráter subjetivo desta última supera o daquela. A modalidade *orientada para o agente* costuma aparecer significativamente quando o verbo principal é de ação. Ademais, tal modalidade também se relaciona diretamente ao fato de alguém (ou algo) estar desempenhando uma ação usando, para tanto, a própria energia. Heine classifica as modalidades como *epistêmicas e não epistêmicas* e destaca que o mesmo modalizador pode ser lido como possuindo ambas as funções.

A proposta do autor compreende:

A, E: *Sentido em foco*. A expressão é automaticamente associada à modalidade epistêmica ou deôntica, independentemente do contexto.

A1, E1: *Sentido não-focalizado*. O contexto determinará se a expressão é epistêmica ou deôntica.

A2, E2: *Sentido marginal*. Apenas em contextos muito específicos será possível determinar o caráter epistêmico ou deôntico da expressão.

Quadro 1: Modalidade epistêmica e modalidade não-epistêmica.

Neves (1996, p. 172-189) considera, numa orientação funcionalista para o estudo da modalidade, que a modalidade deôntica está ligada a valores de **permissão, obrigação e volição**, com o controle do enunciador, sendo o destinatário aquele que aceita o valor da verdade do enunciado, para executá-lo. A modalidade epistêmica diz respeito àquilo que o falante julga que provavelmente acontecerá. Além disso, a autora afirma que a avaliação epistêmica se situa num *continuum* entre aquilo que é absolutamente **certo** e que se estende aos

limites e graus indefinidos do **possível**, em que a certeza é não haver certeza. O não-certo é o **provável** na marcação de atitude do falante.

A qualificação epistêmica quando ligada a um estado-de-coisas apresenta-se independente da avaliação do falante. Ficando fora do enunciado, este não se constrói na primeira pessoa, transferindo-se para o eixo enunciador-enunciatário, o que constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso, o falante, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas declarações. As estratégias que aí se utilizam vão desde o emprego de expedientes sintáticos de subordinação a uma oração *unipessoal*, (60) também (*é possível*) *que haja (...)*, ou a uma oração *cópula*, (...) até a atribuição de declaração a terceiros (...)(NEVES, 1996, p. 181)

Assima modalidade epistêmica, situando-se ou não no eixo dos participantes, liga-se ao conhecimento, manifestando-se no extremo da certeza, **precisão**, e no campo da não-certeza, **imprecisão**.

A modalização deontica (no eixo da conduta) expressa **obrigação** e **permissão**. Ela pode manifestar-se em um *continuum* que vai do obrigatório ao permitido. Tais categorias envolvem algum controle por parte do falante do evento em curso (controle intrínseco) ao contrário da epistêmica que envolve julgamento do falante e é indicada com controle extrínseco. Se não houver obrigação interna com o traço [+controle], não poderá, segundo a autora, ocorrer a modalização deontica do enunciado. A modalidade deontica tem sido classificada em dois eixos: a) obrigação moral, interna, ditada pela consciência; e b) obrigação material, externa, imposta pelas circunstâncias. Assim, a qualificação deontica não opera no nível da proposição (seja por atos diretivos ou declarativos), ela descreve o estado de coisas que será obtido se o ato for realizado.

Para Goodwin (1987, p. 1-54), a avaliação pode constituir-se de uma realização macro da atividade interacional, que pode ser manifestada em micro estrutura sintática. Esta pode sofrer processos de mudança desencadeados pela avaliação utilizada pelo falante. É a exploração da “moldagem” mútua entre gramática e discurso (FOX, 2007). A estrutura sintática micro em análise, [*verbo ser + nome avaliativo*] e somente [*nome avaliativo*], é a oração avaliativa em que se manifesta um posicionamento de atitude do locutor. Neves (2000, p.183) classifica os adjetivos indicadores de avaliação, no campo semântico, em adjetivos que indicam avaliação psicológica e avaliação de propriedades *intensionais*. Na avaliação psicológica, os adjetivos exprimem propriedades que definem o substantivo, apresentando direções em relação ao falante e à

coisa que se nomeia: podem ser da direção da coisa nomeada para o falante e da direção do falante para a coisa nomeada.

Martin & White (2007, p. 1- 59) preocupam-se com os recursos linguísticos através dos quais o falante se expressa, negocia e naturaliza a subjetividade e suas posições ideológicas. Os autores pesquisam a linguagem da avaliação, atitude e emoção, e como uma rede de recursos marca a proposição com subjetividade e a tomada de posição nas relações interpessoais. Nesse sentido, a teoria está relacionada com os significados que mostram o compromisso do falante com suas elocuições e que são expressos em três tipos semântico-discursivos: negociação, avaliação e envolvimento. Em *avaliação (appraisal)*, podemos encontrar: *engajamento, apreciação, afeto, julgamento e gradação*. São atitudes que expressam valores através dos quais os falantes passam julgamentos e associam respostas emocionais/afetivas com os participantes e com os processos descritos. Na análise da atitude do falante, temos três tópicos no nível semântico-discursivo que nos interessam, no momento, a saber: *apreciação, afeto e julgamento*.

Apreciação inclui significados através dos quais os autores/falantes tomam uma posição em relação a coisas, forma, artefatos; expressam reações a determinados elementos de valor agregado; emitem um valor intersubjetivo ou uma avaliação para participantes e para processos por referência tanto a respostas emocionais quanto para sistemas culturalmente determinados.

Afeto está relacionado a respostas emocionais, realizadas através de reações de processos mentais e através de relações atributivas de afeto. Cada significado está alojado em uma escala de força, que vai do grau mais baixo para o mais alto, como por exemplo, *preocupado, assustado, aterrorizado*.

Julgamento está associado à avaliação de comportamento humano, positivamente ou negativamente, em referência a normas institucionalizadas determinadas por valores sociais e culturais. No *Julgamento*, as regras sociais funcionam como regulamentos, definindo expectativas sociais e sistemas de valores. Então, o falante emite uma avaliação das ações dos participantes da interação, com base nas regras de padrão comportamental. Os participantes da interação acessam um determinado comportamento que pode ser visto como moral/imoral; legal/ilegal; aceitável / não- aceitável. Para os autores, o julgamento não apresenta a mesma categorização para diferentes contextos sociais por serem determinados por valores sociais e culturais.

Para Martin & White (2007:58-59), assim como os significados são inerentemente graduáveis, a realização gramatical canônica para marcar atitude do falante é o adjetivo, que pode ser escalonado. Assim, faria sentido tentar

estabelecer *frames* gramaticais para distinguirmos tipos de atitude em correlação com os tipos de realização. Os autores afirmam que a origem do afeto está em participantes conscientes que podem ser representados por pessoas, coletividade e instituições. E o comportamento desses participantes conscientes tem como meta o julgamento. Já a apreciação tem como meta coisas concretas ou abstratas.

Vieira (2007) afirma que a avaliação está profundamente associada ao cenário da argumentação, aos estados objetivo e subjetivo desde Aristóteles. Segundo a autora, as avaliações podem ser expressas através de fenômenos não-segmentais- a entonação, os alongamentos, as ênfases, as sobreposições – no trecho em que a avaliação é utilizada pelo falante (GOODWIN(1987, p. 1-54). Pode-se também considerar que há classes de palavras avaliativas, o mesmo pensam Martin & White (2007, p.1-59) e Biber & Finegan (1989, p. 93-124), como adjetivos, advérbios, substantivos e verbos, enfáticos e modais indicadores de possibilidade. A autora retoma ainda o trabalho de Hunston & Thompson (1999) acerca dos referidos itens avaliativos que podem funcionar como *marcadores de posição*.

Após considerações sobre (inter) subjetividade, que abarcam expressão semântica de modalidade e de avaliação, passemos agora a verificar a ordem de orações completivas subjetivas em relação à oração matriz.

1.3. Ordem.

As construções subjetivas que ocorrem na modalidade falada apresentam-se com duas possibilidades de ordem da oração subjetiva em relação à oração matriz. A ordem recorrente não- marcada é: *oração matriz + oração subjetiva*. A ordem marcada é *oração subjetiva + oração matriz*. Tal escolha feita pelo falante tem uma relação com escolhas semântico-discursivas que ele queira que sejam percebidas pelo interlocutor.

As escolhas semântico-discursivas estão estreitamente ligadas à ordem que a subjetiva ocupe em relação à oração matriz. Encontramos, nos dados investigados de fala e escrita, as orações matrizes instanciando as modalidades (deôntica e epistêmica); a avaliação (de afeto, julgamento e apreciação); e as funções textual-discursivas (de assentimento, comentário e avaliação). As modalidades deôntica e epistêmicas são muito usuais nos textos escritos e raras nas amostras de fala investigadas. Mas as orações matrizes com adjetivos avaliativos são muito comuns nas amostras de fala que foram selecionadas, podendo um adjetivo compartilhar mais de um subtipo de avaliação. Quanto às funções textual-discursivas, elas podem ser mais combinadas com avaliação

e mais raramente com modalidade epistêmica. DIAS (2012, p.1-60)

Podemos ainda observar, nas amostras em análise, que a ordem não-marcada apresenta predominantemente orações encaixadas subjetivas com verbos na forma não-finita. Em testes com os dados, encontramos um valor semântico de generalização na informação contida na oração subjetiva. Tal informação de caráter geral é modalizada ou avaliada pelo falante que, com esta estratégia discursiva, pode não se comprometer tanto com a informação veiculada, já que o que ele expressa na oração encaixada pode servir para qualquer participante. Ao usar este recurso discursivo, o falante contrapõe a informação de cunho geral da oração subjetiva e o caráter unipessoal (NEVES, 1996, p.172-189) da oração matriz com o entorno que é, geralmente, marcado pela identificação de participantes, particularização de objetos, eventos, etc.

A ordem marcada, ^{oração subjetiva + oração matriz}, pode apresentar-se com sujeito oracional na forma não- finita e matrizes com valores geralmente avaliativos. Percebemos o valor semântico de leitura mais geral na oração subjetiva que ocupa a primeira posição da sentença complexa. Há o mesmo contraste de *pessoal* versus unipessoal entre o entorno e a sentença complexa. A ordem marcada pode apresentar-se ainda com um sujeito oracional anteposto, representado por uma sequência de várias orações, em relação à oração matriz. Nesta configuração, a oração matriz é geralmente representada por verbo ser + adjetivo avaliativo que pode compor subtipos de avaliativos. Ou ainda, podemos observar o acúmulo de funções textual-discursivas de assentimento, comentário e avaliação, assumidas pela oração matriz.

Vamos observar o quadro abaixo em que há uma relação entre os tipos semântico-discursivos e a posição da oração subjetiva em relação à matriz. O quadro põe em destaque o papel semântico da oração matriz.

Espaço inicial-	Espaço intercalado -	Espaço final
Atitudedo falante: a) Modalizadores b) Avaliativos	Atitudedo falante: a) Modalizadores Epistêmicos	Atitudedo falante: a) Avaliativos b) Textual-discursivos c) Modalizadores

Quadro 2: Valores semântico-discursivos da oração matriz

1.4. A conexão de orações.

A análise do entrelaçamento de orações se baseia nos trabalhos de Lehmann (1988,p. 181-225) e Halliday (1994,p. 69-105).

Lehmann (1988, p. 181-225) propõe um *continuum* de uma máxima elaboração (parataxe) a uma máxima compressão (encaixamento). Desse modo, para Lehmann (1988), a articulação de cláusulas pode ser definida a partir de vários parâmetros semântico-sintáticos, identificáveis em várias línguas:

- (i) Degradação hierárquica da oração encaixada;
- (ii) Nível de constituinte sintático ao qual a oração subordinada se liga;
- (iii) Dessentencialização da subordinada;
- (iv) Gramaticalização do verbo principal;
- (v) Entrelaçamento das duas orações; e
- (vi) Explicitude da articulação.

Os parâmetros (i) Degradação hierárquica da cláusula subordinada; (ii) “Nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se liga” estão contidos no parâmetro maior: autonomia *versus* integração. No segundo parâmetro maior, extensão *versus* redução, encontramos os itens (iii) dessentencialização da subordinada e (iv) gramaticalização do verbo principal. No terceiro parâmetro maior, isolamento *versus* entrelaçamento, temos os subitens: (v) entrelaçamento das duas orações e (vi) explicitude da articulação. Trabalharemos com os parâmetros: autonomia *versus* integração e isolamento *versus* entrelaçamento.

Para medir o grau de *autonomia vs integração*, temos a sequência e a ordem das orações. As encaixadas completivas e adjetivas comportam-se de modo diferente das hipotáticas. A variação da posição da cláusula subordinada em relação à cláusula núcleo pode depender muito mais de restrições gramaticais. Segundo o autor, a anáfora, por exemplo, pode interferir na posição.

No parâmetro *extensão versus redução de orações*, temos a dessentencialização da oração subordinada e a gramaticalização da oração principal. Isto posto, podemos dizer que, no complexo oracional subjetivo, as orações encaixadas subjetivas passam a funcionar como a informação mais relevante e a oração matriz se gramaticaliza e passa a ser um marcador de atitude do falante, assemelhando-se aos advérbios modalizadores que ocupam várias fronteiras entre os constituintes oracionais.

No parâmetro *isolamento X entrelaçamento*, o autor destaca que, quando duas proposições compartilham significados, temos o parâmetro *entrelaçamento de orações*. Sintaticamente, a expressão linguística de predicado, tempo,

aspecto e participantes não ocorrerá na oração encaixada completiva, o que acarretará compartilhamento desses elementos com a oração matriz. Quanto mais entrelaçamento de orações houver, mais encontramos ocorrência de anáfora do sujeito (pronominal ou zero) na oração encaixada completiva. O entrelaçamento das orações pressupõe um rebaixamento hierárquico, porque há maior integração da oração encaixada completiva. Ou seja, o entrelaçamento favorece à dessentencialização: o controle do sujeito feito pela oração matriz pode ser resultado de o verbo da encaixada completiva ser não-finito. No compartilhamento de predicados, de tempo e aspecto, de agentes, as propriedades de tempo e de aspecto da oração encaixada completiva são, segundo o autor, parcial ou totalmente determinadas pela oração matriz. Na dessentencialização, o sujeito é o primeiro afetado.

Ainda dentro deste parâmetro maior, temos a *explicitude do elemento de ligação*: a presença obrigatória do conector quando conectamos grandes porções de texto. Mas, não há uma relação forte entre dessentencialização e presença de conector. Contudo, podemos observar que as conjunções explícitas ocupam seu lugar na oração subordinada sem necessariamente alterar muito o seu *status*, enquanto o subordinador puro (pronomine relativo) está relacionado com o rebaixamento hierárquico sofrido pela oração ao qual é aplicado.

A sentença complexa subjetiva, nas amostras de fala em estudo, apresenta orações mais e menos integradas. A integração é pressionada pela posição da oração, pelo compartilhamento de predicado (a correferencialidade modo-temporal), pelo compartilhamento de sujeito e pela explicitude (ou não) da conjunção.

Halliday (1994, p. 69-105) considera as sentenças complexas em estudo como *projeção*. As orações podem realizar-se quer como paratática e hipotática, quer como encaixada. A projeção pode ser de dois tipos: *locution* e *Idea*. O autor considera ainda *fatos* como um tipo de projeção, em que a oração projetada pode se realizar como processo mental verbal ou como um processo mental nominal, sendo que a forma que projeta constitui-se de um *pacote fechado*. Dentro deste grupo da *projeção*, ele considera as construções com cláusulas atributivas seguidas de um fato projetado. Poderíamos considerar neste grupo as nossas predicadoras constituídas de *verbo ser* + *substantivo ou adjetivo*.

2. Metodologia.

Utilizamos a proposta teórica funcionalista, sendo que as pesquisas de campo atendem a exigências da Sociolinguística Variacionista e da Etnografia.

A investigação abarca as amostras de fala da região sudeste, compreendendo as variantes mineira, carioca e fluminense. Os objetivos são analisar: (i) os valores semântico- discursivos de modalidade e de avaliação; e os valores textual-discursivos de marcadores discursivos de assentimento, de comentário e de resumo expressos pela oração matriz; e (ii) a expressão de generalização de informação desencadeada pela sentença subjetiva. A nossa hipótese prevê que a posição inicial da sentença complexa é o “espaço” de (inter)subjetividade e o “espaço” seguinte é de generalização de informação.

A variante carioca analisada diz respeito às amostras do Censo/PEUL da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no site <http://www.lettas.ufrrj.br/peul/censo%202000.html>. Tais amostras são selecionadas e gravadas segundo a proposta teórica variacionista, conforme postulado por Labov. Um primeiro grupo de amostras compreende o período de 1980 a 1983. O segundo grupo, o recontato, compreende o período de 1999 a 2000. Selecionamos os seguintes falantes das amostras de 2000, com idade entre 20 e 40 anos: Homens: T 13, T 19 e T 23; mulheres: T 08, T 15, T 17 e T 23, com escolaridade entre 5 a mais de 11 anos, perfazendo um total de sete (07) horas.

As amostras da variante fluminense e carioca foram recolhidas ainda do projeto Discurso & Gramática, site <http://www.discursioegramatica.lettas.ufrrj.br/>. Este projeto segue a tradição funcionalista, sendo as amostras coletadas resultantes de propostas de narrativa de experiência pessoal, recontada, descrição de local, relato de procedimento e de opinião nas modalidades falada e escrita. Foram selecionados e analisados os seguintes informantes, com faixa etária entre 20 e 40 anos: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 18 de Niterói; 6,10,12,13,18 e 20 do Rio de Janeiro¹. Não há especificação do total de horas.

As mostras de fala fluminense também são encontradas em projetos de pesquisa que fazem parte do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq, PORUS (Gramática do Português em Uso) com sede na UFF. O objetivo do projeto é reconhecer como é o uso das sentenças complexas subjetivas na fala fluminense. Estamos em fase inicial e, até o momento, foram coletadas conversas espontâneas de famílias ou de amigos dos municípios do RJ, São Gonçalo e Itaocara. Temos a transcrição de 90 minutos de gravação.

As amostras de fala mineira objetivam a constituição de uma amostra de interação dialógica, a gravação de fala espontânea na região de Juiz de Fora e arredores, na Zona da Mata: Muriaé, Ponte Nova, Tocantins, Tombos e Ubá, tendo em vista os seguintes tipos de realização: o contar de “casos”, recurso usado pelas famílias mineiras das cidades menores, como estratégia de interação verbal. As gravações atendem aos procedimentos da Etnografia e aos pressupos-

tos teóricos funcionalistas. Para este trabalho, selecionamos Tocantins e Ponte Nova, perfazendo o primeiros 96:45 minutos de gravação e o segundo, dividido em três partes, apresenta os seguintes minutos de gravação: I com 26:59 min.; II com 187:46 min., e III com 159:07 min. O projeto financiado pela FAPEMIG, apoiado pela UFJF, e coordenado por mim, no período de 2007-2009 não está disponível em nenhuma página até o momento.

O baixo número de ocorrências pode ser observado abaixo:

PROJETOS	Ocorrências
PEUL/Censo	23
Discurso & Gramática	05
Gramática em Uso	04
Fala Mineira	32

Quadro 3: Número de horas e de ocorrências das sentenças complexas subjetivas por projeto.

A sentença complexa subjetiva apresenta, na língua portuguesa, os *padrões 1 e 2*. O Padrão 1 é representado por matriz constituída de verbos intransitivos e o Padrão 2, por matrizes realizadas por adjetivos geralmente antecidos de verbo “ser”. É interessante observamos que, quando a função de sujeito se realiza sob a forma oracional, a ordem padrão de constituintes para o Português do Brasil, SVO, fica invertida. Recorremos à ordem VS se o sujeito for oracional. Tal ordem encontra respaldo, em primeiro lugar, na posição inicial estratégica de uma sentença como o local de indicação de (inter)subjetividade. Em segundo lugar, as orações encaixadas subjetivas estabelecem um valor semântico generalizante, fazendo com que o falante se distancie ou se descomprometa da informação veiculada. Em terceiro lugar, os nomes/verbos selecionados para a posição de predicador pertencem à classe de modalizadores e avaliativos com uma variação dentro da categoria para atender ao grau de comprometimento do usuário (DIAS, 2012, p. 1-60).

Considerando o foco no nosso fenômeno, o Padrão 2, reafirmamos que o número de ocorrências é bastante pequeno na língua falada. As matrizes constituídas por verbo *ser* + *nome* foram consideradas, tendo em vista as ocorrências encontradas nas amostras em análise. O Padrão 2 se realiza com a estrutura *verbo ser* + *nome*, raramente, *verbo ficar* + *participio*. Foi encontrada a avaliação em adjetivos, substantivos, um advérbio e verbo. São eles: *claro, bom, comum, impressionante, gostoso, verdade, difícil, terrível, muito cedo, um rolo danado, uma fase proibido*,. As orações matrizes mais recorrentes são *com claro e bom*.

É bom lembrar que a sentença complexa subjetiva ocorre com mais fre-

quência na modalidade escrita. As amostras de fala são muito raras. Por isso, uma questão que extrapola este artigo é saber a qual outra estrutura o falante está atribuindo o mesmo valor sintático e semântico-discursivo da sentença complexa subjetiva na modalidade falada dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

3. Conversando com os dados.

A análise de dados será apresentada a partir da ordem da oração encaixada completiva subjetiva⁴ em relação à oração matriz. A ordem mais recorrente é quando a oração encaixada ocorre posposta à oração matriz. Em seguida, serão analisados os dados em que a oração encaixada subjetiva ocorre anteposta à oração matriz. Os casos de intercalação só ocorreram até o momento com as orações do tipo Padrão 1, que não é nosso objeto de estudo. As ocorrências com matriz verbo *ser* + *nome* (e raramente advérbio) podem apresentar-se em processo de gramaticalização, quando, então, deixam de funcionar como predicadoras de argumento sujeito oracional em algumas situações, mas continuam a ter a função de selecionadora em outros contextos. É o que Hopper (1991, p.17-36) denomina de “*layering*” ou camadas. O nosso intento, neste artigo, é trabalhar os casos em que as orações matrizes indicadas funcionam ainda como selecionadoras de argumento.

(1)

31	Vô	quando eu comecei a namorar a Nativa (00) trabalhava no hotel era gerente, saía muito tarde, aí ia na casa dela, as vezes ficava muito tarde faltava energia, aí eu nem ia(00) aí quando eu comecei a namorar a Nativa(00) eu vou faze um diário(00)eu vou deixá minha vida <u>escrita</u> num diário(00) e fui lá em Visconde do Rio Branco >num papelaria qualquer lá ()< i comprei um diário(00) i meu diário (00)i nem sei deve ta ai em casa guardado aí, aí comecei a escreve(00) “hoje levantei cedo, muito trabalho no hotel o: o expresso deu ponto de almoço aqui só a <u>noite</u> dipois que fechô tudo que pude ir a casa de Nativa tivemos lá- tive lá cum ela mais ou menos uma hora vim pra casa já era onze hora” e fui contando as história(00) depois num tive mais tempo sei lá(00) depois casei cum ela não fiz mais nada e tem esse:: esse diário velho aí, de mil novecentos e quarenta e seis
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		

4 A sentença complexa terá indicação e ficará em negrito. As orações encaixadas subjetivas ficarão entre colchetes.

	45	Naná	ahentão,é uma relíquia né olha
	46 47	Vô	milnoventos e quarenta e seis (00) nós já passamu: (00) nós tamo no dois mil e seis (00)deve te isso aí em casa (00)
	48	Naná	Legal
→	49	Vô	E:ra muito comum [fazer isso antigamente]
	50	Nara	humhum
	51	Vô	Cê contava a vida num diário
	52 53	Gil	e era a maior expectativa porque: cê fica o dia inteiro tra- balhando(00)

O exemplo (1) mostra uma sentença complexa subjetiva na linha 49, constituída de oração ^{matriz + oração subjetiva}. A oração matriz detém o valor semântico avaliativo por parte do falante em relação à oração que funciona como encaixada subjetiva – *fazer isso antigamente*. A avaliação expressa pelo falante na oração matriz constitui avaliação do tipo julgamento em relação à proposição – *fazer isso antigamente*. Segundo os padrões sociais e culturais do falante, temos uma atividade usual para a época da sua juventude – *contar a própria vida num diário*. Interessante notar que a encaixada completiva apresenta um pronome *isso*, que torna a informação mais clara via processo catafórico, na linha 51. Outro destaque é a marca unipessoal (NEVES, 1996: 181) da oração matriz, frase 49, que junto com uma proposição de valor geral, na encaixada completiva - *a atividade de fazer diário antigamente se aplicava a todos os adolescentes que pertenciam à comunidade do falante*- formam um contraste entre as porções textuais que vem antes e aquelas que vem depois da sentença complexa subjetiva. Assim, o falante contrasta o mais geral / menos pessoal da comunidade com o mais pessoal da vida dele, aproximando a experiência vivida para a situação discursiva.

(2)

	Tia	Ela é <u>piçan</u> ↑te mas ela num <u>tem</u> ↑ esse <u>ardi</u> ↑do que cê tem que tomá <u>água</u> depois igual <u>pimenta</u> (não) []
	Vô?	() mercado central
		AH::↑ que deLÍ↑cia gente↓
→	Tia	Ou↑ ela tem <u>tu</u> ↑doSA↑be? (0.0) é im>pressionante < como ela cozinha bem (>° italiana°<) é <u>impressionante</u> (0.0) e só coisa <u>diferente</u> ela num <u>tem</u> um bifê <u>assim</u> pra fazêsalgadin coisa (0.0) tradicional (0.0) []

O exemplo (2) instancia uma sentença complexa subjetiva em negrito, constituída de ^{oração matriz + oração subjetiva}. A oração matriz representa uma avaliação do tipo apreciação, em que o adjetivo externa um grau alto de comprometimento do falante em relação à informação contida na oração subjetiva. A oração subjetiva- *como ela cozinha bem*- possui um traço modal representado pelo “como”. Ao término da sentença complexa, o falante utiliza novamente o *é impressionante* que funciona como um comentário no nível textual-discursivo. Parece que, quando a oração encaixada subjetiva se realiza na forma finita, ela não veicula significado geral. A avaliação expressa na oração matriz traduz mais compartilhamento de intimidade entre membros de uma família mineira.

(3)

E: Onde fica essa livraria?

F: Fica na Tijuca, na Praça SaensPeña.

E: Quais são os tipos de livro mais vendidos lá?

F: Didáticos em geral, cara.

E: Não tem assim nenhum título que o pessoal vai sempre lá perguntá assim se chegou?

→F: **É claro** [*que eles perguntam muito também sobre para-didáticos,*] esses livros de leitura extraclasse que ajudam assim nas aulas de Português, Literatura.

E: Você estudou muito pra passá no vestibular?

F: Bom, claro que eu me sacrifiquei como todas as outras pessoas, abduquei de muitas festas, deixei de sair, **é claro**, eu deixei de pô, abri(r) mão de muitas coisas pra poder estudá, mas apesar disso eu reconheço que eu não estudei o máximo não. Censo/PEUL

O exemplo (3) é representado por uma sentença complexa com a oração matriz *é claro*. Temos, do ponto de vista sintático, ^{uma oração matriz + uma oração encaixada} _{completiva}. Do ponto de vista semântico-discursivo, a matriz *é claro* instancia uma modalidade epistêmica asseverativa, em que o falante expressa o seu grau de comprometimento com a verdade contida no enunciado (BYBEE & FREISCHMAN, 1995:p.4-6). O *é claro* pontua a mensagem como certa e asseverada. Ainda podemos dizer que a matriz *é claro* é utilizada pelo falante para marcar a sua avaliação do tipo apreciação (significados através dos quais os autores/falantes emitem um valor intersubjetivo) em que o usuário da língua julga que a proposição entre colchetes possui informação muito transparente para ele próprio, o que o leva a considerar que o interlocutor também deva considerar tal informação como dada e transparente. Se o ouvinte não compartilha a informação, o falante, mesmo assim, considera que ela seja óbvia demais. Para

Basílio(1996, p. 82-97), temos evidências de que os marcadores de assentimento podem se realizar em alguns adjetivos, entre eles, *claro*, *certo* e *lógico*. Temos então um compartilhamento entre a função adjetiva de transparência lógica e a função de marcador (assentimento conversacional) no nível textual-discursivo.

(4)

59 01 02	Vô	aí eles tinha coragem de castigá o sujeito lá(00) então ficô presidio (00) mas depois que pa- [passou pra cidade
03	Tom	[um lugazim pra sugerir pra morá
04	Vô	é e quando passô pra cidade, ficô <u>Viscondi</u> do Rio Branco
05	Tom	Hanham
06 07 08	Vô	<u>Aliás</u> ficô Rio Branco(00) depois foi proibido [<i>botá o nomidi Rio Branco</i>], que Rio Branco era um <u>troço</u> mais importante aí no Brasil aí num sei aonde aí(00) <u>intão</u> , num podia te(00)acopado a outra cidade (histórica) aí puseru

A sentença complexa subjetiva é representada, sintaticamente, por uma oração matriz, que seleciona um sujeito oracional na ordem oração matriz + oração subjetiva. Do ponto de vista semântico, a oração matriz denota um valor de modalização deontica muito incomum nos dados de fala. A modalidade deontica foca a noção de obrigação e permissão. No nosso exemplo, temos uma obrigação deontica (BYBEE & FLEISCHMANN, 1995, p. 6). Do ponto de vista morfossintático, a oração matriz realiza-se com estrutura de voz passiva, seguida de uma oração completiva subjetiva na forma não-finita - *botá o nomidi Rio Branco*. Por isso, temos uma integração maior entre as orações, já que a oração subjetiva necessita de ter o seu sujeito anafórico ao agente da passiva não-expresso na oração matriz, mas inferido da situação de fala. É qualquer indivíduo autorizado a proibir. Há uma oração matriz de valor semântico impessoal e a oração encaixada subjetiva representa uma generalização da proibição, indiferente a quem seja o indivíduo. Toda a sentença complexa contrasta com os detalhes dos participantes, dos locais, da história social da comunidade, que são expressos antes e depois da sentença complexa.

(5)

11 12	Luc	°Clara°cê tá confundinu sanfonero com santo (1.0) [num <u>êsão-</u> fonero] não >Clara<.
13 14	Carol	[°o São Luís°-] o São Luís é- é- o nome dele é- é só São Lui↑s?
15	Vô	São Luís Gonza:ga.
16 17	Carol	é isso que eu tô falanu gente e- e- é São Luís Gonza:ga e o mininu não chama Luís Gonza:ga foi por isso que eu ache:i=
18	Vô	=não ma- não=
19 20→	Tom	=> mas é mais fácil [<i>mudá o nome do mini:nu do que mudá o nome do san↑tu</i>]<((risos))
21 22 23	Vô	não ma num tem na↑da a vê Clara (0.8) quioê num pode olhá o santu pelo sobrenome não (0.5) e o mininu <u>tamém</u> não (0.7) eu se quisé dá um- comprá uma medalhinha pra dá um- uma pessoa aí, Mari:a da- da Piedade num ia comprá Maria da Piedade não ia comprá uma MaRI:↑a, Santa Mari:↑a e mandá pra ela (0.8) <u>não</u> (1.2)eu acho assim↓, () <u>bom</u> .

A sentença complexa no exemplo (5), linhas 19 e 20, é representada pela matriz- *mas é mais fácil*- e pela sentença encaixada completiva subjetiva entre colchetes. Sintaticamente, a sentença subjetiva é a mais encaixada na oração matriz por aquela ser expressa nas formas não-finitas do verbo *mudar*. Do ponto de vista semântico- discursivo, temos uma oração matriz marcada pela avaliação do tipo julgamento, tendo em vista o conhecimento do falante de que mudar nome de santo não seja nada fácil, mas o mesmo não se diz de nome de menino. A ordem oração matriz + sentença subjetiva coloca a avaliação em primeira posição sentencial, marcando a subjetividade, o posicionamento do falante em relação à generalização de informação expressa na sentença subjetiva. Ou seja, ao falar da dificuldade de se trocar nome de santo mas não de menino, o falante fala de um modo geral para todo e qualquer nome de santo e todo e qualquer menino. Antes de usar a sentença complexa subjetiva, o falante discute os nomes do santo e do menino, identificando-os, a seguir, utiliza a oração subjetiva de modo a expressar a generalização da informação e, a seguir, ele volta à identificação de nomes de santo e de menino.

(6)

14	Tom	°intendi°
15	Vô	ele era <u>gagumes:mo</u>

16	Tom	((risos)) coi:tado
17	Vô	mas conversava com todo mundo, contava casu, contava anedo-, [gago contáanedota]é terri :↑vel ((risos, vozes))
18		mas ele:- (0.8) ele contava de tudo, imtu↑do, u: Vicente
19		gagutinha - (1.0) era↑ lembradu.
20		
21		(2.2)
22	Tom	gago tem vergonha de falá (não)
23		(1.8)

(Falante Ponte Nova III)

Temos, no exemplo (6), uma ordem marcada de orações: oração subjetiva + oração matriz. A oração matriz reflete a subjetividade do falante, por meio da avaliação, cujo léxico-*terrível* -instancia “afeto” por causar impacto no falante em associação com julgamento negativo, porque o outro não se enquadra no modo de falar dos usuários da língua, de um modo geral. Além disso, a subjetividade pode ser marcada no traço prosódico de prolongamento de vogal.

Podemos também observar a generalização de significado da oração encaixada subjetiva- *gago contá anedota*-, devidamente marcada pela opinião do falante- *é terrí*:↑vel- em relação à porção de informação que antecede e sucede a sentença complexa. Nesta estrutura complexa, a sentença subjetiva reflete uma generalização de uma condição de indivíduos com problemas prosódicos na expressão de anedotas e não daquele indivíduo em particular, citado antes do uso da sentença complexa. O que é expresso na oração encaixada subjetiva serve para todo e qualquer indivíduo gago. Tanto a avaliação quanto a generalização estão atreladas à subjetividade do falante, que, sabiamente, se descompromete, discursivamente, de alguma inconsistência discursiva, contrastando com a informação mais pessoal que antecede e sucede a sentença complexa.

(7)

	Pedro	()passei lá na frente ((risos))
	João	É mermo? que quem diria a gente quando tivesse novo a gente falá que ia fazêi ssu né? “cê tá doido nem que num tivesse ninguém a gente ia” aquele som cê lembra?
	Pedro	é
	João	quem diria isso? comé que a cabeça vai mudano né? vai chegá um tempo que () mexê com isso nada um frio danado alí fora né?
	Pedro	é ((rindo))

→	João	nada ((risos)) é ficáquietimaqui[é muito melhor] ((risos))
		passsei lá (00) de moto na frente ali na rua olhei falei “o quê? tchau procê vô embora dormi” começô a dá uns pingüim ainda ((risos))
	João	comé que pode cara aí a gen aí a gente ficava doido pra chega ((bocejando))

(Fala Mineira. Tocantins)

O exemplo (7) é uma sentença complexa marcada pela ordem da sentença subjetiva + oração matriz, em que a oração subjetiva é expressa pela forma não-finita de “ficar”. A oração matriz representa uma avaliação do tipo apreciação, tendo o grau de comprometimento do falante marcado na intensificação de “muito”. A ordem marcada em que o sujeito oracional ocorre na primeira posição sentencial reflete a chamada de atenção do ouvinte para a informação aí contida, bem como infere-se um julgamento por parte do falante de que o comportamento de ficar quietinho está de acordo com as normas sociais esperadas pela comunidade em que ele vive- a pessoa mais velha fica quietinha em casa, ao contrário dos mais jovens. As porções de informação que antecedem e sucedem a sentença em negrito são como justificativas bem pessoais que se opõem à informação de leitura geral da sentença complexa em negrito.

(8)

Tim	Nã:oma na verdade (0.0) é um creme né? (0.0) como uma-uma []
Tia	(é tipo uma tort ⁱⁿ hazinha)
Tim	<i>(0.0) é como se fosse um:- (0.0)umaMA↑ssa de pasTEL↑ (0.0)uma massa de tri:↑go- (0.0) de farinha de tri↑go (0.0) cum Á:gua (0.0) só que ela não é fri↑ta (0.0) cê (0.0) faiznu-nu (0.0) na frigiDE↑ra (0.0) ela fica (assim) (0.0) como []</i>
	como se fosse (um cre↓pe)
	<i>se fosse uma panQUEcazinha é é::</i>
→ Tim	é MUI↑to bom↓

O exemplo (8) é representado por um tipo de construção peculiar da fala mineira, em que temos a oração matriz, apontada e em negrito, representando uma avaliação do tipo julgamento positivo do falante acerca de um determi-

nado prato. A sentença subjetiva⁵ é representada pela fala de Tim, em itálico, e ocorre na sequência descritiva que antecede a oração matriz – *é muito bom*, que retoma anaforicamente a informação que a antecede. Se atentarmos para o uso de *é MUI↑to bom↓*, podemos observar que é carregado de marcação prosódica no advérbio intensivo “muito”, expressando a gradação máxima do que é “bom”. A atitude do falante denota profundo envolvimento com os participantes da atividade discursiva familiar.

Podemos ainda, no nível textual-discursivo, considerar que *é MUI↑to bom↓* pode apresentar leitura de marcador discursivo que marca assentimento do falante, um comentário em relação à informação em itálico.

(9)

→	João	<i>bebia caía deitado, te teve uma vez que teve um baile chique rapaiz dumas menina, tipo assim né? baile pra desfilar; era desfile aí todo mundo arrumadin cabelo arrumado (todo mundo) a gente gritava “oh gostosa” ((risos)) “uu vai ganhar gostosa” ninguém ficava perto do Douglas, aí teve uma vez que ele bebeu tanto que caiu na porta no dia do baile o pessoal tudo caído o pessoal chutando ele assim () aí larguei ele pra trás, cê lembra? aí eu larguei ele pra trás ele volto cum pessoal de stilo de carro i ...era bom demais</i>
→	Li	era bom demais
	João	em Piraúba
	João	tinha umas garota bonita

(Tocantins)

Em (9), consideramos que a sentença complexa subjetiva consiste de sujeito representado por toda a informação em itálico que antecede a matriz de avaliação positiva, “era bom demais”. O elemento “bom” constitui, nos termos de Martin & White (2007, p. 1-69), um valor semântico-discursivo de avaliação do tipo julgamento, já que o falante utiliza recursos próprios para julgar a situação de acordo com princípios normativos sociais, que possibilitam ao jovem ter tal comportamento considerado positivo. Pode-se ainda considerar uma composição com a avaliação do tipo apreciação, já que o falante aprecia eventos da juventude de maneira muito positiva.

5 Neste tipo de sentença complexa, com ordem marcada, o sujeito vem em itálico e não em negrito, por ser muito extenso e demandar outra análise no nível textual-discursivo.

Uma terceira possibilidade de leitura é sobrepor análise no nível textual-discursivo. A oração - *era bom demais* - pode ser vista, no nível pragmático, como um marcador discursivo que marca assentimento do falante João, uma avaliação positiva de acontecimentos de sua vida da época da juventude, no primeiro destaque, o que Li concorda e se manifesta através da repetição de “era bom demais”, no segundo destaque, estabelecendo assim a função da intensificação na compreensão (MARCUSCHI, 1996, 107).

Conclusão.

O complexo oracional subjetivo é constituído de oração matriz (a predicadora) e a oração subjetiva (a encaixada completiva). Consideramos dois padrões: *Padrão 1* (oração matriz com verbo intransitivo) e *Padrão 2* (oração matriz constituída de verbo ser + nomes, e verbo ficar + verbos no particípio). Seleccionamos, para análise, o *Padrão 2* nas amostras de fala mineira, fluminense e carioca.

O nosso foco está no estudo da marcação de (inter) subjetividade desencadeada pelo falante que sobrepõe à função sintática da oração matriz de selecionadora de oração encaixada completiva subjetiva valores semântico-discursivos de modalização e de avaliação na ordem não-marcada, de ^{oração matriz + sentença subjetiva}; e de valores semântico-discursivos de avaliação, com sobreposição de valores textual-discursivos de marcadores discursivos de assentimento, comentário e avaliação na ordem marcada, *sentença subjetiva + oração matriz*.

A análise de dados revelou ainda que a encaixada completiva subjetiva expressa informação de teor geral, enquanto o falante utiliza valores semântico-discursivos modalizadores e avaliativos na oração matriz para marcar o seu afastamento ou o seu comprometimento na situação de fala. Todo a sentença complexa subjetiva marca o não-pessoal relação à informação que lhe antecede ou lhe sucede, que geralmente são marcadas por identificação de participante através de nomeação explícita do referente ou através da composição com pessoas do discurso.

A hipótese inicial de que o “espaço” inicial da sentença é o espaço da modalidade e da avaliação se confirma nos dados investigados. A seleção da ordem marcada, em que a oração matriz é utilizada para expressar também traços de marcadores discursivos de assentimento, de comentário e de avaliação, especialmente na variante mineira, aponta para uma mudança que se prenuncia na variante da Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas.

- BASÍLIO, Margarida. A flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Volume II: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1992. p. 83-109.
- BIBER, D.; FINEGAN, E. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. *Text*, 9, 1989, p. 93-124.
- BYBEE, J. & FLEISCHMANN, S. Modality in Grammar and Discourse. John Benjamins Publishing Company. 1995, p. 4-6.
- _____. Mechanisms of change in Grammaticalization: the role of Frequency. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Balckwell Publishing. 2005.
- BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA. *The evolution of grammar*. Tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago Press. 1994, p. 176-242.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Nova Gramática do Português Brasileiro. SP. Fapesp. Editora Contexto. 2010, p. 337.
- DIAS, N. B. *Agramaticalização de orações matrizes*. Relatório 2011-2013 para a FAPERJ. UFF/ Deptº de Letras Clássicas e Vernáculas. 2012, p. 1-60.
- DIAS, N.B. e MOURA, M.Z. A avaliação na oração matriz e no segmento A. *Revista Veredas*. Juiz de Fora. UFJF. 2011, volume 15, número 1.
- DIAS, Nilza Barrozo. “As pequenas cláusulas”. In: CASTILHO, A. (Organizador) *História do Português Paulista*, série: Estudos, volume I. CASTILHO (org.). Editora da Unicamp, 2009, p.-559-570.
- FOX, Barbara A. Principles shaping grammatical practices: an exploration *Discourse Studies*, vol. 9, 2007, p. 299-318. Acessado em: fevereiro de 2008. <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/3/299>
- GOODWIN, M. Concurrent operations on talk: notes on the interactive organization of assessments. *IPRA Papers in Pragmatics*. v. 1, n. 1, 1987. p. 1-54.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994 [1985], p. 69-105.
- HEINE, B. Grammaticalization. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Balckwell Publising. 2005.
- HOPPER, Paul .On some principles of grammaticalization. In: *Approaches to grammaticalization*. Traugott& Heine (editors). Vol. I. John Benjamins. 1991, p.17-36.

- LEHMAN, C. Towards a typology of clause linkage. In: Thompson & Haiman (eds). *Clause combining in grammar and discourse*. J. Benjamins Publishing. Amsterdam / Philadelphia. 1988, p. 181-225.
- LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa. Editorial Presença/ Martins Fontes. 1996, p. 337-393.
- MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. *Gramática do Português Falado*. KOCH (organizadora). Editora da Unicamp. Campinas/SP. Vol. VI. 1996, p. 107.
- MARTIN & WHITE. *The language of evaluation. Appraisal in English*. London. Palgrave Macmillan. 2007, p. 1-69.
- NEVES, M.H. *Gramática do Português em Uso*. São Paulo. Editora da UNESP. 2000, p. 183.
- _____. Modalização. In: *Gramática do Português Falado*. KOCH (org.). Campinas. Editora da Unicamp. Vol. VI. 1996, p. 172-189.
- SOARES, Augusto da Silva. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. In: *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 49-81, jan./jun. 2008.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, p. 219-250.
- _____. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization. Topics in English Linguistics*. Berlin and New York: Mouton of Gruyter. (forthcoming)
- Elizabeth C. & Richard B. Dasher. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge . Cambridge University Press. 2005, p. 34-44.

Recebido em 31 de março de 2013.

Aceito em 6 de abril de 2013.

VOCATIVOS E O TRAÇO “BASICAMENTE ORIENTADOR DA INTERAÇÃO” NA GRAMÁTICA TEXTUAL-INTERATIVA

Eduardo Penhavel

Universidade Estadual Paulista
eduardopenhavel@yahoo.com.br

Alessandra Regina Guerra

Universidade Estadual Paulista
alessandrareginaguerra@yahoo.com.br

RESUMO: Na Gramática Textual-interativa, a classe dos Marcadores Discursivos é definida por meio da combinação de um conjunto específico de traços linguísticos. Um deles, que diz respeito à função interacional dos Marcadores, é o denominado “basicamente orientador da interação”. Como mostrado por outros autores, esse traço manifesta-se no caso de expressões que desempenham as funções de Checagem, Retroalimentação, Injunção ou Iniciação. Neste trabalho, procuramos mostrar que o referido traço está presente, também, nos elementos linguísticos com função de Vocativo.

PALAVRAS-CHAVE: Vocativos; Marcadores Discursivos; Interação Verbal.

ABSTRACT: Within Textual-interactive Grammar, discourse markers are defined through a particular combination of linguistic features. One of them concerns the interactive role of discourse markers, and it is called “basic orientation of interaction”. As other authors have shown, this feature applies to expressions that play the following functions: Checking, Feedback, Injunction or Initiation. In this paper, we try to demonstrate that the feature under consideration also applies to Vocatives.

KEYWORDS: Vocatives; Discourse Markers; Verbal Interaction.

Introdução

Em alguns trabalhos anteriores (PENHAVAL & GUERRA, 2011a, 2011b, 2012), temos discutido alguns aspectos particulares da conceituação de Marca-dores Discursivos (MDs) formulada no âmbito da Gramática Textual-interativa (JUBRAN & KOCH, 2006). O objetivo geral desses trabalhos tem sido propor reajustes e especificações na caracterização desses elementos, procurando, assim, torná-la cada vez mais precisa e aprofundada. No presente trabalho, dedicamo-nos a esse mesmo objetivo geral.

Na Gramática Textual-interativa, a classe dos MDs é definida mediante a combinação de traços linguísticos referentes a nove parâmetros de análise. Um desses parâmetros (ou variáveis) diz respeito à função que as expressões linguísticas desempenham em termos de orientação do processo de interação verbal. Trata-se do parâmetro denominado de “orientação da interação”. Essa variável compreende os traços “basicamente orientador”, “secundariamente orientador” e “fragilmente orientador”. A presente discussão circunscreve-se ao primeiro desses três traços.

Com base nos trabalhos desenvolvidos por Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) e Urbano (1999, 2006), pode-se dizer que as expressões linguísticas que manifestam esse traço são aquelas que desempenham as funções de Checagem (como a expressão “né?”), de Retroalimentação (como “ahn ahn”), de Injunção (por exemplo, “Olha”) e de Iniciação (como “Ah”). A esse respeito, o objetivo específico do presente trabalho é mostrar que os elementos linguísticos pertencentes à classe dos Vocativos também podem ser analisados como apresentando o traço “basicamente orientador”. Ou seja, aqui procuramos especificar o que significa esse traço caracterizador de MDs, mostrando que ele se manifesta não apenas no caso de expressões com função de Checagem, Retroalimentação, Injunção ou Iniciação, mas também no caso de expressões com função de Vocativo.

Tendo em vista tal objetivo, este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 1, apresentamos uma síntese da conceituação de MDs da Gramática Textual-interativa; na seção 2, discorreremos sobre a variável “orientação da interação” e, em particular, sobre o traço “basicamente orientador”; na seção 3, procuramos, então, mostrar que a classe dos Vocativos também pode ser analisada como apresentando esse traço; finalmente, apresentamos as considerações finais.

1. Marcadores Discursivos na Gramática Textual-iterativa.

Penhavel (2010) mostra que, no atual cenário dos estudos linguísticos, podem ser distinguidos três tipos gerais de abordagens de MDs. O primeiro tipo compreende abordagens que tomam como MDs expressões afixadas a um enunciado matriz, que têm função de conexão e que se referem a um aspecto desse enunciado. Aí se incluem, por exemplo, trabalhos como o de Fraser (2006). O exemplo em (1) abaixo ilustra um item considerado como MD por uma abordagem desse tipo.

- (1) Donna left late. *However*, she arrived on time (FRASER, 2006, p. 190).

[Donna saiu tarde. Porém, chegou a tempo.]

A segunda modalidade de abordagem compreende aquelas que analisam como MDs expressões constituindo um enunciado completo, com função de gerenciamento da conversação e que se referem a domínios de organização discursiva. Um representante típico dessa modalidade é o trabalho de Fischer (2006). O item destacado no exemplo em (2) representa um MD para uma abordagem dessa modalidade.

- (2) *okay* Danny, now that this meeting’s over, we need to schedule another one so we continue, to get our work done on this project (FISCHER, 2006, p. 434).

[okay Danny, agora que essa reunião terminou, nós precisamos agendar outra e assim continuamos, para terminar nosso trabalho nesse projeto]

Finalmente, o terceiro tipo de abordagem abarca aquelas que consideram como MDs expressões dos dois tipos anteriores, isto é, tanto expressões de natureza conectiva, quanto expressões fundamentalmente ligadas ao gerenciamento da conversação. Essa modalidade inclui, por exemplo, a abordagem de Schiffrin (1987) e a da Gramática Textual-iterativa, aqui em foco.

A Gramática Textual-iterativa, uma vertente da Linguística Textual, constitui um quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, focalizando, em particular, os chamados “processos de construção textual”. Trata-se, essencialmente, dos processos de Organização Tópica, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Correção e Repetição. Nesse contexto, são, então, estudados os MDs, os quais são entendidos como uma classe formada

principalmente por certas expressões linguísticas que atuam na articulação ou no gerenciamento interacional desses processos de construção textual.

Especificamente, Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) definem os MDs, conforme adiantado acima, mediante a combinação de traços referentes a nove parâmetros de análise, ou variáveis, conforme descrito em (3).¹

- (3) Variáveis e traços definidores de MDs:
 - (i) Variável: articulação de segmentos do discurso:
Traços: sequenciador tópico; sequenciador frasal; não-sequenciador;
 - (ii) Variável: orientação da interação:
Traços: basicamente orientador; secundariamente orientador; fragilmente orientador;
 - (iii) Variável: relação sintática com a estrutura oracional:
Traços: sintaticamente independente; sintaticamente dependente;
 - (iv) Variável: relação com o conteúdo proposicional:
Traços: exterior ao conteúdo; não-exterior ao conteúdo; não se aplica;
 - (v) Variável: autonomia comunicativa:
Traços: comunicativamente autônomo; comunicativamente não-autônomo;
 - (vi) Variável: demarcação prosódica:
Traços: com pauta demarcativa; sem pauta demarcativa;
 - (vii) Variável: padrão de recorrência:
Traços: baixa frequência; média frequência; alta frequência;
 - (viii) Variável: transparência semântica:
Traços: totalmente transparente; parcialmente transparente; opaco; não se aplica;

1 Neste trabalho, não incluímos, na definição de MDs, o parâmetro “Apresentação formal” e seus traços “forma única” e “forma variante”, por considerarmos, conforme defendemos em Penhavel & Guerra (2011a), que esses traços não são relevantes em termos definicionais.

- (ix) Variável: massa fônica:
Traços: até três sílabas tônicas; além de três sílabas tônicas;

Os autores concebem os MDs como uma classe gradiente, isto é, uma classe composta por elementos prototípicos e elementos não-prototípicos. Nesse sentido, MDs prototípicos são definidos como expressões que manifestam a combinação de traços apresentada abaixo em (4), enquanto MDs não-prototípicos são definidos como expressões que manifestam essa combinação com algum desvio, o qual, de modo geral, não ultrapassa dois traços e não afeta o chamado “núcleo piloto”, conjunto formado pelos traços referentes às cinco primeiras variáveis, considerados como os traços principais.

- (4) - sequenciador tópico + secundariamente ou fragilmente orientador da interação; ou não-sequenciador + basicamente orientador;
- sintaticamente independente;
- exterior ao conteúdo;
- comunicativamente não-autônomo;
- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas.

São distinguidos dois tipos principais de MDs, os “MDs basicamente sequenciadores” (que apresentam o traço “sequenciador tópico”) e os “MDs basicamente interacionais” (que apresentam o traço “basicamente orientador”). A ocorrência destacada do item “então”, em (5), ilustra o primeiro desses tipos de MDs, e as ocorrências de “não é?” e “ahn ahn”, em (6), ilustram o segundo tipo.

- (5) mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola ... esse problema de puxar pela criança -- “Ah ... não deve puxar pela criança” -- eu acho que isso não funciona muito ... porque a criança vai a maternal somente pra brincar ... ser educada ... aprender a fazer coisas que em casa a mãe às vezes ... não tem condições de ensinar -- como eu ... eu não tinha condições de ensinar muita coisa a ela ... porque eu m/ passo o dia inteiro na rua trabalhando -- então ... ela na escola aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar a ela: ... aprendeu a comer não é ... sozinha porque eu ainda dava comida na boca ... aprendeu a fazer xixi dela no

sanitário ... que ela não fazia ... fazia na fralda ... *então* ... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola (RISSO, 2006, p. 460).

(6) A: agora em dois dias da semana ... eu levo à faculdade também ...
não é?

B: [*ahn ahn*

A: e:: depois volto para casa (URBANO, 2006, p. 500).

De acordo com a abordagem textual-interativa, a ocorrência destacada de *então*, em (5), manifesta o traço “sequenciador tópico”, já que contribui para indicar que o enunciado seguinte constitui o fechamento da unidade tópica representada pelo excerto todo transcrito no exemplo. Já as expressões “não é?” e “ahn ahn”, em (6), focalizam o processo de orientação da interação, constituindo, então, exemplos de expressões com o traço “basicamente orientador”, que passamos a discutir na seção seguinte.

2. A variável orientação da interação e o traço “basicamente orientador”.

Risso, Silva & Urbano (2006) consideram que qualquer expressão linguística cumpre sempre uma função orientadora da interação – função capturada pela variável “orientação da interação”, indicada em (3-ii) acima. Segundo os autores, o direcionamento interpessoal normalmente se estabelece numa configuração não-discreta, revelando-se como um fenômeno graduável. Assim, uma expressão pode ter a função de ser basicamente, secundariamente ou fragilmente orientadora da interação (o que corresponde, respectivamente, aos três traços da variável em foco: “basicamente orientador”, “secundariamente orientador”, “fragilmente orientador”).²

Risso, Silva & Urbano (2006) consideram que uma unidade é basicamente orientadora quando há uma nítida orientação por parte do falante em direção

2 A título de esclarecimento sobre a relação entre “traço” e “função”, convém explicar que uma noção, por exemplo, como “basicamente orientador” (em outros termos, “orientação básica da interação”) constitui uma *função* de uma expressão linguística. Quando se fala do *traço* “basicamente orientador”, quer-se dizer que um traço (isto é, um aspecto, uma característica) de uma expressão é *ter a função* de basicamente orientador. Assim, pode-se dizer, por exemplo, que uma expressão manifesta *traços* como: ser sintaticamente independente, ser exterior ao conteúdo proposicional, ter a função de orientação básica da interação etc.

ao ouvinte, ou deste em direção ao falante, através, por exemplo, da busca de uma aprovação discursiva (como em determinados usos de “certo?” e “entende?”) ou através da manifestação de um acompanhamento atencioso da fala do outro (como em certas ocorrências de “uhn uhn”). Aí se incluem também unidades que, embora possam corresponder a automonitoramentos, sinalizam formalmente um envolvimento interpessoal (como “digamos”).

Já o traço “secundariamente orientador” manifesta-se quando uma unidade linguística sinaliza opinião ou orientação argumentativa do falante. Esse traço aplica-se também a processos de manifestação pessoal, em que o falante verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais (como no uso do verbo “acho”) ou envolve, indiretamente, seu interlocutor (como no uso do item “bom”). Finalmente, como explicam os autores, quando a interação se define apenas em função da própria natureza do evento conversacional, que, segundo eles, corresponde sempre à realização de uma tarefa comum, com envolvimento recíproco dos interlocutores, a orientação interacional é considerada frágil.

Urbano (2006) distingue cinco subfunções da função “basicamente orientador”, função que nos interessa neste trabalho, como mencionado acima. Essas subfunções são apresentadas abaixo em (7).

(7) Subfunções basicamente orientadoras segundo Urbano (2006):

- i) fático de natureza ou entonação interrogativa, produzido após enunciado declarativo. São formas produzidas pelo falante após uma declaração também produzida por ele, como “né?”, “certo?”;
- ii) feedback: São formas como “uhn uhn”, “certo”, produzidas pelo ouvinte e usadas normalmente em duas situações: 1) isoladamente, retroalimentando o falante e mantendo-o no seu papel discursivo; 2) no início do turno do ouvinte, possibilitando a este assumir o papel de falante;
- iii) fático de natureza imperativa e entonação exclamativa. São formas produzidas pelo falante corrente, mas orientadas diretamente para o ouvinte: “Olha!”, “Veja!”;
- iv) início de respostas formais ou de comentários. São formas produzidas pelo interlocutor, ao tomar o turno, em respostas, ou

como comentário a perguntas ou a comentário do falante anterior, como um “Ah”, de natureza exclamativa;

- v) fático de natureza e entonação interrogativa, produzido após enunciado interrogativo. São formas produzidas pelo falante após uma pergunta (retórica ou não) também produzida por ele, como “hein?”.

Conforme discutimos em Penhavel & Guerra (2011b), a subfunção em (7v) não precisaria, e nem mesmo poderia, ser distinguida como uma subfunção particular. A nosso ver, o tipo de fático apontado em (7v), quando usado após enunciado interrogativo *retórico*, teria função equivalente ao tipo de fático distinguido em (7i). Já quando usado após enunciado interrogativo *não-retórico*, o fático em (7v) não teria função de basicamente orientador da interação, pois seria um item que incidiria sobre o conteúdo do texto, e não sobre a dinâmica interacional. Dessa forma, das subfunções distinguidas por Urbano (2006), aquelas apontadas em (7i-iv) acima é que representariam possíveis especificações da função “basicamente orientador”. Essas quatro subfunções podem ser denominadas, respectivamente, de (i) Checagem, (ii) Retroalimentação (ou *Feedback*), (iii) Injunção e (iv) Iniciação. Trata-se de quatro situações em que uma expressão linguística pode ser analisada como apresentando o traço “basicamente orientador”.

Com base no que explicam Risso, Silva & Urbano (2006) e com base na tipologia de subfunções esboçada por Urbano (2006), consideramos que a função “basicamente orientador [da interação]” pode ser entendida como a *tarefa de troca de atos discursivos dedicados à obtenção e/ou à manifestação do envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal*. Para nós, essa seria a função geral comum às quatro subfunções específicas destacadas acima.

A esse respeito, considere-se a subfunção de Checagem. Essa subfunção verifica-se quando o falante “pergunta” ao ouvinte se este entendeu, ou se concorda com, determinado segmento do discurso antecedente, porém pressupondo tal entendimento/concordância, de modo que ele (falante) fique autorizado diante do ouvinte a dar prosseguimento ao discurso. Aqui, os aspectos mais importantes da Checagem são a sua natureza retórica, no sentido de que ela constitui uma “pergunta” que pressupõe ausência de resposta, e o fato de que esse tipo de “pergunta” não incide sobre o conteúdo do texto, mas sobre a dinâmica da interação, visando à obtenção da autorização do ouvinte para o prosseguimento do texto.

Algumas das expressões linguísticas que podem assumir a subfunção de Checagem seriam: “ahn?”, “hem?”, “uhm?”, “certo?”, “entende?”, “entendeu?”, “não?”, “não é?”, “não é verdade?”, “né?”, “ok?”, “sabe?”, “tá?”, “tá certo?”, “tá claro?”, “viu?”.

Nos exemplos em (8) e (9) abaixo, os itens destacados exercem a subfunção de Checagem.

(8) Doc.: e como que cê conheceu ela?

Inf.: ah num:: barzinho numa boate *né?* nos conhecemo(s) com o tempo peguei o telefone dela a gente::... começamo(s) a entrá(r) em contato de um tempo... pra lá a gente começô(u) a saí(r) freqüentemente... (IBORUNA: AC-029; NE: L.14-17).

(9) Inf.: nós nos conhecemos na igre::ja ((risos)) num/ numa reunião de igreja que a gente ia tal... conhecemos começamo(s) a namorá(r) namorá(r)... e *sabe?* foi ficando aquele negócio for::te aquela coisa... for::te forte forte e eu muito obs/ obcecada por ele nossa eu era mui::to *sabe?*... muito obcecada por ele MESmo... e ele aquela pessoa::... ele é muito... ![farren::to *sabe?*] ![Doc.: ((risos))] ele gosta muito de saí::(r) e tal (IBORUNA: AC-022; NE: L.7-12).³

Em (8), é evidente a natureza retórica do item “né?”, na medida em que o Informante enuncia o item e não cede o turno para uma resposta do Documentador. Pelo contexto, é possível perceber também que o item não se refere ao conteúdo do texto. A expressão “né?” escopa o segmento “num:: barzinho numa boate”, produzido pelo Informante como resposta a uma pergunta do Documentador sobre como o Informante teria conhecido uma terceira pessoa. Como se trata de uma informação requerida pelo Documentador e fornecida pelo Informante, parece muito pouco provável que este estivesse usando o item “né?” (aqui entendido como redução de “não é verdade?”) para perguntar àquele sobre a veracidade da informação fornecida, porque aquele participante não teria esse conhecimento; ao contrário, tal informação seria justamente o que ele (Documentador) estaria solicitando. A nosso ver, o Informante usa a expressão “né?” para “perguntar” (pressupondo posicionamento afirmativo) se o Documentador entenderia (ou poderia imaginar) a situação de alguém

3 Exemplos extraídos do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007), disponível em www.iboruna.ibilce.unesp.br.

conhecer outra pessoa em um bar/boate, de modo que ele (Informante) possa dar prosseguimento a seu discurso.

Similarmente, em (9), o Informante usa a expressão “sabe?” sem ceder, em seguida, o turno ao interlocutor (no caso, o Documentador), o qual, por sua vez, também não manifesta tentativa de tomada de turno, demonstrando ter interpretado a expressão do Informante como uma pergunta apenas retórica. Na sua terceira ocorrência, por exemplo, a função de “sabe?” não seria perguntar ao Documentador se este sabe que o indivíduo descrito pelo Informante é “farrento”, mas seria “perguntar” se o Documentador entende o que seria um indivíduo “farrento”, de modo que ele (Informante) possa prosseguir seu discurso, com a garantia de que seu interlocutor o esteja acompanhando. Ou seja, trata-se de uma pergunta sobre a dinâmica da interação verbal.

Como pode ser visto, a subfunção de Checagem, de fato, particulariza a função mais geral “basicamente orientador”. Como mencionado, esta função geral compreende *a obtenção e/ou a manifestação do envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal*. Nesse sentido, a Checagem liga-se, mais especificamente, à *obtenção*, por parte do falante, *da aprovação do ouvinte para o prosseguimento do discurso*. De modo similar, as subfunções de Retroalimentação, Injunção e Iniciação também apresentam tal função geral, cada uma particularizando-a de uma forma específica.

A subfunção de Retroalimentação pode ser entendida como diretamente complementar à subfunção de Checagem. A Retroalimentação consiste, justamente, no fornecimento, por parte do ouvinte, de expressões que *manifestam o seu envolvimento com o ato de interação verbal*; em outras palavras, são expressões destinadas a indicar que o ouvinte está acompanhando o discurso, de modo que o falante possa dar prosseguimento à interação. Assim como as expressões de Checagem, os Feedbacks não incidem sobre o conteúdo informacional do texto, mas sobre a dinâmica da interação. Comparem-se as ocorrências hipotéticas da expressão “ahn ahn” em (10) e (11).

(10) A: Você viu o José hoje?

B: Ahn ahn

(11) A: O Pedro ... é um profissional muito competente

[
B: Ahn ahn

Em (10) o item “ahn ahn” é uma resposta efetiva do interlocutor B à pergunta formulada pelo interlocutor A. Nesse caso, o item não funciona como um Feedback. Já em (11), ao contrário, a expressão em pauta não poderia ser uma resposta a uma pergunta, visto que não há uma pergunta anterior e visto que o interlocutor A nem mesmo chegou a completar seu enunciado quando B pronuncia a expressão “ahn ahn”. Na verdade, o item manifesta o que é descrito por Risso, Silva & Urbano como um “acompanhamento atencioso da fala do outro”. Nesse caso, portanto, a expressão “ahn ahn” funciona como um ato de Retroalimentação. Outras expressões que também podem assumir essa subfunção seriam “ahn”, “certo”, “sei”, “uhn”, “uhn uhn” etc.

Os atos discursivos de Injunção, por sua vez, constituem expressões que têm a forma de enunciados imperativos (apenas a forma, não a função) e que são usadas normalmente em início de turno, muitas vezes em início de respostas. Trata-se de formas como “olha”, “olhe”, “veja”, “veja bem”, dentre outras. O item destacado em (12) ilustra uma ocorrência de um Injuntivo.

(12) A: não gosta de jogo ()?

B: *olha* eu GOSTo de jogo de carta ... né? (URBANO, 2006, p. 522-523).

Conforme observa Urbano (2006), esse tipo de elemento exerce a função de pedir a atenção do ouvinte para o que será dito, isto é, a função de propor uma atitude atenciosa. E, generalizando o que diz Risso (2006) sobre o item “olha”, pode-se afirmar também que os Injuntivos constituem segmentos prefaciadores, proferidos pelo locutor como formas preparatórias de declarações sequentes. Dessa forma, a nosso ver, a subfunção de Injunção está ligada à *obtenção do envolvimento do ouvinte*, já que pede a atenção deste, e, ao mesmo tempo, está ligada à *manifestação do próprio envolvimento do falante*, uma vez que o ato Injuntivo anuncia que o falante vai dizer algo e dar, assim, prosseguimento à interação.

Finalmente, a subfunção de Iniciação envolve, principalmente, certas ocorrências da expressão “ah” usada, em geral, em início de turno. O exemplo em (13) ilustra esse tipo de ocorrência.

(13) A: eu não conheço professor que ensine em apenas um lugar ...
já começa por aí certo?

B: *ah* ... mas eu ensino em dois lugares por quê? o dinheiro que eu ganho num só não dá ... mas eu por mim estaria só na escola (RISSO, 2006, p. 484).

Risso (2006) observa que esse tipo de uso do item “ah”, assim como expressões como “olha”, representa um mecanismo prefaciador, preparador de declarações subsequentes. Para a autora, do ponto de vista pragmático-interacional, esse tipo de procedimento define uma *predisposição favorável* ao lance enunciativo envolvido no turno precedente e, portanto, uma *atitude responsiva ativa do interlocutor*, para cooperar com o parceiro. Nesse sentido, a subfunção de Iniciação, com efeito, estaria filiada à função geral “basicamente orientador”, representando, especificamente, a *manifestação do envolvimento do falante* com a dinâmica interativa.⁴

Em síntese, nesta seção procuramos caracterizar a função “basicamente orientador”, assumindo-a como a tarefa de *obtenção e/ou manifestação do envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal*, e procuramos explicar que essa é a função básica das subfunções mais específicas de Checagem, Retroalimentação, Injunção e Iniciação. O ponto central deste trabalho é mostrar, então, que essa função geral é o que está na base também do papel interacional das expressões pertencentes à classe dos Vocativos, os quais representam mais uma subfunção basicamente orientadora da interação. Na seção seguinte, discutimos essa questão.

3. O estatuto basicamente orientador dos vocativos.

Vocativos são elementos linguísticos como os destacados em (14), (15) e (16).

(14) *Hei*, qual o seu nome?

(15) A reunião, *Pedro*, foi um fracasso.

(16) Tome cuidado, *caro amigo*.

4 Convém ressaltar que, segundo nossa visão, o item “ah”, no tipo de uso em foco, tem um papel interacional muito similar ao dos itens “bom” e “bem” usados em início de turno, como em “Interlocutor A: O que você acha do José? / Interlocutor B: Bom/Bem, ele me parece um pouco chato”. No entanto, nesse tipo de uso, “bom” e “bem” são vistos por Risso, Silva & Urbano (2006) como manifestando a função “secundariamente orientador [da interação]”, não a função “basicamente orientador”. Assim, a nosso ver, um ponto relevante a ser analisado seria verificar se realmente os itens “ah”, “bom” e “bem” apresentariam um mesmo grau de orientação da interação e, em caso afirmativo, discutir se “bom” e “bem” deveriam ser incluídos, juntamente com “ah”, na classe dos itens com a subfunção de Iniciação (subfunção basicamente orientadora) ou se o item “ah” é que deveria ser analisado, a exemplo de “bom” e “bem”, como secundariamente orientador (e, neste caso, possivelmente a subfunção de Iniciação não seria mais incluída na tipologia das subfunções basicamente orientadoras da interação).

Os Vocativos constituem uma classe tradicionalmente reconhecida nos estudos linguísticos. Sob um ponto de vista gramatical, diferentes autores variam entre tratar os Vocativos como termos acessórios ou como termos isolados em relação à estrutura sintática da oração ou ainda entre tratá-los como elementos definíveis em relação à oração ou como enunciados próprios. As abordagens diversificam-se também quanto à perspectiva de análise, sendo os Vocativos estudados não só em termos gramaticais, mas também sob pontos de vista discursivos, enunciativos, conversacionais etc.

Particularmente em termos gramaticais, consideramos que uma das análises mais apropriadas é a oferecida por Hengeveld & Mackenzie (2008), no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional. Os autores tratam os Vocativos como uma classe particular de Atos Discursivos. Os Atos Discursivos são entendidos pelos autores como as menores unidades identificáveis de comportamento comunicativo. Ou seja, um Ato Discursivo é um segmento textual que apresenta uma, e apenas uma, força ilocucionária. Tipos de Atos Discursivos são, por exemplo, Atos Declarativos, Atos Interrogativos, Atos Imperativos, Atos Expressivos etc.⁵ Assim, quando se diz que uma expressão linguística é um Vocativo, está sendo feito o mesmo tipo de análise que se faz ao dizer que um segmento constitui um Ato Declarativo, Interrogativo, Imperativo etc. Em outras palavras, recorrendo a termos mais comuns e generalizados dos estudos linguísticos, pode-se dizer que um Vocativo constitui, em si, um enunciado próprio, não sendo apenas uma parte ou um constituinte de um enunciado. Essa é a caracterização gramatical básica dos Vocativos que assumimos ao longo deste trabalho.

De qualquer forma, independentemente da abordagem adotada, seja gramatical, seja de qualquer outra natureza, um conceito pacífico entre os mais diversos autores (ou, pelo menos, entre a grande maioria deles) é o de considerar Vocativos como elementos linguísticos que têm a função, ou a intenção comunicativa, de *chamar o interlocutor* (no sentido de *invocar, interpelar*). Essa parece ser a propriedade central caracterizadora dos Vocativos – e é a propriedade que mais nos interessa aqui.

Bechara (2009, p. 460) define a classe dos Vocativos da seguinte forma: “Desligado da estrutura argumental da oração e desta separado por curva de entonação exclamativa, o vocativo cumpre uma função apelativa de 2.^a pessoa, pois, por seu intermédio, *chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos*” (grifos nossos). O exemplo em (17) destaca um Vocativo segundo o autor.

5 Para uma tipologia completa de Atos Discursivos, ver Hengeveld & Mackenzie (2008).

(17) *José*, vem cá! (BECHARA, 2009, p. 460).

Kury (1991, p. 61) caracteriza o Vocativo como um termo à parte tanto do sujeito quanto do predicado, “com que se interpela o ouvinte”, ilustrando esse tipo de elemento com a citação em (18).

(18) *Meninos*, eu vi! (KURY, 1991, p. 61).

Em Mesquita (2009, p. 426), encontra-se a seguinte definição: “termo independente da oração, pois não se prende ao sujeito nem ao predicado, servindo apenas para *interpelar ou chamar aquele com quem se fala*” (grifos nossos). Um dos exemplos ilustrativos dados pelo autor é a citação transcrita em (19).

(19) *Deus! ó Deus!* onde estás que não respondes? (MESQUITA, 2009, p. 426).

Câmara Jr. (1970, p. 390), por sua vez, define o Vocativo como uma “enunciação em que se nomeia o ouvinte, para chamá-lo ou interpelá-lo”, como se vê no exemplo em (20), dado pelo autor.

(20) É horrível, *Zé Fernandes*, é horrível!! (CÂMARA JR., 1970, p. 390).

Segundo Agustini & Borges (2006, p.3), “o vocativo tem por função ‘interpelar’ o(s) interlocutor(es), daí a denominação oriunda do latim *voco*, derivado de *vocare*, que significa ‘chamar’”, conforme pode ser visto em (21).

(21) Bom dia, *Santidade* (AGUSTINI & BORGES, 2006, p. 7).

Como se vê, diferentes autores consideram Vocativos como elementos com a função de *chamar o interlocutor* (isto é, *invocar, interpelar*) – também para nós essa é a função característica dos Vocativos. É interessante observar, contudo, que nem sempre os autores chegam a explicar, mais detalhadamente, o que significa *chamar o interlocutor*, ou *por que o interlocutor é chamado*. Possivelmente, essa questão não chegue a ser tratada por ser tomada como óbvia, ficando sua resposta pressuposta no próprio sentido de *chamar o interlocutor*. Todavia, aqui, essa é justamente a questão central.

A nosso ver, o que o falante faz ao usar um Vocativo é chamar o interlocutor para, então, dizer-lhe algo, ou para direcionar a atenção do interlocutor para algo

que está sendo dito, ou que acaba de ser dito. Ou seja, chamar o interlocutor significa chamar sua atenção para o ato de interação verbal.

Com efeito, vários autores capturam essa ideia em suas concepções sobre Vocativo. Bueno (1968, p. 255) diz o seguinte: “Serve êste elemento, na frase, para *chamar, despertar* a atenção, dar mais vivacidade ao sentido do conjunto”. Para Macambira (1982, p. 352), o “vocativo assemelha-se ao imperativo [...] sob o aspecto interpelativo, pois ambos servem para interpelar alguém, isto é, *dirigir-lhe a palavra*”. Discutindo a natureza extra-oracional do Vocativo, Perini (1989) destaca que uma propriedade desse elemento é o fato de poder ser separado do restante da frase por uma mudança de interlocutor. Assim, o trecho em (22) pode ser segmentado como em (23).

(22) Graça, o telhado vai cair (PERINI, 1989, p. 140).

(23) _ Graça!
_ O quê?
_ O telhado vai cair (PERINI, 1989, p. 141).

Para o autor (PERINI, 1989, p. 140), a pergunta “O quê?” “não é uma ‘interrupção’, porque *é consentida, talvez mesmo procurada pelo primeiro falante*” (grifos nossos). Para nós, essa análise de que a pergunta em pauta pode ser até mesmo procurada pelo primeiro falante indica a percepção do autor de que o Vocativo tem justamente a função de alcançar a atenção do ouvinte para com o ato de interação verbal. A propósito, o exemplo formulado em (23) é muito representativo do que entendemos ser a função essencial do Vocativo. De fato, parece comum o falante enunciar o Vocativo e, como mostra o exemplo, esperar uma confirmação explícita de alcance da atenção do ouvinte para, só então, dar prosseguimento ao discurso.

Na mesma direção, os elementos normalmente considerados como Vocativos são tratados por Dik (1997, p. 384) como um dos tipos de constituintes extra-oracionais responsáveis pelo *gerenciamento da interação*, isto é, constituintes que representam “estratégias para alcançar a atenção do interlocutor e assegurar seu desejo de participar do evento discursivo”.⁶ Hengeveld & Mackenzie, por sua vez, (2008, p. 78) afirmam:

6 Cf. o original: “[...] strategies for getting A’s attention and securing his willingness to participate in the discourse event” (DIK, 1997, p. 384).

Os Vocativos constituem uma classe especial de [Atos Discursivos] Interativos. No início de um trecho de um discurso, esses Atos Discursivos servem para ganhar a atenção do Interlocutor; no decorrer do discurso, o uso de um Vocativo sinaliza a contínua orientação do Falante em direção ao Interlocutor.⁷

É, pois, nesse sentido que consideramos que os Vocativos podem/devem ser analisados como um dos tipos de elementos linguísticos que exercem a função “basicamente orientador [da interação]”. Retomando o exposto acima, essa função diz respeito à *obtenção e/ou à manifestação do envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal*. Ao usar um Vocativo, o falante, dentre outras coisas, procura levar o interlocutor a prestar atenção no que será dito, está sendo dito ou foi dito, seguindo o princípio de que uma condição básica para a efetivação da interação é que o interlocutor esteja (minimamente) atento ao evento interacional. Ao fazer isso, o falante está justamente tentando *obter o envolvimento do seu interlocutor com a interação verbal*. Cid Uribe & Ortiz-Lira (1998, p. 144) referem-se ao Vocativo como “elemento altamente interativo no discurso”.

Naturalmente, chamar a atenção do interlocutor não é a única função que pode ser assumida por um Vocativo, o qual pode exercer, ao mesmo tempo, outras funções, de natureza interacional ou não. Uma das tarefas mais básicas dos Vocativos, frequentemente estudada e destacada pelos autores, é a tarefa de nomear (isto é, rotular) o interlocutor. O rótulo selecionado pelo falante está ligado a fatores de diversas ordens, como fatores sociais, interferentes, por exemplo, na seleção de Vocativos como “José”, “Sr. José”, “Professor”, “Professor Silva” ou “Cara”. Assim, os Vocativos, além do papel de interpelação, atuam no estabelecimento de relações sociais, na construção discursiva do referente etc.

Esse acúmulo de funções, no entanto, não compromete, de forma nenhuma, a função de chamar a atenção do interlocutor; como se sabe, a multifuncionalidade é uma característica de muitos (senão de todos os) elementos linguísticos. Além disso, a interpelação parece ser, na verdade, a função fundamental dos Vocativos. Todos os tipos de Vocativos interpelam o interlocutor, mas nem todos o nomeiam. Dentre outras possibilidades, um Vocativo pode ser constituído por uma partícula de natureza interjectiva, como em (24), ou por uma expressão nominal como em (25).

7 Cf. o original: “Vocatives constitute a special class of Interactives. At the beginning of a segment of discourse, these Discourse Acts serve to gain the Addressee’s attention; in the course of a discourse, the use of a Vocative signals the Speaker’s continuing orientation to the Addressee” (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 78).

(24) *Hei, que horas são?*

(25) *Caro colega de departamento, uma nova reunião precisa ser agendada.*

Observe-se que apenas o Vocativo em (25) nomeia o interlocutor, porém os Vocativos nos dois exemplos cumprem a função de chamar a atenção do interlocutor. Nesse sentido é que a interpelação pode ser vista como a função essencial dos Vocativos (ou pelo menos uma das funções essenciais).

Uma propriedade fundamental dos Vocativos que evidencia sua função de chamar a atenção do interlocutor para o ato de interação verbal é o fato de esses elementos constituírem um tipo de Ato Discursivo *comunicativamente não-autônomo*, necessariamente. Ou seja, um Vocativo não é capaz de ser o único Ato de um evento comunicativo nem o único Ato enunciado por um falante em uma situação, precisando sempre acompanhar outro Ato, para o qual direciona a atenção do interlocutor. Em outras palavras, o Vocativo é um tipo de Ato Discursivo de natureza comunicativamente subsidiária. Trata-se de um comportamento diferente, por exemplo, do comportamento de Atos Discursivos Declarativos, Interrogativos, Imperativos, Expressivos e de certas modalidades de Atos Interativos. Os exemplos em (26)-(30) ilustram Atos destes tipos, respectivamente.

(26) O jantar está servido.

(27) Que hora são?

(28) Feche a porta.

(29) Droga!

(30) Com licença.

Cada um dos Atos em (26)-(30) pode ser o único Ato de toda uma situação de fala ou, pelo menos, o único Ato emitido por um mesmo falante. Isso, porém, não se verifica com os Vocativos. Ao emitir um Vocativo, o mesmo falante precisa, necessariamente, proferir, estar proferindo ou ter proferido outro Ato, justamente aquele para o qual o Vocativo chama a atenção do interlocutor.

Essa mesma propriedade de ausência de autonomia comunicativa é compartilhada pelos elementos linguísticos com função de Checagem, Re-

troalimentação, Injunção e Iniciação – os quais também correspondem a tipos particulares de Atos Discursivos. Observe-se que, em nenhuma situação comunicativa comum, faria sentido usar um Ato de Checagem isoladamente, sem que ele estivesse acompanhando um Ato (ou um segmento de um Ato) anterior proferido pelo mesmo falante. Um Feedback é justamente usado para indicar acompanhamento de outra fala. Atos de Injunção e Iniciação, dentre outras coisas, apontam para algo que vai ser dito.

Observe-se, por exemplo, que um Ato Imperativo formalmente equivalente a um Ato Injuntivo pode ocorrer sozinho em determinado contexto. Um interlocutor A pode perguntar a um interlocutor B sobre o resultado de determinado exame, e B, tendo o resultado do exame em mãos, pode simplesmente entregá-lo a A e dizer “Olha.” Ou ainda, numa situação em que duas pessoas estão trabalhando em uma mesma sala, uma delas pode dizer apenas “Olha.” e virar-se em direção à janela, referindo-se a algo curioso que esteja acontecendo do lado de fora. No entanto, a forma “Olha”, se planejada pelo falante como Ato Injuntivo, normalmente pressupõe alguma fala seguinte.

É possível a ocorrência de casos em que um falante enuncia um Injuntivo e não acrescenta nenhum Ato subsequente. Por exemplo, em contextos apropriados, um interlocutor A pode dirigir a B uma pergunta como “Você considera o José um bom professor?”, e B pode responder simplesmente com um Injuntivo como “Olha...”, pronunciado com certa entonação suspensa, querendo dizer, implicitamente, que José não é um bom professor. Embora situações como essa, de fato, ocorram, consideramos que elas não representam o uso típico de um Injuntivo. Além disso, o sentido produzido nesse uso particular do Injuntivo parece decorrer exatamente da omissão de algo que normalmente deveria ocorrer, isto é, o sentido implícito sugerido pelo uso isolado de “Olha...” seria resultante da ausência, por parte do falante que emitiu esse Ato, de uma continuação do texto, convencionalmente esperada. Portanto, para nós, a situação em pauta, em certo sentido, até corrobora o estatuto não-autônomo dos Injuntivos.

No mesmo sentido, os Vocativos, necessariamente, acompanham algum segmento textual. É difícil encontrar uma situação em que um enunciado, em termos comunicativos, sustente-se sozinho e ainda possa ser classificado como Vocativo. Pode-se imaginar um contexto em que, ao ver o filho pequeno fazendo algo errado, sua mãe repreenda-o apenas chamando-lhe pelo nome, num tom severo e reticente, querendo dizer, de forma implícita, que ele deve parar de fazer aquilo. De modo similar ao caso dos Injuntivos, entendemos que esse seja um uso particular. Ademais, não se trataria propriamente de um uso comunicativamente autônomo do Vocativo, mas um uso em que um segmento

textual esperado, para o qual o Vocativo apontaria, fica pressuposto no contexto. Trata-se, pois, de um comportamento que, em última instância, evidencia a característica do Vocativo de remeter a algum outro segmento do discurso.

A propriedade de ausência de autonomia-comunicativa, enfim, significa que os Vocativos são Atos de natureza subsidiária, voltados para outras partes do texto. É, assim, uma propriedade que reforça a análise dos Vocativos como unidades com a função de *chamar a atenção do interlocutor para o ato de interação verbal*.

Em síntese, ao destacar essa função dos Vocativos, procuramos mostrar aqui que esses elementos podem/devem ser analisados como representantes da função geral “basicamente orientador [da interação]”. Apenas por questão de adequação terminológica, sugerimos que a função interacional exercida pela classe dos Vocativos seja denominada de “Interpelação”, termo mais apropriado, a nosso ver, para designar uma função, reservando o termo “Vocativo” para designação gramatical, a qual coloca os elementos em questão como um tipo particular de Ato Discursivo, ao lado, por exemplo, de Atos Declarativos, Interrogativos, Imperativos, Expressivos etc. Assim, nossa proposta é que a função “basicamente orientador” seja entendida como abrangendo cinco subfunções: Checagem, Retroalimentação, Injunção, Iniciação e Interpelação.

Por fim, cabe destacar a relevância da discussão aqui esboçada para a análise de casos em que Vocativos atuam como MDs. Observe-se que, neste trabalho, analisamos *apenas uma das variáveis* utilizadas na caracterização de MDs, a variável “orientação da interação”, mostrando que os Vocativos manifestam o traço/função “basicamente orientador”. Contudo, a constatação de que os Vocativos apresentam esse traço/função é muito significativa para a análise desses elementos como MDs. Quando os Vocativos são tratados como elementos basicamente orientadores da interação, uma enorme variedade de Vocativos passa a apresentar uma combinação de traços que os habilita a serem classificados como MDs, tendo em vista a definição dessa categoria dada pela Gramática Textual-interativa.

Em (31), retomamos a combinação de traços definidores de MDs, apresentada acima em (4).

- (31) - sequenciador tópico + secundariamente ou fragilmente orientador da interação; ou não-sequenciador + basicamente orientador;
- sintaticamente independente;
 - exterior ao conteúdo;
 - comunicativamente não-autônomo;

- com pauta demarcativa;
- alta frequência;
- parcialmente transparente;
- até três sílabas tônicas.

Uma grande variedade de Vocativos (provavelmente a grande maioria), incluindo Vocativos como “Hei”, “Pedro”, “Caro amigo” etc., apresenta a seguinte combinação de traços: não sequenciador + basicamente orientador; sintaticamente independente; exterior ao conteúdo; comunicativamente não-autônomo; com pauta demarcativa; baixa frequência; totalmente transparente; até três sílabas. Trata-se de um conjunto de traços que desvia da combinação padrão dada em (31) em dois traços: baixa frequência e totalmente transparente. Ainda assim, expressões com essa configuração seriam MDs, já que o desvio incide sobre apenas dois traços. Seriam MDs não-prototípicos, mas ainda MDs. Se esses Vocativos fossem analisados como secundariamente ou fragilmente orientadores, e não como basicamente orientadores, eles extrapolariam o limite quantitativo de desvios para classificação como MDs, além de desviarem em traços pertencentes ao “núcleo piloto” definidor de MDs, e, portanto, não alcançariam mais o estatuto de MD.

Dessa forma, a constatação do estatuto “basicamente orientador” dos Vocativos tem repercussões decisivas sobre o rol de expressões específicas pertencentes à classe dos MDs. Além disso, ela permite propor os Vocativos como uma nova subclasse dentro da classe dos “MDs basicamente interacionais”, já que esta classe é composta justamente por MDs portadores do traço “basicamente orientador”.

Conclusão.

Neste trabalho, procuramos mostrar que a Classe dos Vocativos integra o conjunto dos mecanismos linguísticos com função basicamente orientadora da interação. Pode-se dizer que este trabalho lidou com a pergunta “Quando uma expressão linguística deve ser analisada como manifestando o traço “basicamente orientador”?”. E a resposta aqui sugerida é que esse traço manifesta-se no caso de expressões com as funções de Checagem, Retroalimentação, Injunção e Iniciação, como já apontado por outros autores, e também no caso de Vocativos. Ao desenvolver essa discussão, esperamos contribuir não apenas para o estudo dos Vocativos, mas também, e principalmente, para um melhor entendimento da variável “orientação da interação” e do traço/função “basicamente orientador”

e, assim, para uma caracterização cada vez mais precisa e aprofundada da classe dos MDs da Gramática Textual-interativa.

Nosso empenho em aprimorar a concepção de MDs da abordagem textual-interativa e sua metodologia de análise não se deve à visão de que o tratamento de MDs dessa abordagem seja deficiente ou problemático. Pelo contrário, essa abordagem formula, a nosso ver, uma das definições mais completas de MDs, no sentido de ser projetada para identificar todas as expressões de uma língua capazes de funcionar como marcadores, e ao mesmo tempo uma definição altamente sofisticada, a qual integra diferentes aspectos do funcionamento de uma expressão e permite não só identificar MDs, mas também distinguir níveis de prototipicidade. Para nós, a pertinência teórica e o potencial descritivo da definição de MDs em pauta é que possibilitam e justificam a iniciativa de aprimorá-la e expandi-la.

Particularmente no âmbito da variável “orientação da interação”, dentre outros temas relevantes para pesquisa, podem ser destacados os seguintes: investigar o funcionamento de itens como “hein?” e “ahn?”, para verificar se eles se encaixam em alguma das subfunções basicamente orientadoras já distinguidas ou se eles representam uma subfunção particular; analisar mais especificamente a subclasse aqui definida como Iniciação, para identificar, de modo mais completo, os itens pertencentes a essa classe e para discutir mais detalhadamente o grau de orientação da interação dessa classe, bem como o local mais apropriado para seu encaixamento dentro da variável “orientação da interação”; analisar mais a fundo o traço/função “secundariamente orientador”, para propor uma tipologia de subfunções dessa natureza. Trata-se de temas que podem render pesquisas relevantes no âmbito da Gramática Textual-interativa e dos próprios estudos discursivos em geral.

Referências bibliográficas.

- AGUSTINI, C.; BORGES, G. F. O vocativo no gênero textual tirinhas. *Anais do X Seminário de Iniciação Científica*. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUENO, F. S. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Filologia e Gramática – referente à Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. OZON editor, 1970.

- CID URIBE, M. E.; ORTIZ-LIRA, H. La conducta prosódica del vocativo em el español culto de Santiago de Chile. *Onomazein*, v. 3, p. 143-162, 1998.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar – Part 2: Complex and derived constructions*. 2ª ed. Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997.
- FISCHER, K. Frames, constructions and invariant meanings: the functional polysemy of discourse particles. In: _____. (Org.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 427-447.
- FRASER, B. Towards a theory of Discourse Markers. In: FISCHER, K. (Org.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 189-204.
- GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): O português falado na região de São José do Rio Preto – constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo. São José do Rio Preto: UNESP, 2007 (Relatório FAPESP).
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- MACAMBIRA, J. R. *A Estrutura Morfo-sintática do Português*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MESQUITA, R. M. *Gramática da Língua Portuguesa*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PENHAVAL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PENHAVAL, E.; GUERRA, A. R. Considerações sobre a variável “apresentação formal” na caracterização de Marcadores Discursivos da Gramática Textual-interativa. *Revista Acta Científica (Patos de Minas)*, v. 3, n. 3, p. 283-296, 2011a.
- _____. A subfunção interacional de “Checagem” na Gramática Textual-interativa. *Revista Diadorim*, n. 10, 2011b (no prelo).
- _____. A distinção entre “sequenciamento tópico” e “sequenciamento frasal” na Gramática Textual-interativa. In: SOUZA, E. R. F. (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012 (no prelo).

- PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 427-496.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores Discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado – v.VI: Desenvolvimentos*. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002, p. 21-94.
- _____. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 403-425.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- URBANO, H. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, M. H. M. *Gramática do Português Falado – v.VII: Novos estudos*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 195-258.
- _____. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v.I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 497-527.

Recebido em 4 de março de 2013.

Aceito em 5 de junho de 2013.

A EMERGÊNCIA DE *INFORMAÇÃO* NO PORTUGUÊS MÉDIO (1344-1483)

Marcos Gonzalez

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

gonzalez@jbrj.gov.br

RESUMO:

Nosso ponto de partida é a tese de Hobart e Schiffman (2000), segundo quem a introdução da escrita em “sociedades desprovidas de sistema de simbolização gráfica” (ZUMTHOR, 1993) induz à criação de objetos mentais que, reificados, existem “à parte do fluxo da fala”, tais como *informação*. Neste trabalho, verificamos se a hipótese se confirma num ambiente de “oralidade mista” como o do “português médio” (sécs. XIV-XV). Demonstramos que, na língua portuguesa, o conceito de *informação* emergiu, de fato, como item lexical da “literatura informativa”, gênero essencialmente escrito (historiográfico, jurídico) que, por sua pretensa autonomia, ganhou prestígio na corte.

PALAVRAS-CHAVE: História da Informação, Linguística Histórica, Oralidade e escrita

ABSTRACT:

[The emergency of *information* in middle portuguese (1344-1483)] Our starting point is the thesis of Hobart and Schiffman (2000), according to whom the introduction of writing in “societies devoid of system of graphic symbolization” (ZUMTHOR, 1993) induces the creation of reified mental objects that exist “apart of the flow of speech”, such as *information*. In this work, we verify if the hypothesis is confirmed in an environment of “mixed orality” as the “Middle Portuguese” (14th-15th centuries). We demonstrate that, in portuguese, the concept of *information* has emerged, in fact, as a lexical item of the “informative literature”, genre essentially written (historiography, legal) that, by its alleged autonomy, gained prestige in the court.

KEYWORDS: History of information, Historical linguistics, Orality and literacy

O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea. O desenvolvimento e a disseminação do uso de redes de computadores desde a Segunda grande Guerra mundial e a emergência da Ciência da Informação como uma disciplina nos anos 50 são evidências disso. Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação (CAPURRO e HJØRLAND, 2007, p.149).

Introdução.

Estamos todos mais ou menos convencidos de que vivemos uma “mudança na tecnologia da comunicação”. Se escrevemos com aspas, é porque citamos a expressão usada por Eric Havelock (1996) para descrever a transformação na mentalidade grega nos tempos de Platão, motivada, segundo o autor, pela introdução do alfabeto três séculos antes. É cientificamente relevante, queremos crer, olhar para algumas sincronias que estejam identificadas com “mudanças na tecnologia da comunicação” e considerar os usos de lexias que atravessaram essas mudanças, encarando-os como dados capazes de atestar hipóteses sobre mudanças de mentalidade. Conhecer a emergência de um conceito como *informação* permite-nos entender um pouco melhor algumas transformações no espírito ocidental moderno.

Nosso ponto de partida é a tese de Michael Hobart e Zachary Schiffman (2000), segundo quem o conceito de *informação* é um efeito da introdução da tecnologia da escrita:

Voltemos 24 séculos antes do alfabeto grego, com a invenção, na Mesopotâmia do que foi, muito provavelmente, a primeira forma de escrita. Esta mudança tecnológica foi a mais importante de todas. A invenção da escrita, na verdade, deu à luz a informação em si, gerando a primeira revolução da informação. A escrita criou novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala, juntamente com tentativas sistemáticas para organizar este mundo abstrato mental. Aqui encontramos as raízes da atividade que acabaria por levar os gregos a correlacionar a ordem do mundo mental com a da natureza. Assim, quando nos afastamos da cultura eletrônica, descobrimos que a nossa era da informação é apenas a mais recente de várias. De uma perspectiva histórica, talvez a única “era

da informação” merecedora do título é a primeira, ocorrida há cerca de cinco mil anos (HOBART e SCHIFFMAN, 2000, p.2)

Para esses historiadores, as interações complexas entre a tecnologia da escrita e as culturas que a introduziram produziram três “eras da informação” distintas: a clássica, a moderna e a contemporânea. Na era clássica, o aumento da alfabetização teria viabilizado o “potencial de classificação em linguagem natural” que surgira da evolução simbiótica com a escrita. Até o século IV a.C., o mundo clássico tinha produzido não apenas taxonomias numerosas e amplas (como as de Platão e Aristóteles), mas também o que poderíamos chamar de uma classificação das mentalidades, que considerava que todo conhecimento digno do nome deveria ser classificado em um sistema apropriado de categorias gerais e específicas. O resultado é um “parto duplo”: da própria *informação* e de uma nova *era da informação*.

Os estudos que buscam identificar diferenças entre culturas escritas e orais (outrora equivocadamente chamadas “mentes primitivas”) vêm de uma tradição que começa em *O Ramo de Ouro*, do sir James George Frazer (1890), até Albert Lord (*Singer of Tales*), Bronislaw Malinowski, Ernst Cassirer e Alfred Radcliffe-Brown, emergindo, sistematicamente, no início dos anos 1960, década em que foram publicadas algumas obras fundamentais para a constituição desse novo campo de pesquisas, dentre as quais *O Pensamento Selvagem*, de Lévi-Strauss, e a produção da chamada “Escola de Toronto” (Harold Innis, Marshall McLuhan, Eric Havelock, Jack Goody, Walter Ong). Os trabalhos realizados nesse período, em diversas áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, enfatizaram o caráter oral da linguagem e as implicações, em todos os níveis, da introdução da escrita em sociedades não letradas.

A escrita se constituiria, no âmbito dessa corrente, em um discurso autônomo, fruto do pensamento analítico, que separa, por exemplo, a administração – civil, religiosa, comercial, entre outras – de outros tipos de atividades sociais. Segundo Ong, a “administração” é algo desconhecido nas culturas orais, em que os líderes interagem de maneira concreta com o resto da sociedade. A escrita permitiria também a separação da lógica, entendida como estrutura do discurso, e da retórica, esta compreendida como o discurso socialmente efetivo. Para esse autor, a escrita separa igualmente “a aprendizagem acadêmica da sabedoria, tornando possível a organização de estruturas abstratas de pensamento independentemente de seus atuais usos ou de sua integração no mundo vital”.

A visão dicotômica embutida no modelo teórico da “autonomia da escrita”

começou a ser ameaçada nos anos 80 com estudos, em especial nos EUA e na Inglaterra, que sugerem uma relação contínua entre letramento e oralidade, evitando a noção de autonomia e supremacia da escrita. O corte oralidade/escrita, nos termos da Escola de Toronto tenderia, ademais, a considerar a cultura da escrita como algo sempre positivo, muitas vezes diretamente associado às necessidades vitais de pessoas e sociedades “modernas” e “desenvolvidas”. A perspectiva traria grandes marcas do “evolucionismo”, na medida em que investigaria as sociedades contemporâneas que ainda se conservam “primitivas”, com o objetivo de encontrar nelas o que teria sido o passado da sociedade ocidental, sem levar em consideração as condições sócio-históricas concretas das diferentes culturas e as questões de caráter mais geral, como aspectos históricos, sociais, políticos ou econômicos. Em tempos pós-positivistas, já não se admite uma linearidade evolutiva que resultaria no “progresso” de todos os povos, nem a dicotomia mentalidade “pré-lógica”, incapaz de abstração, em oposição a uma “lógica”, com história, ciência, objetividade e pensamento crítico.

Afirmações como as que sustentam que somente os letrados possuem capacidade de abstração; que a introdução da escrita e, mais tarde, da imprensa, constituíram marcos divisores na história da humanidade; ou, ainda, que as culturas podem ser divididas em “orais” e “escritas”, sem que seja considerada a coexistência do oral e do escrito na mesma época e no mesmo lugar, têm sido problematizadas e investigadas com maior profundidade em vários estudos (GALVÃO e BATISTA, 2006, p.423)

A obra de Bryan Street (1993; 2006), que contempla práticas de letramento em condições tão variadas quanto o sudeste asiático no século XV, um atol do Pacífico do Sul nos dias de hoje, Nova Guiné, Madagascar ou Filadélfia, vem desafiando algumas suposições dominantes sobre as práticas de letramento ao situá-las no contexto do poder e da ideologia (que o autor chama de “modelo ideológico”) e não como uma habilidade neutra, técnica (“modelo autônomo”).

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aprendizagem de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento (STREET, 2006, p.466).

Street (1993, p.8-10) não toma a noção de *ideologia* no sentido marxista ou antimarxista de “falsa consciência” ou “dogma”, mas vê a “ideologia como o lugar da tensão entre a autoridade e poder, de um lado, e a resistência e criatividade, de outro lado”. Essa tensão manifesta-se no uso da língua, seja na sua forma oral ou escrita. Tal visão teria a virtude de evitar a polarização da “grande divisão” oralidade/escrita e inserir as questões técnica, cultural, cognitiva e social envolvidas no letramento num todo mais amplo das relações de poder em que operam.

Defendendo-se de críticas que lhe foram dirigidas – de que com suas teses estariam praticando uma “mistura universal, colapsando as variáveis oralidade e escrita para jogá-las numa vala comum” (apud MARCUSCHI, 2001) – Street concedeu que “o modelo ideológico subsume e não exclui o trabalho desenvolvido no modelo da autonomia”. Ele não ignora as diferenças, mas sugere tratá-las como “práticas que diferem de um contexto sociocultural a outro”.

Aceito por todas as linhas investigativas é o fato de que a escrita possibilita uma relação diferente entre o conhecedor e o conhecido, na medida em que ambos se fixam de forma diversa na tradição oral e na tradição letrada:

Em certo sentido, podemos dizer que a escrita possibilitou um distanciamento do conhecido, uma atitude mais reflexiva sobre a natureza e uma forma de organizar o conhecimento com acesso continuado [...] “A escrita separa o conhecido do conhecedor”. Com isso, segundo Ong, ela promoveria maior “objetividade”. Mas o fato é que a linguagem já é uma atividade sociocognitiva que opera essa separação. O ato de nomear as coisas é a atividade mais arcaica e básica da separação aqui mencionada, e não fruto da escrita. Com a escrita, a linguagem interpôs entre o conhecedor e o conhecido um objeto que é o texto escrito (MARCUSCHI e HOFFNAGEL, 2007, p.96-98).

Sabe-se hoje que a oralidade também é capaz de realizar abstrações do mundo, mesmo abstrações *visuais*, que também contemplam funções *informativas*. Os antigos detinham, por exemplo, a noção de padrões de *mapeamento* enquanto representação abstrata, que podiam ser “tanto visuais quanto acústicos”. O lat *mappa,ae* “toalhinha, guardanapo” já significava, para os agricultores, a “representação gráfica de um terreno”. A escrita Hobart e Schiffman (2000, p.27ss) “apenas introduz uma nova forma de explicitação de um raciocínio que já existia, e não uma nova forma de raciocínio como tal”. A “fundamental diferença” entre os processos orais e letrados de abstração é, para os historiadores, “que os orais são ‘participatórios e não reflexivos’”. Com “não reflexivos”, entenda-se não por “primitivos”, mas sim que tal economia noética organiza-se em torno da “pouca distância” que o “conhecedor” tem do “conhecido”.

Entre os aspectos importantes para contemplar a fala estão o *tempo* e o *espaço*. Ambos organizam a estrutura dêitica (formas de indicar o espaço e o tempo). Contudo, há um aspecto ligado ao tempo que é crucial. Trata-se da *produção em tempo real*. Isso se liga à *presença física dos interlocutores* e organiza a gestualidade, a mímica, os olhares e os movimentos do corpo como recursos simbólicos significativos para efeitos de sentido. Também temos a *qualidade da voz* que, ao produzir o som audível, comanda a prosódia (entoação, tom, velocidade, etc.). O certo é que, no caso da produção oral, se verifica um sistema de múltiplos níveis em atuação (MARCUSCHI, 2007, p.46-47)

A antropologia demonstra que, nas culturas orais, devido à “pouca distância” entre sujeitos e objetos, não se pode separar uma ordem das “ideias” de uma ordem dos “fatos”, nem dizer que a “verdade” corresponde à captação da segunda pela primeira. O próprio procedimento lógico de “investigar” a verdade, de procurá-la “no fundo” ou “atrás”, faz pouco sentido na cosmovisão medieval (RODRIGUES, 2003). O conhecimento é conceitualizado e verbalizado sempre em referência, maior ou menor, à experiência humana. Mesmo o que seria estranho à vivência imediata é assimilado, transformado, adaptado às interações e às necessidades concretas das pessoas. A aprendizagem ocorre por meio da observação e da prática e, minimamente, pela explanação verbal (GALVÃO e BATISTA, 2006, p.410-411). Entre o século XIII e o XV, no entanto – pelo uso, repetição e reflexão sobre si – a escritura, outrora um “sistema secundário de signos, o qual refletia aquele, primário, que a voz manipula” começa a reivindicar abertamente o ordenamento de um sistema primário: “resiste, opacifica, obstrui, como uma coisa, ganha autonomia em seu modo de existência” (ZUMTHOR, 1993, p.110). É o que denominamos o “discurso *do* autônomo”.

A inovação tem início quando se percebe, pela prática, que o registro oral dos sons linguísticos pode ser armazenado de uma maneira totalmente nova, não mais dependente dos ritmos empregados para a memorização. Esse registro pode se tornar “documento, um conjunto permanente de formas visíveis, não mais construído por fugazes vibrações do ar, mas por formas que podiam ser conservadas até um posterior resgate, ou mesmo esquecidas” (HAVELOCK, 1996). Esse é um aspecto importante da escrita: seu poder de fixação do conhecimento independente dos indivíduos. Argumentaremos em favor de que *informação*, de fato, nos remete a essa noção da realidade que “mergulha raízes no dualismo sujeito-objeto” (MOISÉS, 1982, p.186). Eis a “distinção mais importante que se pode fazer”, indicam Capurro e Hjørland (p.162-163), “aquela entre informação como um objeto ou coisa [...] e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo” (CAPURRO, 2008, p.4).

Muitos detalhes denunciam a *reificação* do conceito de “enformação”¹ usado no português médio, um efeito cognitivo que a escrita poderia causar. Como o *resultado* da ação de *informar*, no contexto que Capurro e Hjørland (2007, p.149) chamam de “domínio da comunicação de conhecimento”, o termo é manejado como uma *coisa* que se podia *ver, saber por, ter* ou, como era mais comum na época, *haver*. Na *Carta para as terras jugadeiras sobre o pagamento das jugadas*, de 1377, D. Fernando I, o Formoso, faz saber que «*nos auemos enformaçam que algũas pessoas que aujam e tragiam suas herdades em o nosso senhorio...*». Na *Cronica de Dom Pedro* ou na *Cronica de Dom Fernando* (de 1440-1450), Fernão Lopes fala de uma “enformaçom” que *há*, como se observa no *token* [1].

- [1] Estando el Rei presente & auendo enformaçom certa que sua molher lhe fazia maldade. entendeo que entom era tempo de a achar & tomar em tall obra (Fernão Lopes, *Cronica de Dom Pedro*)

A coisa *informação* pode ainda, desde o séc. XIV, ser “posta” em um recado, “enviada” e “vista”:

- [2] E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy derecho e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ẽvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vẽẽdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa (*Crónica Geral de Espanha*, 1344).

1 Até meados do séc. XV, “informação” ocorria exclusivamente como variações da base *enform-* (*enform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo predominado até o século seguinte sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968, p.210); para o galego, Xosé Salgado (2009, nota 5) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”. De fato, no latim medieval, a base *inform-* nunca deixou de ser usada pela elite letrada em toda a Europa, mas no Portugal dos séculos XII a XV, essa elite não passava de 2%, sendo a grande maioria desses ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses e a segmentos da nobreza (MATTOS E SILVA, 2002). Alguns desses, mesmo quando eram letrados, escreviam *enform-*. Até o cronista oficial do reino de Portugal, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), escrevia “enformaçam”. Foi como “enformação”, portanto, que *informação* emergiu no português e no galego (GONZALEZ, 2011)

O fenômeno não é exclusivo do conceito que estudamos, nem da língua portuguesa. No vocabulário do francês medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” começaram a se referir “muito frequentemente a uma *coisa*, percebida e localizada, que se retém ou que nos escapa” e passaram a ocorrer, em muitos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir, prendre, perdre, rendre, faire, mettre, traire (tirer), agencer, esmouvoir (remuer), tolre (ôter), rompre* e alguns outros similares. Em latim, uma circulação semântica parecida se estabeleceu entre *vox, verbum, sermo* e mesmo *locutio*, “materialidades do som que a filosofia nominalista da época [séc. XII] identificará como *flatus vocis*” (ZUMTHOR, 1993, p.110).

Para os propósitos desse artigo, adotaremos, como parâmetro de análise, a distinção sugerida por Zumthor (1993, p.18), que classifica “oralidade” de três tipos. A primeira, que denomina “primária e imediata”, não estabelece contato algum com a escrita, encontrando-se apenas “nas sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos”. Em segundo lugar, haveria uma “oralidade mista” (ou “cultura escrita”) em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência do escrito “permanece externa, parcial e atrasada”. Finalmente, o autor denomina “oralidade segunda” aquela que é característica de uma “cultura letrada” e se “recompõe com base na escritura num meio onde este tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário”. Esses tipos de oralidade variam, segundo Zumthor, de acordo não somente com as épocas, mas com as regiões, as classes sociais e também com os indivíduos.

Tratando-se dos sécs. XIV-XV, só podemos, obviamente, observar registros escritos. É nessa face da língua que iremos procurar as “novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala” que apontam, conforme Hobart e Schiffman, para aspectos de *objetivização*, de que a reificação de *informação* seria apenas um exemplo. Assim, não temos o propósito de considerar a “grande divisão” como categorias rígidas, pois o que estamos estudando não é “a comunicação humana”, nem a “língua” nem a “realidade”, mas um “modelo de mundo” do senso comum (NEVES, 2004, p.100-101). O que vamos apresentar é uma análise qualitativa em busca de respostas para a seguinte questão: considerando que *informação* é efeito da escrita, como o conceito foi apropriado no contexto de “oralidade mista” do português médio?

1. A formação da “linguagem informativa” em Portugal.

Em 1602, Pedro de Vega lembra, na sua *Segunda parte de la declaración*

de los siete salmos penitenciales, que a escrita «se inventó para ayuda y reparo de la memoria». A memória dos tempos teria sido, igualmente, a origem do ler, já que, acrescenta frei Pedro, «la memoria solo cobra fuerças todas das vezes que torna a leer lo que ya desfallecía y se yva olvidando». Com efeito, é como «ayuda y reparo de la memória» que “enformação” emergirá nos vernáculos ocidentais, função que já estava associada ao item lexical desde o séc. XIII no francês e no latim provavelmente desde antes.

A necessidade de registrar informações era condizente com o gênero textual *notícia* nos primeiros séculos da língua portuguesa escrita: “os documentos particulares escritos em português até 1255 se restringem na verdade a dois gêneros, o testamento e a notícia, ou talvez apenas um, a notícia” (MARTINS, 2007, p.164). Os mais antigos testemunhos escritos do uso do português são, de fato, dois documentos notariais – *O Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Noticia do Torto*, um pleito judicial, ambos datados dos primeiros anos do séc. XIII. Não temos registro de “enformação” em documento notarial, mas sim do verbo “enformar” com o sentido de “noticiar”:

- [3] De foro do meyrão. Se o meyrão acaeçe q(ue) entra en casa do ueçõ da t(e)rra a maa m(en)te p(er)a p(re)nder omẽ e lo Senn(or) da cassa lj defende q(ue) nõ entre en sa casa. a maa m(en)te e o Meyrião ly lla. entra sobre defendim(en)to e lj derõpe sa casa. Sabede q(ue) nos usam(os) e teem(os) por derreyto q(ue) o meyrão o corega coma out(r) o ueçõ e se pela uent(ur)a entral. e derõper a casa cõ pugno dar #v m(a)r(avidis) e se a derõper cõ coytelho dar #X^a m(a)r(avidis) e se a derõper cõ escud(os) ou lâcas ou espadas dar #XX^a m(a)r(avidis) e destas cousas l[e]juar o Senn(or) da t(e)rra a septima. Nẽúú uecj~o uelo nõ despecado nõ seia cõtresgũdo p(er)a teer Caulho. De foro de gáado q(ue) dam a guardar o uecj~o a seu uecõ a raçõ q(ue) se p(er)der Sabede q(ue) se as uaq(ua)s grãdes ese p(r)imeyro a(n)no q(ue) las dã morerẽ q(ue) as enforme de ch(us) peq(ue)nos beçeros e se morerã Ao Segũdo anno enformarẽ dos beçeros de #ij^a annos e sse morerã Aos #iij a(n)nos enformar dos beçeros de #iij a(n)nos (*Foros de Garvão*, séc. XIV)

Eis os sinais de “um dos poucos fatos indiscutíveis” que, segundo Calvet (2011, p.114), caracterizam a introdução da escrita: trata-se de uma tecnologia “inventada” por necessidades práticas e não por necessidades literárias. A língua aparecia apta para os usos práticos da vida, embora “incolor e canhesta, condicionada pelas minutas, apertada na rigidez das tradicionais fórmulas

jurídicas ainda muitas vezes em latim, desprovida de qualquer preocupação de elegância e apenas reduzida à tarefa de registrar para fins úteis disposições legais ou vontades privadas” (LEMOS, 1997a, p.39). Vêm daí os primeiros gêneros discursivos em que “enformação” fazia sentido, tais como os *forais*, *anais*, *memórias*, *estórias*. É conspícuo, ademais, o fato de não localizarmos o termo (com o sentido de “notícia”) nos gêneros “literatura doutrinal, apologética, hagiográfica, de espiritualidade e/ou mística” de que fala Isabel Magalhães (1999).

O termo é produtivo no contexto do gênero *crônica*: entre os sécs. XIV e XVII, ocorre nas de 11 reis. A primeira “forma de explicitação” escrita de *informação* em português é a já citada *Crônica Geral de Espanha* de 1344 (*token* [2]), uma “refundação” da obra homônima de Afonso X de Castela (séc. XIII), escrita por seu neto, o conde de Barcelos, D. Pedro – “certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico”(MATTOS E SILVA, 2002).

A *Crônica* de D. Pedro apresenta, segundo Lemos (1997b, p.11), “apreciável relevo literário” e, pelos recursos de estilo que mobiliza – diálogos vivos, suspensões que criam expectativa no leitor, interrogações e exclamações retóricas – revela o domínio da arte de narrar que a prosa portuguesa começava a adquirir. Aproximava-se o período que Cardeira (2010) chama de “português médio” (1375-1475), cujo fato determinante é o fim do período trovadoresco, que se situa convencionalmente no ano da morte de D. Pedro (1354) e a elevação ao trono do Mestre de Avis, o monarca D. João I. A instauração da nova dinastia significava a falência da velha nobreza e a fundação da “nacionalidade” e a ruptura da unidade galego-portuguesa. No ano de 1385, em que aconteceu a batalha de Aljubarrota contra os castelhanos, Portugal dá “mostras definitivas da sua decisão de construir uma nacionalidade independente dentro da Península” (DIEZ, 2008, p.66).

As mudanças que estavam em curso, diz Ivo Castro (1993), “já borbulhavam em ambientes restritos, quem sabe mesmo se em recantos inovadores do sul”. Pela influência que Lisboa exercia sobre os hábitos linguísticos, o português culto, que na origem apresentava fortíssimas semelhanças com o galego, foi-se amoldando à fala culta da região que se situa entre as Cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e da mais antiga e célebre universidade, e de Lisboa, a capital seguinte (ILARI, 2008, p.59). Com isso, “a desruralização da língua acontece no sentido da desgaleguização” (DIEZ, 2008). Para esse autor, a diferença fundamental com o galego-português – “de extraordinárias consequências políticas e linguísticas” – residiria, na verdade, no fato de que o “dialeto” a partir do qual se constitui a “língua” ficou fora das fronteiras

nacionais portuguesas, como variedade não oficial de um outro Estado. A “mudança de voz”, prenunciadora da “maturidade do idioma” (CÂMARA JR., 1985, p.18-19) recusava um passado que perdurava no norte, não apenas na Galiza, mas também no Entre-Douro-e-Minho. O resultado foi que a língua sofreu “um processo de *koineização*² e de emergência de ‘forças centrípetas’ (a corte, a literatura, o eixo Coimbra-Lisboa, a nacionalidade)” que centralizaram “a elaboração de um idioma nacional” (CARDEIRA, 2010).

2. A “linguagem informativa” na prosa.

No século XV, Fernão Lopes levou para a historiografia “um espírito jurídico de notário, para quem o verdadeiro e o falso se corroboram documentalmente” (SARAIVA, 1998, p.47). Como cronista régio, acumulava as funções de guarda das escrituras do Tombo, ou seja, chefe do arquivo da Coroa. Tal situação obrigava-o a passar certidões dos documentos e permitia-lhe examinar velhos papéis que serviam de base para os seus trabalhos. Era, pois, ao mesmo tempo, um escritor e um funcionário, cabendo-lhe, como ele mesmo descreve, «*poer em caronyca as estorias dos Reys e zelar pela arrumação dos actos régios e privados que se guardavam no castelo de Lisboa*» (apud SERRÃO, 1998, p.11).

Fernão Lopes apoia sua *caronyca* em muitos documentos autênticos (cartas pontifícias, acordos, como o que se estabeleceu entre o conde de Bolonha e seus aliados, correspondência diplomática, inscrições sepulcrais). Nas *Cronica de Dom Pedro, D. Fernando e D. João I*, este recurso aos documentos originais é constante, “podendo dizer-se que o cronista não atribui ao rei uma negociação diplomática, um acordo, uma determinação, sem ter à vista os respectivos documentos e muitas vezes reproduzindo, sem sequer o declarar, o formulário dos textos”, diz Serrão. Perante as contradições das narrativas, procurou seguir um método crítico: quando é possível, escolhe a que aparece confirmada por um documento autêntico; quando não dispõe dele, inclina-se para a que lhe parece mais verossímil; quando, enfim, não há razões para preferir uma às outras, expõe todas ao leitor, deixando-lhe a escolha.

A despeito da informatividade notarial ou historiográfica, as *crônicas*, até pelo menos Fernão Lopes, ainda emanam uma “extraordinária oralidade” (SARAIVA, 1998, p.59), a mesma que “caracteriza a prosa narrativa medieval”. Nas primeiras crônicas portuguesas, manifesta-se, por exemplo, um fenômeno típico da narrativa oral, em qualquer tempo e parte: sua estrutura “aditiva”. O

2 Segundo Cardeira, é o “resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos”.

exemplo dado por Walter Ong (1998, p.47-49) é Gênesis 1:1-5, que “preserva uma visível padronização oral”, com nove “e” introdutórios. Para o português do século XV, temos que, das 155 palavras do *token* [4], escolhido aleatoriamente da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, 30 são “et” (~20%); das 133 do *token* [5], extraído da *Cronica de Dom Pedro*, de Fernão Lopes, 14 (~10%) são “&” ou “e”:

- [4] Dos ffeytos de Troylos Troylos era moy fremoso a marauilla, et era moy alegre et moy graçioso ãno rrostro, et semellaua que senpre rrija. Et era moy aposto et moy mesurado, et aujá seu cabelo lezne et ben aposto, et os ollos uerdes et cheos d’amor. Et era home de bõ entêdemento et falaua tâ ben et tâ saborosament que o amauã todos quântoslo vijã. Et auja o nariz alto por mesura et a boca ben feyta et dentes ben postos et brãcos et o queixo quadrado et o colo longo et as espádoas anchas et os peytos moyto enformados. Et auja as mãos et os braços moy ben feytos, et era ben tallado ãna çentura. Et uestíasse senpre moy ben, et estáuãlle moy ben os pãnos. Et en njh’û tempo do mûdo nûca dería pesar a neh’û, et era moy ledo et moy saboroso et moy ardido, et nûca foy desdeñador nẽ oufanioso.
- [5] E pensarom d’afonso madeira. & guareçeo & engrossou ã pernas & corpo. & uiueo alguûs ãnos emialhado do rrostro & sem baruas & morreo depois de sua natural door Como el Rei mandou queimar a molher d’affonssso andre & d’outras justiças que mandou fazer. QUem ouuio semelhãte Justiça da que el Rei fez na molher d’affonssso andre. mercador honrrado morador em lixboa. andando iustando na rrua noua como era costume quando os Reis uijnham aas çidades. que os mercadores & çidadaños iustauom com os da corte por festa. Estando el Rei presente & auendo enformaçom çerta que sua molher lhe fazia maldade. entendeo que entom era tempo de a achar & tomar em tall obra. E per enculcas mujto escusamente foi ella tomada com quẽ aculpauam & mandouha queimar & degollar elle.

Fernão Lopes ainda fala a uma assembleia: “sentimo-lo de pé dando relevo e intenção às palavras, acentuando-as aqui e além, declamando por vezes com solenidade e balanceando-se num ritmo que faz pensar no verso épico longo e que por vezes se espraia com majestade espontânea” (SARAIVA, 1998, p.59-60). A presença do público é sensível também na voz do cronista, que “de tempos a tempos nos convida a olhar como se estivéssemos presentes”. O público o leva a certos processos didáticos, como quando esse autor chama a

atenção do ouvinte para a ordem da narrativa, uma preocupação que contrasta com seu sucessor, Gomes Eanes Zurara, membro da Ordem de Cristo, que já escreve “com a consciência de escriba”.

A Zurara coube uma nova missão: em 6 de junho de 1454, foi nomeado bibliotecário da Livraria Real que D. Afonso V, “o último rei cavaleiro”, formava nos paços da Alcaçova (SERRÃO, 1998, p.11). Sua obra constitui, nas palavras de Rita Gomes (1998, p.23), “um exemplo perfeito da unidade profunda de que se revestia o duplo labor de cronista e guarda-mor dos arquivos régios – a principal originalidade da historiografia portuguesa do século XV, se a compararmos, por exemplo, com a castelhana da mesma época”. Sua redação foi acompanhada por uma importante reforma da Chancelaria Régia, realizada sob sua própria orientação.

Mas a escrita da História ainda é apenas uma necessária “exposição” daquilo que os documentos oficiais relatam, outra forma de “autenticar os fatos, cronologicamente dispostos”. Donde a etimologia da palavra “crônica”: segundo o Houaiss (2001), que fornece outras variantes conhecidas desde o séc. XV (*caronjqua*, *coronyqua*, *cronyca*), tem origem na lat *chronica* “relato de fatos em ordem temporal, narração de histórias segundo a ordem em que se sucedem no tempo”, de *chronos* “relativo a tempo”. Daí a afirmação de Joaquim Serrão (1998, p.12) de que “a importância do cargo ressalta da circunstância de serem os cronistas a principal fonte de informação para a história do tempo”. Não só do tempo, mas também a uma “história da ordem”, como atesta um *token* do séc. XV em português:

- [6] E per o ssaber da arte memorativa bem ordenada, mais tenho que se acrecente que o contrario, como algûus dizem. Terceira, judicativa, per a qual damos boo e dereito juizo no que pensamos, veemos e ouvimos, nom desviando por amor, odio e temor, segurança, proveito, perda, prazer ou sanha, guardando tempo e ordem com devida enformaçom dos feitos, bem nos consselhando segundo tal cousa require. (D. Duarte, *Leal conselheiro*, 1437-1438)

A já citada *Crónica Geral de Espanha*³ (1344), escrita por D. Pedro, “refundava” a obra homônima de Afonso X (séc. XIII) com o argumento, apropriado do avô e tópico nos escritos medievais, de que a escrita era uma forma segura de preservação dos saberes: era preciso «*ajuntar quãtos livros*

3 O fato de se chamar “de Espanha” apenas mostra a influência que esse “país” exercia sobre Portugal. Como diz Saraiva (1998, p.44), a Espanha “era toda uma” até pelo menos 1383.

pode aver das estorias antigas em que algas cousas fossen escriptas dos feytos d’Espanha», uma vez que

- [7] o des[dem] de non quererem os homêes aprender e saber as cousas e a olvidança en que as deitam depois que as sabem f[a]zê perder malamente o que foy achado con muyto trabalho e cõ grande estudo; e outrossi polla preguiça que he ãmiiga do saber e faz aos homêes que non cheguem a elle nem busquem as carreiras per que o conheçam.

Mas os esforços desses nobres não foram suficientes para evitar a prevalência da oralidade no português médio: Garcia de Resende lamentaria, no prólogo de seu *Cancioneiro geral* (1516), “a primeira e monumental consagração impressa da poesia portuguesa” (MENDES, 1999a), que a *«natural condiçam do Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra, pás e vertudes, de ciência, manhas e gentileza sam esquecidos»*.

Um aspecto a sublinhar no conjunto das crônicas relativas ao século XV é o pouco relevo que nelas têm as referências às viagens de navegação e comércio dos portugueses. Será preciso esperar o século XVI para que surja uma historiografia desses *«feitos»*. Os novos gêneros da “literatura informativa” – a dos viajantes e seus cronistas – estarão orientados definitivamente pela escrita, como não poderia deixar de ser, dado o distanciamento espaço-temporal da comunicação com o além-mar. Recordemos títulos como *Enformação das cousas da China: textos do século XVI* (D’INTINO, 1989), *Enformação das cousas do Ceilaõ*, de António Pessoa (1548) ou *Emformacao dalgumas cousas do Brasil*, de Belchior Cordeiro (1577). De caráter predominantemente descritivo, esses documentos são a única fonte de informação, por exemplo, sobre o Brasil daquele período. A carta de Pero Vaz de Caminha é um dos sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa e referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral.

3. A “linguagem informativa” na poesia.

O prestígio do galego-português como língua da poesia lírica – dominante e exclusivo no período que se estende, aproximadamente de 1200 a 1350, sobrevive e se espalha, como ainda na temática, pela produção poética do período pós-trovadoresco refletida no *Cancioneiro galego-castelhano*, recolhido e editado por Henry Lang e que encerra composições líricas pertencentes ao período que vai

de 1350 a 1450, quando as composições em prosa da mesma época já revelam notáveis progressos estilísticos e evidentes diferenças no capô da gramática e do léxico (BECHARA, 1985, p.9)

O galego-português, como se vê, foi uma língua da primitiva poesia lírica peninsular, formada de “cancioneiros”, antes de ter sido útil como uma língua notarial. Os “cancioneiros” podem ser agrupados em três categorias: as *Cantigas d’amigo*, poemas de amor com traços populares, de tradição antiquíssima, em que fala a donzela (na linguagem dos trovadores, “amigo” significa “namorado”); *Cantigas d’amor*, poemas mais eruditos, de frequente inspiração provençal, nos quais (geralmente) é o homem quem fala, e *As cantigas d’escarnho e de mal dizer*, poemas satíricos, não raro grosseiros (TAVANI, 1997; TEYSSIER, 2007). É aí que iremos encontrar pela primeira vez, no domínio do português, a palavra viva, como instrumento de expressão da sensibilidade e da mentalidade, “que está, apesar da sua artificialidade literária, muito mais próxima da linguagem oral do que do árido idioma dos documentos notariais” (LE MOS, 1997a, p.39).

No caso dos conjuntos coletivos dos séculos XV e XVI, há cancioneros enunciados em verso destinados, em princípio, a um acompanhamento da voz em forma de canto ou de recitação, mas também pelo fato de a poesia neles conservada (compilada, arrumada, registrada) se relacionar, em termos gerais, com a “cultura de corte”, instituição central no campo da cultura laica e também na religiosa. Poesia de cancionero, nesta perspectiva, “é poesia de corte”.

A designação evidencia uma óbvia evocação da ideia corrente desde o século XIII-XIV, de que era útil e necessário compilar a poesia dos trovadores que cultivavam essa poesia elevada a que aludia Dante, mormente se identificada com os meios culturais cortesões, aristocráticos ou régios, na dependência de um príncipe, porque a poesia representava um saber definido no quadro da relação do *utile* com o *dulce*, usando a terminologia horaciana (OSÓRIO, 2005, p.295)

O *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, por exemplo, aspirava a oferecer ao público a generalidade dos poetas e a generalidade das composições que, desde a segunda metade do século anterior, se haviam produzido nesse centro de cultura poética que era a corte régia (OSÓRIO, 2005). Numa dessas canções, *O cuydar e sospirar*, temos a ocorrência de “enformação”, o que é de causar espanto: o que estaria um item lexical característico da escrita, mais especificamente da “literatura informativa”, fazendo em uma canção?

O cuydar e sospirar, canção de 3172 versos escrita a várias mãos em

1483, é das mais antigas e seguramente a mais extensa canção do *Cancioneiro geral* de Resende. É datado e referido a uma situação histórica da corte joanina (1357-1433), mas insere-se na tradição poética provençal e galego-portuguesa chamada “amor cortês”, uma lição sobre os modos de comportamento amoroso em sede cortesã. Foi “todo escrito, talvez também dito, seguramente lido, e possivelmente com partes cantadas”. Mas o canto, adverte Margarida Vieira Mendes, “quase não deixa vestígios neste processo”: as rubricas contêm referências ao gesto de *ler* e de *ver* as *rezões* alegadas, talvez porque “houvesse uma forma mista de apresentação: troca de versos por escrito, numa primeira fase, e depois uma recitação oral, como um breve ou desafio antes das justas”.

A matriz é a *quaestio disputata*, própria dos hábitos escolásticos, e também a da competição desportiva, “um torneio desportivo, para aplauso dos jogadores, sob o fingimento da retórica forense” (MENDES, 1999b, p.20). A *quaestio*, lapidar, contém uma alternativa: qual o sintoma de sofrimento amoroso mais intenso e mais digno de crédito, o “cuidar” (da amiga) ou o “sospirar” (deixando-a)? Ao introduzir a temática amorosa, essa pergunta abre a porta à enciclopédia de argumentos de que dispunha a *inventio* dos trovadores (MENDES, 1999b, p.19).

O *cuydar e sospirar* combina o judicial com o epidíctico – “gênero que acaba por prevalecer na poesia”. Abunda o vocabulário do direito processual, relativo quer a ações discursivas quer a ofícios e instrumentos de tribunal, daí o *Coudel-mor*, que se apresenta “como o autor de maior competência jurídica”. Mendes cita “*petição, desembargo, feito, procuradores, requerer, alegar, contradizer; consentir, apelar, protestação, tabalião, auto, etc.*” e, a partir do *token* [8], podemos incluir “*emformaçam*”. O termo remonta a uma tradição romana preservada em nossos dicionários com a acepção *informar* como “instruir (um processo)”, tal como o uso nas *Cortes portuguesas* (1498): «*os Juizes das terras mandarom que os dictos procuradores ponham as dictas enformações nos fectos pera averem de ser vystas e enxemynadas no casso das apellações*».

- [8] Do Coudel moor há dita senhora, sobre humas testemunhas que ouve depois do feyto ser concurso, as quaes daa em favor do sospirar, em modo d'emformaçam.

Senhora, valha-me Deos,
valha-me vossa mercê,
vale-me, senhora vos,
poys meu agravo se vê!

Huma testemunha tenho,
 que no caso desta afronta
 fara muyto o meu dereyto
 & poys inda a tempo venho,
 pagarey todo o que monta;
 manday a assentar no feyto

Se nas *tenções* medievais, a cada contendor cabia, tradicionalmente, uma estrofe, o esquema d’*O cuydar e sospirar* é mais livre. A pergunta inicial leva a um processo judiciário integral, onde a resposta à questão ganha a forma de veredito, conforme a tradição cancioneira, mas aqui o debate prolonga-se, inclui poemas independentes e vários interlocutores. Persiste “o serviço amoroso” do “amor cortês”, explica a professora Margarida Mendes (1999b): “a provação e martírio, a esperança de galardão e não correspondência da dama, a separação, os apelos, a experiência de morrer de amor e, mais raramente, o motivo da glória”. O binômio *cuidar/sospirar* parece desenvolver essa definição do século XIII: do lado da meditação, o *cogitare* > *cuidar*; do lado do sofrimento, o *sospirar*.

Cada parte do diálogo d’*O cuydar e sospirar* segue o modelo retórico: elogio inicial do adversário, argumentos ou *tenção*, refutação (*repostas*) e conclusão. As 24 cantigas servem de *concrusão* ou epílogo de cada *tenção* argumentativa. Não eram cantadas, mas “dadas, enviadas, vistas”. “Assim se vê”, conclui Mendes, “como o lirismo desta época encerra um gênio discursivo governado em grande parte pela retórica ou arte da persuasão”. Organiza-se nos moldes de um processo forense, com os seus trâmites, fórmulas e vocabulário, o que constitui novidade na história da poesia portuguesa: esta encenação discursiva serve para os poetas se exibirem perante um juiz feminino e um público de cortesãos (MENDES, 1999b, p.19).

Conclusões.

A “literatura informativa” em Portugal do período médio corrobora o que Paul Zumthor classifica de “oralidade mista” – uma “ordem particular da realidade” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência da escrita “permanece externa, parcial e atrasada”, uma vez que exige a “intervenção de intérpretes autorizados”. No caso do português, já se encontram vestígios de que “enformação” dispõe de autoridade *por si*. Mas a escrita não se constitui, de fato, em um discurso autônomo, com “sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura”, como queria Ong; trata-se, ao contrário, de

um discurso *do* autônomo: ao invés de ser uma força autônoma que orienta a história, a escrita interage com a cultura por intermédio da fala, moldando e sendo moldada por ela. Não se deve falar, como já advertia Goody (2012, p.144), em um “declínio da transmissão oral”, mas pode-se afirmar que o “discurso do autônomo” em Portugal do séc. XIV, embora originalmente um registro notarial adicional à fala, foi apropriado pela língua falada na corte nos tempos de fundação do Estado Nacional.

Referências.

- BECHARA, E. *As fases históricas da língua portuguesa (tentativa de proposta de nova periodização)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa, 1985.
- CALVET, L.-J. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola, 2011.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: J. M. D. NAFRÍA e F. S. ALEMANY (ed.). *¿Qué es información? Actas del primer encuentro internacional de expertos en Teorías de la Información - un enfoque interdisciplinar*. León (Spain): Universidad de León, 2008. p.1-26.
- CAPURRO, R. e B. HJØRLAND. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v.12, n.1, 2007, p.148-207.
- CARDEIRA, E. Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase? *Diacrítica*, v.24, n.1, 2010, p.75-96.
- CASTRO, I. A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro. *Biblos*, v.LXIX, 1993, p.97-106.
- CUNHA, A. G. (ed.). *Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2007.
- D’INTINO, R. *Enformação das cousas da China: textos do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- DIEZ, X. C. L. Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, v.35, 2008, p.61-82.
- GALVÃO, A. M. O. e A. A. G. BATISTA. Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n.128, 2006, p.403-432.
- GOMES, R. C. Gomes Eanes Zurara. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (posteriores a Fernão Lopes)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.8, 1998. p.23-24.
- GONZALEZ, M. *Informar versus enformar: uma competição morfossemântica*

- com origem no português arcaico. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)*, v.XV, n.º 5, t.2, 2011, p.1904-1919.
- GOODY, J. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HAVELOCK, E. *Prefácio a Platão*. Campinas: Papirus, 1996.
- HOBART, M. E. e Z. S. SCHIFFMAN. *Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution*. Maryland: John Hopkins University Press, 2000.
- HOUAISS, A. (ed.). *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa, versão 1.0*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. 2001.
- ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2008.
- LEMOIS, E. A literatura medieval: a poesia. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, 1997a. p.39-50.
- _____. Vertentes da prosa medieval (excertos). In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - A prosa medieval portuguesa II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.4, 1997b. p.11-12.
- LORENZO, R. *Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português*. Vigo: Editorial Galaxia, 1968.
- MAGALHÃES, I. A. Nota prévia. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XV - Textos hagiográficos e místicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.9, 1999. p.82.
- MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: I. SIGNORINI (ed.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p.23-50.
- _____. A oralidade no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a fala. In: L. A. MARCUSCHI e A. P. DIONISIO (ed.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.57-84.
- MARCUSCHI, L. A. e J. HOFFNAGEL. A escrita no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a escrita. In: L. A. MARCUSCHI e A. P. DIONISIO (ed.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.85-104.
- MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: A. I. B. AGRELO (ed.). *Na nosa lyngoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/ Instituto da Lingua Galega, 2007. p.161-184.
- MATTOS E SILVA, R. V. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: R. V. MATTOS

- E SILVA e MACHADO FILHO (ed.). *O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA/UEFAPS, 2002. p.27-42.
- MENDES, M. V. Cancioneiro geral. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.10, 1999a. p.84.
- _____. O Cuidar e sospirar na formação da poesia portuguesa renascentista. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.10, 1999b. p.19-22.
- MOISÉS, M. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Paulistana, 2004.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papyrus, 1998.
- OSÓRIO, J. A. Do cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas, II Série*, v.XXII, 2005, p.291-335.
- RODRIGUES, J. C. *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*. São Paulo: Editora PUC/Loyola, 2003.
- SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* em galego. *Estudos de Lingüística Galega*, v.1, 2009, p.209-223.
- SARAIVA, A. J. Fernão Lopes (excertos). In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Fernão Lopes I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.5, 1998. p.43-61.
- SERRÃO, J. V. Contexto histórico. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (posteriores a Fernão Lopes)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.8, 1998. p.11-17.
- STREET, B. V. *Cross-Cultural Approaches to Literacy*: Cambridge University Press, 1993.
- _____. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, v.8, 2006, p.465-488.
- TAVANI, G. A poesia lírica na literatura hispânica do século XIII. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, 1997. p.51-60.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ZUMTHOR, P. *A Letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS GRAMÁTICAS PÓS-NGB

Thaís de Araujo da Costa
Universidade Federal Fluminense
araujo_thais@yahoo.com.br

RESUMO:

A instituição da NGB (1959) fundou uma nova memória para o discurso gramatical brasileiro, estabelecendo os sentidos que (não) poderiam e (não) deveriam comparecer nos compêndios gramaticais. Neste artigo, a partir da análise do capítulo referente à colocação pronominal de sete gramáticas, propomo-nos a demonstrar a relação (in)tensa existente entre os sentidos legitimados e os sentidos silenciados pela terminologia oficial.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; história das idéias lingüísticas, NGB, gramática, colocação pronominal.

ABSTRACT:

The institution of NGB (1959) founded a new memory for brazilian grammatical discourse, setting the senses (not) and might (not) should appear in textbooks grammar. In this article, based on the analysis of the chapter regarding pronoun placement seven grammars, we propose to demonstrate the relationship (in) tense between legitimate senses and silenced senses by the official terminology.

KEYWORDS: discourse analysis, history of linguistics ideas, NGB, grammar, pronoun placement .

Mas o que se apaga resiste, o que demonstra que a história é feita mesmo desses retornos, dessas vozes que falam mesmo quando se as quer apagar. BALDINI (1999, p. 73)

Introdução.

O presente artigo é fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada *Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis* (Costa, 2010)¹. Calcada no aporte teórico da Análise de discurso, de Michel Pêcheux (1997) e Eni P. Orlandi (2007), no seu encontro com a História das ideias linguísticas, de Auroux (1992) e Orlandi (2009), em minha pesquisa busquei investigar o funcionamento da memória legitimada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB) no discurso das gramáticas posteriores a sua implementação.

Neste artigo, nosso objetivo será demonstrar a relação (in)tensa existente entre os sentidos legitimados e os sentidos silenciados pela terminologia oficial. Para tanto, buscaremos desnaturalizar o processo de significação da terminologia tornada oficial no capítulo referente à colocação pronominal de sete gramáticas publicadas entre 1959-1969, a saber: *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*, de Arthur de Almeida Torres (1959), *Pequena gramática para a explicação da nomenclatura gramatical*, de Adriano da Gama Kury (1959), *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1961), *Gramática metódica da língua portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1960), *Gramática normativa*, de Rocha Lima (1960), *Gramática fundamental da língua portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo (1967) e *Gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha (1969).

1. Das condições de produção da NGB.

Publicada em 1959, a NGB foi uma medida coercitiva² implementada pelo Estado, visando à padronização da nomenclatura utilizada pelas gramáticas

1 Desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vanise Medeiros e defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em março de 2010.

2 Na verdade, a princípio, a NGB era uma recomendação, mas sua adoção foi interpretada, por diversos motivos (Cf. Costa, 2010), pelos gramáticos da época como uma obrigatoriedade.

brasileiras. Para melhor compreendermos os fatores que acarretaram a instituição de uma terminologia oficial, faremos aqui uma rápida contextualização.

No século XIX, o Brasil recém-independente buscava ainda legitimar-se enquanto nação. A esta época, na literatura, os românticos procediam à revisão do nosso passado histórico, rompendo o vínculo com a ex-metrópole a partir do silenciamento da referência histórica ao país que nos “descobriu”.

Paralelamente, ocorria, conforme Guimarães (1996), o primeiro momento do processo de gramatização³ da língua portuguesa do Brasil que, iniciado na segunda metade do século XIX, caracterizou-se pela busca da identidade linguística nacional. Nesse período, surgiram os primeiros estudos gramaticais que, pautados em diferentes concepções teóricas e com nomenclaturas divergentes, procuravam teorizar sobre a especificidade da língua utilizada pelos brasileiros.

Com isso, começou, então, a ser produzido o efeito de diferenciação da língua do Brasil em relação à de Portugal, destacando-se as peculiaridades daquela em detrimento desta, e isso porque, ainda segundo Orlandi e Guimarães (2001), a língua passou a ser vista “enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação” (2001, p. 24). Sendo o Brasil uma nação independente, precisava ter uma língua própria que o representasse. Mas, para que a essa língua fosse atribuído o *status* de língua nacional e para que ela se colocasse no mesmo patamar das línguas nacionais das demais nações, era necessário ainda respaldá-la cientificamente, objetivo este que começou a ser buscado a partir da construção dos seus saberes metalinguísticos, ou seja, a partir da produção de dicionários e de gramáticas próprios.

É nesse sentido que Guimarães (1996) enquadra a NGB como uma das medidas tomadas pelo Estado brasileiro que, ao estabelecer uma unidade específica do Brasil, atua como instrumento de legitimação da distinção entre a Língua Portuguesa do Brasil e a de Portugal.

Expliquemos: nas primeiras décadas do século XX, foi atribuído à nomenclatura gramatical empregada no Brasil até então o sentido de “pandemônio”⁴. A esta altura, a língua nacional e os seus saberes metalinguísticos já estavam

3 O conceito de gramatização foi cunhado por Aurox (1992) e diz respeito ao processo de instrumentalização das línguas a partir da produção de saberes metalinguísticos, como as gramáticas e os dicionários.

4 Em setembro de 1954, de acordo com Chediak (2003), o professor Modesto de Abreu publicava um artigo no periódico “Panfleto”, no qual, a partir da pergunta sobre quantas classificações pode ter um simples adjetivo numa frase quando analisado logicamente, exemplifica a “*ideia de pandemônio*” provocada pela incoerência encontrada na terminologia gramatical de então (*idem*, pp. 10-11).

constituídos, mas ainda era preciso legitimá-los, porque, não havendo uma terminologia padrão, a nomenclatura empregada pelas gramáticas variava conforme o seu autor. Assim sendo, sob o argumento de que a diversidade no que concerne à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país, a unificação e a simplificação da nomenclatura gramatical começou a despertar o interesse dos professores e estudiosos da língua portuguesa em geral.

Após muita discussão sobre a problemática engendrada pela divergência nomenclatural, em abril de 1957, foi designada a comissão responsável pela elaboração do Anteprojeto que foi composta por: Antenor Nascentes, eleito o presidente da Comissão; Clóvis do Rego Monteiro; Celso Ferreira da Cunha; Carlos Henrique da Rocha Lima, eleito secretário e indicado relator; e Cândido Jucá (Filho) – todos professores catedráticos do Colégio Pedro II.

O Anteprojeto da NGB, no entanto, por apresentar definições, regras, exemplificações, assim como uma gramática, provocou a desaprovação dos intelectuais das Letras, pois, ao definir e exemplificar, matinha a situação conflituosa que existia. As definições, de acordo com Baldini (2010), ao evocarem as diferentes posições doutrinárias, convocavam também as diferentes formações discursivas⁵ em que os sujeitos autores se inscreviam. Levando-se em consideração que limitar esse movimento de inscrição foi justamente o efeito discursivo proposto pela NGB, pode-se imaginar porque o Anteprojeto foi modificado.

Manter as definições significaria acabar com a função dos gramáticos: afinal, havendo nomenclatura e definição previamente determinadas, o que eles fariam? Eliminá-las, por sua vez, representaria conferir ao gramático certa “liberdade”. Liberdade esta que não poderia se dar por completo por três motivos: (1) os objetivos da unificação e da simplificação da terminologia gramatical não seriam alcançados se, ainda que tivessem o mesmo nome, após o período de interpretação, os termos legitimados pela NGB tivessem referentes discursivos distintos; (2) os nomes legitimados pela NGB foram significados a partir da sua filiação à memória do discurso gramatical já existente; e (3) embora, no período interpretativo⁶, os gestos de interpretação possam ter produzido sen-

5 Para a análise que pretendemos fazer, é suficiente dizer que as formações discursivas são lugares de produção de sentido.

6 Segundo Baldini (1999), após a instituição da NGB houve dois períodos distintos no que tange à produção das gramáticas: o primeiro período, denominado *interpretativo*, foi o momento em que os gramáticos, a partir da memória do discurso gramatical pré-NGB, buscaram significar os nomes legitimados pela terminologia oficial; e o segundo período, denominado

tidos outros para os nomes legitimados, ao final desse período, a maioria dos sentidos, inclusive aqueles que surgiram a partir de deslocamentos, já estavam naturalizados.

Assim sendo, optou-se por eliminar as definições e, com isso, manteve-se, no período interpretativo, ainda que de forma modificada, a função do gramático enquanto autor/comentarista⁷ da terminologia instituída pela NGB. Não se pode esquecer, contudo, que não há censura sem resistência, assim como não há ritual sem falha (PÊCHEUX, 1997), ou seja, mesmo com o evidenciamento dos sentidos dos nomes legitimados pela NGB, sempre há a possibilidade de virem à tona os sentidos não legitimados, sempre há a possibilidade de se escapar da censura. E é exatamente isso que nos propomos a demonstrar ao longo deste artigo.

Antes de adentrarmos a análise propriamente dita, cabe aqui dizermos que a padronização terminológica alcançada hoje é tal que muitos dos sentidos instituídos/legitimados pela NGB são da ordem da evidência. Apesar disso, entendemos que o discurso gramatical pós-NGB, assim como todo discurso, é constitutivamente da ordem do heterogêneo (AUTHIER-REVUZ, 1996), pois no jogo incessante entre o evidenciamento e o silenciamento de determinados sentidos e, por conseguinte, de determinadas formações discursivas às quais estes se filiam, os discursos censurados e, por isso, (im)possíveis de serem ditos se fazem de alguma forma significar nas gramáticas pós-NGB.

2. Da análise.

Ao longo de nossa análise, sentimos a necessidade de recorrer a outros materiais além das gramáticas que compõem o nosso *corpus* principal. Estes materiais – pareceres, comentários, correspondências, portarias, ofícios, o Projeto e o Anteprojeto da NGB – passaram a compor, então, o nosso *corpus* secundário. Todos os procedimentos analíticos partiram do *corpus* principal, ao qual, sempre que preciso, foi articulado o *corpus* secundário. Para tanto, fez-se necessário lançarmos mão de um dispositivo de leitura denominado por Guilhaumou & Maldidier (*Apud* ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 248-249) como *trajeto temático*, o qual nos permitiu estabelecer redes de relações significantes

de repetição, caracteriza-se pela repetição dos sentidos já estabilizados na/pela memória do discurso gramatical que foi fundado com a instituição da NGB.

7 Referimo-nos aqui ao conceito de comentário, conforme Foucault (2007).

entre distintos materiais simbólicos e relacionados a diferentes condições de produção.

2.1. A colocação pronominal nas gramáticas pós-NGB.

No que diz respeito à colocação dos pronomes, o Anteprojeto da NGB apresenta três pontos que originaram conflito entre os gramáticos da época e sobre os quais discorreremos mais detalhadamente adiante. São eles: (1) o lugar onde deve comparecer este conteúdo, se na sintaxe ou na fonética sintática; (2) quando na sintaxe, a denominação da parte em que este se insere; e (3) a denominação dos tipos de colocação.

2.1.1. A colocação pronominal é assunto da sintaxe ou da fonética sintática?

Em relação ao primeiro ponto, há na gramática de Bechara a defesa, ainda que de forma sutil, de uma realocação desse fenômeno. Segundo este gramático, a colocação pronominal não pode ser considerada apenas pelo aspecto sintático, uma vez que interfere na posição dos pronomes a tonicidade dos vocábulos. Com base nesse argumento, Bechara propõe que se considere este assunto do ponto de vista da ‘fonética sintática’, evitando-se, assim, “a falsa teoria da ‘atração’ vocabular” (BECHARA, 1961, p. 399).

No comentário de Jucá (Filho)⁸ ao Anteprojeto da NGB, observamos uma relação de paráfrase com o posicionamento de Bechara, relação esta que, ainda que de diferentes formas, também comparece no comentário de Chediak e nas gramáticas pós-NGB. O que estamos tentando demonstrar aqui é que, embora o projeto oficial da NGB não mencione o aspecto fônico, silenciando, assim, o conflito em questão, após a sua implementação, a colocação pronominal, assim como já vinha sendo trabalhada por alguns gramáticos pré-NGB, passou a ser abordada levando-se em consideração também esse aspecto.

De acordo com o Anteprojeto, a colocação pronominal deveria ser tratada pela ‘sintaxe de construção’. O termo construção, porém, causou polêmica, uma vez que o seu sentido legitimado na época evidenciava uma contradição

8 De acordo com Cândido Jucá, “Próclise, e ênclise não são termos de sintaxe, mas de *fonologia*. Nem se ligam exclusivamente às “formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais”. Dizem respeito a diversos monossilabos, que, por serem átonos (ou quando se tornam átonos), se apóiam nas palavras tônicas circunstantes. A sintaxe estuda a anteposição, e a posição do pronome átono com referência ao verbo. Mas a anteposição nem sempre coincide com a próclise. Nem a posposição com a ênclise” (CHEDIAK, 1960, pp. 152-153). [grifos meus]

na proposta do Estado, que dividia os estudos de sintaxe em: sintaxe de concordância, de regência e de construção, como podemos observar no comentário da Comissão representante da Academia Brasileira de Filologia (ABF):

A Comissão sugere que se diga “colocação” por “construção”, uma vez que o termo “construção” também envolve a regência e a concordância. (CHEDIAK, 1960, p. 176) [grifos meus].

A inclusão do termo *construção*, portanto, tornava a subdivisão proposta pelo Estado contraditória porque, do lugar de onde falam os comentaristas da ABF, o seu referente discursivo era outro e envolvia tanto os estudos de colocação, quanto os de regência e os de concordância. Em decorrência disso, a Comissão da ABF sugeriu a substituição do termo ‘construção’ por ‘colocação’. Sugestão aceita, a colocação pronominal, segundo a NGB, passou a ser um assunto tratado pela ‘sintaxe de colocação’, e nas gramáticas ulteriores produziu-se o efeito de evidência dessa relação.

A colocação pronominal passou a ser compreendida, então, enquanto uma questão a ser analisada do ponto de vista sintático, tratada nos capítulos intitulados ‘sintaxe de colocação’ ou simplesmente ‘colocação (pronominal)’.

A obediência ao que propõe a NGB, todavia, não impede, mesmo quando enquadrado dentre os assuntos da análise sintática, que nas gramáticas pós-NGB seja também considerado o aspecto fônico, isto é, que se considere que orientando as questões referentes à posição do pronome está a sua tonicidade. Isso porque para significar os nomes acolhidos pela nomenclatura oficial, os gramáticos recorreram, como dissemos, à memória do discurso gramatical já existente. Desse modo, de forma geral, produziu-se o efeito de evidência do seguinte sentido: antepostos, pospostos ou interpostos aos verbos estão apenas os pronomes oblíquos átonos, pois estes “uma vez átonos e, ao mesmo tempo, com função de complemento verbal, (...) terão de apoiar-se, para efeito de acentuação, nos próprios verbos de que são complementos” (ALMEIDA, 1961, p.412).

As prescrições e os silenciamentos impostos pela NGB, portanto, embora atuem efetivamente sobre o discurso gramatical pós-NGB, organizando-o, definindo-o e determinando-o historicamente, não instauram sentidos da ordem do novo. Ao contrário, os sentidos prescritos, como vimos, já existiam na memória do discurso gramatical, assim como também os sentidos proscritos ou silenciados, os quais, apesar de serem censurados pelo discurso oficial, neste podem fazer-se significar de diferentes formas. Embora a fonética sintática, por exemplo, não tenha sido legitimada enquanto uma subárea de

estudos gramaticais, o aspecto fônico passou a ser considerado no tratamento da colocação pronominal, mesmo que este assunto seja visto como parte dos estudos de análise sintática. O respeito à terminologia oficial, portanto, no que diz respeito a esse assunto, mantém-se, mas a forma como ele é tratado traz à tona uma prática silenciada pela NGB.

3. Da (res)significação da terminologia oficial.

O Anteprojeto, após sugerir a tríplice divisão dos estudos da sintaxe, a saber: a) Sintaxe de Concordância, b) Sintaxe de Regência e c) Sintaxe de Construção, acrescenta a este último item a seguinte observação:

Nota: No estudo da colocação das formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais, será *proscrita a denominação mesóclise*. Tais formas se antepõem ao verbo (*próclise*), ou se lhe pospõem (*ênclise*); no futuro do presente e no futuro do passado (amar-te-ei, amar-te-ia), o pronome vem, com efeito, *enclítico* ao infinito, *segundo nos ensina a história da língua* (CHEDIAK, 1960, p. 32) [grifos meus].

Concentremo-nos primeiramente em entender a recomendação feita pela Comissão. Como podemos observar, o termo mesóclise é proscrito baseado num argumento sustentado pelos estudos de ‘história da língua’. Segundo este argumento, não existe mesóclise, isto é, não existe a interposição do pronome oblíquo átono às formas verbais que se encontram flexionadas no futuro do presente ou do pretérito do indicativo. Sob esse ponto de vista, nos exemplos: amar-te-ei e amar-te-ia, o que se tem é a ênclise do pronome ao infinito⁹.

Estamos aqui diante de gestos distintos de interpretação que, mais tarde, acarretaram um deslocamento de sentido. Os estudos em história da língua interpretam o que hoje conhecemos como tempos futuros do indicativo como locuções verbais, compostas por infinitivo + verbo haver no presente ou no pretérito imperfeito reduzido. Assim, teríamos:

AMAR-TE-EI	= amar (infinitivo) + te (pronome oblíquo átono) + (h)ei (verbo haver no presente do indicativo)
AMAR-TE-IA	= amar (infinitivo) + te (pronome oblíquo átono) + (h)ia (verbo haver no pretérito imperfeito do indicativo)

⁹ Nome que se encontrava em algumas gramáticas do século XIX e que foi substituído pelo termo infinitivo, após a implementação da NGB.

Até meados do século XX havia um embate entre os estudos diacrônicos, realizados pela Gramática Histórica, e os estudos sincrônicos, realizados pela Gramática Normativa. Esta vinha silenciando ou se distanciando daquela baseada em seu objeto de estudo, ou seja, a língua vista sincronicamente.

O Anteprojeto, ao proscrever a mesóclise baseando-se em um argumento diacrônico, filia-se a um quadro ideológico que vinha sendo criticado e deslegitimado pelos estudos sincrônicos e cria uma grande polêmica entre os gramáticos que comentaram o Anteprojeto, já que traz à tona um sentido não condizente com aquele que é legitimado pelo quadro ideológico dominante na conjuntura em questão, ou seja, não condizente com os estudos sincrônicos da língua.

A partir da análise dos comentários feitos ao Anteprojeto e do próprio Anteprojeto, foi possível depreender duas interpretações para as formas verbais como AMAR-TE-EI e AMAR-TE-IA e dois sentidos contraditórios para o termo *mesóclise*. As duas interpretações, como vimos acima, estão filiadas, respectivamente, às formações discursivas às quais se filiam os estudos diacrônico e sincrônico da língua. A esta situação conflituosa acrescenta-se ainda um segundo sentido para o termo *mesóclise*, depreendido do comentário de Candido Jucá (Filho), que sugere que ele passe a designar o “fato fonético que se tem desenvolvido no Brasil, o qual consiste em pronunciar o pronome pessoal átono livremente entre dois verbos, em frases como: “O morcego vem te chupar o sangue” (Alencar, Iracema, p.46)”. (*idem*, pp. 152-153) [grifo meu].

Tal contradição se deve ao fato de, conforme a inscrição em diferentes FDs, um mesmo nome poder significar diferentemente e de um mesmo referente poder ser interpretado de forma distinta. Basicamente, são essas diferentes inscrições que estão em questão aqui.

A filiação ao quadro ideológico dos estudos diacrônicos acarreta a interpretação de AMAR-TE-EI / AMAR-TE-IA como locuções verbais, ao passo que a filiação ao quadro ideológico dos estudos sincrônicos desloca o significado dos constituintes desses vocábulos, passando a interpretá-los como formas verbais simples, em que –REI e –RIA são DMT¹⁰, e às quais se interpõe o pronome oblíquo átono.

O estranhamento em relação à proposta do Anteprojeto se deve ao fato de que, no final da década de 50 do século XIX, os estudos diacrônicos vinham perdendo espaço no meio intelectual. Desse modo, embora ainda existissem algumas resistências, a distinção entre o fazer histórico e o fazer normativo vinha impedindo que houvesse intercessão entre os saberes legitimados por

10 Desinências modo-temporais.

cada um desses fazeres. Por isso, dado o desprestígio dos estudos diacrônicos, tornou-se impossível manter no Projeto oficial um argumento com base na história da língua.

Com a apreensão da tensão existente entre as distintas interpretações para as formas verbais que indicam futuro e entre os dois referentes discursivos para o termo mesóclise, podemos perceber que não existe uma relação univocizante entre linguagem e mundo, pois os sentidos mudam conforme os gestos de interpretação dos sujeitos.

O sentido filiado aos estudos sincrônicos era o dominante na tradição gramatical pré-NGB e foi este que se naturalizou após a implementação da terminologia oficial. É, contudo, necessário ainda entender a proposta do gramático Cândido Jucá (Filho).

A consideração dos aspectos fonético e sintático no tratamento da colocação pronominal produziu o efeito de evidência da distinção entre a pronúncia do Brasil e a de Portugal, a qual se fez significar em quatro das sete gramáticas analisadas. Uma das primeiras questões que se colocou foi em relação à ocorrência do emprego da mesóclise, entendida como a interposição do pronome átono ao verbo.

Tais questionamentos, portanto, eram sentidos que já faziam parte do discurso gramatical pré-NGB e comparecem também em algumas gramáticas que analisamos. Segundo o Prof. Martinz Aguiar (AGUIAR *apud* Bechara, *idem*, pp. 402-403), citado por Bechara, a mesóclise era comum, em Portugal; mas rara, a não ser em textos oficiais ou literários, no Brasil. Na oralidade brasileira, esse tipo de emprego do pronome já não comparecia, senão em raras exceções.

Por isso, Cândido Jucá (Filho), observando a prática linguageira oral cotidiana e identificado a esses sentidos, propõe que o termo mesóclise passe a designar o uso do pronome oblíquo solto entre dois verbos, estrutura comum no português brasileiro desde antes daquela época. Porém, para tanto, seria necessário haver um deslocamento de sentidos e a consequente desidentificação dos sujeitos gramáticos em relação ao sentido de mesóclise legitimado pela tradição dominante até então.

A formação discursiva (FD) dominante instaurada após a NGB, uma vez que se sustenta e se sobrepõe à memória gramatical que a antecede, é caracterizada pela dispersão de sentidos e de sujeitos¹¹. Por isso, a identificação do sujeito

11 Embora o mesmo pudesse ser dito da memória gramatical que antecede a NGB, há uma diferença fundamental entre esta e a memória legitimada pela terminologia oficial. Naquela havia também dispersão de FDs, ao passo que nesta há apenas uma formação discursiva a

gramático se dá primeiro em relação a um saber emanado por uma dada posição discursiva para, em seguida, identificar-se à forma-sujeito¹² e, só então, à formação discursiva. Sendo assim, para que a proposta de Candido Jucá (Filho) fosse aceita, os sujeitos gramáticos deveriam desidentificar-se do sentido dominante até então e identificar-se ao outro sentido, o que não ocorreu principalmente porque, conforme podemos concluir a partir de Agustini (2004), a esta altura a língua nacional, a gramática e o Estado já estavam devidamente instituídos.

A NGB, por sua vez, ao simplesmente prescrever o emprego da palavra mesóclise, silencia essa discussão. Como dissemos anteriormente, a nomenclatura oficial mantém a tríplice divisão da sintaxe em: a) de concordância (nominal/verbal); b) de regência (nominal/verbal) e c) de colocação e, neste último item, acrescenta a seguinte nota:

Nota — Na colocação dos pronomes oblíquos átonos, adotem-se as denominações *próclise*, *mesóclise* e *ênclise* (CHEDIAK org., 1960, p. 257) [grifos meus].

Os gramáticos, responsáveis pela (res)significação do termo mesóclise, no período interpretativo, filiaram-no, como vimos, à tradição gramatical pré-NGB, mas, em vez de um deslocamento, houve a reprodução e a manutenção do sentido dominante anterior, silenciando-se, assim, o sentido proposto por Cândido Jucá (Filho).

Das gramáticas pós-NGB que analisamos, apenas na gramática de Kury encontramos, numa nota, traços de um sentido outro no que diz respeito aos tipos de colocação pronominal. Nas outras gramáticas, há a manutenção da ilusão de unidade dos sentidos, pelo menos no que tange à denominação dos tipos de colocação. A única tensão que podemos verificar diz respeito à atração vocabular, repudiada por uns gramáticos, empregada por outros.

Considerações finais.

Conforme procuramos demonstrar ao longo deste artigo, os sentidos não acolhidos pela NGB podem ser apagados, isto é, podem não comparecerem no

qual é caracterizada pela dispersão.

12 A forma-sujeito, conforme Pêcheux (*idem*), é o que permite que todo indivíduo humano, social, se torne agente de uma prática. Segundo este autor, citando Althusser, a forma-sujeito é, portanto, “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER *apud* Pêcheux, *idem*, p.183, nota 31).

corpo das gramáticas pós-NGB, como no caso do deslocamento propostos por Candido Jucá (Filho) em relação ao referente mesóclise em prol da manutenção da ilusão de unidade dos sentidos oficiais. Nesse caso, pode-se dizer que o sentido legitimado pela NGB alcançou o seu propósito: conseguiu criar a ilusão de unidade gramatical proposta pelo Estado. Entretanto, não podendo comparecer no lugar proposto por Cândido Jucá, os sentidos em relação à distinção da colocação pronominal realizada pelos portugueses e por nós, brasileiros, de acordo com a análise depreendida em nossa dissertação, se fazem significar de outras formas nas gramáticas pós-NGB.

Os sentidos censurados, embora impedidos de comparecer no corpo da gramática, também podem, como vimos, ser incorporados ao tratamento dispensado ao assunto, como no caso da consideração do aspecto fônico em relação à colocação dos pronomes, ou comparecerem à margem dos sentidos oficiais, sob a forma de notas e observações, como no caso da nota que comparece na gramática de Kury e na de Bechara, evidenciando, assim, o distanciamento do sujeito gramático em relação à posição-sujeito dominante instaurada pela FD pós-NGB.

Contudo, faz-se necessário dizer, ainda que atualmente haja posicionamentos que, baseados no argumento da ciência, se oponham à terminologia oficial, a “cinquentona NGB”¹³, devido as suas “vantagens” didáticas, vigora soberana até hoje. Nenhuma modificação foi feita ao projeto de 1959, embora haja, desde aquela época, muitas críticas direcionadas a ele.

Referências bibliográficas.

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa (curso único e completo)* – De acordo com a nova nomenclatura. 13ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1961.
- AGUSTINI, Carmem. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas, SP: Pontes, Fapesp, 2004.
- _____. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa (curso único e completo)*. 10ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1958.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. 1999. 77f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1999.
- _____. 50 palavras em 5. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.. (Org.). *Ideias*

13 Expressão utilizada pelo professor Dr. Luiz Ricardo Leitão no X FELIN-2009.

- linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Editora RG, 2010, v. , p. 19-32.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa (curso médio)* – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. 9ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- CHEIDIAK, Antonio José. Nomenclatura e língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. Separata de: Henriques (org), *Cadernos de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ – Especial 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Ano III – v. 1 – n.º 4. Reedição ampliada – Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. p 9-19.
- _____. (Org). *Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*. Diretoria do Ensino Secundário, 1960.
- COSTA, Thaís de Araujo da. Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo* (De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira). 7 ed. rev. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A., 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. Campinas, SP: Pontes, 1996. Separata de: Guimarães; Orlandi (org.). *Língua e Cidadania: o português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical* (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo). 2 ed. melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Agir editora, 1959.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da Língua Portuguesa (curso médio)*. 7 ed. Rio de Janeiro: F. Brigiet & Cia. Editores, 1962.
- _____. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 2 ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: F. Brigiet & Cia. Editores, 1958.
- MELO, Gladstone Chaves. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 2001.
- ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2001. Separata de: Orlandi (org) *História das Ideias Linguísticas: constituição*

- do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p . 21-38.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. 7ª edição – Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. *Língua Brasileira e outras histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- TORRES, Arthur de Almeida. *Moderna Gramática expositiva da Língua Portuguesa*. 17 ed. Editora fundo de cultura, 1965.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Identidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença*. Separata de: *Revista Organon*. V. 17. N° 35, 2003. p. 35-57.

TOPONOMÁSTICA E ANTROPONOMÁSTICA: PARADIGMAS E MÉTODOS

Márcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

marciaseda4@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo evidencia as diferenças de método e paradigma de dois ramos da Onomástica: a Toponomástica, focada nos nomes próprios de lugar, e a Antroponomástica, voltada aos nomes próprios de pessoa. Se bem ambos os tipos de nome próprio apresentem funções semelhantes, a revisão de literatura e pesquisas recentes apresentadas nesse artigo mostram que, no Brasil, enquanto os estudos toponímicos consideram o nome próprio como lema, os antroponímicos priorizam os usos do nome próprio e seu significado associativo.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica, Toponomástica, Antroponomástica.

ABSTRACT:

This paper evidences methodological and paradigmatic differences between two Onomastics branches: Toponomastics, focused on propial places names and Antroponomastics, devoted to personal names. Although both types of propial name have similar functions, literature review and recent research presented in these paper show that, in Brazil, while toponomics studies consider proprial names as lemma, antroponimics studies prioritize proprial names usages and it's associative meaning.

KEYWORDS: Onomastics, Toponomastics, Antroponomastics.

Introdução.

Segundo Thomas S. Kuhn (1978), quando determinado paradigma está vigente numa área dada do conhecimento, as concepções e os procedimentos metodológicos adotados pela teoria então prestigiada caracterizam determinada abordagem como “a ciência normal” cuja maior vantagem, é a de “(...)concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seria inimaginável (...)” (KUNH, 1978, p. 45). Enquanto o paradigma estiver em vigor, o avançar científico ocorre por acumulação de resultados obtidos por sua aplicação.

Quando surgem algumas anomalias nos resultados assim produzidos, ou elas são ignoradas, não sendo sequer publicadas ou, para serem devidamente explicadas, passam a funcionar como um quebra-cabeça cuja solução pode requerer adoção de procedimentos ou concepções transcendentais. Este novo fazer científico, por fim, acaba por transformar a anomalia em evidência comprobatória de um novo paradigma que tende a substituir o anterior.

A complexidade atual do fazer científico, contudo, ao invés de apontar para a substituição de paradigmas, indica a convivência de paradigmas diferentes ou até mesmo conflitantes, sem que algum deles tenha esgotado suas possibilidades de investigação.

Partindo do princípio de que a diversidade de enfoques com que os estudos linguísticos se deparam deve ser respeitada, são apresentados, ao longo deste artigo, o paradigma vigente em cada ramo dos estudos onomásticos, particularmente no Brasil, mas também utilizado em outros países. No caso dos estudos onomásticos, paradigmas diferentes são utilizados quer se trate de estudar os nomes próprios de lugares, objeto de estudo da Toponomástica, quer se trate do estudo dos nomes próprios de pessoas, objeto de estudo da Antroponomástica.

O estudo do nome próprio sempre fez parte dos objetos de estudo da Linguística e da Filosofia da Linguagem, tendo tido, também, lugar de destaque nos estudos Filológicos. Cada escola ou corrente de pensamento propõe sua visão particular acerca daquilo que define um nome próprio como tal, bem como a metodologia a ser empregada quando se trata de estudá-los.

No Brasil, conforme se evidencia na primeira seção deste artigo, os estudos toponímicos tendem a uma certa homogeneidade decorrente de a maioria das pesquisas almejar a elaboração de Atlas toponímicos e serem direta ou indiretamente influenciados pelas propostas teóricas e metodológicas de Dick. De fato, conforme demonstra-o Isquierdo, nos projetos institucionais dedicados

à elaboração de Atlas Toponímicos e, também, nos demais estudos realizados em Programas de Pós-Graduação em Letras, “o fio condutor comum é essencialmente constituído pelos parâmetros teóricos propostos pela pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.”¹ (ISQUERDO, 2012, p.22)

Os estudos antroponímicos, contudo são, ainda, incipientes. A segunda seção do artigo apresenta pesquisas recentes em Antroponômática que utilizam, para o estudo dos antropônimos, a Teoria da Relevância, abordagem cognitiva e pragmática para o estudo do processo interpretativo, da Neurolinguística e da distinção proposta por Lagendonk entre lema de nome próprio e função de nome próprio. Cumpre esclarecer que esta parte do artigo sintetiza, aprofunda e complementa investigações parciais apresentadas, recentemente, em eventos científicos (SEIDE 2012; SEIDE, SHULTZ, 2012) sendo aqui publicados os resultados finais dessas investigações.

1. Paradigmas e métodos adotados nos estudos toponímicos no Brasil.

No Brasil, os estudos onomásticos ganharam maior visibilidade a partir dos projetos de pesquisa desenvolvidos e divulgados pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick, da USP. Em suas pesquisas iniciais (DICK, 1992), levantou a pesquisadora várias questões concernentes à definição, ao estatuto e às funções do nome próprio.

Diferentemente dos nomes comuns, os *antroponimos* (nomes de pessoas) e os *topônimos* (nomes de lugar) são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Além disso, cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e, mais ainda, havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso e valores diferenciados para os recursos linguísticos à disposição do usuário. Sobre o estudo dos *antroponimos* e dos *topônimos*, a grande divulgadora da Onomástica entre nós e referência obrigatória na área, assim se posiciona:

[...] ambos os designativos ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que,

1 As citações a Isquerdo 2012, originalmente em língua francesa, foram traduzidas à língua portuguesa pela autora desse artigo

em certas circunstancias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras. (DICK, 1992, p.178)

O modo como Dick concebe e estuda os nomes próprios contrasta com aquele utilizado pelos Filósofos da Linguagem, os quais levam em consideração sua função referencial, isto é, o fato de o nome próprio ser utilizado para fazer referência a um indivíduo no mundo.

Levando em consideração o caráter humanístico e interdisciplinar de que se reveste a escolha do nome próprio, fruto que é da visão de mundo do denominador, a pesquisadora propôs a descrição, análise e categorização dos topônimos brasileiros para elaboração de Atlas Toponímicos, conforme objetivos de pesquisa descritivos, sistêmicos e estruturalistas, este viés de investigação fica patente na seguinte descrição dos fundamentos em que se baseia este tipo de pesquisa :

(...) na criação da grande maioria das designações de lugar, há um item lexical do vocabulário comum da língua alçado à categoria de nome próprio no ato de nomeação, os topônimos, em primeira instância, reúnem as características do léxico da língua a que pertencem e são, por consequência, sujeitos às mesmas regras que regem o sistema linguístico desta língua. Dito isto, no estudo desta categoria de nome, o ponto de partida é sempre o nível lexical (ISQUERDO, 2012, p.15)

As pesquisas realizadas por Dick, fomentadas ou que se filiam à tradição de pesquisa por ela iniciada utilizam procedimentos metodológicos característicos: a) coleta de dados documental em cartas elaboradas pelo IBGE, a qual, recentemente, tem sido complementada por entrevistas orais; b) análise quantitativa dos dados e c) análise qualitativa segundo um sistema de categorias que leva em consideração a etimologia dos nomes e a possível intenção que motivou a nomeação (DICK, 1992), sendo que os dados e as análises são registrados mediante preenchimento de fichas lexicográfica-toponímicas (ISQUERDO, 2012, p.27).

O Projeto “Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”, iniciado em 1989 e coordenado pela Profa. Dick objetiva reunir, analisar e categorizar os nomes de lugares visando a descrição do sistema toponímico daquele estado. Em 2004, haviam sido registrados aproximadamente 15 mil topônimos dos quais 4 mil de origem indígena¹. Este dado quantitativo é assim analisado, qualitativamente:

A recorrência aos nomes indígenas, neste trabalho, inseriu-se por uma questão de substrato étnico e como marcas linguísticas de estágios de culturas diferentes em presença (...). Essa toponímia é o traço diferenciador da nomenclatura brasileira frente à européia, principalmente a portuguesa ou ibérica sendo importante lembrar que os primeiros nomes da terra formaram-se à maneira lusitana (conforme expedições de reconhecimento); as denominações nativas foram se tornando presentes à medida que se firmavam os contatos e o conhecimento e aprendizagem da língua, como indica o Vocabulário na língua brasileira (1954). Datam dessa época histórica, portanto, os primeiros topônimos paralelos da onomástica do Brasil, como chamamos aos estratos de binomeação linguística (rio de São Francisco/Paraupada (...)) (DICK, 2004, p.127-128).

Também utilizando esta abordagem, Maria Cândida Seabra analisou os topônimos da Região do Carmo, em Minas Gerais, seguindo os seguintes procedimentos: levantamento dos topônimos da região mediante entrevistas orais, verificação sobre a presença ou ausência dos nomes informados entre os registrados em documentos escritos; descrição e análise dos dados. Uma vez que a pesquisa almejava relacionar o nome do lugar aos fatores socioculturais, históricos e ideológicos subjacentes ao processo que os produziu, Seabra classificou sua pesquisa como um “estudo sócio-lingüístico-cultural” (SEABRA, 2007, p.95).

Com base nos dados oriundos das entrevistas, foram coletados 210 topônimos. Elaborados e interpretados os gráficos indicaram uso predominante de nomes que remetem à natureza antro-po-cultural; dos antropotopônimos, a grande maioria era de origem portuguesa e homenageavam “os primeiros povoadores – bandeirantes, sertanistas, sesmeiros – possuidores de terras na região” (SEABRA, 2007, p.99).

Outro resultado enfatizado foi o fato de apenas 11% dos nomes terem sofrido alteração ou substituição, resultado relacionado ao isolamento geográfico da região e à forte ascendência portuguesa de seus habitantes que “permitiram a consolidação e sobrevivência da língua e cultura portuguesas em uma zona relativamente próxima à capital” (SEABRA, 2007, p.101).

Na região centro-oeste do Brasil, no estado de Tocantins (criado em 1988, quando foi desmembrado do estado do Mato Grosso), como parte do projeto o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) (iniciado em 2006 com término previsto para 2015), Karylleila dos Santos Andrade realizou estudos utilizando abordagens quantitativas e qualitativas (ANDRADE, 2010a, p.99). A análise de 114 cartas topográficas permitiu a formação de um *corpus* formado por 1.350 topônimos de origem indígena analisados do ponto de vista

etimológico com base nos estudos de Theodoro Sampaio sobre a língua Tupi (SAMPAIO, 1987).

Conforme verificou a pesquisadora, os topônimos mais frequentes são os de natureza física, fitotopônimos e zootopônimos. “Dos 60 municípios existentes antes da emancipação do estado, 15 eram nomeados com topônimos indígenas (...) O estado possui, atualmente, 139 municípios. Desse total, 71 são topônimos de origem indígena” (ANDRADE, 2010a, p.140). Cumpre informar, como produto deste projeto em desenvolvimento a publicação, em 2010, pela PUC de Goiás de um Atlas Toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins (ANDRADE, 2010 b).

Outra investigação, desenvolvida por Vitalina Maria Frosi, Carmem Maria Faggion e Giselle Olívia Mantovani Dal Corno em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul foca os hodônimos italianos dos distritos e municípios da chamada Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (RC1)². Também utiliza dados documentais, entrevistas e análises quanti-qualitativas de dados (FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010).

No centro urbano de Caxias do Sul, a análise de uma listagem com denominações da Prefeitura da cidade de julho de 2009 permitiu a identificação de 3.611 hodônimos, dos quais 62% (2.231) constituídos por nome de pessoa cujo sobrenome é italiano. Em Bento Gonçalves, conforme coleta realizada *in loco*, sendo, dos 870 hodônimos registrados, 17,47% de outras etnias e, 82,53% de etnia italiana. Em ambas as localidades, houve predomínio de nomes italianos masculinos: 84%, em Caxias do Sul e 75,98% em Bento Gonçalves.

Qualitativamente, a análise do processo histórico resultante da designação dos nomes que não fazem referência à etnia italiana, baseada em textos produzidos pela Assembléia Legislativa, revelou, entre 1930 e 1945, substituição de nomes italianos por nomes luso-brasileiros motivada por eventos históricos pontuais – proibição do uso do idioma italiano no decorrer da Segunda Guerra Mundial e políticos: os cargos políticos eram exercidos por pessoas de origem luso-brasileira as quais escolhia os nomes das grandes vias visando homenagear vultos históricos brasileiros.

Atualmente, informam as pesquisadoras, a escolha de nomes italianos ocorre ou por tentativa de recuperar as tradições culturais – como ocorre com a escolha de nomes de estabelecimentos comerciais em Bento Gonçalves – ou, no caso de hodônimos recentes de Caxias do Sul, “é atribuída à representatividade econômica de indústrias e estabelecimentos comerciais gerados e gerenciados por ítalo-descendentes” (FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010, p.165).

Como exemplos de projetos de pesquisa toponímica atualmente em

desenvolvimento no Brasil podem ser citados o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS) e o projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), o primeiro liderado por Aparecida Negri Isquerdo e o segundo por Maria Cândida Seabra, cujo intercâmbio e análise conjunta de resultados

objetiva oferecer uma visão geral da hidrotponímia das regiões selecionadas, buscando relacionar a hidrotponímia ao panorama hidrográfico regional. O estudo visa, ainda, a identificar padrões toponímicos comuns ente as regiões estudadas e a questão do provável continuum toponímico nessa faixa de fronteiras. (ISQUERDO, SEABRA 2010, p.85)

Como resultado de levantamento inicial de dados, ora em fase de revisão, o banco de dados do primeiro projeto conta com 6.667 topônimos e o do segundo, com 10.868 topônimos, disparidade numérica que está de acordo com as características demográficas e políticas de cada região. A partir destas análises quantitativas já foi feita uma análise qualitativa focando a hidrotponímia no Bolsão Sul-mato-grossense e no Triângulo Mineiro.

Na primeira região, os topônimos (314) utilizam, em sua maioria, (281) “base linguística” de Língua Portuguesa, havendo 19 ocorrências de base linguística tupi, 04 de língua guarani e 10 casos mistos (língua portuguesa e língua tupi). Do ponto de vista da frequência dos nomes, verificou-se correlação entre o acidente geográfico e o nome escolhido sendo mais produtivos, na região, em ordem decrescente: “Cabeceira”, “Água”, “Lagoa” e “Cachoeira”. Na segunda região, há 865 hidrotponônimos, destes, 79 de origem tupi e 786 de origem portuguesa. Também apontando convergência com suas características geográficas, foram mais frequentes os hidrotponônimos: Água, Córrego, Cachoeira e Lagoa. Enquanto os nomes em comum “apontam para um *continuum* toponímico nas duas regiões estudadas “(...) nota-se, (...) que (...) 02 hidrotponônimos diferenciam as duas regiões: Cabeceira (Bolsão) e Córrego (Triângulo)” (ISQUERDO, SEABRA 2010, p. 97).

Conforme mostra esta breve revisão de literatura em Toponomástica, é consensual a utilização de métodos quantitativos e quali-etimológicos na área. Em todos os casos, a pesquisa tem início pela fase de construção de bancos de dados coletados por via documental e/ou entrevistas semiestruturadas e se desenvolve mediante a metodologia e a fundamentação teórica propostas por Dick, abordagem assim sintetizada por Isquerdo:

O estudo linguístico do topônimo não pode deixar de ser feito desde a perspectiva filológica, etapa primeira para a análise étnico-dialetológica das designações dos espaços geográficos (...) a pesquisa da origem linguística subjacente à estrutura formal do topônimo e, por extensão, do sentido do item lexical na língua comum, é condição essencial para a análise do nome próprio de lugar (ISQUERDO, 2012, p.16).

2. Métodos e paradigmas adotados nos estudos antroponímicos.

No campo da Antroponomástica, também há pesquisas no viés quanti-qualitativo, como é o caso da pesquisa realizada por Yolanda Guilhermina López Franco sobre os nomes de batismo utilizados por moradores de Tlalnepantla de Baz, no México durante o período de um século: de 1901 a 2000, com base em amostragem de certidões de nascimento por década. Foram elaborados vários gráficos e tabelas mostrando quais foram os nomes mais frequentes. Os dados foram, então, analisados segundo a curva estatística dos dez mais utilizados em cada decênio, segundo a origem etimológica ou língua em que estava escrito, sendo que a pesquisadora também os analisou quanto à sua formação morfológica (LOPÉZ FRANCO, 2010).

Outro exemplo é a pesquisa realizada pela portuguesa Margarida Paes Leme que contabiliza as frequências de uso dos nomes próprios dos moradores da Casa Real Portuguesa nos reinados de D.João I (1406 – 1414) e de D.Afonso V (1462-1481) e classifica-os em pré-nome, patronímicos, alcunhas e sobrenomes enfatizando as diferenças encontradas nos padrões nominativos de cada *corpus* (LEME, 2011).

Em todas as pesquisas relatadas, as análises se guiaram por um critério etimológico, tendo sido considerada a origem do nome próprio como critério de categorização dos nomes. A adoção deste viés, tradicional nos estudos toponímicos, apresenta algumas limitações quando aplicado ao estudo do significado e do uso dos antropônimos por desconsiderar o processo enunciativo que resultou na atribuição de um nome do ponto de vista do designador. Quando se atenta para o ato designativo é preciso levar em consideração o conhecimento do designador a respeito do nome escolhido e suas motivações. Em raros casos, há, por parte do designador, conhecimento sobre o significado etimológico dos primeiros nomes, se bem seja comum haver algum conhecimento sobre a origem dos sobrenomes ou da comunidade na qual determinado primeiro nome é mais utilizado.

Em se tratando de antropônimos, deve-se levar em consideração a possibilidade de os sujeitos designadores conhecerem a proveniência do sobrenome, apenas. Neste caso, as pesquisas podem ser feitas levando-se em consideração apenas o étimo do sobrenome e não a etimologia dos pré-nomes, via de regra, ignorada pelos nomeadores.

Evidências neste sentido foram conseguidas mediante um ensaio analítico no qual um mesmo *corpus* foi analisado com e sem considerar a etimologia dos pré-nomes, primeiro todos os étimos foram considerados, depois outra análise foi feita apenas com base no étimo do sobrenome, sendo que em ambas foram feitas análise quantitativas. O *corpus* em questão foi constituído por nomes de pessoas homenageadas por nomes de rua no Município de Toledo iniciados pela letra “A”, segundo dados coletados por Cognese (2011).

Numa primeira abordagem, os nomes completos mais frequentes no *corpus* como um todo e por categoria, segundo a origem etimológica do sobrenome, foram analisados etimologicamente, tendo por base duas obras lexicográficas: a de Guérios (1981) e a de Oliver (2005):

SOBRENOME ITALIANO	SOBRENOME ALEMÃO	OUTROS SOBRENOMES	CORPUS TOTAL
Antonio 7,10%	Antonio 5%	Antonio 17%	Antonio 8,5%
Angelo 9,10%	Angelo zero	Angelo zero	Angelo 4,5%
Augusto 3%	Augusto 17 %	Augusto 4%	Augusto 5%
Alfredo 3%	Alfredo 5%	Alfredo 4%	Alfredo 2,5%
Angela 4%	Alsira 5 %	Alzira /Ana4%	Angela 3%
Amelia 3%	Amanda5%	Alvina /Rosa4%	Amelia 2%
99 pessoas	18 pessoas	24 pessoas	141 pessoas

Tabela 1: Nomes mais frequentes por porcentagem no *corpus* Ruas de Toledo

Numa segunda análise, foi considerada somente a etimologia dos sobrenomes. Os resultados parciais – por categoria— foram contrastados com aqueles obtidos via análise da totalidade do *corpus*. Por fim, uma análise contrastiva dos resultados foi elaborada de modo a fornecer evidências sobre a importância dos dados etimológicos para estudos antroponomásticos que levam em consideração o uso e a interpretação dos antropônimos numa comunidade dada.

Cruzando os dados sobre origem etimológica e frequência no *corpus*, surgem os resultados visualizados na tabela abaixo, a seguir comentados

Pré-nomes	Origens do étimo	Categoria de maior frequência
Antônio	italiano e luso-brasileiro	outros sobrenomes
Ângelo e Ângela	latino e italiano	sobrenome italiano
Augusto	latino e germânico	sobrenome alemão
Alzira	Árabe	sobrenome alemão
Rosa	latino e normando	outros sobrenomes
Alvina	latino e germânico	outros sobrenomes
Luiza Bertha Amanda	germânicos e latino	sobrenome alemão
Ana	hebraico e luso-brasileiro	outros sobrenomes
Amélia	germânico	sobrenome italiano

Tabela 2: Origem etimológica dos nomes mais freqüentes.

A análise etimológica mostra uma convergência relativa entre o sobrenome e os pré-nomes. Pré-nomes e sobrenomes de mesma origem etimológica ocorreram numa proporção de 1/3 para os nomes italianos e 1/2 para os nomes alemães. Entre os nomes da primeira categoria, há pré-nomes de étimo germânico. Entre os da segunda, de étimo árabe e italiano-luso-brasileiro.

São resultados cuja importância, contudo, pode ser questionada. Além de não ser possível saber se o étimo do nome foi levado em consideração quando de sua escolha pelo designador, parte considerável dos nomes (dois terços no primeiro caso e metade no segundo) não estão etimologicamente vinculados aos sobrenomes o que indica ser o critério etimológico, no mínimo, insuficiente para dar conta dos padrões designativos encontrados em cada categoria. Para tanto é necessário verificar se há nomes indicadores de uma relação identitária. Entende-se por relação identitária aquela em que um primeiro nome é utilizado exclusivamente por uma dada comunidade, motivo pelo qual serve de indício de que o portador do nome pertence a essa comunidade. Assim portar este nome significa ser identificado como parte da comunidade, como um sujeito igual àqueles que a ela pertence e diferente daqueles que se acham fora desta sociedade.

O *corpus* total indica *Antonio* como o mais frequente entre os nomes masculinos. Separando pela ascendência, percebe-se que ele é mais frequente entre aqueles que não têm ascendência italiana ou alemã. Este dado indica que, no universo estudado, este primeiro nome não indica uma relação identitária. O contrário ocorre com o nome *Ângelo*, segundo mais frequente entre os primeiros nomes masculinos entre homenageados de ascendência italiana e sem ocorrência nas demais ascendências. O nome *Augusto*, por sua vez,

indica ascendência alemã no universo dado ser quatro vezes mais frequente entre homenageados dessa ascendência. Entre os nomes femininos, o mais frequente, entre os de ascendência italiana, é *Angela* e *Amélia*, ausentes nas demais categorias. Entre os de ascendência alemã, o nome *Amanda* -- cujo nome de batistmo Amanda Luisa Bertha foi abreviado no nome de rua que a homenageia no qual apenas o primeiro nome e o último sobrenome são utilizados -- (COLOGNESE,2011,p.77) é estabelecedor de relações identitárias, por não estar presente nas demais categorias.

Comparando-se os resultados, percebe-se um caso de disparidade entre o critério etimológico e o distributivo (presença do nome numa categoria e ausência do mesmo nome nas demais categorias) no primeiro nome *Amélia*, cuja origem etimológica é germânica, mas, do ponto de vista quantitativo, no universo estudado, indica ascendência italiana. Quanto aos casos em que há convergência – *Ângelo* e *Ângela* na categoria de nomes italianos e *Augusto*, *Alfredo* e *Luisa Bertha Amanda* na categoria de nomes alemães – ela também foi apontada quando se levou em conta a etimologia dos pré-nomes.

Esta repetição de resultados sugere ser o critério etimológico desnecessário para a caracterização dos padrões designativos por categoria, uma vez ser suficiente a utilização do critério distributivo. Portanto, a conclusão a que se chega é a de ser suficiente a consideração da origem do sobrenome, não sendo preciso elaborar a análise etimológica do primeiro nome.

As diferenças encontradas entre as análises realizadas -- com e sem consideração da etimologia dos pré-nomes -- aponta, ainda, para diferentes modos de se investigar o nome próprio: como uma forma linguística atrelada a um étimo e como forma linguística atrelada ao uso. Para designar a primeira, Langendonck propõe o termo “lema de nome próprio” (*proprial lemma*) e, para o segundo, o termo “nome próprio”, ou melhor, uso em função de nome próprio (*individual use of proper name*) (2007, p.7).

Langendonck defende ser necessária a distinção entre o estudo dos nomes próprios enquanto parte de um *lexicon* onomástico cujos itens apresentam um significado etimológico, o qual costuma ser investigado por linguistas históricos e filólogos, e as pesquisas levadas a cabo por filósofos da linguagem os quais se centram nas funções peculiares aos nomes próprios conforme o uso. Como argumento para a necessidade desta distinção, o pesquisador cita e analisa usos de lema de nome próprio em que o nome próprio é usado em função de nome comum, possibilidade de conversão que além de evidenciar as diferenças entre forma e função, põe em relevo a função pragmática do uso contextualizado dos nomes próprios.

Para melhor entendimento de sua proposta, analisam-se, a seguir, alguns dos exemplos por ele examinados. O primeiro ilustra o uso de epítetos formados por lemas de nome próprio na frase *Zepelin inventou o zepelin*² (Langendonck, 2007, p.10). Nessa frase, enquanto a primeira ocorrência de Zepelin é de lema de nome próprio em função de nome próprio, a segunda é um nome comum, se bem funcione como um nome próprio genuíno em decorrência de ser um epíteto. Outros exemplos de transição incluem os abaixo listados (Langendonck, 2007, p.11).

:

- (1) João foi a uma reunião hoje.
- (2) O imperador Napoleão foi derrotado em Waterloo.
- (3) Você está falando de outro João.
- (4) Ele está se tornando um segundo Napoleão.

Nos dois primeiros exemplos, percebe-se que o lema nome próprio está sendo usado para fazer referência a entidades individuais, função típica dos nomes próprios. No terceiro, referência é feita a mais de um indivíduo com a função de caracterizar um deles como apresentando características típicas do outro, trata-se, pois de uma forma de nome próprio com função de nome comum, o mesmo ocorre no último exemplo: ser um segundo Napoleão é apresentar as características do primeiro. Interessante notar que uma categoria que parece não admitir a translação é a dos nomes de planeta cuja referência unívoca a uma entidade singular impede que sejam utilizados em outra função pragmática.

A partir desta distinção, Langendonck defende que os nomes em função de nome próprios sejam estudados conforme os pontos de vista sintático, morfológico, semântico e pragmático, incluindo, na dimensão semântica, o estudo do significado associativo do nome próprio, o qual inclui a relação identitária de certos nomes numa dada sociedade.

Outra dimensão a ser levada em conta no estudo dos antropônimos é a neurolinguística. Experimentos levados a cabo por pesquisadores desta área fornecem algumas evidências de como são processados os nomes próprios e as descrições definidas por indivíduos com graus variados de afasia. Por comparação com os casos patológicos, pode-se especular como as informações são processadas em indivíduos nos quais a faculdade da linguagem está íntegra. Se os nomes próprios se igualam às descrições definidas e aos pronomes pes-

2 Todos os exemplos de Langendonck, originalmente em língua inglesa, foram traduzidos à língua portuguesa pela autora desse artigo.

soais por fazerem referência a um indivíduo, espera-se que o processamento mental destas classes de palavras seja em grande parte semelhante, mas que alguma diferença seja verificada quando se comparam o funcionamento dos nomes próprios e o das descrições definidas. Por as últimas serem mais informativas, é plausível pensar que sejam processadas de modo mais complexo que as primeiras. A seguir, estas hipóteses são confrontadas com as pesquisas neurolinguísticas relatadas por Langendonck (2007, p.106-118).

Do ponto de vista da Neurolinguística, é interessante investigar como os nomes próprios são processados porque a comparação de seu processamento com aquele que ocorre para os nomes comuns possibilita que se saiba mais a respeito de como os nomes são recuperados pelos falantes em suas práticas discursivas, um processo cujo entendimento é fundamental para se tentar a recuperação da capacidade de linguagem de indivíduos cuja afasia compromete a capacidade de utilizar determinadas classes de palavras.

Segundo Coates, de partida, os neurolinguistas levam em consideração que as palavras que as pessoas avaliam como sendo nomes são recuperadas ou processadas mais rapidamente que as expressões estabelecedoras de referências descritivas (apud LANGENDONCK, 2007, p.107). Esta descoberta inicial, a princípio, parece indicar que as descrições definidas seriam processadas mais devagar que os nomes, cujo processamento seria o mesmo tanto para nomes próprios quanto para nomes comuns.

Conforme relato de Langendonck, “PC” é um homem de negócios, com grau superior completo que, após ter parte do hemisfério direito do cérebro danificado, passou a apresentar inabilidade para recuperar da memória qualquer tipo de nome próprio. Esta dissociação atingia todos os nomes próprios, exceto o seu próprio, o de seu país e um ou outro nome próprio homônimo a um nome comum, como é o caso do sobrenome Verdi. Quando testado, verificou-se que a habilidade de recuperar nomes comuns estava intacta e que seu distúrbio atingia exclusivamente a nomeação mediante nomes próprios sejam eles de pessoa, cidades países ou acidentes geográficos. Testada a memória de curto prazo para nomes de pessoas, não houve nenhum acerto, inclusive o nome do examinador foi esquecido pelo paciente dez vezes durante a seção.

Importante destacar que ele se mostrou capaz de associar com coerência e acerto as características atribuídas aos portadores dos nomes:

Quando apresentado a fotos de pessoas famosas, seu desempenho foi 0/20. Não obstante este resultado, ele foi capaz de fornecer uma boa quantidade de informação, dando, em todos os casos, detalhes corretos sobre as vidas das pessoas

(e.g., ‘Primeiro Ministro, ele é o primeiro socialista a ter esta posição em seu país ou ‘poeta muito famoso, considerado o pai de nossa literatura’’) (SEMENZA; ZETTIN, 1988 apud LANGENDONCK, 2007, p.109).

Como a capacidade de reter nomes comuns não foi alterada, nos casos em que o nome próprio era formado por um nome comum em função de nome próprio, o paciente conseguia recuperar o nome em questão mediante algumas dicas:

PC evidenciou um melhora notável quando solicitado a nomear várias pessoas famosas a partir de um epíteto homônimo ao nome delas. Por exemplo, uma das questões era: “Qual é o nome do compositor de Aida e Traviata? Seu nome nos lembra de uma cor” (Verdi significa “Verde[s]”). Contudo, em 4 de 8 casos, ele também precisou de uma pista fonética que consistia na primeira letra de um nome, estratégia que não ajudava em nada nos outros testes. (LANGENDONCK, 2007, p.109).

Para Langendonck, os resultados ora apresentados confirmam seu pressuposto de que os nomes próprios podem apresentar ou exibir algum significado associativo. Evidencia também a existência de dois processos diferentes: um pelo qual o nome próprio é recuperado conforme quem é seu portador e outro pelo qual ao portador são associadas as descrições definidas que o caracterizam. No caso desse paciente, estes dois módulos de informação se tornaram independentes e separados: o que relaciona nomes próprios e portadores está inacessível, mas não o que relaciona descrições definidas e portadores. Pode-se especular, então, que, em indivíduos normais, ambos os módulos estão pareados de modo a possibilitar um resgate automático destas informações.

Este paralelismo entre informação linguística e unidades de conhecimento de mundo, cumpre advertir, também existe para os nomes comuns, conforme mostra o desempenho deste mesmo paciente em testes com esta classe de palavras:

Na tarefa de nomear a partir de uma definição (e.g., Que meio de transporte em duas rodas?), o desempenho de PC foi, novamente, muito insuficiente para nomes de pessoas e nomes de lugar, porém impecável para substantivos indicadores de objetos inanimados, animais, frutas e vegetais, partes do corpo, cores e entidades abstratas, o mesmo ocorreu para adjetivos, verbos e alguns números. (LANGENDONCK, 2007, p.109).

Conforme se mostrará a seguir, o uso da Teoria da Relevância nos estudo onomástico privilegia a função de nome próprio, motivo pelo qual é a teoria que mais se aproxima do uso cotidiano dos antropônimos.

A teoria proposta por Sperber e Wilson na década de oitenta do século passado relaciona de uma maneira psicológica e empiricamente plausível conhecimento de mundo e conhecimento linguístico no decorrer do processo cognitivo responsável pela produção e interpretação de *inputs* em que se incluem enunciados escritos, orais, imagéticos e intermodais.

Conforme a Teoria da Relevância, quando o conteúdo de uma elocução é recuperado, isto se dá mediante os seguintes processos, não necessariamente sucessivos, podendo haver sobreposições: a) as palavras que as constituem são identificadas; b) os conceitos associados às palavras são recuperados; c) regras de dedução que se encontram associadas às suas entradas lógicas são aplicadas (SPERBER; WILSON, 2001, p.140).

Nessa teoria, os conceitos são definidos como objetos psicológicos de natureza abstrata localizados num endereço da memória, “um título sobre o qual podem ser armazenados e recuperados vários tipos de informação” (SPERBER; WILSON, 2001, p.144). Arquivadas nesse endereço estão três entradas distintas: a lógica, a lexical e a enciclopédica. A primeira consiste em regras de dedução, a segunda responde pelas informações gramaticais de uma palavra como gênero, número, fonemas que a compõe e algumas regras combinatórias e a terceira, mais interessante para o estudo dos nomes próprios, abarca tudo o que o indivíduo sabe “sobre a extensão e/ou denotação do conceito: isto é, sobre os objectos, acontecimentos e/ou propriedades que o representam” (SPERBER; WILSON, 2001, p.144).

Sobre a entrada enciclopédica, é importante ressaltar que se trata de uma classe aberta em contínua expansão, já que as vivências e as atividades discursivas e interpretativas nas quais o indivíduo se envolve sempre vão acrescentando informações novas: “não existe altura nenhuma em que se possa dizer que esteja completa uma entrada enciclopédica, não existe qualquer mínimo essencial com o qual se possa dizer que foi completamente dominado o conceito que lhe está associado” (SPERBER; WILSON, 2001, p.147).

Na Teoria da Relevância, nenhum conceito é estante, uma vez que os autores sempre procuram trabalhar com um número máximo de possibilidades. Wilson e Sperber contam com a possibilidade de, para um determinado indivíduo, uma entrada para certo contexto estar vazia ou incompleta:

(...) poderão existir conceitos que tenham entradas enciclopédicas e lógicas e que desempenhem um papel nos processos cognitivos, mas que não estejam lexicalizados e que, portanto, tenham uma entrada lexical vazia. Exemplificando: parece razoável supor-se que, correspondendo a conceito geral lexicalizado de “os militares” ou “as forças armadas”, tenhamos um conceito especial de um soldado/marinheiro/aviador, a que falta uma entrada lexical. (SPERBER; WILSON, 2001, p.153).

O caso de PC, o paciente italiano estudado por Semenza e Settin, encaixa-se perfeitamente na possibilidade descrita por Sperber e Wilson. O paciente conhece os portadores dos nomes próprios e correlaciona, acertadamente, as descrições definidas que podem ser atribuídas a cada portador, habilidades que indicam a existência e integridade das entradas enciclopédicas. Com relação às entradas lexicais, elas não foram preservadas o que se comprova, por exemplo, por sua incapacidade de lembrar o nome do examinador. Os conceitos existem, mas a ausência de entradas lexicais para eles impede que os nomes próprios sejam recuperados da memória. Contudo, quando o sobrenome é homônimo a um nome comum, a recuperação não é impossível uma vez que o conceito e todas as entradas relativas aos nomes comuns não sofreram dano, isto é, os endereços correspondentes aos nomes comuns foram totalmente preservados. Do ponto de vista aqui adotado, o fato de haver preservação dos nomes comuns, mas não dos nomes próprios é uma forte evidência de que eles não são acessados de modo idêntico, se bem os processos sejam, em grande parte, semelhantes.

Um exemplo não patológico de processamento do endereço relacionado ao portador e nome próprio presente numa elocução é fornecido pelos proponentes da Teoria da Relevância. Se bem todo o processo seja descrito em detalhe, informa-se somente a parte da análise relativa ao portador do nome próprio. O exemplo é constituído pelo diálogo abaixo:

(1) Maria: Aquilo que seu gostaria de comer esta noite era um ossobuco.

Pedro: Tive um dia esgotante. Estou cansado.

(SPERBER; WILSON, 2001, p.225).

A decodificação do enunciado de Pedro por Maria forma um contexto cognitivo inicial: “(a) O Pedro está cansado. (b) Se o Pedro está cansado, gostaria que a Maria fizesse o jantar. (c) O Pedro gostaria que a Maria fizesse o jantar.” (idem). Esse contexto inicial é ampliado mediante adição de outras informações conhecidas por Maria, entre elas, as seguintes: “Porção 1. Informações enciclopédicas sobre o Pedro, incluindo a suposição: Pedro é cirurgião (...) Porção 6. Informações enciclopédicas sobre cirurgia (SPERBER; WILSON, 2001, p.226).

Para melhor entendimento da análise, é preciso esclarecer que a ampliação do contexto inicial é feita com base no conhecimento de mundo do interpretante. Trata-se de informações que não costumam estar expressas, mas sim subentendidas, de modo que não é possível deduzi-las somente a partir do contexto inicial gerado com base na decodificação linguística. Ativadas estas informações, Maria pode dar continuidade ao diálogo e dizer:

(2) Maria: Se estás cansado, farei o jantar. (SPERBER; WILSON, 2001, p.226.)

Sua resposta indica que ela chegou à conclusão de que Pedro está impossibilitado de fazer o jantar. Para chegar até ela, Maria pode ter deduzido, a partir de seu conhecimento de mundo, que Pedro fez um implante coronário e, portanto, está exausto. Sendo assim, houve extensões adicionais do contexto: a porção 09 assim descrita: “Porção 9. As informações enciclopédicas sobre um implante coronário, incluindo a suposição: Fazer um implante coronário é esgotante” (SPERBER; WILSON, 2001, p.226).

Maria, ao dialogar com Pedro, ativou, em sua memória, as entradas enciclopédicas relativas a ele. Na entrada lexical consta o nome próprio Pedro e, na entrada enciclopédica, a informação de que o portador do nome é o cirurgião que costuma fazer implantes coronários. Imaginando que, no dia seguinte, Maria encontre uma amiga, Joana, e que ambas conheçam Pedro da mesma maneira, Maria pode relatar-lhe o ocorrido no jantar dizendo:

(3) Maria: Eu queria que Pedro fizesse o jantar, mas ele me disse que estava cansado, então, eu mesma o fiz.

O processamento da elocução de Maria por Joana, em algumas etapas, seria equivalente ao de Maria: seriam ativadas as mesmas porções de conhecimento enciclopédico. Os fonemas de forma do nome próprio “Pedro” são percebidos e decodificados. A partir do endereço assim formado, é acessada a entrada enciclopédica correspondente na qual está incluída a informação de que Pedro é cirurgião e de que seu trabalho é esgotante, dados necessários para que Joana entenda ou até preveja, desde o começo do enunciado de Maria, que Pedro não faria o jantar.

Conforme evidenciam os exemplos dados, a Teoria da Relevância mostra como conhecimento linguístico e de mundo estão relacionados no fazer interpretativo, relacionamento que explica, não só a origem e o funcionamento do significado associativo presente nos nomes próprios, mas também como eles são utilizados cotidianamente.

Considerações finais.

A aplicação da Teoria da Relevância, dos achados da Neurolinguística e da distinção entre lema de nome próprio e de função de nome próprio fundamentam estudos antroponímicos que pretendem dar conta do uso dos nomes próprios de pessoas na sociedade. O uso do critério distributivo para análise qualitativa dos dados, por sua vez, revela que relações identitárias são construídas no interior de uma comunidade, abrangendo o significado associativo dos nomes próprios de pessoa.

O paradigma que está emergindo na Antroponomástica difere daquele já tradicionalmente utilizado na Toponomástica na qual a fundamentação teórica, a taxonomia e a metodologia propostas por Dick é hegemônica. Neste ramo da Onomástica importa o estudo do nome próprio enquanto lema, sendo, portanto fundamental e imprescindível o estudo do étimo do topônimo.

Se bem a utilização de base documental e de análises quantitativas e qualitativas sejam pontos em comum, a disparidade entre os paradigmas adotados parecem indicar que Toponomástica e Antroponomástica se desenvolvem de modo independente não obstante a “aproximação, em termos funcionais, dos respectivos objetos de pesquisa”. (DICK, 1992, p.178).

Referências bibliográficas.

- ANDRADE, Karylleila dos Santos. “Projeto Atito: algumas considerações sobre o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantis”. In: *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. IV*. ISQUERDO, Aparecida Negri;
- FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). Campo Grande, MS/Porto Alegre /RS,: Editora UFMS / Editora UFRGS, 2010a, p. 133- 144.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas Toponímico de origem indígena do Estado de Tocantins – ATITO*. Goiânia: Ed, da PUC de Goiás, 2010b.
- COLOGNESE, Silvio Antonio. *Ruas de Toledo. Identidades que se cruzam*. Cascavel,PR: Edunioeste, 2011.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas, FFLCH/ USP, 3ª, ed, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira”. *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. II*. ISQUERDO,

- Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.) Campo Grande, Brasil, Editora UFMS, 2004, p.127.
- EPSTEIN, Isaac. “Thomas S.Kuhn: a cientificidade entendida como vigência de um paradigma”. In: *A Espistemologia: a cientificidade em questão*. OLIVEIRA, Alberto (org.). Campinas/ S P: Papyrus, 1990, p.103-130.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. “Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural” In: *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. V*. ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs). Campo Grande, MS, Brasil: Editora UFMS / UFRGS, 2010, p. 153- 170.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*.3 ed. ver.e aum. São Paulo:Ed.Ave Maria, 1981.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. *Cahiers de Lexicologie*.Dynamique de la recherche em lexicologie, lexicographie et terminologie au Brésil.POUPET, A.le B.; XATARA C. (eds), 2012/2 no.101,Paris:Classiques Garnier, p.15-36.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de . “Apontamentos sobre hidronímia e hidrotponímia na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais”. *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. V*. ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). Campo Grande/MS: Editora UFMS 2010, p.85
- KUNH, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectivas, 1978.
- LANGENDONCK, Willy Van. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- LEME, Margarida Paes. “Onomástica Cortesã no século XV: os moradores da casa real”. *Revista Signum. Cuiabá - MT: ABREM*,v.12, n.2, p.243-264, 2011.Disponível em em 16/01/2013.
- FRANCO LOPEZ, Yolanda Guillermina. *Un siglo de nombres de Pila em Tlalnepantla de Baz*. México, D.F.: Editorial Plaz y Valdes, 2010.
- OLIVIER, *Todos os nomes do mundo*.Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª.ed.Corrigida e aumentada.São Paulo:Ed.Nacional, 1987
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (orgs.) *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. III*. Campo Grande, Brasil, Editora UFMS /Associação Edtiorial Humanitas, 2007.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Porquê os nomes próprios de pessoas podem estabelecer relações identitárias. *I Seminário Internacional de Estudos da Linguagem*. Maio, 2012, Unioeste, Cascavel [comunicação oral].

SEIDE, Márcia Sipavicius; SCHULTZ, Benilde Socreppa. Linguagem, cognição e identidade: o estatuto dos nomes próprios. *XXVII Enanpoll*. Jul de 2012. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. [comunicação oral].

Recebido em 17 de janeiro de 2013.

Aceito em 4 de maio de 2013.

CONTRIBUIÇÕES DOS PRESSUPOSTOS GERATIVISTAS PARA A EDUCAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA

Junia Lorena da Silva
Universidade de Brasília
junialorena@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho pretende estabelecer uma aproximação entre pressupostos oriundos da Teoria Gerativista de Noam Chomsky (a partir de 1957) e conceitos a ela correlatos e o ensino de língua portuguesa e verificar de que forma tais pressupostos podem contribuir para um maior entendimento dos fenômenos linguísticos por parte dos professores. Para a análise das contribuições gerativistas, são analisadas as obras de Chomsky (1981, 2006), VanPatten (2003) e Kato (2005). A pesquisa busca ampliar o entendimento de docentes sobre vários fenômenos, por exemplo, diferenças entre fala e escrita, características da linguagem humana e o papel do *input* e do *output* para a aprendizagem da escrita.

PALAVRAS-CHAVE: teoria gerativa, ensino, língua materna.

ABSTRACT:

This work aims to establish a connection between assumptions from the Generative Theory by Noam Chomsky (from 1957) and concepts related to it and teaching of Portuguese and verify how such assumptions may contribute to a greater understanding of linguistic phenomena by teachers. To analyze the contributions generativists, analyzes the works of Chomsky (1981, 2006), VanPatten (2003) and Kato (2005). The research seeks to expand the understanding of teachers about various phenomena, eg, differences between speech and writing, features of human language and the role of input and output for the learning of writing.

KEY-WORDS: Generative theory, teaching, mother tongue.

Introdução.

O presente trabalho tem duplo objetivo: o primeiro é o de estabelecer uma aproximação entre pressupostos oriundos da Teoria Gerativista de Noam Chomsky (a partir de 1957) e conceitos a ela correlatos, e o ensino de língua portuguesa, verificando de que forma os pressupostos teóricos advindos dessa teoria podem contribuir para um maior entendimento dos fenômenos linguísticos por parte de professores. O segundo objetivo é o de verificar de que forma os pressupostos de tal teoria podem contribuir para um avanço em relação ao ensino de língua materna.

Em relação ao gerativismo, pode-se afirmar que as pesquisas dessa linha teórica têm avançado na área da pesquisa formal, no campo da neurolinguística, em pesquisas sobre aquisição de língua, entre outros, mas há poucas utilizações de seus pressupostos no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao ensino, pelo menos no Brasil. Como exemplos de publicações de autores que seguem a linha gerativista e educação linguística, podemos citar o artigo não publicado de Lobato (2003), intitulado *O que o professor da educação básica deve saber sobre linguística*, em que a autora apresenta incorreções descritivas presentes nas gramáticas tradicionais, que são conhecimentos bastante difundidos na linguística, além de apresentar algumas técnicas de ensino. Além dessa publicação, há a artigos como o de Salles (2005), e as obras publicadas de Luft (1998), *Língua e liberdade*, e a de Franchi (2006), *O que é mesmo gramática?*, entre outros.

O ineditismo dessa pesquisa se deve ao fato de apresentar de que forma pressupostos teóricos do gerativismo, tais como Aquisição de linguagem, Gramática Universal (doravante, GU), Input, Argumento da Pobreza de Estímulo e Período Crítico, podem ajudar a ampliar o entendimento de docentes sobre vários fenômenos, tais como as diferenças entre a fala e a escrita, aquisição de língua, princípios linguísticos, caracterização da linguagem humana, entendimento do papel dos dados de input e de *output* para a aprendizagem da escrita. Além disso, outra contribuição que a pesquisa pretende fazer é a de mostrar de que forma os pressupostos da teoria trazem novas questões para a discussão acerca da educação linguística.

Os pressupostos da teoria gerativista podem ser úteis, por exemplo, para a desmistificação de certas crenças sobre a forma de se abordar a língua materna e os conhecimentos dos alunos em sala de aula, pois, de acordo com essa teoria, o aluno inicia sua escolarização já com uma gramática adquirida, por meio de sua exposição a dados linguísticos. Dessa forma, o professor precisa estar ciente de que seus alunos já sabem português, falado, no mínimo, e que

precisam desenvolver suas habilidades em outra modalidade que é a escrita, dentro de normas da variedade padrão.

Neste trabalho, considera-se também que os saberes necessários à formação docente possuem natureza complexa, pois, segundo Tardif (2002), o saber profissional dos professores não constitui um corpo homogêneo de conhecimentos, mas se utiliza de uma ampla diversidade de conhecimentos e de vários tipos de competências. Assim, envolver conhecimentos didáticos, sociológicos, antropológicos e psicológicos é enriquecedor para a prática docente, no entanto, neste trabalho, apenas os abordaremos tangencialmente.

Como se poderá notar durante a execução da presente pesquisa, será usada a expressão “educação linguística”, em vez de ensino de língua portuguesa. Tal termo foi usado inicialmente por Travaglia (1998) e é definido, resumidamente, da seguinte forma: “a educação linguística trata de ensinar os recursos da língua e as instruções de sentido que cada tipo de recurso e cada recurso em particular é capaz de pôr em jogo na comunicação por meio de textos linguísticos” (Travaglia, 2007:26).

1. A epistemologia gerativa.

Noam Chomsky (a partir de 1950) postulou uma teoria embasada na cognição humana que ampliou o entendimento sobre a linguagem humana, pois relacionou as articulações mentais e experienciais à linguagem e defendeu a hipótese de que há, em cada ser humano, uma *Faculdade Inata de Linguagem*, ou seja, a linguagem adquirida por um indivíduo encontra-se pautada em um instinto humano que lhe é inerente, sendo parte da formação de sua espécie. Ao estado inicial da *Faculdade de Linguagem* é dado o nome de *Gramática Universal* (doravante, *GU*), que é, segundo Chomsky (1981), um conjunto de propriedades e condições que constitui o ‘estado inicial’ do indivíduo que aprende uma língua, ou seja, é a base sobre a qual a língua se desenvolve. Sob essa condição, o indivíduo possui, segundo Chomsky (1981), uma matriz biológica que fornece uma estrutura dentro da qual se dá o crescimento da linguagem. Segundo Chomsky (1981:175), pode-se encarar a GU como o próprio programa genético, ou seja, o que permite as línguas humanas possíveis.

Segundo o linguista, a criança possui um estado cognitivo muito rico para que seu desenvolvimento como um ser se dê, não só com vistas ao desenvolvimento da fala, como também da visão, da audição, das habilidades motoras, por exemplo. Sendo assim, se o indivíduo é capacitado com um estado cognitivo rico para obtenção de um sistema linguístico, sua *GU* (ou organização

linguístico-mental inata) está aberta para receber informações de qualquer língua por meio da exposição da criança a dados linguísticos. Esse contato, segundo Chomsky, ativa um mecanismo para a *Aquisição da Linguagem*.

A gramática universal é um sistema geneticamente determinado no estado inicial, e especificado, afinado, estruturado e refinado sob as condições estabelecidas pela experiência, formando as gramáticas específicas (...). Se encararmos desse modo a questão do crescimento da linguagem (“aprendizado da língua”), poderemos entender como é possível uma pessoa saber muito mais do que ela experimentou (Chomsky, 1981. p. 175).

Chomsky argumenta que um indivíduo pode produzir sentenças novas e totalmente diferentes das que ouviu. Este é o conceito de *criatividade*:

Para os cartesianos em geral, o “aspecto criativo” do uso comum da linguagem era a ilustração mais notável de nosso dom mais valioso. Ele tem por base principalmente a “maravilhosa invenção”, os mecanismos responsáveis pelo fornecimento da “infinitude de expressões” para expressar nossos pensamentos e para entender outras pessoas, embora se baseie em muito mais que isso (Chomsky, 2006. p. 59).

Chomsky defende que o estímulo recebido do ambiente não precisa ser regulado e monitorado, ou seja, a criança pode ser estimulada em excesso ou deficientemente, pode ouvir sentenças na modalidade padrão da sua língua ou na modalidade coloquial dela, porém, o resultado será que a *GU* usará quais forem os estímulos a fim de organizar o sistema linguístico em sua mente. Esse entendimento se resume no conceito *Argumento da Pobreza de Estímulo*, pois, segundo Chomsky (1970:35), a fala normal consta, em grande parte, de fragmentos, inícios interrompidos, misturas, e outras distorções das formas ideais.

Como é possível que toda criança consiga, tão cedo na vida, adquirir um sistema tão rico de um modo aparentemente involuntário, sem ser necessário um ensino explícito? E, o que é mais importante, o estudo preciso dos fragmentos do conhecimento adulto da linguagem evidenciou rapidamente a existência de situações de “pobreza de estímulo”: o conhecimento adulto da linguagem é, em larga medida, determinado de modo insuficiente pelos dados linguísticos normalmente disponíveis para a criança, que seriam compatíveis com inúmeras generalizações além daquelas para as quais os falantes convergem (Chomsky, 2006. p. 6).

Para Chomsky, o conhecimento de uma dada língua se desenvolve da seguinte forma:

(...) O conhecimento da gramática, e portanto o da linguagem, se desenvolve na criança através da interação de princípios geneticamente determinados e de um determinado curso de experiências. Referimo-nos a este processo, de modo informal, como ‘aprendizagem linguística’. (...) sob certos aspectos fundamentais, na verdade não aprendemos uma língua; o que ocorre é que a gramática se desenvolve (cresce) na mente (Chomsky, 1981. p. 103).

Outro conceito formador da teoria diz respeito ao *Período Crítico para Aquisição de uma Língua*. Chomsky considera que exista uma fase no desenvolvimento da criança em que esta reúne mais condições para que a aquisição se dê:

Quando o coração, ou o sistema visual, ou outros órgãos do corpo se desenvolvem até atingir a sua forma madura, falamos de crescimento e não de aprendizagem. Existem propriedades fundamentais que diferenciem o desenvolvimento dos órgãos físicos e da linguagem e que poderiam levar-nos a falar de crescimento, no primeiro caso, e de aprendizagem, no outro? Talvez existam, mas isso não é óbvio. Parece que em ambos os casos a estrutura final alcançada e sua integração em um complexo sistema de órgãos é em grande parte predeterminada pelo nosso programa genético, o qual fornece um esquema altamente restritivo que é acionado e articulado através da interação com o meio ambiente (embriótico ou pós-natal) (Chomsky, 1981. p. 103).

1.1. Considerações sobre a epistemologia gerativa.

Como se sabe, o objetivo da Teoria Gerativista não está relacionado aos processos de ensino, mas aos processos de aprendizado/aquisição de uma língua e à construção de uma teoria que possa explicar o que as diferentes línguas têm em comum e como explicar essas diferenças. No entanto, o conhecimento sobre conceitos formadores da teoria (tais como *Aquisição de linguagem*, *GU*, *Input*, *Argumento da Pobreza de Estímulo*, *Criatividade* e *Período Crítico para Aquisição*) é importante para professores de língua materna por oferecer subsídios teóricos básicos para o entendimento da natureza do conhecimento linguístico dos indivíduos que frequentam a escola. Em outras palavras, a teoria gerativa pode auxiliar os professores com a introdução do conceito de inatismo, já que é de suma importância que o professor considere que seu aluno, ao chegar à escola, já possui um conhecimento linguístico vasto sobre o sistema linguístico da fala.

A hipótese da *Aquisição de linguagem* pode oferecer subsídios para se entender de que maneira o aluno inicia seus conhecimentos sobre sua língua

materna, ou seja, o que ele sabe ou não, e como sabe. A hipótese da *GU* consegue reunir informações suficientes para que se entenda a capacidade mental dos indivíduos para a aquisição de sistemas linguísticos. A hipótese do *Input* responde aos questionamentos sobre o que é preciso se ter para que haja aquisição, e essa hipótese está intimamente relacionada à do *Argumento da Pobreza de Estímulo* que indica que tipo de input se deve oferecer em sala de aula para que haja eficácia na aquisição, assim como também responde como os indivíduos possuem uma capacidade mental inata para aquisição. Todas essas hipóteses estão relacionadas entre si e é difícil definir seus âmbitos de atuação na prática do professor. Por exemplo, a hipótese da *Criatividade* responde a perguntas relacionadas a como os aprendizes criam sentenças novas a partir de um estímulo pobre. Por fim, a hipótese do *Período Crítico para Aquisição* pode responder a indagações sobre a existência ou não de um período considerado adequado para a fase escolar.

A relevância de se adotar a *GU* para o professor é de, primeiramente, dotá-lo de uma teoria para embasar sua prática, tendo em vista que o conceito de *GU* amplia o entendimento do professor sobre o funcionamento mental das capacidades do aluno, bem como amplia suas maneiras de dar aula.

O entendimento de que o input é essencial para a aquisição norteia o professor para que suas aulas se direcionem a oferecer um estímulo linguístico tanto mais organizado e mais comprometido com a comunicação que o estímulo linguístico recebido no lar para aquisição da língua materna. Dessa forma, o professor pode delimitar bem seus objetivos a fim de proporcionar estímulos direcionados à aquisição da gramática da escrita.

2. A gramática do letrado (Kato, 2005).

Levando adiante a discussão sobre as contribuições da teoria gerativista e as questões relacionadas à gramática da língua materna na escola, o estudo de Kato (2005) é importante, pois apresenta uma discussão teórica sobre o conhecimento linguístico do letrado. Nesse trabalho a autora irá apresentar uma interessante discussão que leva em consideração o conceito de *GU* para a língua oral e para a gramática do falante escolarizado.

Para Kato (2005), a aquisição da gramática escrita no Brasil, diferentemente do que ocorre em Portugal, assemelha-se à aprendizagem de L2. Sendo assim, a autora se propõe a discutir uma forma de se caracterizar a gramática do letrado no português do Brasil investigando três hipóteses. A primeira hipótese afirma que o processo de letramento poderia recuperar o conhecimento

gramatical do indivíduo em alguma época passada do PB. A segunda hipótese afirma que o processo de letramento está ligado a convênios culturais com Portugal que privilegiam a unidade linguística e que pautam o saber no conhecimento linguístico do falante português. E a terceira hipótese, a que Kato (2005) defende, diz que o conhecimento linguístico brasileiro se define como algo distinto das outras duas hipóteses.

Com relação ao desenvolvimento do conhecimento da gramática da escrita, Kato (2005) defende que aprender a escrever, para a criança brasileira, é como aprender uma L2, pois:

(...) as duas aprendizagens são socialmente motivadas e não biologicamente determinadas; nos dois casos, o início da aprendizagem começa, em geral, depois da idade crítica para a aquisição; o processo, nos dois casos, é essencialmente consciente; em geral, o processo nas duas “aquisições” é vagaroso e não instantâneo; nos dois casos, há mais diferenças individuais (Kato, 2005. p. 6).

A autora questiona-se se as teorias sobre a aquisição de L2 podem oferecer alguma contribuição para o entendimento da gramática do letrado e, pensando assim, apresenta a literatura sobre a aquisição da gramática de L2 e suas hipóteses. A hipótese do não acesso à GU defende que, enquanto o aprendiz de L1 parte da GU e atinge a Língua-I por seleção dos valores dos Parâmetros, o aprendiz de uma L2 (com exceção do bilingue simultâneo ou quase simultâneo) não tem acesso à GU, nem direto, nem indireto, assim a aprendizagem se dá através de um mecanismo multifuncional. A segunda hipótese defende que a aquisição de L2, para quem já adquiriu plenamente uma L1, se dá via acesso indireto à GU, através da L1.

Assim, com relação ao desenvolvimento do conhecimento da escrita, Kato (2005) levanta duas hipóteses: nenhum acesso à GU, pois adquirir a fala é como desenvolver a capacidade de andar, um fenômeno biológico, e aprender a escrever é um fenômeno cultural; e a hipótese do acesso indireto à GU através da gramática da fala. A autora defende a tese da “aprendizagem” em L2 e em escrita e adota a tese da “aprendizagem” para L2 com base em evidências comportamentais e linguísticas de Meisel (1991).

Do ponto de vista comportamental, a aprendizagem de L2 é mais vagarosa, mais consciente e sensível à correção e a dados negativos. Do ponto de vista linguístico, as propriedades associadas a um único parâmetro não são necessariamente adquiridas juntas como em L1. Sua conclusão é de que a aprendizagem se dá por regras e não por Princípios e Parâmetros (Kato, 2005. p. 7).

Segundo Kato (2005), há evidências comportamentais na aprendizagem da escrita – erros de esquivas e hipercorreções – e evidências linguísticas, como o caso da “aprendizagem” dos clíticos, (ou seja, a criança que chega à escola já possui em sua gramática interna os parâmetros de uma língua de sujeito nulo), e a não aprendizagem, ou não refixação de parâmetros com relação ao movimento dos clíticos. Assim, ela conclui que a morfossintaxe aprendida na escola tem estatuto estilístico e não gramatical.

Kato (2005) afirma que os parâmetros vêm sofrendo modificações, sendo a tendência hoje a de identificá-los como propriedades da morfologia das categorias funcionais, como dito anteriormente. Segundo a autora, o Português Brasileiro (doravante, PB), até meados do século XIX, caracterizava-se como uma língua típica de Sujeito Nulo (doravante, SN), evitando pronomes (*øfalo inglês; João disse que ø fala inglês*)¹. Porém, Kato demonstra que o PB teve sua flexão de concordância enfraquecida com a entrada do *você* e a perda do *tu* no paradigma flexional. Dessa forma, o parâmetro do SN define um subtipo de línguas que têm seu sujeito em sua flexão de concordância, dispensando a realização do sujeito pronominal. A autora afirma que uma língua de SN caracteriza-se pela inversão do sujeito/predicado (*Chegaram as cartas; Comprou um carro novo o João*) e pelo movimento longo do clítico (*O Pedro não me vai convidar*), porém, dado o empobrecimento da flexão, a criança brasileira que chega à escola apresenta, em sua gramática, exatamente as propriedades contrárias às de uma língua de SN, tais como: a) sujeitos referenciais preenchidos (*Euquelu; O papai_i disse que ele_i vem*); ausência de concordância com sujeito posposto (*Chegou os ovos*); clíticos com movimento curto (*A mamãe não vai me levar; Ninguém tinha se machucado*); e objetos nulos referenciais (*Eu encontrei ø_i na rua; Eu quero ø_i*).

Sobre a forma do conhecimento do letrado brasileiro, a autora afirma que, no processo do letramento, a escola procura recuperar as perdas linguísticas, uma vez que as inovações são apropriadas para a fala, mas não para a escrita, e verificou que a escola, na verdade, recupera quantitativamente os clíticos do século XVII, mas a posição do clítico é a inovadora e que, embora a escola procure recuperar a gramática do passado, consegue simulá-la apenas parcialmente. Assim, conclui que a gramática do letrado brasileiro, com base no estudo dos clíticos, não corresponde nem a uma gramática de um falante letrado do passado nem à de um letrado português.

Kato (2005) defende a tese do acesso indireto à GU na L2 e na escrita

1 Dados de Duarte (1993, 1995).

com base no trabalho de Hershensohn (2000) que afirma que os aprendizes adquirem categorias funcionais que não existem na sua L1, e que não existe nenhuma gramática intermediária que seja totalmente estranha aos princípios da GU. Assim, Hershensohn, os aprendizes exibem conhecimentos que extrapolam o “input”. Segundo Kato (2005), Hershensohn (2000) reconhece que as propriedades paramétricas relacionadas a um mesmo parâmetro não aparecem de forma simultânea na aquisição de L2, então Kato afirma que o surgimento do conjunto de propriedades de forma instantânea é característico da aquisição de L1, mas não da aquisição de L2. Esse fato, porém, não significa, para Hershensohn (2000), que os aprendizes de L2 não acessem a GU. Kato (2005), pensando em uma defesa de acesso à GU na escrita, diz, como Hershensohn (2000), que a escrita é restrita pelos mesmos Princípios da GU, faz uso das mesmas categorias e funções, e as opções gramaticais nelas presentes são previstas pelos Parâmetros da GU.

Assim, Kato (2005), partindo do pressuposto de que há acesso à GU, passa a investigar como este se dá. Inicialmente admite que a segunda gramática, seja a da L2 ou da escrita, é restrita pelos Princípios e Parâmetros da GU, através do conhecimento da L1, ou da gramática da fala. Sobre esse assunto, investiga duas teorias. A primeira é a de Roeper (2000) que trata do bilinguismo universal e a segunda é a proposta de Silva-Corvalán (1986) sobre as propriedades gramaticais e periféricas das línguas semelhantes à L1.

Para Roeper (2000), todo falante é potencialmente bilíngue, isto é, tem condições de ter os parâmetros selecionados nos dois valores. O bilíngue “*stricto sensu*” seria aquele que mantém G1 e G2 como gramáticas nucleares distintas, até a idade adulta. A ideia mais forte de Roeper (2000) é a do bilíngue latente. Nesta, dos valores de um parâmetro, um é o *default*, que ele chama de “*Minimal Default Grammar*” (MDG), definida como a mais econômica.

Essa ideia não é nova entre os psicolinguistas trabalhando em aquisição de L1, mas para estes, se a língua meta não se conforma com esse valor inicial, o parâmetro é re-fixado. Para Roeper, a MDG, mesmo depois de descartada, permanece latente no conhecimento do indivíduo, podendo ser ativada numa situação de aquisição de uma nova gramática: Língua-I = (G1) & G2 (Kato, 2005. p. 8).

A proposta de Roeper (2000), segundo Kato (2005), pode ser interpretada não só como uma hipótese de acesso total, como também de acesso indireto à GU, através da periferia marcada.

Ao contrário do bilingue “*stricto sensu*”, Roeper considera a situação de um bilinguismo em nível desigual, com G1 na gramática nuclear e G2 na periferia marcada. Essa periferia marcada pode se manifestar por conjuntos lexicais marcados, isto é, itens que não se comportam como os demais em relação a um valor do parâmetro selecionado na gramática nuclear, ou ainda por uma mini-gramática selecionada por gênero, também distinta da gramática nuclear (Kato, 2005. p. 8).

Roeper (2000) conclui, segundo Kato (2005), que a GU é totalmente acessível, não só para projetar novas L2, mas também dentro de uma dada língua, para criar ilhas de variação gramatical, provendo o falante com nuances expressivas.

A segunda é a proposta de Silva-Corvalán (1986) que, segundo Kato, é interessante para a hipótese do acesso indireto, especialmente para a aquisição de línguas que apresentam semelhanças com a L1, como é o caso da aquisição da escrita. Corvalán (1986) propõe que a aquisição de L2 se dá quando uma propriedade gramatical periférica da L1 é aprendida como tendo o estatuto de uma propriedade nuclear na gramática da L2. Assim, a G2 do letrado, antes caracterizada por propriedades periféricas, passa a ter o estatuto de propriedades nucleares.

Assim, em resumo, para se delimitar o estatuto da gramática da fala e da “gramática” da escrita na mente do falante, Kato (2005) considera duas hipóteses para a aquisição de uma “segunda gramática”: a) o falante letrado tem duas gramáticas nucleares, como um bilingue ‘*stricto sensu*’ tardio, seja a segunda gramática adquirida via a MDG, na concepção de acesso total de Roeper, ou via a permeabilidade das gramáticas, na concepção de acesso indireto de Silva-Corvalán; e b) o falante letrado é um bilingue desigual que tem, em sua Língua-I, uma periferia marcada maior do que a dos não letrados.

Kato (2005) afirma que o termo “desigual” não é de Roeper, mas que ela se utilizou desse termo para esse tipo particular de bilinguismo que faz alternância de código (*code-switching*) entre a G1 da gramática nuclear e a G2 na periferia marcada. Kato (2005) afirma, contudo, que a G2, em sua concepção, não tem a mesma natureza da G1, sendo constituída de fragmentos superficiais de uma gramática constituída pela fixação de parâmetros. Assim, ao invés de ser constituída pelo parâmetro do SN, e suas subpropriedades, a G2 seleciona apenas a omissão do sujeito diferentemente dos portugueses ou do falante do século XIX. Para Kato (2005), a “G2” é constituída, não por seleção paramétrica, mas por “regras estilísticas”, selecionadas arbitrariamente de gramáticas passadas ou emprestadas da gramática portuguesa.

Kato (2005), ao mostrar as semelhanças entre aquisição de L2 e aprendizagem da escrita (e a natureza de suas regularidades e arbitrariedades, muito diferentes do que se vê em um bilíngue *stricto sensu* tardio), concluiu que a hipótese de Roeper (2000) responde mais pelo conhecimento resultante de L2 enquanto a hipótese de Silva-Corvalán (1986) espelha melhor o tipo de conhecimento do letrado.

A proposta de Kato (2005) se resume na citação abaixo:

As gramáticas nucleares ficam restritas ao conhecimento acessível a qualquer ser humano, enquanto tudo o que nos diferencia se encontra nessa periferia que expande nossa Língua-I. Embora o que constitui a “G2” tenha a natureza de “regras estilísticas”, o fato de elas serem selecionadas de um acervo de construções originárias da GU, seja da gramática do falante do século XIX, seja do falante português, faz delas um subproduto da nossa GU (Kato, 2005. p. 9).

2.1. Considerações sobre a leitura de Kato (2005).

A autora mostra semelhanças entre aquisição de L2 e aprendizagem da escrita e a natureza de suas regularidades e arbitrariedades. Ela defende que, no Brasil, adquirir a gramática da escrita apenas se assemelha à aprendizagem de uma L2, mas não são a mesma coisa. Para isso, a autora se baseia em uma hipótese coerente e bem articulada de Chomsky (1981⁽²⁾; 1986) que considera a existência de uma periferia marcada onde pode haver valores paramétricos até opostos ao da língua nuclear. Em outras palavras, essa hipótese representa um avanço para o entendimento das diferenças entre a fala e a escrita atualmente, mas é preciso considerar que, na exposição de Kato (2005), seria preciso haver mais informações sobre a natureza dessa periferia marcada no sentido de se delimitar melhor suas características, regularidades ou irregularidades, se houvesse.

A autora constrói sua hipótese com base em dados linguísticos para afirmar que a gramática do letrado brasileiro, no que diz respeito a clíticos, não corresponde nem a uma gramática de um falante letrado do passado, nem à de um letrado português, e que o aprendizado da escrita para a criança brasileira é, em certo sentido, semelhante ao aprendizado de L2, pois a escrita trazida pela escolarização é, em alguns aspectos, desvinculada de certos conhecimentos linguísticos que o aluno já tem, ou seja, a escola tenta recuperar as perdas linguísticas por que sofre a fala, mas, segundo Kato (2005), consegue simular a gramática do passado apenas parcialmente.

O papel da hipótese da periferia marcada é essencial em seu trabalho, pois

é responsável por explicar um tipo de bilinguismo que faz alternância de código entre a G1 da gramática nuclear e a G2 na periferia marcada. Kato (2005) afirma que a G2 não tem a mesma natureza da G1. Para a autora, a G2 é constituída, não por seleção paramétrica, mas por regras estilísticas, selecionadas arbitrariamente de gramáticas passadas ou emprestadas da gramática portuguesa. Ainda assim, essas regras são consideradas, por ela, um subproduto da GU.

Este trabalho de Kato (2005) abordou conceitos fundamentais para a investigação de questões relacionadas à aquisição linguística. Sua proposta permeará toda essa dissertação, pois o conceito de gramática nuclear, periferia marcada e Língua-I são basilares para a discussão de qualquer teoria da aquisição.

3. A importância do *input* e do *output* (VanPatten, 2003).

Ainda com relação à discussão sobre as contribuições gerativistas relacionadas à gramática da língua materna na escola, o estudo de VanPatten (2003) apresenta três componentes que, segundo ele, são fundamentais para a Aquisição de Segunda Língua (doravante, ASL): *input*, desenvolvimento do sistema e *output*. O autor aborda, em sua obra, os processos internos da aquisição e suas relações com os produtos da aquisição, pois, segundo ele, esses afetam como os aprendizes desenvolvem um sistema linguístico. Sua proposta é interessante porque busca responder como os aprendizes criam um sistema linguístico que subjaz o uso linguístico.

Segundo VanPatten (2003), os pesquisadores em ASL estudam o aprendizado, e não o ensino e, com isso, crianças, a despeito do status socioeconômico ou da posição geográfica, evidenciam semelhantes padrões de erros e desenvolvimento em sua L1. Sendo assim, a aquisição de L1 foi tida como uma interseção de dois importantes fatores: mecanismos internos inatos das crianças e dados linguísticos aos quais são expostas a cada interação: o *input*. Para ele, a aquisição de L2 possui características frequentes, seja dentro ou fora da sala de aula, seja entre a oralidade e a escrita, seja entre língua estrangeira e língua materna, e envolve a criação de um sistema linguístico implícito, inconsciente, ainda que haja conhecimento explícito.

E assim como falantes nativos fazem, aprendizes de L2 armazenam as informações explícitas aprendidas separadamente do seu sistema implícito. (É possível que falantes de L1 e falantes de L2 possam vir a obter essas regras em seus sistemas implícitos, mas (...) a regra aprendida não se torna implícita com a 'prática') (VanPatten, 2003. p. 13)².

2 Todas as citações de VanPatten (2003) foram traduzidas por mim.

Para o autor, a ASL é complexa e consiste em diferentes processos: a) processamento de entrada – *input* (como os aprendizes dão sentido à linguagem que ouvem e como eles tiram um dado linguístico disso); b) acomodação (como os aprendizes realmente incorporam uma forma gramatical ou estrutura dentro de uma imagem mental da língua que estão criando); c) reestruturação (como a incorporação de uma forma ou uma estrutura pode fazer com que outras mudem sem que o aprendiz saiba); e d) processamento de saída – *output* (como os aprendizes adquirem a habilidade de fazer uso de um conhecimento implícito que estão adquirindo para produzir sentenças).

O autor, ao explicitar como se dá a aprendizagem, afirma que a realização final em L2 não tem relação com instrução, já que a aquisição de habilidades é diferente de criação de um sistema implícito. Em outras palavras, para o autor, o aumento da fluência de um aprendiz em termos de sintaxe e traços gramaticais depende do sistema implícito, mas o fato de ele ser hábil a produzir alguma coisa não necessariamente significa que ele tenha um sistema implícito, pois pode usar algum tipo de conhecimento explícito para produzir a sentença e pode desenvolver uma habilidade com aquele conhecimento explícito.

Ele afirma que a descoberta do papel do *input* alterou completamente como os escolares conceituavam a aquisição linguística.

Input é a língua que o aprendiz ouve (ou lê) que tem algum tipo de propósito comunicativo. Por propósito comunicativo nós queremos dizer que há uma mensagem na língua a que o aprendiz deve se atentar; seu trabalho é entender essa mensagem, compreender o significado do enunciado ou sentença (VanPatten, 2003. p. 25-6).

Para VanPatten, aprendizes de L2 recebem *input* assim como aprendizes de L1, pois se o aprendiz estiver tentando compreender alguma coisa em L2, está obtendo *input* que serve de base para a aquisição e, como o aprendiz está ávido pelo significado, ele está fazendo conexões entre o significado e como ele é codificado. Por essa razão, diz-se que a aquisição ocorre como um produto da compreensão. O autor deixa claro que *input* para aquisição não é informação sobre a língua, não é aprender uma regra, e não é preenchimento de exercício para praticar formas verbais. O autor ressalta que, em contextos de sala de aula, *input* escrito pode servir como *input* linguístico também, mas as conexões entre leitura e o desenvolvimento de um sistema linguístico implícito precisam ainda ser exploradas em cada detalhe.

VanPatten conclui que os aprendizes obtêm dados linguísticos do *input*

a partir do ‘processamento de *input*’, que consiste em conexão (entre forma e significado) e em análise. A conexão une significados particulares a formas particulares como, por exemplo, a conexão entre forma e significado, e a análise mapeia a estrutura sintática para a expressão. Segundo ele, a interação facilita o processamento do *input*, podendo os integrantes do diálogo modificar o *input*, simplificando-o com o uso de sentenças curtas, adicionando pausas, usando um vocabulário mais conhecido ou comum, repetindo alguma coisa já dita, etc.

Para o autor, o sistema linguístico existe a despeito de nossa consciência. Sendo assim, o aprendiz experiencia esse processo (inconscientemente, é claro). Segundo ele, a ASL se refere a algo que está em progressão, evolução e mudança, sendo composta de complexidade, unicidade, diversidade e do propósito comum da comunicação.

A linguagem do sistema de desenvolvimento do aprendiz consiste em uma variedade de componentes linguísticos que interagem de forma complexa (...): o léxico (palavras), fonologia (o sistema sonoro), morfologia (como as palavras são formadas), sintaxe (regras que regem a estrutura da sentença) (...) (VanPatten, 2003. p. 44).

VanPatten (2003) propõe que o sistema possui três componentes fundamentais: uma rede de associações, um componente sintático que consiste em regras, e um conjunto de competências relacionadas ao uso da língua. Então, segundo ele, os aprendizes de L2 criam sistemas similares, ou seja, as palavras em L2 são conectadas com base em um relacionamento semântico, lexical e formal, porém isto não significa que uma rede L1 e uma rede L2 sejam iguais; significa que nativos e não nativos criam essas redes baseados nos mesmos processos de aprendizagem.

Segundo o autor, aprendizes de L2 podem fazer julgamentos sobre sentenças que eles possivelmente não aprenderam, praticaram, ou ouviram do *input*, e podem frequentemente indicar o que é possível em uma língua. Pois, para ele, ter conhecimento de uma língua também envolve ter competência pragmática e competência sociolinguística, assim como o conhecimento lexical que continua se desenvolvendo durante a fase adulta. O autor afirma que aprendizes de L2 precisam de muita exposição a diferentes contextos para aprender como a língua é usada e que aprendizes de L1 podem precisar que lhes digam que algo que disseram é inapropriado.

O processamento do input é o estágio inicial da acomodação. Formas e significado precisam ser durante a compreensão candidatas para acomodação dentro da rede. A frequência de sua aparição no input também ajuda a determinar quão rápidas as conexões podem ser feitas e quão fortes serão (VanPatten, 2003. p. 53).

Sem input, não há aquisição, e input significa somente um tipo de input (...). Então, na melhor das hipóteses, o conhecimento explícito pode desempenhar somente o papel de apoio e auxiliar. No papel de apoio, pode ajudar os aprendizes a processar melhor o input (VanPatten, 2003. p. 58).

(...) o sistema implícito é construído por exposição e por processamento do input e a subsequente acomodação dos traços formais que participaram daquele input. Reestruturação pode acontecer quando certas formas ou estruturas entram no sistema. Conhecimento explícito não é input (...) (VanPatten, 2003. p. 59).

O autor expõe que a marca da aquisição de língua materna é a fala e que diferentes processos estão envolvidos neste produto da aquisição. Assim, segundo ele, *output* é a língua que um aprendiz produz para expressar algum tipo de significado. (O autor afirma que há também algo como *output* escrito, mas não trata a escrita e a redação neste livro). Segundo o autor, ao menos dois processos estão envolvidos no processamento de *output*: acesso e produção de estratégias. O acesso, para ele, refere-se à ativação de itens lexicais e formas gramaticais necessárias para expressar significados particulares. Segundo o autor, falantes de L1 têm um conjunto de estratégias, e somente um. Aprendizes de L2, no entanto, têm acesso a dois conjuntos diferentes. O autor defende que a formação do escolarizado consiste nas estratégias de produção em L1 e nas estratégias apropriadas em L2, e que os procedimentos atuais que subjazem a produção em L1 e L2 são provavelmente os mesmos. O aprendiz de L2, segundo ele, reconstrói os procedimentos com as regras apropriadas da L2 e restrições.

Aprendizes de L2 usam estratégias de produção baseadas na L1 quando eles não construíram as estratégias apropriadas em L2 e já precisam se comunicar além de suas habilidades correntes em L2. (...) O resultado, como muitos de nós sabemos, é algo que soa como L2, mas tem a estrutura de L1. (...) Diferentemente das crianças que são permitidas balbuciar, falar com frases de uma ou duas palavras, e assim por diante, aprendizes iniciantes de L2 são frequentemente forçados (...) a falar frases e enunciados longos. A pressão comunicativa (...) faz com que o output seja como é (VanPatten, 2003. p. 63).

Segundo o autor, as estratégias de produção baseadas na L2 se desenvolvem com o tempo e seguem uma ordem hierárquica, e propõe que haja um relacionamento simbiótico entre o crescimento do sistema de desenvolvimento e a emergência dos procedimentos de produção nos aprendizes.

Primeiro, os aprendizes geram uma mensagem ou pensamento. O acesso às formas apropriadas e aos itens lexicais é então ativado. Essas formas e itens lexicais são acessados e procedimentos de produção (baseados em L1 ou em L2, possivelmente uma mistura desses algumas vezes) são ativados para pôr os itens juntos de uma forma serial (VanPatten, 2003. p. 66-7).

Assim, resume o papel do *output* na criação do sistema linguístico do aprendiz:

A maioria das pessoas acredita que a maneira que se aprende regras é praticando-as – e que este tipo de prática precisa ser a prática de *output*. Assim como temos visto, no entanto, o sistema de desenvolvimento se constrói como um resultado do engajamento do aprendiz com o *input* (com outros fatores internos) (VanPatten, 2003. p. 67).

Para VanPatten (2003), o *output* leva o aluno a ter consciência de que precisa de uma forma ou estrutura, já que há monitoramento em L2, assim como em L1. A diferença, segundo ele, é que, no monitoramento em L1, nós estamos confiando em um sistema inconsciente e implícito para monitorar. Aprendizes de L2, de outra forma, podem contar com o conhecimento explícito (consciente) para monitorar seu *output*. Aprendizes somente podem monitorar se eles sabem a regra; isto é, a regra precisa existir, ou no sistema implícito, ou no conhecimento explícito.

Automatização implica (...) que alguém faz alguma coisa com pouco ou nenhum esforço, sem pensar sobre isso. É importante observar que a prática não significa prática consciente como preencher espaços vazios com verbos. Prática aqui significa prática em ideias comunicativas, isto é, falando sobre coisas reais. (...) Nós primeiro aprendemos regras; nós as praticamos; e então nós ganhamos controle expressivo sobre elas em nosso *output* (VanPatten, 2003. p. 73-4).

O autor verificou que a primeira língua não parece afetar a ordem da aquisição, e que não importa qual era a primeira língua, todos os aprendizes atravessaram os mesmos estágios (processamento de *input*, acomodação, re-

estruturação e processamento de *output*). E VanPatten (2003), com relação ao embasamento do aprendiz nos procedimentos de processamento de L1 para fazer *output* em L2, afirma:

Alguns acreditam que somente partes do sistema são transferidas. Outros acreditam que nada se transfere no começo mas que a transferência pode ser desencadeada pelos processos de aquisição; isto é, enquanto aprendemos uma estrutura particular, aprendizes podem criar um estágio que se assemelha a uma estrutura em sua L1 (VanPatten, 2003. p. 78).

O autor aceita que a transferência exista, mas que é preciso delimitá-la e distinguir entre a transferência de sistemas e a transferência de processos ou procedimentos. E, ao falar do uso de L1 em sala de aula, ele defende que o *output* dos aprendizes não conduz diretamente à aquisição do sistema implícito, ainda que contribua para o desenvolvimento de uma habilidade.

VanPatten afirma que a aquisição de L1 e L2 são semelhantes quando se considera que ambas requerem um *input* comunicativo; ambas exibem ordens de aquisição e estágios de desenvolvimento; exibem crescimento de enunciados de uma palavra para frases e sentenças; parecem resistentes à manipulação externa e, essencialmente, seguem seus próprios cursos de desenvolvimento. Ao contrário, adquirir uma L1 ou uma L2 é diferente quando se considera que aprendizes de L1 adquirem um sistema implícito completamente, poucos aprendizes de L2 fazem o mesmo; há uma variação individual considerável em quão longe aprendizes de L2 vão, mas há uma uniformidade completa na aquisição de L1; embora muitos erros e padrões de desenvolvimento sejam similares, alguns erros são únicos para um ou outro contexto; e aprendizes de L2 já têm um sistema linguístico, aprendizes de L1 não.

O autor afirma também que há uma falta de entendimento sobre a natureza da aquisição de L2 e que esse lapso pode interferir em seu processo. O autor afirma que exercícios mecânicos, significativos, e comunicativos não promovem a aquisição como a prática com um *input* estruturado faz, e que a instrução tradicional resulta somente na produção de uma habilidade, pois aprendizes ainda não interpretam sentenças corretamente após o tratamento.

O autor defende que a correção explícita não causa uma real mudança no sistema implícito subjacente e não causa mudanças posteriores nos procedimentos de processamento de *output*. E mostra, com base em pesquisas, que ter regras não é o que faz a diferença, mas sim a prática e, diferentemente de outras abordagens instrucionais, a abordagem que usa um *input* estruturado altera as

estratégias de processamento de *input* dos aprendizes. Para ele, regras não levam à aquisição, levam a um conhecimento explícito que pode ser aproveitado para propósitos comunicativos se um aprendiz puder monitorar.

Para VanPatten (2003), a escolarização pode chamar a atenção dos aprendizes para coisas no *input* que eles possam ter perdido ou ter entendido errado, e a sala de aula tende a ter um *input* mais rico e mais complexo que muitos ambientes naturais. Afirma que, geralmente, uma estrutura é considerada difícil de ser adquirida quando a regra dela na L1 for diferente de sua regra na L2. Assim, defende que a ASL consiste de diferentes processos com diferentes fatores influenciando cada processo. Ao mesmo tempo, todos os processos não agem nos mesmos dados, alguns agem no *input*, alguns agem no *input* processado, alguns agem no dado já no sistema, alguns fazem uso do conhecimento explícito, e assim por diante.

Segundo VanPatten, o papel da motivação na aquisição de segunda língua se resume em nos ajudar a entender os processos envolvidos. O autor também faz referência aos entendimentos sobre a importância da idade no processo de ASL. Para ele, aprendizes precisam de interação por todo o percurso, e habilidades de fala e procedimentos de *output* precisam ser adquiridos e desenvolvidos, já que a aquisição ocorre em algum tipo de contexto comunicativo, ressaltando que é preciso considerar as diferenças individuais no aprendizado.

O problema das diferenças individuais pode ser importante quando se fala da criação de um conhecimento explícito ou a apresentação de uma informação explícita, mas (...) o conhecimento explícito e os processos que os usam operam independentemente dos processos que trabalham da linguagem (VanPatten, 2003. p. 95).

O autor afirma que não há um método certo, mas sim abordagens principais para a instrução linguística. Porém defende que a comunicação deve ser o coração da aquisição linguística, já que, segundo ele, pessoas adquirem uma língua por engajamento em comportamentos comunicativos, os quais são a interpretação, expressão, e negociação de significados. Para ele, falar de aquisição e ensino é falar de uma aquisição orientada; ensino de língua não precisa orientar-se na aquisição; e, quanto mais *input* e embasamento no significado, melhor.

Um currículo de ensino de língua que incorpora o *input* tanto quanto possível é um currículo que encoraja a aquisição linguística. Ao mesmo tempo, quanto

mais o currículo coloca a comunicação no centro das lições, o que significa que o significado se torna central a despeito da forma sozinha, tanto mais este currículo parece prover um *input* ótimo (VanPatten, 2003. p. 102-3).

Segundo o autor, o *input* pode ser incorporado no currículo de ensino de língua de várias formas, como imersão e instrução baseada em conteúdo. Segundo ele, nesses tipos de currículo, aprendizes não focam realmente na língua por ela mesma; ao contrário, eles aprendem algum tipo de assunto importante ou outro conteúdo pela segunda língua. VanPatten também aborda a importância de se ter um ensino com um *input* escrito, e com situações de interação que se orientam em um esquema de apropriação por níveis: um iniciante, um intermediário, e um avançado. Segundo ele, as produções requeridas dos alunos devem ser comunicativas em sua natureza, para isso, não precisam ser necessariamente interativas, ou seja, podem ter foco na instrução gramatical, devendo ser baseadas no significado e ligadas ao *input* ou comunicação.

O autor ressalta a importância de sermos sensíveis às habilidades de produção dos alunos, porque a fala sempre foi o grande marco da aquisição. Por fim afirma que o ensino de língua para a aquisição não é sempre efetivo, e que se pode permitir que as estratégias inatas do aprendiz ditem a prática didática e determinem o programa de estudos, ou seja, aprender a adaptar tudo às suas necessidades, ao invés de impor sobre ele pré-conceitos de como ele deve aprender, o que ele deve aprender e quando ele deve aprender.

3.1. Considerações sobre a leitura de VanPatten (2003)

Da leitura da obra pode-se perceber que o autor estabelece uma articulação entre conceitos teóricos advindos da linguística e o ensino de língua estrangeira, dando ênfase a três processos cognitivos cruciais para a aquisição e/ou aprendizagem de uma segunda língua: o *input*, o desenvolvimento do sistema, e o *output*. Uma das suas relações com o gerativismo está em considerar os aspectos cognitivos do processo de aquisição de língua.

VanPatten (2003) contribui com suas considerações gerativistas para o ensino ao considerar que as regras não fazem diferença, mas sim a prática, pois as regras não levam à aquisição, levam a um conhecimento explícito que pode ser aproveitado para propósitos comunicativos se houver monitoramento por parte do aprendiz. O autor defende que a abordagem metodológica que usa um *input* estruturado altera as estratégias de processamento de *input* dos aprendizes, ou seja, se o professor adotar um *input* estruturado, ele pode chamar a atenção

dos aprendizes para coisas no *input* que eles possam ter perdido ou ter entendido errado. O autor afirma que a sala de aula tende a ter um *input* mais rico e mais complexo do que muitos ambientes naturais, demonstrando que ainda é um ambiente propício para o aprendizado.

Os conceitos de *input* e *output* são relevantes para a melhor organização dos processos de aprendizado de língua. À medida que há compreensão acerca dos procedimentos envolvidos na ASL (entendendo que os três processos ocorrem em cooperação), é possível otimizar as estratégias que visam o alcance dos objetivos propostos para o ensino de língua portuguesa. Segundo o autor, o *output* é resultado de um engajamento do aprendiz com o *input* e tem um papel de negociar sentidos, encorajar outros processos que ajudam aprendizes a adquirir a língua. Diferentemente do *input*, o *output* não é dado para aquisição, porém, sem o *input* (procedimento semântico) não é gerado *output* (procedimento sintático).

Uma de suas contribuições mais centrais diz respeito à incorporação do *input* ao currículo de ensino de língua através da imersão e instrução baseada em conteúdo. Dessa forma, aprendizes podem aprender algum tipo de assunto importante ou outro conteúdo pela segunda língua, mas não se focarão na língua por ela mesma. Para VanPatten, é importante se ter um ensino com um *input* escrito e que esse ensino se dê respeitando-se os níveis de cada aluno, pois, segundo ele, nesse contexto de aquisição de segunda língua, alguns procedimentos têm de estar postos antes de outros serem adquiridos.

Considerar que o significado é o foco principal de um aprendiz de L2 torna-se relevante para o tratamento diferenciado com relação aos objetivos do ensino. Segundo o autor, o aprendiz faz conexões entre o significado e como o significado está codificado. Assim, o autor, em sua proposta de investigar a aquisição de L2, alcança importantes avanços para o entendimento da natureza linguística do letrado. Ele contribui ao considerar que, para se adquirir uma L1, os mecanismos internos inatos da criança interagem com um estímulo linguístico, o *input*, e, como foi mostrado, o autor dedica ao *input* um papel essencial para que a aquisição ocorra. Ele conclui que, na aquisição de L2, o sistema linguístico implícito já presente no aprendiz parece não interagir tanto com o *input* que está recebendo.

Dentre suas principais contribuições está a afirmação de que a realização final em L2 não tem relação com a instrução e a afirmação de que a aquisição de habilidades é diferente da criação de um sistema implícito. Para VanPatten, o sistema possui três componentes fundamentais: uma rede de associações, um componente sintático que consiste em regras, e um conjunto de competências

relacionadas à língua. Segundo ele, os aprendizes de L1 e de L2 criam sistemas similares, não idênticos, ou seja, criam redes baseados nos mesmos processos de aprendizagem.

Segundo VanPatten (2003), com relação à importância ou utilidade do conhecimento explícito, afirma que aprendizes de L2 podem contar com ele para monitorar seu *output* se souberem a regra; isto é, a regra precisa existir, ou no sistema implícito, ou no conhecimento explícito.

Outra questão importante que se pode vislumbrar a partir da leitura de VanPatten (2003) consiste em se considerar que o falante nativo, durante a aquisição de sua língua materna, pôde produzir livremente seus enunciados truncados, sem fixação clara de parâmetros e ininteligíveis. Porém, durante o aprendizado da modalidade escrita, é vedado ao aprendiz cometer equívocos, sendo corrigido duramente na escola todas as vezes que faz uma nova tentativa. Então, é possível pensar que o *output* na escola deve ser tratado de forma diferente, tanto o falado como o escrito, já que ele ajuda a adquirir cada vez mais conhecimento sobre a língua.

A questão de entender como os aprendizes criam um sistema linguístico que subjaz o uso é importante porque considera que toda produção tem um fundamento cognitivo e segue uma logicidade, ou seja, buscar entender o que acontece entre o *input* e o *output* é um caminho para se melhorarem as questões do ensino de língua. Assim, sua abordagem acerca dos processos envolvidos entre o estímulo e a resposta é um aprofundamento não encontrado na obra de Kato (2005).

Assim, sua obra é importante porque a investigação nela contida acerca dos procedimentos mentais responsáveis pela aquisição de uma língua estrangeira (L2) estabelece que essa aquisição envolve a criação de um sistema linguístico implícito, inconsciente, mesmo que se tenha tido um aprendizado de regras explícitas através da aprendizagem formal em sala de aula. Sua afirmação de que os aprendizes de L2 realizam uma separação entre as informações explícitas e o sistema implícito remete a um aprendizado escolar que não faz parte de um conhecimento já adquirido, ou seja, as regras explícitas mostradas na escola se comportam como algo totalmente distante da realidade do aluno.

Uma justificativa para a adoção desta obra como uma proposta que contribui para o ensino de língua portuguesa é a postura de o autor considerar aprendizes de L2 muito semelhantes a aprendizes de L1, pois, segundo ele, eles criam mecanismos mentais para adquirir uma língua baseados nos mesmos processos de aprendizagem. Para ele, não há diferença entre os mecanismos de aprendizagem para L1 e para L2. Sua proposta para explicar como as mudanças

ocorrem na mente de uma pessoa, desde a infância até a fase adulta, é através dos mecanismos da acomodação e da reestruturação. Então, para ele, a partir da existência dos sistemas implícito e explícito, a instrução tradicional produz uma habilidade, já que não é afetada pelo sistema implícito.

É muito interessante o levantamento de semelhanças e diferenças entre a aquisição de L1 e L2 que o autor traz. Essas informações contribuem para o melhor entendimento das características de cada contexto:

Semelhanças	Diferenças
Requerem um <i>input</i> comunicativo	Aprendizes de L1 adquirem um sistema implícito completamente
Exibem ordens de aquisição e estágios de desenvolvimento	Há variação individual considerável em quanto longe aprendizes de L2 vão, mas há uniformidade completa na aquisição de L1
Exibem crescimento de enunciados de uma palavra para frases e para sentenças	Alguns erros e padrões de desenvolvimento são únicos para um ou outro contexto
Parecem resistentes à manipulação externa	Aprendizes de L2 já têm um sistema linguístico; aprendizes de L1, não.
Seguem seus próprios cursos de desenvolvimento	

Por fim, VanPatten (2003) afirma que a prática por si só não produz nada, mas sim o engajamento com o *input*, pois a prática de regras não constrói um sistema de desenvolvimento. Para ele, a prática comunicativa gera controle expressivo e, embora afirme que não há um método certo, defende que a comunicação deve ser o centro da aquisição linguística, pois a comunicação torna a compreensão do significado o objetivo do currículo e, para ele, este é o *input* ótimo. Dessa forma, pode-se pensar que, se o ensino de língua oferecesse um *input* baseado em atividades comunicativas, obter-se-ia um *output* mais coerente, eficaz e significativo para o crescimento cognitivo do aluno.

Conclusão

Este capítulo abordou os conceitos epistemológicos da teoria gerativa, Chomsky (1981), os trabalhos de Kato (2005) e de VanPatten (2003). Mesmo que sejam propostas teóricas, e não empíricas, acredita-se que elas contribuem para o melhoramento da prática didática da disciplina de língua portuguesa.

Creio que faz sentido analisar o estado mental do conhecimento de um idioma em componentes menores – em particular, fazer uma distinção entre o que às vezes é denominado ‘competência gramatical’ e ‘competência pragmática’. (...) Por ‘competência gramatical’ entendo o estado cognitivo que engloba todos aqueles aspectos da forma e significado e suas relações – inclusive as estruturas subjacentes que entram nessa relação – que pertencem propriamente ao subsistema específico da mente humana que relaciona representações de forma a representações de significado. Embora a expressão não seja de todo feliz, talvez, continuarei a me referir a esse sistema como ‘faculdade linguística’. A competência pragmática é subjacente à capacidade de usar tais conhecimentos, juntamente com o sistema conceptual, na realização de certos objetivos ou propósitos. (Chomsky, 1981. p. 52-3)

Na escola, cabe ao professor de língua portuguesa ensinar ao aluno uma gramática que ele ainda não utiliza, a Gramática Padrão (doravante, GP). Esta GP será aprendida à medida que o aluno é exposto a um tipo de *input* diferenciado daquele com que ele teve contato desde o seu nascimento. O *input* que precisa ser oferecido para que se adquira a L2 na escola precisa ser compreensível, não tendo relação com o sistema de regras, pois, segundo VanPatten (2003:26), *input* para aquisição não é informação sobre a linguagem.

Algo importante de ser ressaltar é que VanPatten (2003) propõe, como processos envolvidos na aquisição de L2, o *input*, a acomodação, a reestruturação, que compõem o desenvolvimento do sistema, e o *output*, aproximando-se da proposta de estágios de aprendizado de Piaget (1940 a 1945). É também de suma importância considerar a distinção que o autor faz entre habilidade e sistema implícito. Esta distinção oferece respostas para os produtos obtidos com o conhecimento de regras implícitas e regras explícitas. Assim, cabe questionar a proposta de Kato (2005) sobre a periferia marcada que, segundo ela, é onde se desenvolve a L2, a língua coletiva presente com a escolarização. Para VanPatten, essa L2 se dá com regras explícitas, sendo, portanto, uma habilidade advinda da escolarização, porém ela é regida pelo mesmo sistema da língua adquirida na infância, sendo modificada no âmbito da competência

discursiva e sociolinguística. Com base em VanPatten (2003), cabe a afirmação de que a escola introduziria ao aluno, a partir da existência de uma periferia marcada, uma língua ampla, coletiva, devido a um desenvolvimento que se dá continuamente, pois o sistema muda, é dinâmico e o aprendiz está interagindo constantemente com o *input*.

O papel do *input*, na proposta de VanPatten (2003), é fundamental para a aquisição de L2, portanto debruça-se em compreendê-lo. O *input*, segundo o autor, só será considerado como tal se tiver um objetivo comunicativo e em busca da compreensão dos significados. Dessa forma é possível pensar que a escola não tem oferecido um *input* adequado para que o aluno adquira a L2 de que fala Kato (2005): a língua coletiva. Ainda que VanPatten (2003) não tenha se detido nos estudos sobre o *input* escrito como estímulo para o desenvolvimento de um sistema linguístico implícito, é possível, com base nos entendimentos até então, projetar necessidades semelhantes para os objetivos escolares.

Considera-se que a língua portuguesa do Brasil apresenta modalidades diferenciadas de uso. A modalidade oral, adquirida da infância, compreende um uso e configuração específicos. Dizer que pessoas falam uma só língua certamente não é verdadeiro no Brasil. A criança, ao chegar à escola começa a ter contato com a modalidade escrita de sua língua, mas parece até se tratar de outra língua, que não aquela que ela já sabe. Todos crescem ouvindo várias modalidades diferentes, ou “variedades estilísticas”, essas se assemelham, na verdade, a sistemas linguísticos. Assim, todos crescem num ambiente multi-língue.

Nesse sentido, de acordo com o que se tem mostrado, cabe questionar de que maneira o *input* deve ser oferecido pela escola para que o aluno adquira a GP, e que tipo de *input* é esse. Se nossos alunos saem das instituições de ensino despreparados para a produção textual, pressupõe-se que a escola não esteja oferecendo a eles o ensino adequado desta língua. É preciso repensar as atuais metodologias de ensino a fim de que o aluno tenha um desempenho linguístico eficaz.

A educação básica do Brasil é avaliada de acordo com o que o aluno consegue gerar em sua L2. Dessa maneira surge outro importante conceito: *output*. *Output* é, conforme VanPatten (2003, p.32), qualquer coisa que emerge de outra; algo produzido propositalmente, ou seja, é a linguagem com significado que o aprendiz produz. Assim como o *input*, o *output* precisa ter um propósito comunicativo, pois é produzido por aprendizes para expressar algum tipo de significado. Aprendizes de uma L2 pensam no que querem dizer e tentar pôr isso em prática selecionando palavras do léxico para expressar significados

particulares. Quando escrevemos, pensamos, acessamos e produzimos *output* ao mesmo tempo. Essa produção precisa ser guiada por estratégias. Aprendizes de L2 acessam dois diferentes procedimentos: o primeiro eles trazem da aquisição e o segundo da apropriação da L2 enquanto está sendo desenvolvida. O que o aprendiz de L2 faz é reconstruir os procedimentos com as leis da L2 e suas restrições. Aprendizes de L2 embasam-se nas estratégias de produção de sua L1 quando eles não têm construídas as estratégias da L2 e têm de se comunicar na L2. Essa é uma estratégia comunicativa: um jeito de usar o que se sabe para se expressar quando você não consegue. O resultado é algo que soa como L2, mas tem a estrutura da L1.

A menção de VanPatten (2003) acerca dos processos envolvidos no processamento de *output* (acesso e produção de estratégias) se assemelham às regras estilísticas que ocorrem na periferia marcada de que fala Kato (2005). Para o autor, também de acordo com Kato (2005), aprendizes de L2 armazenam as informações explícitas aprendidas separadamente do seu sistema implícito, ou seja, sua afirmação vai ao encontro da hipótese da periferia marcada de Kato (2005).

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana*. Madrid: Gredos, 1969.
- _____. et al. *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- _____. *Reflexões sobre a linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- _____. *Regras e representações; a inteligência humana e seu produto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.(2)
- _____. *Knowledge of language*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *Sobre natureza e linguagem*. BELLETTI, Adriana e RIZZI, Luigi (Orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- COSTA, M. M.; BARIN, N. T. R.. Sintaxe Gerativa: reflexões para a prática pedagógica da língua portuguesa. *Disciplinarum Scientia*. Santa Maria: Série: Artes, Letras e Comunicação, v.4, n.1, 2003, p.125-153.
- DUARTE, M. Eugenia L. *A perda do Princípio “Evite pronome” no Português Brasileiro*. UNICAMP: Tese Doutorado, 1995.

- FRANCHI, Carlos et al. *Mas o que é mesmo 'gramática'?*. São Paulo: Parábola, 2006.
- KATO, Mary A. A Gramática do Letrado: Questões para a Teoria Gramatical. *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga, CEHUM (U. do Minho), 2005: 131-145.
- LOBATO, Lúcia. *O que o professor de ensino básico deve saber sobre linguística?* Fortaleza: SBPC, 2003.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. São Paulo: Ática. 6ª ed. 1998.
- PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana Reigota; VICENTE, Helena Guerra; SALLES, Heloisa. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. *Linguagem & Ensino*, v.14, n.2, 2011, p.395-425.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Gramática: nunca mais – O ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SALLES, Heloisa M. M. Lima. *A língua portuguesa na escola: por uma educação científica*. Brasília: SBPC, 2005.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*, São Paulo: Cortez, 2007.
- VANPATTEN, Bill. *From input to output: a teacher's guide to second language acquisition*. United States of America, 2003.

Recebido em 6 de março de 2013.

Aceito em 11 de maio de 2013.

ESTUDO HISTÓRICO DO VERBO *SER* CONJUGADO NO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS ARCAICO

Gisela Sequini Favaro

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

giselasfavelo@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivos principais o mapeamento, a análise e o estudo das formas verbais imperativas do verbo *ser* referentes à primeira fase do período arcaico (PA), com o intuito de investigar se a estrutura morfológica do imperativo na época medieval já funcionava como modo independente ou não. São consideradas como objeto de estudo as formas do imperativo do verbo *ser*, levando em consideração para sua classificação o contexto em que estão conjugadas em PA.

PALAVRAS-CHAVE: *Cantigas de Santa Maria*, Verbo *Ser*, Modo Imperativo.

ABSTRACT:

This study aims to analyse morphophonological processes triggered by verbal inflection in the forms of the indicative past tense of to be verb, that is, processes that alter the shape of morphemes and generate allomorphs at various levels in the XII-XIII centuries Archaic Portuguese (AP). The main goal is to show whether the imperative morphological structure in PA already worked as an independent mood or not.

KEYWORDS: *Cantigas de Santa Maria*; To Be Verb; Imperative Mood.

Introdução.

Este trabalho tem como objetivo principal desenvolver um estudo das formas verbais imperativas do verbo *ser* referentes à primeira fase do período arcaico (de agora em diante, PA). Serão consideradas como objeto de estudo as formas do imperativo do verbo *ser*, levando em consideração para sua classificação o contexto em que estão conjugadas em PA. O corpus de base é constituído pelas 420 Cantigas de Santa Maria (CSM), elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela (1221-1284), o Sábio, com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que acolhia em sua corte. Correspondem a um monumento literário de mais elaborada importância, que ocupa um lugar privilegiado na literatura medieval galego-portuguesa.

A relevância do tema desta pesquisa reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (cf. Coutinho, 1958; Silva Neto, 1952; Said Ali, 1964, Mattos e Silva, 1989, 2001; Maia, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, sobretudo dos verbos de padrão especial¹, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período. Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com este nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos anos.

1. *Corpus*.

O corpus para a realização dessa tese é constituído pelas Cantigas de Santa Maria (CSM). De acordo com Ferreira (1994, p. 58) as CSM são “ [...] *the collection of more than four hundred songs dedicated to the Virgin Mary by Alfonso X, the King of Castile and Léon, survives in four medieval manuscripts*”.

Segundo Parkinson (1998, p.179), as CSM constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância e sua escolha como

1 Preferimos optar por “verbos de padrão especial” por a considerarmos mais condizente com os fatos do que a designação “verbos irregulares” (MATTOS E SILVA, 1989, p.351), pois possuem características próprias que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características morfológicas semelhantes. Favaro (2012) também utiliza essa terminologia para retratar os verbos irregulares do PA em sua dissertação de mestrado.

objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. Anglés (1943-1964 apud Mettmann, 1986, p.8) também afirma que o cancionero em louvor a Virgem é “el repertorio musical más importante de Europa por lo que se refiere a la lirica medieval”.

O’ Callaghan (1998, p. 2) também ressalta a importância da CSM ao afirmar que “[...] *the poems were written in the language of medieval Galicia and Portugal, the médium of expression. Preferred by the lyric poets of tha day.*”

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p.49) afirma que “[...] as cantigas, acompanhadas das correspondentes notaciões musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importância extraoednaria desde os apartados literatio, pictorio e musical” (PENA, 1992, p. 49).

Sobre o espaço que foram produzidas as CSM, Leão (2002, p.1) afirma que foi em um ambiente de efervescência cultural que nasceram os textos poéticos. De acordo com Parkinson (1998, p.179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por este motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p.49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais. Ferreira (1994) também afirma que do ponto de vista musical, as cantigas religiosas são especialmente notáveis entre a documentação remanescente de música medieval.

2 Metodologia.

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas do verbo *ser* conjugadas no imperativo nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

(1)

Chorando dos ollos mui de oraçon,
lle diss’: “ Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]”. (CSM 21, v.15-16)

(2)

A bõa dona se foi ben dali
 a un' eigreja, per quant' aprendi,
 de Santa Maria, e diss' assi:
 "Sennor, **acorre** a tua coitada". (CSM 17, v.55-58)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo presentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido) podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não.

3. Análise dos resultados.

Nas CSM foram mapeadas 25 verbos de padrão especial, que estão conjugadas na segunda pessoa do plural no imperativo. Em relação ao verbo *ser*, objeto de estudo deste arquivo, foram encontradas duas ocorrências, num total de 420 cantigas analisadas. Confira a tabela abaixo:

Formas Verbais Regulares	Número de ocorrência no corpus
Dade	1
Dizede	3
Estade	2
Fazede	1
Ide	11
Oyde	2
Pedide	1
Põede	1
Seede	2
Veede	1
Total	25 ocorrências

Quadro 1: Formas verbais de padrão especial conjugadas na 2ªpp no imperativo.

A forma verbal *seede* apareceu mapeada duas vezes em nosso *corpus*. Veja as cantigas abaixo:

(3)

[...] Este meu irmão receb' oi mais por fillo meu,
e vos **seede**-ll' en logar de madre poren, vos rogu' eu,
e de o castigardes ben non vos seja greu;
en esto me podedes muy grand' amor fazer. (CSM 5, v.28-31)

[...] e disse a Virgen santa | ao crerigo: “**Seede**,
e aquesta moller bõa | comungad' e assolve de [...]. (CSM 75, v.99-100)

Em ambas as ocorrências o sentido semântico expresso é o de ordem. Para verificarmos se *seede* é uma forma variante ou não, foi realizada a divisão morfológica do dado mapeado, comparando com a estrutura morfológica de seu correspondente no presente do indicativo. Não fizemos a comparação com a forma verbal do presente do subjuntivo, pois para formar o imperativo a segunda pessoa do singular é extraída do presente do indicativo e não do presente do subjuntivo.

Comparando as duas estruturas morfológicas temos:

(4) Forma verbal coleta no *corpus*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

se	e	Ø	-de
----	---	---	-----

(5) Correspondente no presente do indicativo²

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

so	e	Ø	-des
s	e	Ø	-des

Ao observarmos as estruturas morfológicas acima, podemos afirmar que a forma *seede* não possui as mesmas características morfológicas dos verbos conjugados no presente do indicativo. Com isso, podemos levantar a hipótese de que não se trata de uma forma variante do imperativo. Este argumento pode

2 As formas verbais conjugadas no presente do indicativo foram retiradas de Mettmann (1972, p. 279).

ser levado em consideração pelo fato de termos formas verbais distintas para expressar o imperativo e o indicativo.

Segundo Williams (1973, p. 241), o verbo *ser*, em princípio, originou-se do verbo latino *sēdēre*. Porém, durante o período arcaico, muitas das formas de *sēdēre* foram substituídas por formas do verbo latino *esse*.

Maia (1997 [1986]), sobre este assunto, afirma que várias formas do verbo *ser* (cf. *ser* no PA) resultam da fusão de dois verbos latinos, o *esse* (do qual procede a maior parte das formas) e de *sēdēre*. Sobre este último, a autora afirma que em princípio significava estar sentado e ao longo dos anos, em espanhol e português, acabou se convertendo em sinônimo de *estar* e *ser*. Segundo Michēlis de Vasconcelos (1946[1912-13]), o sentido original de *sēdēre* ainda se manteve até o século XIV. Nas CSM não foi mapeada nenhuma ocorrência com o sentido de estar sentado.

De acordo com Maia (1997 [1986], p. 814), para o presente do indicativo, registram-se as formas correspondentes a dois paradigmas: um que representa historicamente o presente do indicativo do verbo *esse* e outro o do verbo *sēdēre*.

Williams (1973, p. 241) traz a seguinte representação para os dois paradigmas:

(7) Presente do Indicativo Verbo *Sēdēre*

- 1.^a ps: *sēdēo* > *sejo* (arcaico)
- 2.^a ps: *sedes* > *sees* (arcaico)
- 3.^a ps: *sēdēt* > *see* > *se* (arcaico)
- 1.^a pp: *sēdēmus* > *seemos* > *semos* (arcaico)
- 2.^a pp: *sēdētis* > *seedes* > *sedes* (arcaico) ou *sendes* (arcaico e dialetal)
- 3.^a pp: *sēdent* > *seem* (arcaico)

(8) Presente do Indicativo Verbo *Esse*

- 1.^a ps: *sūm* > *som* ou *sō* (arcaico)
- 2.^a ps: *es* > *és* (arcaico)
- 3.^a ps: *est* > **es*
- 1.^a pp: *sūmus* > *somos*
- 2.^a pp: *sūtis* > *sodes* > *sois*
- 3.^a pp: *sūnt* > *som* > *são*

Analisando os paradigmas acima, podemos observar que a forma *seede* mapeada no corpus não pertence aos paradigmas expostos acima. Mettmann (1972) traz em seu glossário uma conjugação mista que envolve ocorrências vindas da conjugação do verbo *esse* e do verbo *sēdēre*:

(9) Presente do Indicativo Verbo *Seer*

- 1.^a ps: sōo, soon, son, sejo
- 2.^a ps: es, eres, sees
- 3.^a ps: é, éste, see, sé
- 1.^a pp: somos
- 2.^a pp: sodes, sedes
- 3.^a pp: son, seen

Assim como Williams (1973), é possível verificar que, na conjugação proposta por Mettmann (1972), elaborada com os dados coletados das CSM, a forma *seede* não faz parte do paradigma do presente do indicativo.

Neste sentido, se para uma forma *ser* considerada variante ela tem que estar associada à forma conjugada no presente do indicativo, *seede* não é uma variante, mas sim uma forma própria para se expressar o imperativo.

Tanto Williams (1973) quanto Mettmann (1972) trazem uma conjugação própria para o modo imperativo do verbo *ser*.

(10)

Mettmann (1972)	Williams (1973)
2. ^a ps: sei	2. ^a ps: sēdē>*see>sei (arcaico)
2. ^a pp: seede	2. ^a pp: sēdēte>seede>sede

Se estivéssemos diante de uma forma variante, tanto na CSM 5 quanto na CSM 75 iríamos ter formas como *sois*, *sodes* ou *sede* e não *seede* como fora mapeado.

Analisando o contexto em que *seede* foi utilizada, temos uma ideia semântica de ordem direta. Se estivéssemos diante de um pedido ou ordem indireta, deveriam ser usadas formas indicativas e não imperativas, como propõe Câmara Jr.(1975 [1970]).

Conclusão.

Através das breves análises aqui apresentadas, podemos concluir que o verbo *ser* no PA quando conjugado no modo imperativo, não apresentava nenhum tipo de forma variante. Ao realizar a divisão das formas conjugadas em morfemas observamos que os verbos mapeados no corpus são quase idênticos às formas do presente do indicativo, contudo sem o –s final. Não foi mapeada qualquer forma morfológicamente idêntica para representar o imperativo e o presente do indicativo ao mesmo tempo nas CSM. Neste sentido, podemos sustentar a hipótese de que o sistema verbal da língua portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao uso do modos verbais, já era bem definido.

Referências.

- ALI, S.M, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Brasília: UNB,1964.
- ANGLÉS, H. *La música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el sabio: facsímil, transcripción y estudio crítico por Higinio Anglés*. v. II. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona: Biblioteca Central; Publicaciones de la Sección de Música, 1943.
- ANGLÉS, H. *La música de las Cantigas de Santa María del Rey Alfonso el sabio: transcripción y estudio crítico por Higinio Anglés*. v. III primera parte. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona: Biblioteca Central, 1958.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975. 1.ed em 1970.
- CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4 ed. Rio de janeiro: J. Ozon, 1964.
- COUTINHO, I.L.de. *Gramática Histórica*, 4ed, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FAVARO, G. S. *Estudo das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas Cantigas de Santa Maria*. Dissertação de Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012.
- FERREIRA, M. P. *The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence*. Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria, Cincinnati, n.6, p.58-98,1994
- FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. IN Alfonso X el Sabio. *Cantigas de Santa María*. Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia. pp. XI-LXIII, 1985.

- LEÃO, Â. V. (2002) *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. Ensaios – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). [<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>] (acesso em 17.01.2005)
- MAIA, C. *História do Galego-Português*. 2a edição. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta de Investigação Científica e Tecnológica. (Reimpressão da edição do INIC – 1986), 1997.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas Trecentistas - elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, R.V. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- METTMANN, W. *Cantigas de Santa Maria* (cantigas 1 a 100). Madrid: Castalia, 1986.
- _____ *Cantigas de Santa Maria* (cantigas 101 a 260). Madrid: Castalia, 1988a.
- _____ *Cantigas de Santa Maria* (cantigas 261 a 427). Madrid: Castalia, 1988b.
- METTMANN, W. Introducción. In: ALFONSO X, EL SABIO. *Cantigas de Santa Maria* (cantigas 1 a 100). Madrid: Castalia, 1986b. p. 7-42.
- METTMANN, W. *Glossário*. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972, v.IV:Glossário.
- O' CALLAGHAN, J.F. *Afonso X and the Cantigas de Santa Maria: a poetic biography*. Leiden; Boston; Koln: Brill, 1998.
- PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das questões textuais. In: *Anuario de Estudios Literarios Galegos*. Vigo: 1998. p.179-205
- PENA, X.R. *Literatura Galega Medieval*. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco, 1992.
- SILVA NETO, S. da *História da Língua Portuguesa*. 2a edição. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- WILLIAMS, E. B. *Do Latim ao Português*. 3a edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Recebido em 4 de março de 2013.

Aceito em 10 de maio de 2013.

MAPAS DO RIO GUAPORÉ: UMA ANÁLISE FILOLÓGICA
EM DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS DO SÉCULO XVIII
DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima
Universidade Federal de Mato Grosso
carolakie@yahoo.com.br

Elias Alves de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso
elias@ufmt.br

George Gleyk Max de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso
georgegleyk@gmail.com

RESUMO:

Com este trabalho pretendemos demonstrar as semelhanças e diferenças entre as edições fac-similares de três mapas do Rio Guaporé. Um mapa encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, outro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e um terceiro na Casa da Ínsua, em Portugal. Todos confeccionados à mão no século XVIII, durante o governo do Capitão-General Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Esta análise se deu à luz da Filologia em suas ciências auxiliares: a codicologia e a paleografia.

PALAVRAS-CHAVE: mapas, filologia, paleografia.

ABSTRACT:

This paper is intended to show the similarities and the differences among facsimile editions of three maps of the Guaporé River. One map lies in the Historical Archive of the Army, in Rio de Janeiro; another one is in the National Library of Rio de Janeiro; the third one is in Ínsua House, in Portugal. All of them were made by hand in the eighteenth century, during the government of the General Captain Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. The analysis herein presented was done in light of Philology, by means of its auxiliary sciences: codicology and paleography. KEYWORDS: maps, philology, paleography.

Introdução

Pretendemos mostrar neste artigo, sob a luz da Filologia, auxiliada pela Paleografia e Codicologia, as semelhanças e diferenças entre as edições fac-similares de três mapas do Rio Guaporé. Um deles encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, outro, uma variante, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e, um terceiro, na Casa da Ínsua, em Portugal, todos confeccionados a mão no século XVIII, durante o governo do Capitão-general da Capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

Por meio desta análise, também apresentamos o estudo dos textos e das gravuras presentes nos mapas e mostramos as diferenças entre o mapa que deu origem à reprodução dos outros dois. É sabido que a coroa portuguesa, por meio do então primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, trabalhava para fixar a presença lusitana a oeste da linha divisória do Tratado de Madri (1750), ocupando terras que pertenciam ao Império Espanhol. Ao descrever detalhadamente o curso do rio Guaporé, seus afluentes e as localidades que o margeavam, como também o relevo montanhoso da região, os mapas mostram a posse das terras que já estavam em mãos portuguesas, consolidada pela fundação de cidades, vilas, aldeias e o domínio sobre os povos indígenas.

A importância de se conhecer a hidrografia da região proporcionava o seu domínio e a divulgação para aqueles que se arriscariam a habitá-la, crescendo, assim, o número de habitantes portugueses em terras a oeste da costa do atlântico, intenção de Portugal. Ao observar os mapas, salta aos olhos a riqueza das ilustrações coloridas e tão bem desenhadas que, passados mais de duzentos anos, conservam-se em bom estado.

1. A singularidade cartográfica dos mapas do rio Guaporé.

O rio Guaporé nasce na Chapada dos Parecis/MT, percorre os estados de MT e RO, onde se encontra com o rio Mamoré e segue em direção ao território boliviano. Sua posição estratégica nesta região permitiu, primeiro às Monções e, depois, aos habitantes da Capitania de Mato Grosso, tê-lo como via para o transporte de mercadorias entre Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de MT, o Real Forte Príncipe da Beira e a Província de Moxos, na Bolívia, bem como o acesso à Capitania do Grão-Pará.

O “Tratado Preliminar de Paz, e de limites na América Meridional, relativo aos Estados que nella possuem as coroas de Portugal, e de Hespanha,

assinado em Madrid pelos plenipotenciarios de suas majestades fidelissima, e catholica, em o primeiro de outubro de MDCCLXXVII, e ratificado por ambas as majestades”, assim define:

ARTIGO X. Desde a boca do Jaurú pela parte Occidental seguirá a Fronteira em linha recta até á margem Austral do Rio Guaporé, ou Itenes de fronte da boca do Rio Sararé, que entra no dito Guaporé pela sua margem Septentional; mas se os Commissarios encarregados de regular os confins, e execução destes Artigos, acharem ao tempo de reconhecer o Paiz, entre os Rios Jaurú, e Guaporé, outros Rios, ou balizas naturaes, por onde mais comodamente, e com maior certeza se possa assinalar a Raia naquela paragem, que deve ser privativa dos Portuguezes, e o caminho, que costumão fazer do Cuyabá até o Mato grosso: ... Baixará a Linha pelas aguas destes dous Rios Guaporé, e Mamoré, já unidos com o nome da Madeira, (CASTRO, 1856, p. 242-243)

Durante o governo de Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, foi ordenado que se fizesse a cartografia do rio Guaporé, com as Vilas, Cidades e relevos que o margeiam.

Neste trabalho, levantamos os textos inseridos nos três mapas, todos ladeados por ricas pinturas ilustrativas, e as várias rosas dos ventos que os caracterizam. Diante dessas comparações e assinatura de Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres em um dos mapas, pudemos identificar o original, que se encontra no Arquivo Histórico do Exército, o que nos levou a supor que os dois outros são variantes.

1.1. Descrição das gravuras.

Para facilitar a leitura, doravante usaremos as seguintes abreviaturas: MP – mapa; AHex – Arquivo Histórico do Exército; BN – Biblioteca Nacional; CI – Casa da Ínsua; e L. – linha.

Apresentamos, a seguir, as fichas catalográficas das três cartas cartográficas conforme constam em cada instituição de guarda:

a) MP 1 – Carta aonde se faz ver a corrente dos rios Guaporé e Mamaoré, desde a capital de Villa Bela do Mato Grosso (...) - Desenhado por Luis d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com rosa dos ventos, nota explicativa, papel cason, telado, bom estado, medindo 59 cm x 270 cm.

Localização: 24.05.1852

Origem: HD (Mapas Grandes)

Ano: 1774/1775

Mapa sob a guarda do Arquivo do Exército do Rio de Janeiro.

b) MP 2 – BN – Carta em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiar em V^a. Bellacaptal. do Mato Grosso.

Publicação [1776?]

Descrição física: mapa ms., desenho a nanquim; 262 x 52,5cm. em f. 270 x 60,5cm.

Mapa sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

c) MP 3 – CI – Carta aonde se faz vera corrente dos Rios Guaporè, e Mamorè;...

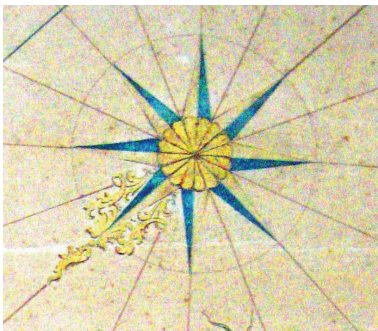
Publicação, 1780; Autor, Franco Xavier de Oliveira

Descrição física: mapa ms. , tinta preta, col.; 62.2 x 271.7 cm.

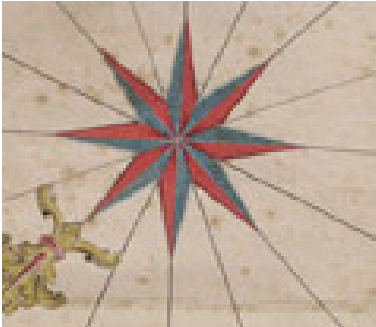
Mapa sob a guarda da família Albuquerque, Casa da Ínsua, Castendo, Portugal.

Apresentação da rosa dos ventos.

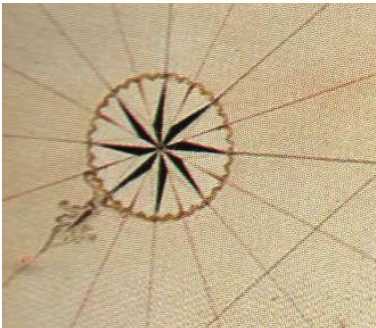
Cada mapa contem duas gravuras, porém diferenciadas entre si: Pontos cardeais E: este ou leste, N: norte, O ou W: oeste, S: sul. Pontos colaterais NE: nordeste, NO ou NW: noroeste, SE: sudeste SO ou SW: sudoeste.



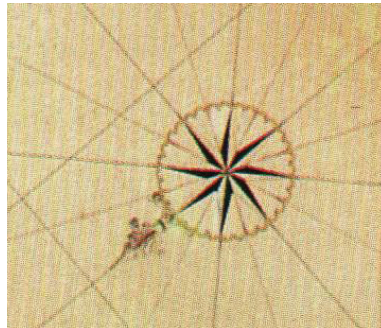
Mapa 1: AHex



Mapa 2: BN



Mapa 3: CI



1.3. Transcrição diplomática dos textos inseridos nos mapas.

MP 1 : AHex

**CARTAA ONDE SE FAS VER ACORRENTE**dos Rios **GUAPORÈ E MAMORÈ**, desde a Cap.^{at} de **V.^A BEL****LA DOMATO GROSSO**, q'jas é 14° 55' delatitude Austral é 318° . 55' delongi-
tude da Ilhado Ferro athé q'omesmo**MAMORÈ**conflue no outro gr.^s R. da
MADEIRA,constituindonaq^{la} parte d'**AMERICA**o termo da Raya Castelhana aqual carta,
Ofreceapòè dom.^o Agosto Trono**DAR.^A D.MAR.^A I.^A NOSSA SR.^A****O GOV.^{OR} E CAP.^{AM} GN.^{AL} da sobre dita Cap.^{ta} E DO SEV CONC.^o****LVIS DALBUQUERQ DE MELLO PER.^A, ECACERES**,
debaixodecujos olhos e direcaóSelevantou, econfigurou, com
todaaGeometricaexactidaó, q' foi possivel nos fins doann.^s de
1774, eprincipios de 1775.

MP 2: BN



CARTA EM Q' SE MOSTRA ACORRENE

dos Rios **GUAPORÈ E MAMORÈ** aprincipiar em **V.ª BELLA**

Cap.ª **DOMATOGROSSO** q'jas em 14º delatitude Austral com:

317º e 42' delongitude contados da Ilha do Ferro, athé q' o segundo dos ditos Rios conflueno

outro Grande das Madrª. constituindonaquella Parte de America o termo da Raya Cast.ª

Oferecida

A RAINHA N. S. D MARIA PRIMEIRA

pelo **G.ª ECAP.ª GN.ª** da sobre dita cap.ª. **EDO SEU CON**

CELHO LUIS DALBUQUERQ.ª DEMELLO PER.ª

ECACERES,

debaixodecujos olhos edireção Selevantou, e configurou, com toda ageometrica exactida q' foi possível nos fins do annos de 1774, e principios dos de 1775.

MP 3: CI

**CARTA AONDE SEFA VERA CORRENTE**

dos Rios **GUAPORÈ**, E **MAMORÈ**, desde a Cap.^{tal} de **V.^A BELLADO MATO GROSSO** que jas em 14° 55' de latitude Austral e 318° 35' de longitude da Ilhada Ferro, athé q' o mesmo **MAMORÈ** conflue no outro gr.^e **R.^o DA MADR.^A** constituindo na q.^{lla} p.^{te} **d'AMERICA** otermoda **Raya Castelhana**,

Aqual carta ofrece ao Pèdomuito Augusto Trono

DEL REI D. PEDRO III. NOSSO SEN.^R

OG.^{OR}. ECAP.^{AM} GEN.^{AL} dasobre dita Cap.^{ta}. **EDOSEV CONCELHO, LVIS DEALBVQVERQ.^E DEMELLO, PEREIRA, E CACERES:**

debaixo de cujos olhos edireção se levantou e configurou, com toda ageo metrica exactida ó, q' foi possível nos fins do añ. de 1774, e principios de 1775.

MP 1: AHex



Notas

1.º Todo o territorio q' se deviza ao Norte ou Nordeste da dade vizaó amarela pertence ao R.º. Dominio Portuguez e pello contr.º todo o outro q' Separa a cõre em carnada Serreputa Cast.º

2.º Tem de largura o gr.º Rio da Madr.ª	braças	494
3.º Tem o Mamore	ditas	440
4.º a confluencia de ambos estes Rios	ditas	900
5.º De profundid. estando eles ambos cheios	ditas	10
6.º Velocid.º de corr.º em hú Segundo de temp.º = aº/60 de minuto palmos		8 5/22
7.º Variaçam d'agulha p.º N.º E.º nad.º confluenci.º.....7º..... 6º.....		

Luis d'Abulquerque de Mello Pereira e Caceres

MP 2: BN

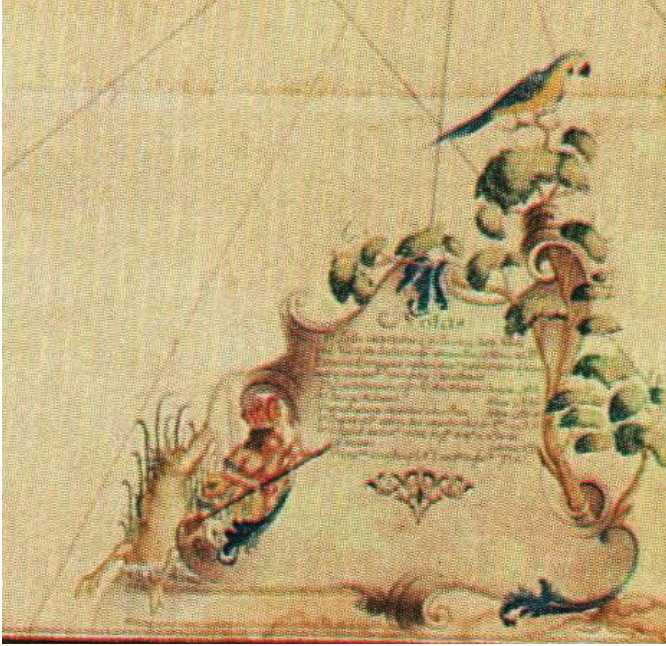


Notas

1ª. Todo o territorio q se deviza ao Norte ou Nordeste da= deviza o amarella pertence ao R^L. dominio Portuguez e pello contrario todo o outro o q' separa a cor incarnada se reputa Cast^o.

2ª. Tem de largura o gr ^e . Rio da Madr. ^a	braças	494
3ª. Tem o Mamoré.....	ditas	440
4ª. a confluencia de ambos estes dous Rios.....	ditas	900
5ª. de profundidade ambos elles estando cheios.....	ditas	10
6ª. velocid. ^e da corrente em hú Seg ^{do} de tempo	a ^s /60 de minuto pal.	8 5/22
7ª. vr. ^{am} d'agulha p ^a . N.E. na dita confluencia	7° 6 ^s	

MP 3: CI



Texto 2

Notas

1ª. Todo o territorio q' se deviza ao Norte ou Nordeste da deviza a amarela pertence ao R^L.
Dominio Portuguez e pelo contr.^o todo o outro o q' separa a corem carnada Serreputa Castelhana.

2ª. Tem de largura o gr ^e . Rio da Madeira	braças	494
3ª. Tem o Mamore	ditas	440
4ª. a confluencia de ambos estes Rios	ditas	900
5ª. De profundid. estando eles ambos cheios	ditas	10
6ª. Velocidade da corrent. em hú Seg ^{do} de tp ^o . a ^s / 60 de minuto		palmas 8 5/22
7ª. Var. ^{am} d'agulha p ^a . N.E. nad ^a . confluencia....7 ^o6 ^s		

1.4. Análise comparativa dos primeiros textos dos mapas.

L1**CARTAA ONDE SE FAS VER ACORRENTE****CARTA EM Q' SE MOSTRA ACORRENE**

CARTAAONDE SEFAS VERACORRENTE

L2dos Rios **GUAPORÈ E MAMORÈ**, desde a Cap.^{at} de **V.^A BEL**dos Rios **GUAPORÈ E MAMORÈ** aprincipiar em **V.^A BELLA**dos Rios **GUAPORÈ, E MAMORÈ**, desde aCap.^{tal} de **V.^A BELLADO****L3****LA DOMATO GROSSO**, q'jas é 14° 55' delatitude Austral é 318°. 55' delongiCap.^{al} **DOMATOGROSSO** q'jas em 14° delatitude Austral com:**MATO GROSSO** que jas em 14° 55' delatitude Austral e 318°35' de**L4**tude da Ilhado Ferro athé q'omesmo**MAMORÈ**conflue no outro gr.^e R. da
MADEIRA,317° e 42' delongitude contados da Ilha do Ferro, athé q' o segundo dos ditos
Rios confluenolongitudedaIlhadoFerro, athé q'omesmo **MAMORÈ** conflue no**L5**constituindonaq.^{la} parte d'**AMERICA**o termo da Raya Castelhana aqual carta,
outro Grande das Madr.^a. constituindonaquella Parte de America o termo da
Raya Cast.^ooutro gr.^e R.^o da**MADR.^A** constituindo naq.^{lla} p.^{te} d'**AMERICA****L6**Ofreceaopè dom.^o Augusto Trono

otermodaRaya Castelhana,

otermodaRaya Castelhana,

L7**DAR.^A D.MAR.^A I.^A NOSSA SR.^A**

Oferecida

Aqual carta ofereceaopèdomuito Augusto Trono

L8**O GOV.^{OR} E CAP.^{AM} GN.^{AL}** da sobre dita Cap.^{ta} **E DO SEV CONC.^o****A RAINHA N. S. D MARIA PRIMEIRA****DEL REI D. PEDRO III. NOSSO SEN.^R****L9**

LVIS DALBUQUERQ DE MELLO PER.^A, ECACERES,
pelo **G.^{OR} ECAP.^{AM} GN.^{AL}** da sobre dita cap^{ta}. **EDO SEU COM**
OG.^{OR}. ECAP.^{AM} GEN.^{AL} dasobre dita Cap^{ta}. **EDOSEV CONCELHO,**
L10

debaixodecujos olhos e direcaóSelevantou, econfigurou, com
CELHO LUIS DALBUQUERQ.^F DEMELLO PER.^A
LVIS DEALBVQVERQ.^FDEMELLO, PEREIRA, E CACERES:

L11

todaaGeometricaexactidaó, q' foi possivel nos fins doann.^s de
ECACERES,

debaixodecujos olhos edireçaóselevantouconfigurou, com toda ageo

L12

1774, eprincipios de 1775.

debaixodecujos olhos edireçaóSelevantou, e configurou, com todaageometrica
metricaexactidaó, q' foi possivelnosfins do añ. de1774, e principios de1775.

L13

[]

[]

exactidaó q' foi possivel nos fins do annos de 1774, e principios dos de 1775.

1.5. Análise comparativa dos segundos textos dos mapas.

L1

NOTAS

Notas

Notas

L2

1^a.Todo oterritorio q' Se deviza ao Norte ouNordestedade

1^a.Todo oterritorio q sedeviza ao Norte ouNordeste da=

1^a.Todo oterritorio q' Se deviza ao Norte

L3

vizaó amarela pertence aoR^L. DominioPortuguesepello contr.^o

devizaóamarella pertence ao R^L. dominioPortuguezepello

ouNordestedadevizaó amarela pertence aoR^L.

L4

todo o outro q' Separa acoemcarnadaSerreputa Cast.^o

contrario todo o outro o q' separa acor incarnada serreputaCast.^o.

DominioPortuguesepello contr.^o todo o outro o q' Separa

L5

2ª.Tem delargura o gr.º Rio daMadrª.....	braças	494
2ª.Tem delargura o gr.º . Rio daMadrª.....	braças	494

acorem carnada Serreputa Castelhana.

L6

3ª.Tem o Mamore	ditas	44º
3ª.Tem o Mamoré.....	ditas	44º
2ª. Tem de largura o gr.º . Rio da Madrª	braças	494

L7

4ª.aconfluencia de ambos estes Rios.....	ditas	900
4ª.aconfluencia de ambos estes dous Rios.....	ditas	900
3ª.Tem o Mamore	ditas	44º

L8

5ª.Deprõfundid. estando eles ambos cheios.....	ditas	1º
5ª.de profundidade ambos elles estando cheios.....	ditas	1º
4ª.aconfluencia de ambos estes Rios	ditas	900

L9

6ª.Velocid.º da corr.º em hú Segundo de tpº.	a ^s / 60 de minuto	palmas 8 5/22
6ª.velocid.º da corrente em hú Segº de tempo	a ^s /60 de minuto	pal. 8 5/22
5ª.Deprõfundid. estando eles ambos cheios.....	ditas	1º

L10

7ª.Variaçam d'agulha pª. N.E. nad.º confluencia.....	7º.....6 ^s
7ª.vr.ªm d'agulha pª. N.E. nada confluencia.....	7º.....6 ^s
6ª.Velocidad.º da corr.º em hú Segº de tpº.	a ^s / 60 de

L11

[]	
[]	
minuto.....	palmas 8 5/22

L12

[]	
[]	
7ª.Var.ªm. d'agulha pª. N.E. nadª. confluencia....	7º.....6 ^s

3. Análise paleográfica.

Ao longo dos séculos muitos pesquisadores definiram a etimologia e o uso da paleografia. Por escrita antiga, segundo Andrade (2012, p. 357), entendemos que as formas usadas para redigir um texto, seja ele breve ou longo, compete à ciência paleográfica sua análise descritiva. Diante dos seis textos presentes nos três mapas, ora trabalhados, sendo dois textos em cada mapa, tomamos por princípio, para uma análise paleográfica, as referências citadas por Cambraia (2005, p. 24) que explicitam a escrita, localização e datação. Quanto à escrita compete ser revelado: a morfologia, o traçado, o ângulo, o módulo e o peso, a ortografia e abreviaturas. Como também, poderão ser usados meios para solucionar problemas de ocorrências não resolvidas por falta de compreensão do que o escriba tenha escrito.

3.1 Características observadas nos textos.

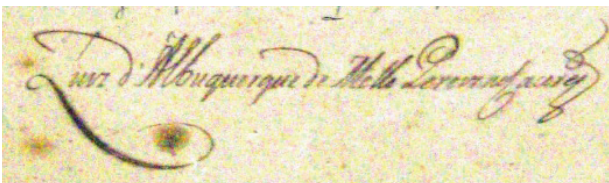
Para um melhor entendimento a ser descrito sobre a paleografia, procuramos dividir os comentários por cada mapa, para que possa ser mais fácil o entendimento sem causar confusões. Assim, detectamos tais características:

Por serem mapas, os documentos são anopistógrafos, escrita no *recto*.

Os três mapas apresentam letras maiúsculas que remetem ao estilo *quadrata romana*. Quanto às letras minúsculas são de padrão *cursiva romana*.

Notam-se nos textos dos dois primeiros mapas o uso da letra V no lugar da U. Esse tipo de uso vem do latim, pois na língua latina não existia a letra “u”. Quando se encontra em um texto do século XVIII, como é o caso em questão, essa ocorrência serve para dar estilismo clássico à escrita.

Primeiro mapa: demonstra ser de natureza ideógrafo, escrito por um escriba e assinado por um terceiro, no caso, “Luiz d’ Albuquerque de Mello Pereira e Caceres”.



Os dois textos apresentam 12 e 10 linhas, com letras maiúsculas e minúsculas, o escriba apresenta na escrita certo grau de conhecimento, pois o traçado uniforme, firme e mantendo as letras sempre retas mostra habilidade com a escrita. Não há borrões nem rasuras. A quem o documento é remetido consta escrito na cor vermelha: “DAR^A D. MAR. ^A I^A NOSSA SR^A”, com desdobramento, temos: “DA RAINHA DONA MARIA I NOSSA SENHORA”.



Segundo mapa: os dois mantêm o mesmo número de linhas do primeiro mapa. Neste se observa o que ocorre no antecessor quanto à disposição das palavras.

Terceiro mapa: primeiro texto com 10 linhas e segundo texto com 12 linhas. Não altera o contexto e, sim a disposição das letras. Mantendo uma escrita pendente para o lado direito, fugindo da estética dos demais textos.

Conclusão.

Após análise filológica dos mapas do Rio Guaporé, pudemos identificar as diferenças presentes nas gravuras e nos textos, todos mantendo, no que tange ao aspecto cartográfico, os mesmos dados. Quanto às gravuras, pudemos perceber diferenças entre elas. As que ladeiam os primeiros textos, ora apresentam anjos, flores e o brasão de Portugal, ora apenas o brasão e flores. As molduras dos textos 2 são ornadas por flora, fauna e silvícolas, mapa 1; no mapa 2, há seres mitológicos e arquitetura romana, além de instrumentos de cartografia; no mapa 3, o texto é ladeado por flora, fauna e um silvícola.

No que se refere à Rosa dos Ventos, cada mapa apresenta duas variantes, sendo que todas as seis rosas analisadas apresentam-se com cores e adornos diferentes.

Ainda pudemos perceber que o mapa que está sob a guarda da Casa da Ínsua, em Portugal, apresenta maior variação textual, sendo que, nas gravuras, é que detectamos as maiores diferenças.

Enfim, além do que foi aqui tratado, *corpora* dessa natureza podem suscitar novas pesquisas envolvendo a toponímia e a antroponímia, no campo da linguística, como também aspectos de interesse da Geografia, História, dentre outras.

Referências bibliográficas.

- ALMEIDA, Francisco Jose de Lacerda e. *Diario da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitánias do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Na Typ. de Costa Silveira, 1841.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.
- CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente. Tomo III*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.
- COUTINHO, I. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1976.
- ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. 3 ed. Coleção Littera, nº 7. RJ: Grifo, 1976.
- ELIA, S. *Preparação à lingüística românica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- ILARI, R. *Lingüística românica*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MEIER, H. *Ensaio de filologia românica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.
- NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. Spala Editoras Ltda, 1985.
- Tratado Preliminar de Limites – Santo Ildefonso – 01.10.1777 (D. Maria I / Carlos III)
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8ed. São Paulo: Melhoramentos, 2001.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha, 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRAZIL, M. C. *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*. In: IV Congresso internacional de estudos. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/genericos/Per_Pombalino.pdf>. Acesso em 2 de janeiro de 2012 e 12 de fevereiro de 2013.

Recebido em 3 de março de 2013.

Aceito em 10 de maio de 2013

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: O ESTADO, A ESCRITA E A MEMÓRIA

Francieli Carolina Santos Durigon

Universidade do Estado de Mato Grosso

frandurigon@gmail.com

Ana Maria Di Renzo

Universidade do Estado de Mato Grosso

arenzo@unemat.br

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar discursivamente as políticas de língua do Estado de Mato Grosso, refletindo o modo como os documentos dão visibilidade à memória discursiva de escrita que legitimam as práticas linguísticas na Escola. Procuramos compreender, através da leitura de arquivos, as políticas linguísticas do Estado de Mato Grosso dando visibilidade a uma memória de escrita que se movimenta e se estabiliza num jogo de dizeres que se repetem e se (re)atualizam numa relação entre língua, sujeito e discurso, constituindo sujeitos que se significam na sua relação com a língua e a escrita e se identificam como cidadão, sujeito escolarizado.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Língua. Estado. Escrita. Memória. Língua.

ABSTRACT:

The objective of this composition is to analyze discursively the policies of language of the State of Mato Grosso, reflecting the way how documents give visibility to the discursive memory of writing that legitimate the linguistic practices at School. We aimed at comprehending, through the reading of files, the linguistic policies of the State of Mato Grosso giving visibility to a memory of writing that is moved and established in a game of sayings which are repeated and (re)updated in a relation between language, subject and discourse, constituting subjects who are signified in their relation with the language and the writing and are identified as citizenship, literate subject.

KEYWORDS: Policy of Language. State. Writing. Memory. Language.

Introdução.

Dentro do que trabalhamos, as políticas de língua escrita são uma ancoragem analítica para compreender o processo discursivo que inscreve o sujeito numa memória que configura um certo tipo de sociedade que se diz letrada. Ao tratar das políticas públicas do Estado de Mato Grosso, tratamos de modos possíveis de inscrição dos sujeitos na sociedade, significada na sua relação com a língua e com a escrita.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o funcionamento discursivo das políticas de língua do Estado de Mato Grosso textualizadas em sala de aula e que estão na base da constituição do sujeito que se significa na sociedade pela sua relação com a escrita. A fim de fugir das evidências que a ideologia faz funcionar sobre o sujeito, propomos neste trabalho o deslocamento do discurso institucional do Estado debruçando-nos discursivamente sobre as políticas de língua do Estado, especificamente no que se refere à prática de escrita em sala de aula. Procuramos analisar discursivamente as Políticas de Língua Escrita do Estado de Mato Grosso que sustentam os documentos que legitimam as práticas de escrita e constituem sujeitos escolarizados que “atendem” a um certo domínio da língua, da escrita e configura um imaginário de sociedade que se diz letrada.

Este trabalho é filiado à História das Ideias Linguísticas (HIL) e à Análise de Discurso (AD) da Linha Francesa. A articulação desses dois campos teóricos possibilita a (re)construção da história dos sentidos da língua do Estado que se textualiza nas práticas linguísticas escolares, de modo particular, nas práticas de escrita. O ponto de encontro da HIL com a AD se inscreve, “nas chamadas novas práticas de leitura. [...] o próprio dessas práticas é relacionar o dizer com o não dizer, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito” (ORLANDI, 2001, p. 7). Essa relação teórica nos permite tomar o nosso objeto de estudo como discurso que produz sentidos e efeitos para os sujeitos e para a história dos saberes.

Nessa direção, os arquivos selecionados para a análise foram as diretrizes para a Educação Básica do Estado e disponíveis nos documentos *Escola Ciclada de Mato Grosso – Novos tempos e espaços para ensinar – aprender e sentir, ser e fazer* (2001) e *Orientações Curriculares da educação básica do Estado* (2010). Consideramos esses arquivos como instrumentos linguísticos que nos permitem, pela análise discursiva, compreender os sentidos postos em funcionamento no discurso institucional sobre a prática de escrita legitimadas pelas políticas públicas do Estado de Mato Grosso.

No batimento entre “teoria e análise”, observamos que as práticas lingüís-

ticas propostas por esses arquivos constituem uma memória sobre a relação língua, sujeito, escrita. Dessa forma, passamos então a questionar: em que redes de memória as políticas de língua escrita do Estado se inscrevem?

Ao tomar as Políticas de Escrita do Estado como discussão deste trabalho, propomos de certo modo, uma reflexão sobre a implantação do sistema de ensino Ciclos de Formação Humana no Estado de Mato Grosso. Deixar de compreender a memória do regime ciclado mato-grossense significaria considerar as políticas públicas do Estado pela sua transparência.

Compreendemos a memória, não como uma memória individual, mas uma memória de “sentidos entrecruzados”, que está em relação ao esquecimento e ao pré-construído. Na concepção de Pêcheux,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (que dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX 2010, p. 52).

Para o analista de discurso a memória funciona só significa pelo que se “esquece”. Sua representação não é aparente nas textualidades, mas no esquecimento que é retomado pelo efeito do já-dito, do que já foi dito antes, em outro lugar e que pela reorganização da memória sobre o sujeito o afeta, pelo atravessamento do interdiscurso.

As condições de produção da implantação do Ciclos de Formação no Estado de Mato Grosso nos permite compreender os diferentes sentidos que atravessam o discurso sobre a educação mato-grossense, institucionalizando uma política de/do Estado. A implantação do regime de ciclos no Estado de Mato Grosso constitui-se como uma das medidas criadas para a superação dos problemas enfrentados pela educação no Estado, cuja implantação se deu de forma gradual. Em 1997, a aplicação do Ciclo foi apenas nas séries iniciais. Em 1999, o sistema ciclado foi implantado em todo Ensino Fundamental, assim mantido até os dias atuais.

Considerar as condições de produção em que se constituiu o discurso sobre o regime ciclado e seus efeitos é uma compreensão que possibilita conceber para análise o funcionamento da ideologia que atua silenciosamente sobre os sujeitos através das práticas linguísticas legitimadas nas diretrizes do sistema de ciclos.

No ano de 1997, o Estado de Mato Grosso apresentava um *déficit* considerável na educação, alcançando marcas de até 34,4% de fracasso escolar (MATO

GROSSO, 2001). Com esse resultado, o governo do Estado de Mato Grosso tomou a decisão de experimentar o regime ciclado nas séries primárias reorganizando o Ensino Fundamental, implantando o Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA). O objetivo do governo do Estado era reduzir os índices de evasão e repetência, eliminando a reprovação no primeiro ano de escolaridade. Como o resultado do programa foi satisfatório para as autoridades, apresentando um número reduzido de repetência o Ciclo de Formação foi implantado em todo o Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso. Após dez anos a Escola Ciclada ser implantada no Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado, elaborou as Orientações Curriculares para a Educação Básica de Mato Grosso (OCs), através da Secretaria de Educação (SEDUC), juntamente com a colaboração das universidades públicas do Estado, do sindicato dos professores, do Conselho Estadual de Educação, do Centro de Educação Federal Técnico entre outras entidades.

Ao tratar da língua, escrita e memória, temos que considerar a interpelação do sujeito pela ideologia que, como afirma Pêcheux e Fuchs (2010) conduz o sujeito a “ocupar o seu lugar”. Para os autores, o sujeito sofre o assujeitamento “como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo a sua livre vontade” (PÊCHEUX E FUCHS, 2010, p. 162).

Di Renzo (2005a) diz a partir de Althusser, que a ideologia não é ideais fabricados, mas algo que se reproduz pelas práticas materiais. No livro “Aparelhos Ideológicos de Estado”, Althusser explica que a ideologia está embutida nas práticas de um aparato ideológico. A Escola é para o autor, um aparelho ideológico de Estado, assim como a igreja, o exército entre outros. Esses aparatos ideológicos “ensinam” saberes práticos que asseguram o assujeitamento à ideologia dominante (ALTHUSSER, 1985). Assim sendo, conforme Di Renzo (2005a, p. 155) “não se trata de algo que se aprende ou se inculca, mas algo que se adquire ao mesmo tempo em que exerce nas práticas materiais”.

Nesse sentido, ao tomar as concepções de língua e de escrita propostas nas diretrizes do sistema de ensino Ciclo de Formação Humana do Estado de Mato Grosso, damos visibilidades às práticas materiais que estão significadas na forma como são concebidas nas instituições escolares por meio da ação do Estado e que produzem os efeitos que significam nos sujeitos.

2. Escrita e Sociedade: uma relação política.

Propor uma análise sobre os arquivos “Escola Ciclada de Mato Grosso”

e as “Orientações Curriculares”, significa compreender como essas políticas se reatualizam num movimento da memória que está sempre em relação à repetição, ao pré-construído, ao esquecimento, às rupturas e transformações.

Procuramos compreender na análise da materialidade discursiva que se segue, os sentidos de língua e prática de leitura e escrita. Mais que compreender os sentidos é estabelecer relação com a língua e com a escrita, uma vez que, conforme Auroux (1992), a escrita é condição de possibilidade do saber linguístico¹.

A inscrição dos sujeitos no processo histórico discursivo o faz significar-se na relação com a memória do objeto simbólico que o constitui. Nessa perspectiva, os gestos de escrita, na relação com o simbólico, se inscrevem na constituição histórica do saber metalinguístico e também na constituição da história de uma língua que possibilita aos sujeitos se identificarem com um sujeito sabedor das letras. A escrita, no processo de aprendizagem, passa necessariamente pelos mecanismos de escolarização do Estado.

O conceito de escrita, segundo Rancière (1995) é político. Para o autor “a palavra *política*, assim como a palavra *escrita*, é certamente tomada de uma multiplicidade de sentidos, e a conjunção das duas está submetida à lei dessa multiplicação” (p. 7). O gesto de escrita está sujeito a uma divisão essencial. Escrever, segundo o autor, é um ato que não pode ser realizado sem que signifique. A escrita é política porque, mais do que um ato de escrever, é um gesto que determina a forma da sociedade pela divisão política das ocupações e conhecimento dos sujeitos. Para Orlandi (2007a, p. 296), o político “reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos já que a nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão”, ou seja, o político é o que estabelece na sociedade uma divisão dos sujeitos e dos sentidos no modo como formulam e são formulados, como eles se constituem e são constituídos.

Nessa direção, consideramos que a escrita divide a sociedade entre aqueles que sabem escrever e aqueles que não dominam as letras. E não apenas isso. O sujeito ao dominar a escrita, domina conseqüentemente as relações hierarquizadas do poder, pois a sociedade se constitui como uma sociedade de escrita que ao mesmo tempo divide e seleciona quem deve ou não a ela pertencer.

A escrita é, assim, aquilo que legitima uma forma-sujeito político, que pelos mecanismos do Estado se individualiza e se identifica enquanto tal. A letra

1 A escrita é a representação metalinguística da língua, mas não é a língua. Podemos então considerá-la como artificial, mas um saber artificial que é condição do saber, ela é metalinguagem em si mesma.

é o traço que separa as relações sociais. O sujeito pode se apoderar da escrita, dar voz a ela, mesmo que esta lhe seja negada. Pelo modo como se apodera da escrita, o sujeito se constitui. Nesse sentido, o modo como o sujeito se relaciona com a escrita é o modo como ele se relaciona com o conhecimento, com a condição de letrado, com a sociedade.

Orlandi (1999, p.6) afirma que “numa sociedade capitalista é impossível pensar a cidade sem a escrita”. Com efeito, a escrita é um objeto social por definição, e não por eleição. Isto é, ela regula a divisão dos homens, configurando instituições e práticas, definindo as relações sociais, econômicas, culturais, jurídicas.

O ritual das letras inscreve o sujeito na estrutura social. Para Orlandi (1999, p. 8) “atrás da letra, se há a língua, há, sobretudo a história (discursividade, sentido)”. O processo da escrita é um trabalho da memória que funciona no modo como as relações sociais se estruturam. A historicidade desse processo funciona na sua relação com o urbano. O sujeito, ao se apropriar e dominar a palavra escrita, um objeto que é ao mesmo tempo histórico e simbólico, torna-se sujeito-cidadão “pela posse de bens e privilégios que nessa língua escrita se instituem” (SILVA, 1999, p. 26).

Dominar a palavra escrita dá ao sujeito – autônomo e pensante – condição de sujeito-cidadão. Contrariamente a essa discursividade, conforme Silva (1999) há o trabalho ambíguo posto no gesto de aprender a ler e escrever. São gestos que consistem na apreensão de um sentido inscrito nas regras escolares.

Portanto, um sujeito que passa pelo processo de alfabetização, constitui no interior da metalinguagem, um imaginário de sujeito pronto para exercer a cidadania, letrado ou não, mas escolarizado para o Estado. Por essa razão, dizemos que as práticas de escritas estruturam as relações com a sociedade e com o Estado. É esse funcionamento discursivo que vai determinar os efeitos de sentidos que a própria sociedade institui na relação entre e por sujeitos, efeitos de um processo político da escrita, da língua.

3. Língua e Memória: o que é escrever para o Estado?

Ao tomarmos nosso objeto de estudo, observamos nos dizeres o funcionamento de determinadas memórias e não outras (DI RENZO, 2005b, 2008) que se filiam às políticas linguísticas do Estado em uma rede significativa de sentidos que funcionam como mecanismos de legitimação da prática linguística na Escola constituindo sujeitos na relação com a língua e a sociedade. Com efeito, consideramos as políticas de língua escrita do Estado de Mato Grosso como lugar de memória, por esse motivo, concebemos o discurso da Escola

Ciclada e as Orientações Curriculares como o lugar que materializa a memória discursiva da prática linguística do Estado.

A formulação do discurso institucional pressupõe uma concepção variacionista da língua. A língua é assumida, no discurso do Estado como situações de *uso*, sustentada com os dizeres discursivos que afirmam a concepção de língua “como conjunto de regras homogêneas e invariáveis [...]” e considera “os *usos* reais e afetivos da língua em nossa sociedade” (MATO GROSSO, 2001, p. 115). A língua é concebida pelo Estado como utilitarista e humanista, pois o melhor modo de “usar” a língua deve ser “relativizado” “em função de situações comunicativas”.

A língua, de acordo com as Orientações Curriculares, é definida enquanto código. As políticas de língua de Mato Grosso ao propor “desenvolver um trabalho de reflexão não apenas sobre o código (língua)”, e também “oportunizar o contato frequente do estudante com a leitura e a produção de textos e, na dinâmica desse processo, desencadear uma relação linguística viva” (MATO GROSSO, 2010, p.8, destaques nosso) produzem efeitos no modo como o sujeito se relaciona com a língua e a metalinguagem, como um modo “imobilizador da totalidade”, sobrepondo o caráter pedagógico ao científico da língua. O sujeito, ao ser interpelado por esses efeitos se inscreve na memória discursiva de que não saber usar a língua é não saber escrever, sem considerar o que seja saber a língua e saber *sobre* a língua. Por essa razão, o que se tem são repetições de discursos e de práticas discursivas mnemônicas². Ou seja, não há o real trabalho científico da língua. A relação com a exterioridade é apagada pelo discurso pedagógico que não possibilita a historicização do sujeito, “o dizer não sai do lugar” (ORLANDI, 1998, p. 14).

Observemos o recorte que diz da prática de escrita:

[...] proporcionar aos seus alunos oportunidades de experimentar e compreender não apenas as convenções do código e os traços do dialeto padrão, importantes a um texto, mas também às situações de uso da escrita e suas diversas possibilidades de realização. (MATO GROSSO, 2001, p. 123, destaques nossos).

2 Orlandi (2007c) considera a repetição mnemônica como a repetição empírica que não historiciza, não inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, no interdiscurso. Conforme a autora “a repetição é assim, para o autor, parte da história e não mero exercício mnemônico. Inscrevendo sua formulação no interdiscurso, na memória do dizer, o autor assume sua posição de autoria, produzindo um evento interpretativo, ou seja, o que faz sentido” (ORLANDI, 1998, p. 13).

Observa-se que o discurso predominante é a função interacionista da língua, escrever é uma prática concreta que de interação. O discurso do Estado diz que para ser competente é preciso saber adequar a sua escrita ao dialeto padrão da língua, compreender as convenções de códigos e saber convencer o leitor. Nessa teia discursiva, muitos sentidos se alinham como se fossem um só, mas que, ideologicamente, funcionam determinando uma forma-sujeito.

Ao considerar a escrita padrão da língua como um dialeto, incorpora-se na escrita uma prática sociolinguística onde o sujeito deve considerar as situações de uso. Tal diretriz reduz o gesto de escrita ao registro de variedades linguísticas, às manifestações comunicativas em situações concretas. Assim, “compreender não apenas as convenções do código [...], mas também às situações de uso da escrita” está filiado à teoria funcionalista da metalinguagem no sistema conversacional, nega-se “a metalinguagem enquanto um efeito de interpretação da língua” (PFEIFFER, 2005, p. 31), ou seja, a língua e a metalinguagem são concebidas como equivalentes no discurso institucional. Do mesmo modo que “convencer o leitor” está filiado à formação discursiva que entende a escrita como prática persuasiva.

Observamos, também, no discurso institucional a aproximação da prática de escrita aos gêneros discursivos. Escrever é também saber identificar e selecionar qual gênero é mais adequado à situação. Usa-se os gêneros textuais como pretexto para escrever. Sem o gênero discursivo definido não há gestos de escrita, e não há possibilidade de autoria³. Escrever não é saber a língua, é saber reconhecer de que gênero se trata. Regularidade que encontramos com muita frequência na materialidade do discurso das OCs, como podemos observar no próximo recorte.

Na produção escrita, o estudante tanto utilizará as informações obtidas pelas diversas leituras, em gêneros distintos e em textos diversificados, quanto colocará em prática o conteúdo apre(e)ndido sobre os gêneros do discurso. As propostas de produção escrita, desse modo, deverão indicar claramente a relação interativa que se estabelece nesse processo, para que o estudante escreva sempre levando em conta um fato básico: tudo o que é escrito é dirigido a alguém, com uma determinada intenção e em um contexto específico, assim como tudo o que é falado. (MATO GROSSO, 2010, p. 50, destaques nosso).

3 Para a teoria a qual nos filiamos, “a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor). [...] Neste caso o Outro não é o interlocutor, mas o lugar da alteridade constitutiva, presença do outro sentido no sentido, presença da ideologia. Com efeito, a autoria ao mesmo tempo constrói e é construído pela interpretação” (ORLANDI, 2007c, p. 74-75).

O discurso sobre os gêneros discursivos é tecido em relação ao locutor e interlocutor do texto em uma situação interacional, “ambos estão inseridos em uma situação comunicativa real”, determinado sob a forma de formações imaginárias⁴. A materialidade simbólica circunscreve a escrita em um efeito de transparência, de autonomia, uma vez que o sujeito tem o seu gesto de autoria enquadrada a um tipo de gênero. Tal efeito é materializado linguisticamente pela forma como o termo apre(e)nde está grafado.

A falsa autonomia do sujeito está no reconhecimento de gênero discursivo determinando a função cognitiva e interativa do texto. *Apreender*, diz o discurso institucional, é o sujeito apropriar-se do gênero textual, dos conteúdos. Assim, o gesto de autoria está silenciado num gesto mecânico de seleção do gênero. A produção textual é praticada mediante a seleção do gênero que o sujeito deve fazer antes de produzir.

Considerar os textos como situações comunicativas, reconhecer e respeitar as variedades linguísticas, significa que, de certo modo, o texto institucional filia-se a uma memória de escrita condicionada às questões sociolingüísticas, bem como pragmáticas, que vê o gesto de escrever em um movimento de inserir o sujeito em uma relação com o social.

Considerações finais.

Compreendemos que o processo de constituição de sentidos do discurso institucional permite dar visibilidade a uma relação do sujeito com os sentidos em uma relação que produz história e configura a sociedade, em relação a uma memória. O sujeito não se significa e nem significa a relação da escrita com a sociedade, nem se inscreve em uma relação simbólica como lugar de significação (DI RENZO, 2005b).

Observamos que as diretrizes da educação básica de Mato Grosso vão constituindo práticas de escrita que apelam incessantemente para o reconhecimento de gêneros, das variedades, das práticas comunicacionais, impondo um desenvolvimento mecânico do gesto de escrita que apaga o gesto de autoria e de significação do sujeito. São dizeres que funcionam como pressupostos para constituição de uma sociedade que tem o falso domínio da escrita e da língua, mas que se diz letrada.

4 As Formações Imaginárias funcionam como mecanismos de antecipação. Os mecanismos de antecipação, conforme Orlandi (2007b, p. 39), “regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”.

Compreendemos que as políticas de escrita do Estado promovem um discurso que captura o sujeito como praticantes de uma língua e de uma escrita como objeto de comunicação cabendo a ele simplesmente aprender os gêneros não para deles fazer uso social, mas, sobretudo, para praticar exercícios sobre algumas estruturas da língua. O Estado instrumentaliza o professor para que ele possa desenvolver um trabalho de modo a engessar os sujeitos em nome da interação, do diálogo e da divulgação da cultura. Há um esvaziamento do ensino por uma *presença & ausência* que ao mesmo tempo que se apresenta como uma política pública esvai-se em discursos mnemônicos, esvaziados da ciência da linguagem, inscrevendo as políticas de língua em uma concepção antropológica e cultural, não as instrumentalizando com tecnologias advindas das ciências da língua.

Refletir sobre a formulação das diretrizes constitui um gesto de leitura que historiciza a produção de sujeitos pela institucionalização de determinadas concepções de língua e de escrita. Enquanto lugar de reflexão e produção da ciência da língua/linguagem, este estudo contribui para a ruptura com os paradigmas que sustentam a elaboração de documentos reguladores, propondo um deslocamento do discurso institucional para o trabalho com a língua a partir de uma perspectiva teórica que considera a produção do saber junto à constituição da língua na relação com o sujeito e com os sentidos, desconstruindo práticas que engessam uma forma-sujeito atravessada pelo imaginário de que saber escrever é saber a língua, rompendo com o modo de conceber a metalingua enquanto língua e não como efeito dela.

Referencias bibliográficas.

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE/Louis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DI RENZO, Ana Maria. *A constituição do Estado brasileiro e a importação do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005a.
- _____. A Língua Materna e Língua Nacional. In: Seminário de Análise de Discurso, 2, 2005c, Porto Alegre. *Anais eletrônicos II Seminário de Análise de*

- Discurso – SEAD*. Porto Alegre: 2005. Simpósio. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/>> Acesso em: 15 ago. 2011.
- _____. Escola e a formulação das Políticas Linguísticas. *Revista Letras da Universidade de Brasília*, Volume 1 – Número 2 – Ano I – nov/2008, p. 5- 15.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer*. Cuiabá: Seduc, 2001.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Orientações Curriculares para a Educação Básica de Mato Grosso*. 2010. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2011.
- ORLANDI, Eni P. Apresentação. In: ORLANDI, Eni P. (org). *História das ideias linguísticas*. Cáceres: Unemat Editora, 2001a.
- _____. Educação em Direitos Humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy [et al.]. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007a.
- _____. *Análise de discurso princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007b.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 5. ed. 2007c.
- _____. Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos Limites do Simbólico. *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI*. Campinas, nº. 4, mar. 1998.
- _____. Reflexões sobre Escrita, Educação Indígena e Sociedade. *Escritos*. Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri – Labeurb. Nº 5, 1999 a.
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre [et al]. *Papel da Memória*. Campinas: Editora Pontes, 2010.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, Eduardo. BRUN de PAULA, Mirian Rose (orgs). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução Raquel Ramallete, Lais Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo e Eloísa de Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- SILVA, Mariza Vieira da. Espaços Urbanos – Espaços da Escrita. *Escritos*. Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri – Labeurb. Nº 5, 1999.

VERBOS APORTUGUESADOS DE ANGLICISMOS: INDÍCIOS DE VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Flavio Biasutti Valadares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
flaviusvaladares@hotmail.com

RESUMO:

O artigo trata de verbos aportuguesados, derivados de anglicismos; expõe a visão de alguns teóricos que tratam da variação e mudança linguística; exemplifica verbos aportuguesados a partir de anglicismos; conclui que verbos aportuguesados podem ser enquadrados em processos de mudança linguística no Português Brasileiro atual.

PALAVRAS-CHAVE: Variação. Mudança linguística. Estrangeirismos.

ABSTRACT:

This article discourses upon Portuguesized verbs derived from Anglicisms; exposes the view of some theorists who deal with language variation and change; exemplifies Portuguesized verbs from Anglicisms; concludes that this kind of verbs can be inserted in processes of language change in the current Brazilian Portuguese.

KEY WORDS: Variation. Linguistic change. Loanwords.

Considerações iniciais.

Paiva e Duarte (2003, p. 13) afirmam que “a atividade humana da linguagem caracteriza-se por um conflito entre duas faces aparentemente contraditórias: de um lado, uma aparência de estabilidade e, de outro, a constante variação e mudança tanto no indivíduo como na comunidade”. Elas asseveram que “a conjugação entre essas duas faces tem sido o foco de interesse da Teoria da Variação [...] que tem como um dos seus principais axiomas o de que as línguas humanas estão em constante mudança”. Nesse aspecto, entendemos que uma questão relevante no Português Brasileiro atual tem sido o aportuguesamento de verbos derivados de anglicismos.

Schmitz (2001, p. 106) posiciona-se no sentido de que “a língua portuguesa sempre foi acolhedora de palavras novas”. O autor explicita que “a presença de palavras de origem estrangeira no português contemporâneo de nenhuma forma empobrece a língua; muito ao contrário, as palavras emprestadas de outras línguas contribuem para enriquecer a língua portuguesa”. Nessa perspectiva, é relevante reiterarmos que o uso de estrangeirismos na língua portuguesa, assim como em qualquer língua, historicamente sempre ocorreu, ou por empréstimos devido ao contato linguístico, à necessidade de comunicação imediata, ou em razão de uma necessidade técnica de uso e de entendimento de um novo conceito.

Fiorin (2001, p. 119) evidencia que “as línguas que têm hegemonia política, num determinado momento, fornecem mais empréstimos que outras”. Na visão de Possenti (2001, p. 170), “a história das línguas é em grande parte uma história de empréstimos”. Para Schmitz (2001, p. 86), “a existência de palavras estrangeiras numa determinada língua não coloniza o pensamento nem tolhe o raciocínio, a criatividade e a originalidade dos que querem se expressar oralmente ou por escrito”.

Dessa forma, nosso objetivo é demonstrar alguns casos de verbos aporuguesados a partir de empréstimos linguísticos externos – estrangeirismos/anglicismos – para ilustrar, com base na Teoria da Variação e Mudança, de linha laboviana, indícios de variação e mudança linguística no Português Brasileiro atual.

1. Variação, mudança linguística e estrangeirismos.

Alkmin (2001, p. 31) afirma que

o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. (ALKMIN, 2001, p. 31)

Conforme Mollica (2003, p. 9), a Sociolinguística é “uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e

sociais”. A autora ressalta que “a Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente”; além disso, ela explicita que a variação linguística pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes e que essas variantes são “diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente”. (MOLLICA, 2003, p. 11).

Na perspectiva de Labov (1994), não se deve parar no que é estritamente linguístico. Isso evidencia que, havendo maior contato, as trocas linguísticas dão-se de maneira mais acentuada e promovem uma série de alterações nos usos dos falantes, seja por razões efetivamente comerciais, seja por transmissão cultural. Desse modo, a língua, instituição social de domínio público, apresenta no uso cotidiano seu maior veículo de divulgação e, por consequência, de troca.

Labov (2008) demonstrou que a mudança linguística não pode ser compreendida fora da vida social da comunidade em que ela se produz, uma vez que pressões sociais são exercidas constantemente sobre a língua, ou seja, a explicação da mudança linguística, em suas palavras, “parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística.” (LABOV, 2008, p. 19)

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 17) apresentam um esboço dos problemas para os quais uma teoria da mudança deve fornecer respostas:

- a) fatores condicionantes (mudanças e condicionantes possíveis); b) transição (os estágios intervenientes entre dois estados da língua); c) encaixamento (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura linguística e na estrutura social); d) avaliação (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua); e) implementação (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época). (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 17)

Nesse aspecto, cumpre considerarmos que a abordagem da Teoria da Variação e Mudança Linguística instrumentaliza, de acordo com Mollica (2003), a análise sociolinguística. A linguista observa que “esta linha é adotada em função de ser considerada teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva sociolinguística”. (MOLLICA, 2003, p. 11)

Com isso, entendemos que as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade linguística, uma vez

que a renovação de uma língua é algo imprescindível para a sua própria manutenção e sobrevivência e só assim poderão ser criados novos significados e atender às novas demandas da sociedade. Dessa forma, observando o postulado de Labov (1994), toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança.

Decorrente disso, confirmamos que empréstimos podem ser feitos, conscientemente ou não, pelos usuários da língua e que, de eventuais intercâmbios e de alguma maneira, a “contaminação” linguística ocorra em graus maiores ou menores devido às necessidades comunicativas dos falantes. Isso é confirmado pelo fato de que a língua tem a qualidade de ser, ao mesmo tempo, um fenômeno histórico-social e um elemento constitutivo da individualidade de cada falante, em particular. (ALKMIN, 2001; PRETI, 2000)

Assim, os empréstimos externos, ou seja, estrangeirismos, na visão de Faraco (2001), apresentam-se como

o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. (FARACO, 2001, p. 15)

Campos (1986, p. 34) postula que “o estrangeirismo seria um empréstimo que ainda não se naturalizou”. Para Barbosa (2004, p. 71-72), “o estrangeirismo consiste em transferir (transcrever ou copiar) para a língua-alvo vocábulos ou expressões da língua-fonte que se refiram a um conceito, técnica ou objeto mencionado na língua-fonte que seja desconhecido para falantes da língua-alvo”.

Conforme Cunha (2003, p. 5-6), palavra estrangeira é “aquela palavra que, embora usada por alguns dos nossos escritores e, mais frequentemente, na linguagem da imprensa, ainda não foi completamente adaptada ao nosso idioma”. E complementa “aquela palavra que proveio de uma língua estrangeira (palavra esta que não pertence, portanto, ao nosso patrimônio latino) e que foi introduzida em português e nele perfeitamente adaptada”.

Andrade e Medeiros (2001, p. 260) conceituam estrangeirismo como “palavra estrangeira utilizada dentro de um sistema linguístico sem que faça parte de seu acervo lexical. Ela é sentida como externa ao vernáculo dessa língua”. Para Weg e Jesus (2011, p. 26), “é o uso de termos ou expressões tomadas por empréstimo de outras línguas”.

Assim, é importante salientarmos que, de acordo com Alves (2004, p. 73), “o estrangeirismo é facilmente encontrado em vocabulários técnicos – es-

porte, economia, informática... – como também em outros tipos de linguagens especiais: publicidade e colunismo social” e ampliarmos essa afirmação para compreendermos que, além de empréstimos linguísticos externos nestas áreas, os usos se estendem a outras áreas da sociedade e expandem-se aos mais variados grupos sociais, inclusive com ampliação semântica.

2. Verbos aportuguesados de anglicismos: indícios de variação e mudança linguística.

A partir das considerações iniciais e da exposição teórico-conceitual, analisamos alguns exemplos de verbos aportuguesados, derivados de anglicismos, a fim de comprovarmos que há indícios de um processo de variação e mudança linguística. Antes, apresentamos alguns comentários sobre aportuguesamento, neologismo e dicionarização.

Na visão de Mattoso Câmara Jr. (2002, p. 57), o aportuguesamento é um “fenômeno que consiste em adaptar, fonológica e morfológicamente, os estrangeirismos lexicais ao português”. Nesse aspecto, Sandmann (1997, p. 73) observa que o empréstimo pode estar bem adaptado à língua de chegada quando há palavras dele derivadas, como empréstimos advindos da língua inglesa que possuem termos derivados: *snob* que derivou *esnobar*, por exemplo, vocábulo bastante utilizado para designar uma pessoa que se considera superior à outra, menosprezando-a.

Nessa perspectiva, Torrano (2010, p. 22) indica que, “num primeiro momento, a unidade léxica permanece como um elemento estrangeiro à língua, com sua forma original inalterada”. Ela complementa afirmando que, “com o aumento do uso pelo grupo, isto é, com o aumento da frequência, a unidade sofre alterações, atualizações, até que passa a ser sentida como unidade da língua de destino sujeita às regras de transformação morfológica da mesma, tornando-se um empréstimo”.

É importante salientarmos que alguns casos de empréstimo são feitos, mas o termo em português concorrente vem sobressaindo quanto ao uso, como é o caso de *attachment*, que significa anexar, e, mesmo tendo ocorrido seu aportuguesamento, o uso de atachar na área da informática não é tão comum quanto anexar para designar a mesma ideia. Isso pode demonstrar que o uso de um estrangeirismo é dependente da aceitação por parte da comunidade linguística, ou seja, o uso de *attachment* levou ao seu aportuguesamento (atachar); no entanto, como há na língua portuguesa o termo anexar para a mesma ideia, é possível afirmarmos que a opção pela utilização de anexar no lugar de atachar

deu-se muito mais pela preferência do falante/usuário da língua. Também, é importante frisarmos que os dois termos estão em concorrência e podemos até sugerir que no processo de mudança linguística haja uma tendência a permanecer a opção anexar em vez de atachar.

Em contrapartida, há casos em que o aportuguesamento, especificamente de verbos, ocorre, como aponta Prado (2006, p. 58), “com a adaptação das unidades lexicais que já sofreram alteração de âmbito fonético, fonológico e morfológico, ou seja, que já se adaptaram ao sistema da língua portuguesa”. Ela exemplifica com acessar, conectar, deletar, escanear. Isto é, um processo aparentemente bastante rápido de adaptação e, por conseguinte, de aportuguesamento e uso, que pode gerar a dicionarização da forma aportuguesada.

Especificamente, Carvalho (1989) afirma que a importação da tecnologia da informática pelo Brasil na década de 60 trouxe junto sua terminologia, a princípio, formando um jargão profissional com radicais ingleses e sufixos portugueses: costumizar, formatar, dampear. A autora propõe três razões principais para uma tendência de se adotar os termos em inglês, quais sejam:

1. *rápida evolução das técnicas*: as novidades se sucedem em uma fração tão pequena de tempo que não se pode pensar em substituição;
2. *falta de tradução exata*: os termos em português não se ajustam ao significado do termo inglês. Termos como *input*, *output*, *realtime*, *mainframe* não encontraram tradução exata;
3. *facilidade da comunicação*: o intercâmbio com técnicos de outras línguas é facilitado pelo uso do inglês.

É importante também indicarmos que, conforme Prado e Massini-Cagliari (2011, p. 17), diante do dinamismo do léxico, “os lexicógrafos deparam-se com a complicada missão de observar a língua de uma comunidade em uma determinada época para decidir que palavras merecem (ou não) ter um registro permanente em dicionários”. Dessa forma, as autoras apontam que “a presença de determinadas unidades lexicais emprestadas de outros idiomas em obras de referência de uma língua pode revelar, entre outras coisas, não apenas a influência de uma língua sobre a outra, mas também a influência de uma cultura sobre a outra”.

Outro ponto de destaque é a pesquisa de Alves *et alii* (2004), feita na *Base de Neologismos do Português Contemporâneo do Brasil* e constituída por unidades lexicais neológicas extraídas de jornais e revistas a partir do ano de 1993, que mostra: das 9.300 unidades lexicais neológicas, que constituem

mais de 15.000 ocorrências, 17% dos neologismos são estrangeirismos e em sua maioria de origem inglesa. Além disso, essa pesquisa constatou que a maioria dos estrangeirismos que aparece uma única vez no *corpus* geralmente não é de origem inglesa e se encontra apenas em textos mais específicos, como reportagens que tratam de outros países e culturas, o que mostra que os anglicismos estão mais espalhados em diferentes áreas de interesse e de cultura brasileira. (PRADO e MASSINI-CAGLIARI, 2011)

Pressupondo o que destaca Alves *et al* (2004), citamos Biderman (1992, p. 5), acerca do papel do dicionário:

Um dicionário é um repositório da riqueza vocabular de uma língua [...]. Mas não é só isso. As palavras arroladas no dicionário dão testemunho de uma cultura; no caso da língua portuguesa, nosso vocabulário registra não só os símbolos da nossa cultura brasileira, mas também de muitas outras culturas de que somos herdeiros: a lusitana, a greco-latina, as culturas indígenas, as culturas africanas [...] e tantas outras mais que recebemos pelos mais variados caminhos. Por outro lado, vivendo num mundo em que os meios de comunicação de massa estão-nos transmitindo vocábulos de centenas de outras culturas [...] consequentemente esses bens culturais de outros povos e nações passam a fazer parte do nosso mundo, sendo registrados no nosso vocabulário através de nossas palavras. Assim, o nosso léxico contém atualmente um grande contingente de vocábulos estrangeiros e conceitos importados de outros povos. (BIDERMAN, 1992, p. 5)

Corroborando o que indica Biderman, Alves (2004, p. 125) afirma que “uma vez consagrado pelo uso, o elemento neológico é geralmente inserido num dicionário”. E acrescenta que “constitui o dicionário o critério final, segundo o qual um neologismo é integrado ao léxico da língua. Atribui-se, assim, ao lexicógrafo, o poder de decidir sobre a aceitabilidade ou não de um novo termo ou expressão e sobre sua incorporação à língua”.

Para Prado e Massini-Cagliari (2011, p. 24),

no atual momento histórico, diante da influência da língua inglesa, é esperado que os dicionários do PB [Português Brasileiro] passem a ter mais verbetes com palavras de origem inglesa consagradas pelo uso corrente no Brasil e necessárias à literatura e tecnologia, afinal um consulente procura no dicionário o aval para empregar determinada palavra ou para esclarecer dúvidas sobre seu uso ou o domínio a que pertence. Deste modo, o dicionário também se torna um veículo de acesso um saber sociocultural e científico dominante em uma ou mais comunidades, que deve ser aprendido, adquirido. (PRADO e MASSINI-CAGLIARI, 2011, p. 24)

Torrano (2010, p. 25) confirma tal noção, citando que há três tipos de adoção de palavras: 1] adoção do signo todo, com algumas adaptações na forma (*to acess* – acessar); 2] adoção somente do significante a um significado já existente (reiniciar – reinicializar); e, 3] adoção de um significado novo para um significante já existente (baixar – receber dados de outro computador (baixar = expedir aviso ou ordem, descer o tom musical, descer, abaixar).

Alves (2008, p. 9) postula que, “de acordo com o critério fonológico, um estrangeirismo começa a integrar-se ao léxico da língua que o acolhe à medida que se integra a seu sistema fonológico”. E acrescenta que, “como afirmaram vários autores (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 263; GEORGE, 1976, p. 63; WEINREICH, 1953, p. 14), o elemento estrangeiro tende a adaptar-se ao sistema fonemático do idioma”. Conclui que “a adaptação fonológica é, não raro, seguida de uma adaptação ortográfica. A integração morfossintática ocorre quando o estrangeirismo adapta-se à morfologia da língua que o recebe, seja do ponto de vista flexional como derivacional”.

Freitas, Ramilo e Soalheiro (2009, p. 14) frisam que o processo de integração de um estrangeirismo ocorre em três fases: transformações imediatas; transformações progressivas e integração no léxico. Os autores apontam que:

Na primeira fase são incluídos os fenômenos seguintes: adaptação fonética imediata, adaptação morfossintática imediata, monossemia: manutenção do significado com o qual a palavra é importada, grafia da língua de origem, hesitação nos tipos gráficos. Na segunda fase: adaptação fonética progressiva, adaptação morfossintática progressiva, possibilidade de formação de novas palavras: composição e prefixação, formas concorrentes a nível gráfico, atestação lexicográfica (normativizada ou não). A última fase, integração no léxico, caracteriza-se por: estabilização fonológica – fixação do acento; plena integração morfossintática – fixação do gênero e da forma de plural; integração no sistema morfológico da língua – possibilidade de derivação; polissemia – tendência para extensão, restrição ou modificação do significado da forma original; atestação lexicográfica normativizada. (FREITAS, RAMILO e SOALHEIRO, 2009, p. 14-15)

A partir disso, selecionamos alguns verbos que se enquadram em nosso objetivo neste artigo e escolhemos a área de informática para demonstrar como isso vem ocorrendo no Português do Brasil, além de serem exemplos significativos para podermos constatar os indícios de variação e mudança linguística, uma vez que seu uso na língua escrita é relevante e recorrente¹.

1 Os anglicismos foram selecionados a partir de observações de textos escritos (jornais, revistas e Internet).

Em nossa análise, seguimos o que Torrano (2010, p. 25) apresenta “1] adoção do signo todo, com algumas adaptações na forma (*to acess* – acessar)”, para os verbos selecionados. Também, a noção de Carvalho (1989) de que os termos da informática chegaram ao Brasil e muitos deles sofreram seu aportuguesamento, utilizando “radicais ingleses e sufixos portugueses”, bem como dicionarização quase que simultânea à entrada.

QUADRO COM VERBOS APORTUGUESADOS

TERMO EM INGLÊS	APORTUGUESAMENTO PARA VERBO	SIGNIFICADO ²
<i>add to add</i>	adicionar	Ato de se acrescentar algo.
<i>blog</i>	blogar	Manter (o internauta) um <i>blog</i> .
<i>to click</i>	clicar	Produzir um ruído curto, leve e nítido, sem ressonância. O uso na informática significa um ato de premir um dos botões do <i>mouse</i> .
<i>to connect</i>	conectar	Juntar, ligar. No uso da informática, estabelecer conexão entre (dispositivos ou computadores) com o objetivo de transferir dados; interligar; estabelecer conexão entre; unir, ligar.
<i>to delete</i>	deletar	Apagar, remover, suprimir.
<i>to format</i>	formatar	Forma, tamanho. Na informática, efetuar a formatação de (um suporte de dados), estabelecer a disposição geral dos dados de (um cartão de controle, um registro ou um arquivo), indicando a ordem, o comprimento dos campos e as normas de codificação.
<i>to twitter</i>	tuitar	Postar no <i>twitter</i> comentários, informações, fotos, etc. ger. de caráter pessoal ou institucional. Acompanhar os fatos, ideias, informações, etc. registrados por alguém em seu <i>twitter</i> .
<i>to zip</i>	zipar	Fechar ou abrir com um <i>ziper</i> ou com recurso semelhante. Na informática, nome de programa computacional para compactação de dados.

2 O significado dos verbos aportuguesados dicionarizados foi retirado de Houaiss (2009) e de Aurélio (2010).

Considerando o quadro acima, citamos Silva (2007, p. 11), que apresenta alguns exemplos de verbos aportuguesados de anglicismos na área da informática, o que ratifica nossos objetivos neste estudo:

ressetar (do verbo *reset*, usado para “zerar” uma máquina ou *contador*, este traduzido de *counter*); *printar* (de *print*, “imprimir”, vocábulo aliás que dispensaria o decalque); *xerox* (grafia idêntica à original inglesa, mas pronúncia com acentuação oxítona, quando o original inglês a tinha paroxítona); *deletar* (do verbo *delete*, “apagar”, palavra que, mais uma vez, dispensaria o decalque); *plotar* (de *plot*); *reestartar* ou *restartar* (de *restart*); *rebutar* (de *reboot*); *inicializar* (de *initialize*). A informática é rica em exemplos deste tipo: *renderizar* (de *render*); *cropar* (de *crop*); *pixelar* (de *pixel*, verbo); *startar* ou *estartar* (de *start*). Alguns termos são mais utilizados na fala e na Web, como (*e*)*startar*, já visto, *forwardar* (de *forward*, verbo), *butar* ou *rebutar* (de *boot* e *reboot*, verbos). Por serem ainda novos na língua portuguesa, existe hesitação quanto à grafia (*butar* ou *bootar*? *rebutar* ou *rebootar*? *becapear* ou *backupear*?). (SILVA, 2007, p. 11)

Em nossa coleta, dos verbos aportuguesados selecionados, clicar, conectar, deletar, formatar e zipar encontram-se no Dicionário Houaiss, versão eletrônica 2009; enquanto adicionar, blogar e tuitar estão dicionarizados no Aurélio (2010). Isso indica o processo de mudança linguística pelo qual tais verbos passaram e conduz ao entendimento de que sua entrada no dicionário já demonstra um avanço nesse processo, ou seja, o uso vem se tornando maciço fora de sua área restrita, o que também nos conduz ao entendimento de aceitação por parte dos usuários da língua, legitimando a implementação da variação.

Já no Houaiss (2009), como Prado e Massini-Cagliari (2011, p. 27) mencionam, os novos verbos *blogar* e *tuitar* ainda não estão dicionarizados, embora as palavras *blog* (e o aportuguesamento *blogue*, em geral menos visto em textos do PB), *blogueiro* e *blogosfera* já estejam registradas. De acordo com as autoras, “isso pode acontecer porque na época em que o dicionário Houaiss (2009) foi lançado essas palavras ainda estavam começando a ser usadas e ainda estavam em fase de observação podendo sair em uma edição posterior desse dicionário”.

No entanto, é relevante identificarmos que casos de verbos aportuguesados de anglicismos provenientes da informática, como *dampear*, *debugar* e *costumizar*, não apresentam usos exteriores à área de informática que possam ser considerados também em um processo de variação e mudança linguística, pelo menos no modo como estamos analisando aqui. Em outros casos, os verbos foram aportuguesados, estão em uso bastante restrito à área de informática, mas não foram ainda dicionarizados, como *logofar*, *setuppear*, *apendar*, *scheduler*.

Prado e Massini-Cagliari (2011, p. 25) indicam que “... o fato de uma determinada palavra não estar em nenhum dicionário não a exclui necessariamente como pertencente ao léxico do PB, sendo ela de origem estrangeira ou não”. E complementam: “afinal, uma palavra pode não estar dicionarizada nesse momento por ser muito recente, mas pode ser incluída em momentos futuros”.

Em relação ao significado em português dos verbos aportuguesados selecionados, constatamos que foi mantido seu sentido original do empréstimo, ou seja, o aportuguesamento obedeceu ao processo de neologia morfossintática, como aponta Carvalho (1989), não sofrendo qualquer influência léxico-semântica inicialmente, isto é, não ocorreu alteração do significado original. Todavia, como citado anteriormente, em alguns casos, o maciço uso pela comunidade linguística produziu uma ampliação semântica.

Nesse sentido, exemplos de verbos aportuguesados com ampliação semântica a partir do uso no Português do Brasil são conectar e deletar, que migraram para outros contextos de uso, com sentido construídos a partir do que originalmente significavam e que, por isso mesmo, haviam sido aportuguesados. Nesse ponto, destacamos que é comum ouvirmos/lermos frases produzidas como “Você está conectado a quem?” (chamada para a novela *Malhação*, da TV Globo, em <http://tv.globo.com/novelas/malhacao/2011/teste-de-personalidade/Voce-esta-conectado-a-quem.html>. Acesso em 20.12.2012) ou “Vou deletar aquela foto de quando te conheci”, da banda Sampa Crew, na música “É tudo ilusão”.

Com nomes, é possível também ocorrer o mesmo, como é o caso de *show* que, depois da sua integração, torna-se polissêmico; isto é, inicialmente significou só espetáculo, mas atualmente significa também exibicionismo, divertimento. Contudo, verificamos, conforme Freitas, Ramilo e Soalheiro (2009), que existem vários casos de palavras importadas do inglês que, na sua origem, podem corresponder a acepções diversas mas que, no português, apresentam um significado restrito, como por exemplo a palavra *mouse*, que tem vários significados no inglês, mas para o português é importada apenas com o único “componente do computador”.

Outro aspecto importante é considerarmos que, quando uma determinada palavra funciona como base de um processo de derivação, essa palavra já está plenamente integrada, isto é, o seu radical passa a fazer parte do repertório de radicais disponíveis no léxico, como é o caso dos derivados de verbos como *blogar* > *blogueiro* > *blogue* e *tuitar* > *tuiteiro* > *tuite*.

Quanto às adaptações fonético-fonológico-morfológicas, é necessário entendermos que o processo de aportuguesamento, especificamente dos verbos selecionados por nós, decorreu de uma adaptação ao sistema da língua portu-

guesa sem alterações significativas, com a sufixação, via de regra, seguindo a 1ª conjugação como parâmetro para o aportuguesamento, ou seja, isso evidencia que o processo de empréstimos lexicais se instalou e que a utilização dos verbos aportuguesados seguiu a estrutura da língua portuguesa, com as devidas adaptações fonético-fonológico-morfológicas, bem como eleição pelo usuário de tais formas linguísticas.

Considerações finais.

Em nosso artigo, procuramos apresentar alguns casos de verbos aportuguesados a partir de empréstimos linguísticos externos – estrangeirismos/anglicismos com o objetivo de demonstrarmos indícios de um processo de variação e mudança linguística e também ressaltarmos exemplos de casos de aportuguesamentos dicionarizados e não dicionarizados, bem como alguns casos, a título de exemplificação, de aportuguesados com ampliação semântica, a fim de ratificar os processos de variação e mudança linguística, no caso de verbos aportuguesados de anglicismos, no Português do Brasil na atualidade.

Nesse aspecto, a fim de ressaltarmos a importância de pesquisas nesta área, aludimos a Alves (2008, p. 13), que salienta: “as propostas lexicográficas de aportuguesamento nem sempre são seguidas pelos usuários”. Ela exemplifica com “*leiaute* (de origem inglesa) e *turnê* (de origem francesa), registradas em Ferreira (1999) e em Houaiss (2001)” e informa que “esses dicionários registram também a forma estrangeira dessas palavras, *lay-out* e *tourné*, remetendo-as para as respectivas formas vernaculares”. A autora conclui que não se observam formas homogêneas de aportuguesamento de estrangeirismos à língua portuguesa.

Além disso, Silva (2007, p. 20) ressalta que

a chegada de uma palavra estrangeira, aliada aos processos de formação lexical do próprio português, provoca a criação de novas palavras, aumentando assim o repertório das palavras portuguesas de origem inglesa. Como exemplo, os termos *xerox*, *printer*, *reset* e *plot* não somente originaram *xerocar*, *printar*, *ressetar* e *plotar* (o que atesta que a nossa conjugação verbal de maior produtividade é a primeira), como também incorporaram o termo *xerox*, além dos adjetivos derivados *xerocado*, *printado*, *ressetado* e *plotado*, sendo que este último ainda nos deu *plotador*, programa e/ou dispositivo de *plotar*. Fato similar ocorreu a partir de *microcomputer*, em inglês não reduzido a *micro* (o inglês prefere *PC*), passando ao português como *microcomputador* e abreviadamente *micro*, gerando *micrar*, *micragem* e até *micreiro*. (SILVA, 2007, p. 20)

Zimmermannová (2009, p. 35), em pesquisa realizada em Portugal, chegou à conclusão de que “o uso dos anglicismos na área de informática é muito frequente. Mesmo que existam muitos nomes equivalentes no português, a maioria dos portugueses prefere usar os termos de origem inglesa, quer na forma original quer na aportuguesada (por exemplo *e-mail* ou *clicar*)”. E complementa: “Naturalmente também encontramos algumas palavras procedentes do inglês, as quais não se usam com muita frequência (por exemplo a palavra *printar*) e os falantes preferem o uso dos vocábulos vernáculos (no caso do exemplo prévio trata-se da palavra *imprimir*)”.

Dessa maneira, nossa perspectiva de análise é corroborada também por Prado e Massini-Cagliari (2011, p. 25), ao defenderem que

os termos novos, verbos do PB criados a partir de palavras do inglês, são resultantes da criatividade linguística, mas também consequência da criatividade humana nos outros campos. Os neologismos criados nos mais diversos setores (artístico, científico, tecnológico etc.) têm o objetivo de oferecer novos conceitos sobre o universo e, desse modo, acompanhar a evolução humana. Como esses novos conceitos e equipamentos vieram acompanhados de nomes em inglês, esses anglicismos passaram a pertencer à cultura brasileira, ao léxico do PB e, conseqüentemente, estiveram à disposição dos falantes para a criação de novas palavras em PB. (PRADO e MASSINI-CAGLIARI, 2011, p. 25)

Assim, acreditamos ter evidenciado, na perspectiva laboviana, que a difusão e propagação das mudanças linguísticas, bem como a regularidade dessas mudanças, vêm ocorrendo no Português do Brasil e que pesquisas podem demonstrá-lo, assim como os usuários da língua vêm elegendo as formas que consideram mais efetivas para o uso cotidiano, seja internamente na área da informática, seja exteriormente a esse contexto, inclusive com ampliação semântica, o que gera enriquecimento do nosso léxico.

Referências.

- ALKMIN, Tania. Sociolinguística — Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1. p. 21-47
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2004.
- ALVES, Ieda Maria. Integração de estrangeirismos à Língua Portuguesa. In LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELET-TI, Guaraciaba; MARTIN, Vima Lia de Rossi. (Orgs.). *A língua portuguesa*

- no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, v. 24.
- ALVES, I. M.; ARAUJO, M.; BACCIN, P. G.; MARONEZE, B. O. Estrangeirismos no Português Brasileiro: do mito à realidade. In.: *Revista Estudos Linguísticos*. nº XXXIII. 2004. p. 116-123. Disponível em: <http://gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004>. Acesso em 14 de janeiro de 2013.
- ANDRADE, Maria Margarida e MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação em língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- BIDERMAN, Maria Teresa. *Dicionário Contemporâneo de Português*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.
- CAMPOS, Geir. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico etimológico*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª.ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIORIN, José Luiz. (org) *Introdução à linguística — objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto. (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p. 107-125.
- FREITAS, T., RAMILO M. C., SOALHEIRO E. *O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu* [online]. [cit. 2009-04-02] Disponível em: <<http://www.apl.org.pt/XVIII-encontro-nacional-da-associação-portuguesa-de-linguística.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro (Org.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro (Org.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0 Rio de Janeiro: Editora Objetivo LTDA, 2009. CD.ROM, v. 1.0.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1

- MATTOSO CÂMARA, JR., Joaquim. *Dicionário de linguística e gramática*. 13ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 9-14.
- PAIVA, Maria da Conceição e DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Introdução: a mudança linguística em curso. In: PAIVA, Maria da Conceição e DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ/CONTRACAPA, 2003. pp. 13-29.
- POSSENTI, Sírio. *A questão dos estrangeirismos*. In: FARACO, Carlos Alberto. (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. pp. 163-176.
- PRADO, Daniela de Faria. *Uma análise das inserções dos empréstimos linguísticos da área da informática no Dicionário Aurélio XXI*. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 138p.
- PRADO, Natália Cristine e MASSINI-CAGLIARI, Gladis. A presença de palavras de origem inglesa nos dicionários de português brasileiro: questões de identificação cultural. *ReVEL*, v. 9, n. 17, 2011.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SANDMANN, Antonio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SCHMITZ, J. R. A língua portuguesa e os estrangeirismos. In: FARACO, C. A. (org.) *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p. 85-106.
- SILVA, José Manuel da. *Influências do Inglês no Português do Brasil*. 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=f&rct=j&url=http://josemsilvaprof.weebly.com/uploads/> Acesso em 17/01/2013.
- TORRANO, Sandra Delneri Petean. *Produtividade e criatividade do léxico: os neologismos na área da informática*. Universidade de São Paulo, 2010. 123p.
- WEG, Rosana Moraes e JESUS, Virgínia Antunes de. *A língua como expressão e criação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- ZIMMERMANNOVÁ, Kateřina. *Uso dos anglicismos na área de informática*. Filozofická Fakulta Masarykovy Univerzity, Brno, 2009. 47p.

Recebido em 24 de fevereiro de 2013.

Aceito em 5 de maio de 2013

A PONTUAÇÃO NUM *CORPUS* JORNALÍSTICO PORTUGUÊS E BRASILEIRO: O CASO DO DISCURSO CITADO

Cristina Maria de Sousa Nunes
Universidade de Évora
crisnunes@portugalmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo identificar os sinais de pontuação usados na imprensa brasileira e na portuguesa para assinalar as “declarações textuais” reproduzidas pelos jornalistas. Com tal objetivo, serão analisados 284 textos jornalísticos de diferentes géneros – notícias, reportagens e entrevistas –, publicados em oito jornais, quatro brasileiros e quatro portugueses, reunidos durante os meses de janeiro e fevereiro de 2012. A análise demonstrará a existência de diferentes “soluções” pontuacionais à disposição dos jornalistas para, ao citarem palavras de outrem, manifestarem objetividade e autenticidade perante o leitor.

PALAVRAS-CHAVE: pontuação; declaração textual; jornais; Brasil; Portugal

ABSTRACT:

This paper aims at identifying the punctuation marks used in Brazilian and Portuguese press to signalize “inline quotations” reproduced by journalists. This goal will be fulfilled through the analysis of 284 journalistic texts of different kinds – news, reports and interviews – published in eight newspapers, four of which Brazilian and four of which Portuguese, gathered during January and February 2012. The analysis will demonstrate the existence of different punctuation solutions available to journalists, enabling them to convey their objectivity and authenticity to the reader when quoting someone else’s words.

KEYWORDS: punctuation; inline quotation; newspapers; Brazil; Portugal

Introdução.

A pontuação é um aspeto muitas vezes “desprezado” e maltratado por quem escreve, não obstante ser objeto de estudo nas escolas portuguesas e brasileiras. É frequente encontrarem-se desvios em relação às normas e convenções estabelecidas em textos pessoais e públicos, vindos à luz nos mais diversos suportes.

O facto de poucos sinais de pontuação serem regidos pela norma, decorrendo o uso da maioria da intenção comunicativa ou da interação entre quem escreve e quem lê, poderá explicar alguns desses “erros”. Por outro lado, no entender de alguns autores, existem diferentes estilos de pontuação¹ e flutuação no modo de pontuar um texto, em consequência da existência de diferentes sistemas pontuacionais ao longo dos tempos, das particularidades históricas que envolveram tanto a escrita como a pontuação e da “ambiguidade resultante do facto de [a pontuação] ser um sistema plantado na confluência entre a fala e a escrita” (ROCHA, 1998).

Embora já existam alguns estudos sobre a pontuação em Portugal e no Brasil, desconhecem-se trabalhos mais abrangentes que englobem, simultaneamente, o estudo da pontuação nos dois países, no momento em que tanto se fala da necessidade de instaurar uma política linguística comum aos países falantes de um dos dez idiomas mais falados em todo o mundo.

Se as unidades pontuacionais são importantes para o leitor aceder aos sentidos que o autor de um texto pretendeu transmitir² e se, na opinião de Cacht (1998, p. 32), a pontuação pertence ao emissor, ao transmissor e ao leitor, fará todo o sentido estudar os usos pontuacionais ocorrentes num dos meios de comunicação impressos – os jornais –, importantes veículos de comunicação, transmissores de informações e mensagens dirigidas a um público leitor, que se vê influenciado pelo que neles foi escrito e através do modo como foi escrito.

1 No artigo “Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação”, Iúta Rocha (1998) faz referência ao estilo oral (pontuação prosódica) e ao estilo escrito (pontuação gramatical) de pontuar, intimamente ligados ao tipo de leitura predominante em cada época, leitura em voz alta e leitura silenciosa (visual), respetivamente.

2 Todos conhecem os exemplos tradicionais que justificam a importância da pontuação na construção do sentido de um enunciado. São ilustrativos o caso do testamento não pontuado deixado por um homem rico – *Deixo os meus bens a minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do alfaiate nada aos pobres* –, que vai sendo pontuado de forma diferente consoante o interessado; a história de Salazar, que entrou numa sala de aula e viu escrita no quadro uma frase que o deixou furioso – *Queremos Salazar morto não faz falta ao país*; a diferente pontuação da frase *Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria de quatro à sua procura.*, de acordo com o sexo de quem pontua.

Por outro lado, pontua-se de forma diferente consoante o género textual. A pontuação de um texto publicitário ou de um texto poético afastar-se-á da pontuação de qualquer outro tipo de texto. Deste modo, vão sendo criados, ao longo dos tempos, novos estilos de pontuar, e as referências existentes vão sendo paulatinamente alteradas. E, quanto às práticas pontuacionais patentes nos diferentes textos jornalísticos, seguirão estas a norma linguística ou um estilo próprio? Poderão os textos jornalísticos e os seus autores influenciar os seus leitores nas suas práticas pontuacionais? Foram estas as questões que levaram à constituição de um *corpus* de textos jornalísticos de diferentes naturezas.

O presente artigo tem como objetivo identificar os sinais de pontuação usados na imprensa brasileira e na portuguesa para assinalar as declarações textuais usadas pelos jornalistas para confirmar as suas palavras, criando um efeito de objetividade e de autenticidade. Por “declaração textual” entender-se-á qualquer opinião ou frase de um enunciador citado por outro enunciador (jornalista) no contexto da atividade da imprensa escrita.

Este objetivo será levado a cabo por meio da análise de 284 textos jornalísticos de diferentes géneros – notícias, reportagens e entrevistas –, publicados em oito jornais, quatro brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Lance!*) e quatro portugueses (*Correio da Manhã*, *Record*, *Público* e *Diário Económico*), recolhidos ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e, posteriormente, digitalizados para ficheiros de “textos simples”, com recurso a um sistema OCR (*Optical Character Recognition*). Seguidamente, proceder-se-á à análise dos dados recolhidos, com recurso a aplicações informáticas, para caracterização e cálculo do número de ocorrências das unidades pontuacionais presentes nas citações.

Prevê-se que o estudo do *corpus* permita, em primeiro lugar, identificar o(s) subsistema(s) pontuacional(is) usado(s) no Brasil e em Portugal para delimitar as declarações textuais. Em segundo lugar, espera-se descrever as práticas pontuacionais efetivas nesses jornais, demonstrando-as quantitativa e qualitativamente com base em aplicações informáticas, uma criada para o efeito e outra designada “Notepad ++”, o que possibilitará pôr de manifesto não só as coincidências e as divergências entre a teoria dos livros ou manuais de estilo como também entre cada jornal e entre cada país.

1. Breve história da pontuação e das suas funções.

A pontuação costuma ser atribuída a uma invenção tardia de Aristófanes de Bizâncio, gramático alexandrino (257-180 a. C.), e um dos principais

membros da Academia de Alexandria, onde também exerceu como diretor da Biblioteca. Este autor terá criado um sistema de pontuação composto por três unidades – o ponto ao alto, o ponto ao meio e o ponto em baixo³ –, correspondentes a uma pontuação que podia ser forte, média e fraca, e cuja regras eram fixas. Este sistema não foi, todavia, aplicado regularmente por ser considerado um luxo, visto que os textos eram escritos para serem recitados oralmente. Assim, na sua gênese, a pontuação cumpria uma função prosódico-entoacional, constituindo as unidades pontuacionais instrumentos auxiliares da leitura em voz alta, destinada a uma comunidade de ouvintes, e servindo para assinalar os lugares onde o leitor deveria descansar ou respirar durante a leitura. Além de recorrerem aos *stigmai* (unidades de pontuação), Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia (220-143 a. C.) utilizaram igualmente os *semeia*, a saber, os sinais críticos – obel, asterisco, *sigma* e *antissigma* – e os *prosodiai*, vale dizer, diacríticos com função de acento.

Por sua vez, os Romanos, que adotaram dos Gregos a leitura em voz alta e a *scriptio continua*, não sentiam menos dificuldades que estes na leitura, fosse por ausência, fosse por limitação dos signos complementares. Relativamente à pontuação praticada pelos Latinos, existem informações muito distintas, senão contraditórias. Para uns⁴, ela seria já usada pelos copistas para resolver dificuldades de leitura; para outros⁵, os textos antigos ou dispensavam a pontuação ou não estavam corretamente pontuados. No entanto, a literatura refere vários sinais de pontuação que seriam utilizados esporadicamente: o *ponto*, o mais frequente, com as funções de indicador de abreviatura, delimitador de uma letra destacada, num texto teórico, de indicativo de rasura e de separador de sílabas ou palavras; o *branco*, o *travessão*, o *hifen*, o *traço de união*. Mas o sistema grego baseado em três pontos foi igualmente aproveitado pelos Romanos⁶,

3 Este sistema de três pontos era composto pelo “ponto ao alto”, colocado na parte superior da linha, cujo valor era idêntico ao *ponto* atual, para indicar que a oração estava completa; pelo “ponto em baixo”, colocado na parte inferior da linha, equivalente ao *ponto e vírgula* e aos *dois pontos*, para assinalar pausa e incompletude oracional; pelo “ponto ao meio”, colocado na parte média da linha, equivalente à *vírgula*, indicador de uma pequena pausa para respirar (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1998, pp. 65-66).

4 Para mais informações, vide: Françoise Desbordes (1990, pp. 228-229; 234-247), que confirma a prática pontuacional entre os Romanos. Nina Catach (1994, p.12) corrobora esta teoria e apresenta várias referências bibliográficas relacionadas com a prática pontuacional na Antiguidade Clássica.

5 Segundo Martínez de Sousa (1998, p. 65), os manuscritos latinos mais antigos não apresentavam pontuação, sendo esta usada de forma muito irregular.

6 A representação gráfica dos pontos é mantida, diferindo apenas a sua designação. A pontuação

responsáveis pela sua expansão na alta Idade Média. Nesta época foram-lhe introduzidas algumas alterações, embora estas se prendessem mais com o plano da “figura” e do “nome” do que com a sua função.

Na Idade Média, importa destacar a influência da doutrina pontuacional de Santo Isidoro de Sevilha, que teve repercussão entre os séculos VII e IX, não só na Península Ibérica como também no resto da Europa. O autor das *Etimologias* aumenta o número de unidades pontuacionais, acrescentando aos *positurae* ou sinais de pausa – o tradicional sistema dos três pontos (*cola*, *commata* e *períodos*)⁷ –, as *notas sententiarum*, anotações críticas utilizadas originariamente em poemas e textos narrativos para chamar a atenção do leitor, e, ainda, os sinais de acentuação e de aspiração. Ao contrário dos *positurae*, as *notas sententiarum*, em número de vinte e seis⁸, não têm influência no sentido do texto. Algumas tornaram-se verdadeiras unidades pontuacionais, como o parágrafo, o travessão (*obelos*), o *diple* ou sinal de citação e o asterisco. Os

forte [°] é representada pelo ponto alto (*teleia* ou *stigmè*), dos Gregos, e pela (*plena*) *distinctio*, dos Romanos; a pontuação média [•], pelo ponto médio (*messè*), dos Gregos, e pela *distinctio media*, dos Romanos; a pontuação fraca [.], pelo ponto baixo (*upostigmè*), dos Gregos, e pela *subdistinctio*, dos Romanos (CATACH, 1994, p. 14).

7 Estas designações referem-se, simultaneamente, às unidades pontuacionais e às unidades sintáticas que estas delimitam: “Los signos de puntuación sirven para ir delimitando el discurso hablado por medio de *cola*, *commata* e *períodos*, que, siguiendo unas reglas, nos ponen de manifiesto el de lo escrito. Dichos signos se llaman *positurae*, porque son anotados poniendo (positis) puntos, o porque allí donde están colocados, la voz “reposa” un momento como señalando una pausa [...] El primer signo de puntuación es el *punto bajo*, llamado *subdistinctio*, y *comma* en latín. El segundo es el *punto medio*, conocido como *distinctio media* y *cola*. Por último, el *punto alto* – *distinctio ultima* o *período* –, que cierra toda oración. [...] Así, al comienzo de la frase, cuando ésta no posee todavía sentido completo, pero se tiene necesidad de respirar, nos encontramos con una *comma* que divide la frase; el punto se coloca siempre detrás de la última letra, en la parte baja; precisamente por eso a la *comma* se le da el nombre de *subdistinctio*. [...] Cuando, a medida que progresa la oración, va aflorando el sentido, pero todavía falta algo para que éste sea completo, se produce un *colon*, que notamos con un punto a la altura media de la letra. Lo llamamos *distinctio media*, por ir situado el punto tras la letra, a media altura. Cuando en nuestro discurso hablado hemos llegado al final de la frase, nos encontramos con un *período*, y colocamos un punto detrás de la última letra, en la parte alta; y lo llamamos *distinctio*, esto es, separación, porque separa una oración completa” (SEVILHA, 1993, p. 309).

8 Eis a designação das várias *notae sententiarum* identificadas por Santo Isidoro: *asterisco*, *obelos*, *obelos sobrepontado*, *lemnisco*, *antígrafo pontado*, *asterisco obelado*, *parágrafo*, *positura*, *crifia*, *antisimma*, *antisimma pontada*, *diple*, *diple peristichon*, *diple periestigmène*, *diple obolismène*, *diple volta obolismène*, *diple contraria obelada*, *diple supra obelada*, *diple recta e contraria supra obeladas*, *ceráunio*, *crisímon*, *phrontis*, *âncora superior*, *âncora inferiro*, *corona* e *âlogo* (SEVILHA, 1993, pp. 309-313).

dez sinais de acentuação e de aspiração⁹ são utilizados pelos gramáticos para estabelecer distinções nas palavras.

Apenas na parte final da Idade Média as unidades pontuacionais se vão multiplicar, adquirindo então a pontuação uma nova função – a lógico-gramatical –, que viria a consolidar-se ao longo do Renascimento, período durante o qual começam a ser publicadas listas de unidades pontuacionais, acompanhadas de prescrição quanto ao seu uso. É ainda na Idade Média que se regista um marco decisivo na história da pontuação – o aparecimento da imprensa no final do século XV. É a partir deste momento que a pontuação, usada até então heterogeneamente por escribas, copistas e pedagogos, se generalizou como parte integrante do sistema gráfico. A contribuição dos humanistas, que procuravam uma maior distinção entre os elementos constitutivos das “sentenças”, foi muito importante para a renovação do repertório geral de pontuação. Esses autores vão influenciar diretamente os primeiros impressores, eles próprios humanistas em alguns casos, sendo os seus impressos considerados verdadeiros modelos para as gerações seguintes de gramáticos, escritores e corretores.

Este processo de generalização da pontuação como parte integrante do sistema gráfico culminará no século XVII, momento em que ocorre uma intensa normalização da pontuação, decorrente da necessidade de uniformização da imprensa, da “popularização” desta e da conseqüente extensão da leitura a públicos cada vez mais alargados, o que modificaria, inevitavelmente, a conceção de leitura que, gradualmente, deixa de ser em voz alta para passar a ser silenciosa, intelectualizada ou visual¹⁰.

Já no século XVIII, o uso das unidades pontuacionais mais comuns – *vírgula*, *ponto e vírgula*, *dois pontos*, *ponto*, este último apenas em final de parágrafo – obedecia a algumas considerações (BEAUZÉE, 1765, p. 16), nomeadamente, a proporção entre distintos tipos de pausas, dependendo esta da combinação de três princípios fundamentais: primeiro, a necessidade de respirar; segundo, a distinção de sentidos parciais que constituem o discurso; terceiro, a destrição entre graus de subordinação, necessária a alguns destes sentidos parciais no conjunto do discurso. Os demais sinais – *parêntesis*, *reticências*, *aspas*, *alínea*,

9 Denominados *oxeia*, *bareia*, *perispoméne*, *macros*, *brachys*, *hyphén*, *diástole*, *apóstrofo*, *daseia* e *psilé*.

10 Estudos que recorrem ao “eye tracking” ou movimento ocular, em que se procede ao “registo dos comportamentos oculares durante a perceção visual de um estímulo, analisando, por exemplo na leitura, o tempo de leitura de uma palavra ou de uma região de frase [...]”, como o de Paula Luegi, Maria Armanda Costa e Isabel Hub Faria (2007, pp. 431-445), confirmam que a supressão dos sinais de pontuação pode criar problemas na compreensão de um texto.

pontos de interrogação e de exclamação – eram tratados de forma separada, na maioria dos casos. Entre outros valores, os *dois pontos* eram utilizados como sinal de separação com força intermédia entre o *ponto e vírgula* e o *ponto*, tendo ainda um uso diferente do atual.

Em 1873, é publicado o *Traité de Ponctuation*. Ao introduzir os *pontos condutores*, o *hífen*, o *travessão*, as *aspas*, os *colchetes*, a *alínea*, o *apóstrofo*, o *et caetera*, o *asterisco*, o *parágrafo*, o *sublinhado* e a *chave*, Ricquier, o seu autor, veio enriquecer a lista das unidades pontuacionais. As regras para a sua utilização baseavam-se, preferencialmente, na sintaxe e, em menor grau, em critérios semânticos e prosódicos. Interessa ainda sublinhar que, no século XIX, os profissionais da imprensa conheciam melhor o sistema pontuacional em vigor que os próprios autores dos textos impressos. Estes últimos não se preocupavam com a pontuação, deixando-a ao critério dos seus impressores. Por outro lado, a pontuação dos editores é abundante: multiplicam as vírgulas, corrigindo os autores e alterando, por vezes, o significado das obras.

Estabilizado o processo de “configuração” da lista básica das unidades pontuacionais, só na década de 70 do século XX, a pontuação veio a integrar o sistema gráfico das línguas, além de se ter tornado um verdadeiro objeto de estudo científico.

1.1. Pontuação e “declaração textual”: breve retrospectiva histórica.

Se a pontuação é uma invenção tardia, as principais unidades pontuacionais usadas para assinalar uma declaração textual – *aspas*, *travessão*, *dois pontos* – encontram-se entre as últimas a serem incorporadas aos sistemas pontuacionais criados, por vários autores, ao longo dos tempos. Incluído no quarto subconjunto proposto por Nina Catach (1994, *passim*), grande teorizadora da pontuação, o *itálico* é uma invenção do tipógrafo italiano Aldo Manúcio. Compreendido entre as unidades tipográficas “associadas” (CATACH, 1994, *passim*), entre os séculos XVI-XVIII, o *itálico* serviu para destacar as citações ou palavras de outrem.

Numa breve retrospectiva, Cunha e Arabyan (2004, pp. 37-39) fazem referência a um sinal de pontuação do discurso direto, presente no mais antigo testemunho arqueológico respeitante à literatura grega – o *paragraphos* –, espécie de *travessão* colocado sob a primeira letra de cada réplica, assinalando a alternância das vozes. Com poucas modificações, este *travessão* terá sido transmitido pela tradição ao século XV, sendo anteriormente reencontrado no século IX no mais antigo manuscrito conhecido das obras de Platão, colocado à margem do texto para marcar a alternância dos locutores, acompanhado

nessa função pelos dois pontos. Na alta Idade Média, Santo Isidoro de Sevilha recorre, nas suas *Etimologias*, à marcação das seguintes unidades: parágrafos; *simplex ductus* [—], para separar réplicas, substituindo o *paragraphos* nessa função; *gamma*, sinal de abertura colocado na linha ou na margem do texto; e *positura*, sinal de fecho, assinalando estes dois últimos as citações, valor que, no entender de Cunha e Arabyan (2004, p. 39), constitui “simultaneamente um enquadramento e uma sinalização”¹¹. Encontram-se na origem das aspas atuais.

Contudo, em virtude da centralidade atribuída ao sistema dos três pontos retomado e adaptado da Antiguidade Clássica, ao longo da Idade Média o discurso direto e as citações deixam de ser pontuadas de forma específica. As réplicas passam a ser delimitadas pelo ponto e pela vírgula, por um par de vírgulas ou, ainda, por uma maiúscula e uma vírgula e frequentemente antecedidas por verbos *dicendi*.

Já no século XVI, aparece pela primeira vez em *La manière de bien traduire d'une langue en aultre*, de Étienne Dolet, publicada em 1540, uma tentativa de descrever dois meios círculos para “adição” ou inserção, que são o antecedente das aspas atuais. Na época, esta obra tornou-se a “bíblia” dos impressores, integrando um tratado intitulado *La punctuation de la langue françoise*, no qual a pontuação é descrita como uma “prática universal”, sendo, por isso, a sua teoria aplicável a todas as línguas. A referência à unidade pontuacional *meo circulo* surge também na *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576). As aspas constam do segundo subsistema pontuacional proposto por este ortografista, sendo preceituado o uso deste pontema para as funções consignadas às aspas atuais. Os sucessores seiscentistas de Nunes de Leão, a saber, Álvaro Ferreira de Vera (*Orthographia*, 1631) e Bento Pereira (*Regras*, 1666)¹², referem-se igualmente a esta unidade, com as funções acima mencionadas. Por sua vez, o gramático João Franco Barreto inclui uma unidade semelhante no sistema pontuacional (1671), atribuindo-lhe, todavia, uma designação diferente – *antigrapho*. Contudo, talvez devido a limitações técnicas dos impressores, o uso desta unidade não se concretiza na prática pontuacional das obras dos gramáticos aqui referidos, apenas se generalizando no decurso

11 Tradução nossa.

12 O título completo destas obras é, respetivamente, *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa. Com hum tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina* (1631); *Regras gerais, breves e comprehensivas da melhor Orthografia com que se pôdem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portuguesa. Para se ajuntar à Prosodia: Ordenada pelo Author della (...). Aprovadas por Varoës peritissimos em huma & outra língua* (1666).

do século XVIII. Em alternativa, para transcreverem citações, os impressores optam por recorrer ao itálico ou letra cursiva.

Uma unidade semelhante é referida no *Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores clássicos*, da autoria do conselheiro José Felicidade de Castilho e publicado no Rio de Janeiro em 1870. Nesta obra, são citadas umas “*virgulas dobradas* (») que se põem á esquerda de todas as linhas de um discurso citado, afim de o distinguir do principal” (CASTILHO, 1870, p. 8).

O travessão, cuja origem, segundo Catach (1994, *passim*), se pode encontrar no século XVII, tendo como função mais importante, desde esse período, assinalar o diálogo, não é descrito nas já referidas obras dos séculos XVII a XIX.

Nas obras gramaticais dos séculos XVI e XVII, os dois pontos são já prescritos para introduzir citações e o discurso direto, após os quais vinha uma letra capital. Esta prática generaliza-se, gradualmente, ao longo do século XVII, não obstante os dois pontos manterem ainda uma função delimitadora média, cujo uso dependia da extensão do enunciado.

2. Pontuação e declaração textual nos “manuais de redação”.

De uma forma geral, fala-se na existência de uma linguagem¹³ e um estilo jornalísticos, que se caracterizam por simplicidade de vocabulário e de linguagem, com frases curtas e pouca adjetivação, a fim de permitir o acesso da informação a qualquer tipo de leitor; concisão, pois tenta-se dizer o máximo no menor número possível de palavras; e vivacidade, para cativar o interesse e a atenção do leitor.

No *Manual de Redação do Estado*¹⁴ (MARTINS, 1997¹⁵), apela-se à reprodução de declarações textuais como valorização do texto, mostrando ao leitor a preocupação do jornalista na recolha de “opiniões ou frases originais, expressivas, marcantes, de efeito ou espirituosas”. Assim, “o leitor tenderá a confiar mais nas informações que lhe estão sendo transmitidas (não é só o re-

13 Traquina fala mesmo em “jornalês”, termo que corresponde a uma linguagem jornalística com as suas próprias regras estilísticas: sintaxe direta e concisa, palavras concretas, uso da voz ativa, descrição detalhada e precisão de pormenor (2001, p. 85).

14 Apesar de os “manuais de redação” analisados prescreverem regras próprias para a citação dos jornais a que estão ligados – **Folha**, **Estado** e **PÚBLICO** –, recorreu-se ao itálico para uniformizar os critérios de citação dos oito jornais.

15 Por estarem disponíveis na WEB, este manual não se encontra paginado, bem como os da *Folha* e do *Público*.

pórter que está dizendo aquilo; outra pessoa está confirmando a informação)”. Todavia, convém não abusar do recurso às declarações textuais, as quais deverão ser delimitadas por aspas duplas. São ainda sugeridas algumas recomendações práticas acerca deste recurso, nomeadamente: o seu uso a cada um ou dois parágrafos; a limitação a apenas uma frase entre aspas na transcrição (apenas na transcrição de trechos de discurso, documentos oficiais e outros do género será permitida a inclusão de mais de uma frase entre aspas); a colocação desta unidade dupla em abertura de notícias ou reportagens somente quando a sua importância o justificar; a abertura e fecho de aspas sempre que as declarações forem truncadas; a abertura deste *pontema*¹⁶ unicamente no começo e no fim do texto, e não a cada início de parágrafo, na “transcrição de integras, documentos, discursos e outros similares”. Por sua vez, as aspas simples servem para “marcar a frase, expressão ou palavra de um texto que já esteja entre aspas [duplas]” (MARTINS, 1997). Em casos excepcionais, nos títulos é também possível o uso deste *pontema*. Nos diálogos, é preferível o uso de travessões. Entre os usos do itálico, não se encontra nenhum ligado às declarações textuais.

No *Novo Manual de Redação da Folha* (1996), publicado *online*, acentua-se igualmente o facto de a reprodução de declarações textuais conferir credibilidade à informação, fornecer “vivacidade à reportagem e ajuda[r] o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia”. No entanto, limita-se essa reprodução às “frases mais importantes, expressivas e espontâneas”, às “afirmações de grande impacto, por seu conteúdo ou pelo carácter inusitado que possam ter”, uma vez que “quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire”. As declarações textuais devem ser delimitadas por aspas duplas, ainda que se trate de diálogo, sendo que o travessão não deve ser usado para substituir ou reforçar aspas. Por sua vez, o uso das aspas simples é possível dentro de uma declaração já delimitada por aspas duplas, mas deve ser evitado quando seguido destas últimas. Por economia de espaço, nos títulos admite-se a substituição das aspas duplas pelas simples.

16 Designação atribuída por Catach às unidades pontuacionais (1980, p. 21). Segundo a autora, estas unidades, detentoras de um signo material e de uma função ou valor, recebem a designação de *pontemas*, vale dizer, “graphèmes purement plérémitiques, non décomposables en unités de rang inférieur, et à caractère discret” (TOURNIER, *apud* DRILLON, 1991, p. 126). As unidades pontuacionais são, ainda, signos gráficos discretos e não pronunciados (PERROT, *apud* ROCHA, 1997, p. 11). Possuem, além disso, um carácter paradigmático, pois pode seleccionar-se, para um dado ponto do enunciado, um de entre vários *pontemas*, quando estes são alternativos. Outra característica do *pontema* é o seu carácter suprasegmental, visto conferir valores e sentidos variados a um vasto segmento do enunciado gráfico, não se cingindo à letra nem à palavra isolada à qual se segue.

No *Livro de Estilo*, de o *Público* (1998), alerta-se, ainda, para a necessidade de as transcrições deverem “ser sempre curtas, resumindo as frases mais importantes, expressivas e espontâneas do entrevistado”, visto que o excesso de citações empobrece um trabalho jornalístico. A existência de uma citação de vinte em vinte linhas ao longo de um artigo fã-lo-á ganhar “autenticidade e interesse”. Por outro lado, afirma-se que as declarações textuais, sempre verídicas e identificadas, não deverão ultrapassar os duzentos caracteres num texto “corrido”, sendo circunscritas por aspas. É preferível o uso de “uma intercalar – entre travessões, ou entre vírgulas fechando aspas antes e abrindo-as de novo depois –, na referência ao entrevistado, para não fazer a atribuição do discurso direto sempre no fim da citação”. Por outro lado, as citações devem ser evitadas no “lead”, a não ser que derivem de “fontes de autoridade indiscutível”. À semelhança dos manuais de redação dos jornais brasileiros, o *Livro de Estilo*, de o *Público*, prescreve a eliminação de repetições ou palavras próprias da linguagem oral, desde que irrelevantes. As *plicas* (ou “comas simples”) são usadas quando, num excerto entre aspas, se insere outra citação, um título ou expressão. No *Público*, “as aspas, por razões técnicas, substituem o itálico” (1998).

Do acima exposto, pode depreender-se que, não obstante as conformidades ideológicas destes “manuais” sobre as declarações textuais, são propostas diferentes soluções teóricas no que toca à pontuação. Concordam os “manuais” em que as aspas duplas sejam usadas na delimitação das declarações textuais ou citações, circunscrevendo-se o uso das simples, por um lado, à identificação de declarações dentro de outras declarações e, por outro lado, aos títulos. Contudo, enquanto o “manual” da *Folha* proíbe, terminantemente, o uso do travessão para substituir ou reforçar o uso das aspas, os do *Estado* e do *Público* aceitam-no e prescrevem-no para intercalar os autores das declarações e, inclusive, para assinalar os diálogos no primeiro caso.

2.1. A pontuação e a entrevista nos “manuais de redação”.

Segundo o *Novo Manual da Redação da Folha*, nas páginas deste jornal são preferidas as entrevistas em estilo indireto. No entanto, a entrevista “pingue-pongue”¹⁷ pode ser escolhida quando se pretende evidenciar o entrevistado ou as suas afirmações. Esta entrevista, publicada na forma de perguntas e respostas,

¹⁷ Designação da entrevista tradicional na forma de pergunta e resposta (referência no *Novo Manual de Redação da Folha*).

deve conter um texto introdutório, em itálico, com notas contextualizadoras. Separada do texto introdutório por uma estrela, a parte central da entrevista deverá ser “uma transcrição fiel, mas sempre completa, da entrevista”. Segundo as “normas técnicas”, cada pergunta será antecedida pelo nome do jornal, ao passo que a primeira resposta sê-lo-á pelo nome completo do entrevistado (nas restantes, basta o nome por que o entrevistado é mais conhecido); as perguntas e o nome do entrevistado devem ser editados em negrito e itálico, ao contrário das respostas, “em texto redondo e normal”. Facto curioso é a prescrição do hífen, também a negrito e em itálico, para separar o nome do jornal e o nome do entrevistado na primeira pergunta e resposta. A explicação para esta regra estará relacionada com a proscricção terminante do travessão para substituir ou reforçar as aspas.

No *Livro de Estilo do Público*, anuncia-se o “modelo editorial” da entrevista: deve abrir com um pequeno texto introdutório, até quatrocentos caracteres, pormenorizando as circunstâncias da entrevista. As perguntas devem ser destacadas a negro, e as respostas, “a fino”. A primeira pergunta será antecedida pelo nome do jornal em maiúsculas (ou “caixa alta”), seguido de travessão, assim como a primeira resposta, antecedida pelo nome do entrevistado por extenso. As restantes perguntas e respostas serão antecedidas por travessão e pela inicial de pergunta e resposta (P. e R.).

3. Pontuação e declaração textual em jornais brasileiros e portugueses.

O presente estudo focou-se na análise das unidades pontuacionais usadas em quatro diários brasileiros e outros quatro portugueses. Com base em critérios previamente definidos¹⁸, foram selecionados, para o contexto brasileiro,

18 O primeiro critério usado para os jornais portugueses foi o *ranking*, relativo a 2010, dos jornais diários (pagos) com maior circulação, publicado pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT). Importa esclarecer que a APCT apenas se limita a publicar uma lista com os números das tiragens e das vendas de cada publicação. O dito *ranking* foi organizado com base no cálculo do número de exemplares em circulação nos seis bimestres do ano de 2010. Foram excluídos os jornais de distribuição gratuita, por razões óbvias, e os jornais regionais e semanais. A escolha do ano de 2010 justifica-se pelo facto de os dados relativos a 2011 não serem conhecidos à data em que foi iniciado o presente estudo. Na seleção do *corpus* brasileiro foi feita uma tentativa de aplicação dos mesmos critérios. Contudo, uma vez que a realidade geográfica do Brasil não é comparável à portuguesa, tornou-se difícil seguir à letra os critérios delineados para o *corpus* nacional. Em primeiro lugar,

a *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (GLO), *O Estado de S. Paulo* (ESP) e o jornal desportivo *Lance!* (L!) e, para o contexto português, o *Correio da Manhã* (CM), o *Público* (PUB), diários generalistas, o *Diário Económico* (DE), de pendor económico, e o *Record* (REC)¹⁹, jornal desportivo.

Foram analisados 284 textos jornalísticos, publicados todas as terças-feiras ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2012²⁰. A recolha semanal contemplou, em cada jornal, duas notícias, uma reportagem e uma entrevista. Das 213 notícias e reportagens analisadas, apenas 32 (15,02%) não integravam declarações textuais destacadas graças a qualquer marca de pontuação, como se observa no quadro n.º 1 *infra*.

Jornais	Notícias		Reportagem		Total	
	Presença	Ausência	Presença	Ausência	Presença	Ausência
FSP	15	3	8	1	23	4
ESP	17	1	8	1	25	2
GLO	12	6	9	0	21	6
L!	14	4	6	3	20	7
CM	12	6	9	0	21	6
PUB	18	0	9	0	27	0
DE	13	3	8	0	24	3
REC	15	3	8	1	23	4
Total	116	26	65	6	181	32

Quadro 1: Quantificação das notícias e reportagens com declarações textuais.

foram consultados os dados oficiais das vendas de jornais no Brasil, em 2010, divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). Neste *ranking*, as dez primeiras posições são ocupadas por jornais generalistas, cinco dos quais se enquadram numa linha mais popular, e oito são de circulação estadual. Apenas os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* têm circulação nacional. Deste modo, o critério de seleção exclusiva de jornais nacionais, e conseqüente exclusão de jornais “regionais”, não pôde ser aplicado na constituição do *corpus* brasileiro. Por outro lado, e por razões que se prendem com o dispositivo de recolha dos exemplares dos jornais impressos a analisar, não nos foi possível ter acesso aos jornais de cariz mais popular, como o *Super Notícia* e o *Extra*, em circulação em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, respetivamente. Pelo mesmo motivo, apenas conseguimos que a recolha contemplasse um diário desportivo especializado, o *Lance!*, do Rio de Janeiro, que ocupa a décima primeira posição entre os jornais mais vendidos em 2010.

19 Sempre que se justificar, os jornais serão referidos de maneira abreviada, a saber, *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (GLO), *O Estado de S. Paulo* (ESP), *Lance!* (L!), *Correio da Manhã* (CM), *Público* (PUB), *Diário Económico* (DE) e *Record* (REC).

20 Uma vez que o dia 21 de fevereiro correspondeu ao Carnaval, nesse dia o *Diário Económico* não teve edição em virtude do fecho dos mercados financeiros, o que explica o número 284.

Comparando os quatro jornais brasileiros, verifica-se que apenas 19 das 108 notícias e reportagens não contemplam declarações textuais, encontrando-se, nas restantes, soluções pontuacionais divergentes. No jornal *Folha de S. Paulo*, as palavras de pessoas ouvidas pelos jornalistas e repórteres são inseridas entre aspas duplas, seguidas, ou não, de vírgula e dos mais diversos verbos *dicendi* (99 ocorrências²¹). O jornal *O Estado de S. Paulo* (165 ocorrências) opta pelas mesmas soluções e unidades pontuacionais.

A análise dos jornais *O Globo* e *Lance!* permitiu constatar que são usadas outras soluções no que respeita à marcação das declarações textuais: no primeiro, recorre-se ao discurso direto e ao uso do travessão quando as declarações textuais são extensas, seguidas, geralmente, por novo travessão e verbo *dicendi* (54 ocorrências). Desta forma, cada declaração é também integrada em parágrafos diferentes. Foram ainda localizadas 26 ocorrências de declarações apenas antecedidas por um travessão e isoladas em parágrafos. Por vezes, e com maior frequência do que na *Folha* e no *Estado*, os dois pontos são usados em final de parágrafo para abrir a declaração introduzida a seguir, iniciada por travessão (19 ocorrências). Para assinalar as declarações com menor extensão ou truncadas pelo jornalista, nos jornais *O Globo* e *Lance!* recorre-se às aspas duplas (34 ocorrências).

No *Lance!* a primeira solução – declaração isolada em parágrafo único, antecedida por travessão e finalizada por outro travessão e um verbo *dicendi* – é a preferida (37 ocorrências), tendo sido possível identificar, ainda, cinco ocorrências de declarações sem o segundo travessão e verbo *dicendi*. Foram registadas apenas três ocorrências de declarações delimitadas por aspas: duas constituídas por um único vocábulo e a terceira incluída em outra declaração anunciada por travessão. É de referir que, nesta última ocorrência, as aspas são precedidas por dois pontos. Este sinal de pontuação figura, ainda, em quatro situações de final de parágrafo para anunciar uma declaração antecedida por travessão no parágrafo seguinte.

A análise das notícias e reportagens dos jornais portugueses não suscitou grandes novidades quanto às soluções usadas para as declarações textuais. À semelhança dos seus congéneres brasileiros, os jornais portugueses escolhem as aspas duplas para assinalar este recurso, com verbos *dicendi*, precedidos de vírgula, na maior parte das ocorrências. Dos 108 textos jornalísticos publicados

21 Apenas foi contabilizada uma ocorrência por cada conjunto de aspas duplas. Os números ímpares devem-se a situações de “falhas” imputadas aos jornais e a eventuais problemas de impressão / edição.

nos acima referidos jornais portugueses, apenas 13 não integravam declarações entre aspas. A única curiosidade a apontar em relação aos congêneres brasileiros é o maior recurso aos dois pontos para introduzir declarações textuais destacadas com aspas (cf. *Infra* Quadro n.º 2). A segunda solução – declaração textual antecedida por travessão – não ocorre na imprensa portuguesa.

Jornal	Soluções pontuacionais				Total
	Aspas duplas	Dois pontos	Travessão	Aspas simples	
FSP	99	4	-----	1	104
ESP	165	6	-----	0	171
GLO	34	1+19	134 (108 duplos)	0	188
L!	3	1+4	79 (74 duplos)	1	87
CM	80	16	-----	1	97
PUB	265	32	-----	0	297
DE	193	13	-----	0	206
REC	90	22	-----	0	112

Quadro 2: Quantificação das ocorrências por sinal de pontuação.

3.1. Pontuação e entrevista.

No jornal *Estado de S. Paulo*, das nove entrevistas analisadas, sete são do tipo “pingue-pongue”, revestindo-se do estilo indireto as restantes duas. Nestas últimas, a pontuação usada para delimitar as declarações textuais é idêntica à que se encontra nos demais textos jornalísticos: aspas duplas, acompanhadas, ou não, de verbos *dicendi* precedidos por vírgula. Nas entrevistas “pingue-pongue”, as perguntas encontram-se apenas destacadas a negrito, sendo precedidas por um símbolo <•>; a resposta do entrevistado destaca-se graças à “letra redonda”. Nestas entrevistas, o título é uma declaração do entrevistado entre aspas simples²².

Na *Folha de S. Paulo*, encontraram-se três tipos de “entrevista”: quatro “pingue-pongue”, duas em estilo indireto e três “depoimentos” ou “Minha história”. As primeiras seguem fielmente a pontuação prescrita no *Novo Manual*

²² Nas duas entrevistas “pingue-pongue” recolhidas n’ *O Globo*, encontra-se uma solução muito semelhante: pergunta em itálico, antecedida do mesmo símbolo; resposta em letra “redonda”, antecedida do apelido do entrevistado e de dois pontos.

de Redação da Folha. Realça-se o facto de o título de três dessas entrevistas integrarem declarações dos entrevistados sem qualquer tipo de pontuação, apenas assinaladas, ou não, pela presença de um verbo *dicendi*. No título da quarta, regista-se uma declaração da entrevistada entre aspas simples. Nas duas entrevistas em discurso indireto, as soluções adotadas para as declarações textuais não introduzem qualquer novidade. Por serem histórias apresentadas na primeira pessoa, os “depoimentos” não apresentam qualquer unidade pontuacional, exceto nas situações em que os declarantes citam afirmações de terceiros.

As “entrevistas” selecionadas a partir do jornal *Lance!*, com o título de “Bate-Bola”, são textos muito curtos, com uma média de quatro perguntas, destacadas mediante negrito e um número. Precedidas de um símbolo, as respostas surgem em letra normal. Apenas uma apresenta um título, que corresponde a uma afirmação do entrevistado, entre aspas simples. Por serem tão concisas, as restantes entrevistas não são encabeçadas por qualquer título, limitando-se à citação do nome e cargo do entrevistado.

Confrontando os quatro diários portugueses, constata-se soluções muito similares nos dois jornais mais “sensacionalistas”, a saber, o *Correio da Manhã* e o desportivo *Record*. Em ambos, o formato escolhido é o da entrevista “pingue-pongue”, com as questões a negrito e as respostas em caracteres normais, precedidas por travessão. Em oito das nove entrevistas publicadas no *Record*, a primeira pergunta é antecedida pelo nome do jornal, e o mesmo acontece com a primeira resposta, que é precedida pelo nome por extenso do entrevistado, sendo as restantes perguntas e respostas assinaladas com as iniciais destes. A nona entrevista limita-se a destacar a questão a negrito, solução preferida no caso do *Correio da Manhã* (em sete das entrevistas analisadas). Nas restantes duas, a primeira pergunta e a primeira resposta são precedidas pelo nome, por extenso, do jornal e do entrevistado, não se encontrando, porém, as iniciais nas seguintes. É ainda de salientar uma particularidade: o título das entrevistas no *Record*, extraído de uma declaração do entrevistado, é delimitado com aspas duplas angulares, cuja ocorrência não tem paralelo tanto nos jornais brasileiros como nos portugueses analisados, visto nestes se recorrer às aspas duplas curvas.

No *Diário Económico*, o formato predominante é o da entrevista “pingue-pongue”, com as perguntas a negrito e a resposta a “fino”, sem travessão, pois, das oito entrevistas selecionadas, apenas uma corresponde ao tipo “estilo indireto”. Neste jornal especializado, não raro os títulos são uma declaração do entrevistado, entre aspas duplas. A análise das cinco entrevistas “pingue-pongue” do jornal *Público* mostra que esta é, igualmente, a solução adotada: perguntas em negrito, seguidas das respostas a “fino”, ambas sem qualquer

travessão. É de realçar que alguns destes textos integram, por sua vez, declarações ou citações de outrem, citadas pelo entrevistado. Nas quatro entrevistas em estilo indireto, as aspas são as unidades pontuacionais usadas para destacar as declarações dos entrevistados. Os seus títulos são declarações completas do entrevistado, entre aspas duplas.

Eis o cômputo final das declarações textuais presentes nas entrevistas e delimitadas por aspas duplas: FSP (33); ESP (32); GLO (21); DE (24); PUB (50); REC (5); CM (3).

Considerações finais.

O presente estudo evidenciou a predileção dos jornalistas brasileiros e portugueses pelas declarações textuais de terceiros para corroborarem a informação jornalística por eles aduzida. Facto curioso é, aliás, o maior número de ocorrências deste recurso nos jornais ditos “mais sérios” (cf. *supra* Quadro n.º 2). A ausência de tal procedimento prende-se, geralmente, com a menor extensão dos textos jornalísticos. Assim, o recurso às declarações textuais parece ser uma prática comum no mundo da imprensa escrita, comprovada por Leonavičienė:

Étant véhicule d’information, la presse utilise plusieurs moyens possibles pour introduire des voix-témoins afin de parvenir à son tout premier but, celui d’informer et intéresser. La presse d’aujourd’hui montre la présence massive des citations, qui confirment les paroles du journaliste, créent l’effet d’objectivité, d’authenticité. (LEONAVIČIENĖ, 2007, p. 160)

Os sinais de pontuação presentes nos jornais brasileiros e portugueses para assinalar as declarações textuais ou citações de outrem seguem essencialmente as prescrições dos “manuais de redação” ou “livros de estilo”, cujas regras servem de pauta. A primeira solução pontuacional proposta – uso das aspas duplas, acompanhado de verbo dicendi – está presente em todos os jornais analisados, ainda que, n’O Globo e no Lance!, seja preterida pelo travessão duplo e pelos verbos dicendi. Ora, tal facto comprova a existência de dois subsistemas pontuacionais usados na imprensa escrita brasileira e portuguesa, para delimitar as declarações textuais. Embora ambas as soluções pontuacionais correspondam à “norma” exposta nos manuais, a segunda tem o efeito de aproximar o discurso jornalístico do ficcional.

Apesar de as aspas angulares – parte da herança latina – terem maior tra-

dição em Portugal²³ do que no Brasil, verificou-se que elas apenas ocorrem na delimitação das afirmações de pessoas ouvidas nas entrevistas do jornal Record, declarações essas que ofereceram o título a este género de texto jornalístico, facto que parece derivar de uma influência anglo-saxónica.

Por outro lado, a análise das entrevistas do tipo “pingue-pongue” confirmam a diversidade de soluções pontuacionais, quer entre jornais brasileiros e portugueses, quer entre os jornais de cada país, pois, além do jogo entre letra cursiva e/ou itálico e letra “redonda” para distinguir as perguntas das respostas, recorre-se ao travessão, ainda que este, na Folha de S.Paulo, curiosamente seja substituído pelo hífen.

Para finalizar, o uso das aspas simples no *Livro de Estilo do Público*, com denominação antiga de *plicas* ou *comas simples*, parece obedecer aos usos prescritos nos “manuais teóricos” dos jornais. A ocorrência deste *pontema* duplo nas declarações textuais não foi significativa, atribuindo-se à inserção de outras declarações nas notícias e reportagens. Salienta-se, por último, a presença deste sinal de pontuação em dez títulos (e um subtítulo) das entrevistas publicadas em jornais brasileiros, tal como preconizavam os manuais de redação do *Estado* e da *Folha*, em nome da economia de espaço, aspeto de maior relevo em qualquer periódico.

Referências bibliográficas.

- BARRETO, João Franco. *Ortografia da lingua Portuguesa*. Lisboa: Na Oficina de João da Costa, 1671.
- BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 [1540].
- BEAUZÉE, Nicolas. *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. (2 vols.). Col. Grammatica Universalis. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommam Verlag, 1767.
- CASTILHO, José Felicidade de. *Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores classicos, etc*. Rio de Janeiro: casa dos editores E. & Laemmert, 1870.

23 O Código de Redação Interinstitucional (em português) publicado pela União Europeia apresenta, por exemplo, “três níveis de aspas devidamente hierarquizadas”: as angulares, as curvas duplas e as curvas simples. Cf. <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100410pt.htm>.

- CATACH, Nina. *La ponctuation. Recherches historiques et actuelles* (Actes de Colloque), 2 vols. Paris-Besançon: Publication du CNRS, 1977-79.
- _____. La ponctuation. In *Langue française*, vol. 45, n.º 1. Paris: Larousse, 1980, pp. 16-27.
- _____. The grafem: its position and its degree of autonomy with respect to the system of the language. *New Trends in Graphemics and Orthography*. Berlin: Gruyter, 1986, pp. 1-10.
- _____. Retour aux sources. *Traverses 43 – Le génie de la ponctuation*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1988, pp. 33-47.
- _____. La ponctuation et l'aquisition de la langue écrite. *Pratiques*, n.º 70. Metz, 1991, pp. 49-59.
- _____. *La ponctuation*. Col. "Que sais-je?". Paris: PUF, 1994.
- _____. La ponctuation et les systèmes d'écriture: dedans ou dehors? In DE-FAYS, Jean-Marc; ROSIER, Laurence et TILKIN, Françoise (eds) *À qui appartient la ponctuation? Actes du colloque international et interdisciplinaire de Liège*. Bruxelles: Ed. Duculot, 1988, pp. 31-43.
- CUNHA, Dóris A.C., ARABYAN, Marc. La ponctuation du discours direct des origines à nos jours. *L'information grammaticale*. n.º 102, 2004, pp. 35-45.
- DESBORDES, Françoise. *Idées romaines sur l'Écriture*. Lille: Presses Universitaires, 1990.
- DRILLON, Jacques. *Traité de la Ponctuation Française*. Paris: Gallimard, 1991.
- FOLHA ONLINE. História da Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> Acesso em 09 janeiro 2013.
- KOMUR, Greta. Que se cache-t-il sous les guillemets dans la presse écrite française? *Synergies*. Pologne: Gerflint, n. 6, 2009, pp. 69-78.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983 [1576].
- LEONAVIČIENĖ, Aurelija. Le discours direct dans la presse politique. *Kalbotyra*, n. 57(3), Vilnius: Department of German Philology of Vilnius University, 2007, pp. 160-168.
- LUEGI, P.; COSTA, M. A.; FARIA, I. H. Mover para ler: o movimento dos olhos durante a leitura de textos. In XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 2007, pp. 431-445.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José. La puntuación, In *Acta* online. Disponível em: <<http://www.acta.es/index.php/recursos/manuales-formativos-revista-digital/catalog?letter=l&start=40>> Acesso em 10 janeiro 2013.
- MARTINS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo. Manual de Redação e Estilo*, 1997.

- Disponível em <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/p.shtm>> Acesso em 09 jan. 2013.
- NUNES, Cristina Maria de Sousa. *A pontuação na Península Ibérica: doutrinas e prática em textos metalinguísticos portugueses e castelhanos do século XVII*. 2006. (Dissertação de Mestrado em Estudos Ibéricos). Universidade de Évora/Departamento de Linguística e Literaturas, Évora [texto policopiado, 165 pp.].
- PEREIRA, Bento. *Regras gerais, breves e compreensivas da melhor Orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina. & Portugueza, Para se ajuntar à Prosodia, Ordenadas pelo Author della o P. D. Bento Pereyra da Companhia de Jesus, Qualificador do S. Officio. Aprovadas por Varões peritissimos em huma & outra lingua. Dividemse em tres partes: a primeira he das regras commuas à lingua Latina, & Portugueza. A segunda he das tocantes só à Latina. A terceyra he das tocantes só à Portugueza*. Lisboa: por Domingos Carneiro, 1666.
- PONTES, José A. V. O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://site.estadao.com.br/historico/resumo/contil.htm>> Acesso em 09 jan. 2013.
- PÚBLICO, *Livro de Estilo*, 1998. Disponível em <http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html> Acesso em 09 jan. 2013.
- RECORD. Record – A história. Disponível em <<http://www.record.xl.pt/info/historia.aspx>> Acesso em 09 jan. 2013.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva”. In *Delta online*, vol. 13, n. 1, São Paulo, pp. 1997, 83-118. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000100005&script=sci_arttext> Acesso em 04 jan. 2012.
- _____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. In *Delta online*, vol. 14, n. 1, 1998, São Paulo, pp. 1-12. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 23 jan.01 2012.
- SEVILHA, San Isidoro de. *Etimologías*, vol. II (edición bilingüe preparada por José Oroz Reta y Manuel A Marcos Casquero; introd. general de Manuel C. Díaz y Díaz). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.
- TOURNIER, Claude (1980). Histoire des idées sur la ponctuation, des débuts de l'imprimerie à nos jours. In *Langue française*, n°45, 1980, pp. 28-40.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Veja, 1999.

UNIÃO EUROPEIA. *Código de redação interinstitucional*. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100410pt.htm>>. Acesso em 15 de jun. 2013.

VERA, Álvaro Ferreira. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portugueza. Com hum tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portugueza com a Latina*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631.

Recebido em 4 de julho de 2013.

Aceito em 5 de agosto de 2013.

A MONOTONGAÇÃO DO DITONGO [ej] NO PROJETO
ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: UMA ABORDAGEM VARIACIONISTA

Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará
aluizazinha@hotmail.com

RESUMO:

Esta investigação trata do comportamento variável do ditongo [ej], à luz da sociolinguística variacionista, nos dados das capitais brasileiras da Região Norte e Sul do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A redução do ditongo [ej] é um fenômeno bastante produtivo no português brasileiro atual e teve sua origem ainda no latim vulgar. A amostra analisada é constituída por cinquenta e seis informantes, oriundos de nove capitais do ALiB. O contexto fonológico posterior ao ditongo, principalmente o tepe, é o principal condicionador da regra e a escolaridade é a variável social mais importante. PALAVRAS-CHAVE: ditongo [ej], redução, Atlas Linguístico do Brasil, variação linguística.

ABSTRACT:

This research deals with the variable behavior of the diphthong [ej] in the light of variationist sociolinguistics, the data of the Brazilian capitals of North and South Project Linguistic Atlas of Brazil (ALiB). The reduction of the diphthong [ej] is a phenomenon quite productive in the current Brazilian Portuguese and still had its origins in Vulgar Latin. The sample consists of fifty-six informants from nine capitals ALiB. The phonological context after the diphthong, especially tap, is the main determinant of rule and social education is the most important variable.

KEYWORDS: diphthong [ej], reduction, Linguistic Atlas of Brazil, linguistic variation.

Introdução

Entende-se por monotongação, ou redução, a passagem de um ditongo a uma só vogal, como ocorre em peixe ~ pexe. Este fenômeno é muito produtivo no português brasileiro e tem sido objeto de estudos de natureza diversa.

Para Coutinho (1976, p. 108), a supressão da semivogal dos ditongos “[...] ascende ao próprio latim vulgar, onde encontramos formas como: *celebs* (*caelebs*), *sepis* (*saeps*), *clostrum* (*claustrum*).” (grifo do autor).

Aborda-se o processo em pauta sob a perspectiva da Teoria Sociolinguística Quantitativa Laboviana, em razão de este modelo privilegiar a análise da linguagem em uso e permitir a sistematização das variações/mudanças linguísticas.

O objetivo deste estudo é descrever a atuação de fatores linguísticos (contexto fonológico seguinte ao ditongo, tamanho da palavra e sonoridade do segmento seguinte ao ditongo) e sociais (sexo, faixa etária, escolaridade e localidade) na regra de monotongação do ditongo [ej]. Para tanto, foi utilizada uma amostra constituída por 56 informantes, oriundos de 9 capitais do projeto Atlas Linguístico do Brasil, especificamente as da Região Norte (Manaus, Belém, Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco) e Sul (Florianópolis, Santa Catarina e Porto Alegre),

Este trabalho é constituído pelas seguintes partes: esta introdução; a revisão da literatura sobre o fenômeno estudado no português brasileiro, destacando-se os estudos variacionistas da Região Norte e Sul do país; a metodologia, que descreve a amostra, o perfil dos informantes, a coleta de dados e o método de análise estatística; a análise, apresentando os resultados obtidos e a sua interpretação; as considerações finais; e, por fim, as referências utilizadas nesta investigação.

1. A monotongação do ditongo [ej] nos estudos variacionistas do Brasil.

Sabe-se que, sob a perspectiva variacionista, a monotongação do ditongo [ej] no português falado do Brasil tem sido estudada em diferentes regiões do país, como comprovam os estudos de Veado (1983), para Minas Gerais; Meneghini (1983), para o Rio Grande do Sul; Mota (1986), para Sergipe; Ribeiro (1990), para o Paraná; Bisol (1994), para Porto Alegre; Coelho e Naumann (1994), para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul; Paiva (1996), para o Rio de Janeiro; Cabreira (1996), para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul; Silva (1997), para o Rio de Janeiro; Araújo (1997), para o Maranhão;

Araújo (2000), para o Ceará; Lopes (2002), para o Pará; Farias e Oliveira (2003), para o Pará; Silva (2004), para a Paraíba; Pereira (2004), para Santa Catarina; Amaral (2005), para o Rio Grande do Sul; Carvalho (2007), para Recife; Farias (2008), para o Pará; Brescancini (2010), para Santa Catarina; Santos e Chaves (2010), para o Acre; e Toledo (2011), para o Rio Grande do Sul. No entanto, como o foco de atenção desse trabalho recai sobre o comportamento variável do ditongo [ej] nas Regiões Norte e Sul do país, abordaremos a seguir apenas os trabalhos variacionistas das respectivas regiões, com o intuito de comparar os resultados de cada um com os do presente estudo.

Para a Região Norte do país, foram encontrados 4 trabalhos, todos realizados na primeira década do século XXI. Destes, dois são artigos, Farias e Oliveira (2003) e Santos e Chaves (2010), e os outros dois são dissertações de mestrado, Lopes (2003) e Farias (2008). Estes estudos serão, brevemente, descritos a seguir de acordo com a ordem cronológica, destacando-se apenas os resultados mais importantes para o ditongo [ej].

Lopes (2002) investiga os ditongos [ow] e [ej] no português falado da cidade de Altamira, no Pará. Os informantes, 40 ao todo, foram estratificados segundo o sexo, a escolaridade, a faixa etária e a renda. Cada um foi entrevistado na modalidade narrativa de experiência pessoal por cerca de 30 minutos em média. A amostra faz parte do banco de dados do Projeto ALIPA (Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará)¹. Com relação ao ditongo [ej], a análise mostrou que, dentre as variáveis linguísticas, foram relevantes à monotongação, por ordem decrescente de importância, a localização do ditongo na estrutura morfológica da palavra (base), o contexto fonético seguinte (o tepe, de aplicação praticamente, categórica e as fricativas palatais [ʃ] e [ʒ] e a natureza da origem do vocábulo (palavras comuns). Quanto aos condicionamentos sociais, apenas a escolaridade (não-escolarizados) influencia a regra em estudo.

Farias e Oliveira (2003) examinam a redução dos ditongos [ej] e [ow] no Nordeste do Pará, tomando, para análise, dados da fala de 22 informantes

1 Segundo Razky (1998), o Projeto ALIPA (Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará) tem a finalidade de elaborar o Atlas geo-sociolinguístico do Pará e estudar a variação linguística desse Estado. Foram selecionados 57 pontos de inquérito, abrangendo as 6 mesorregiões que constituem o Estado do Pará. A metodologia da pesquisa é dividida em área urbana (Belém, Bragança, Cametá e Abaetetuba) e área rural. Os 42 informantes da zona urbana estão estratificados de acordo com o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (15 a 25, 26 a 49, +50 anos), a escolaridade (analfabetos, 1º grau completo e 2º grau) e a renda (baixa, média e alta). Na zona rural, de cada município, serão selecionados 2 homens e 2 mulheres, todos alfabetizados até a 4ª série e distribuídos, igualmente, em duas faixas etárias (18 a 30 anos e 40 a 70 anos).

do Projeto ALIPA (Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará). Foram selecionadas 5 cidades (Vigia, Capanema, Bragança, Baião e Cametá) da mesorregião do Nordeste Paraense. De cada localidade, foram extraídos 4 informantes, estratificados, igualmente, de acordo com o sexo e a faixa etária. Os resultados obtidos para o ditongo [ej] evidenciam que o tepe e as fricativas palatais em contexto posterior ao ditongo favorecem o apagamento do glide. A variável extensão da palavra também se mostrou favorecedora (polissílabos), bem como a variável posição do ditongo no item lexical (no meio da palavra). Nenhum fator social é relevante para a aplicação da regra.

Farias (2008) promove estudo acerca do comportamento variável do ditongo [ej] na fala do Pará (Belém, Bragança, Soure e Jacarecanga), partindo de uma amostra constituída por dados extraídos de questionários do ALiB (Atlas Linguístico do Brasil)². Ao todo, foram utilizados 20 informantes, estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária, o grau de escolaridade e a localidade. Foram selecionados 8 informantes da capital, Belém, e 4 de cada uma das outras cidades. Verifica-se que a variável mais relevante à redução do ditongo é o segmento seguinte ao ditongo (tepe e oclusiva velar sonora). Também exercem papel importante no condicionamento da regra: o tamanho da palavra (polissílabos e trissílabos, principalmente o primeiro), posição do ditongo no interior da palavra (meio), classe de palavra (adjetivo e substantivo). No que se refere aos fatores sociais, a escolaridade (nível fundamental) e a localidade (Bragança e Soure, principalmente, a primeira) mostraram-se favorecedoras do processo, enquanto o sexo (masculino) e a faixa etária (jovens) apresentaram resultados pouco significativos.

Santos e Chaves (2010) abordam a monotongação dos ditongos [ow] e [ej] no município de Plácido Castro, no Acre. A amostra é constituída por 33 informantes, distribuídos segundo o sexo, a faixa etária e a escolaridade. Com relação ao ditongo [ej], nota-se que o tepe, após o ditongo, é o maior favorecedor da regra e os vocábulos polissílabos também atuam no sentido de condicioná-la. Concluindo, as autoras constataam que o apagamento de [j] é condicionado

2 De acordo com Farias (2008), o Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), iniciado em 1996, tem como objetivo principal descrever o português brasileiro, com base em dados de 250 pontos de inquérito que cobrem todo o território nacional. Os informantes são distribuídos, igualmente, de acordo com a faixa etária (18 a 30 anos) e o sexo (masculino e feminino). Quanto à escolaridade, nas capitais, conta-se com 08 informantes (4 com formação superior e 4 apenas com o ensino fundamental) e, nos municípios, com 04, todos com o fundamental. Atualmente, os questionários estão sendo aplicados aos informantes dos municípios brasileiros, selecionados para estudo.

por fatores estruturais e parece não sofrer motivações de ordem social, mas, para que não reste nenhuma dúvida sobre isso, “no futuro há que se pensar em melhorar e ampliar o *corpus* e trabalhar com um registro de fala mais livre.” (SANTOS; CHAVES, 2010, p. 114).

A Região Sul do Brasil é a que concentra o maior número de trabalhos sobre a monotongação do ditongo [ej]. Foram localizados 9 estudos no total, realizados entre o período de 1983 a 2011. Destes, 4 são artigos, Bisol (1994), Coelho e Naumann (1994), Amaral (2005) e Brescancini (2010), e 5 são dissertações de mestrado, Meneghini (1983), Ribeiro, (1990), Cabreira (1996), Pereira (2004) e Toledo (2011). Seguindo a ordem cronológica, estes trabalhos são apresentados, sucintamente, logo a seguir, enfatizando-se os resultados obtidos somente para o ditongo [ej].

Meneghini (1983) examina a realização dos ditongos orais decrescentes no município de Ibiacá, no Rio Grande do Sul. Todos os informantes tinham grau de escolaridade equivalente ao primeiro grau, concluído ou não, e foram estratificados em função do sexo, da faixa etária, da escolaridade e do local de moradia (zona urbana ou zona rural). Os dados, obtidos por meio de um questionário, mostram que somente os ditongos [aj], [ej] e [ow] suprimem o glide, por isso a análise se restringe apenas aos três. No tocante ao ditongo [ej], o contexto fonológico posterior (as fricativas palatais, o tepe e a oclusiva velar sonora) e a tonicidade (sílabas átonas) são apontados como fatores linguísticos relevantes à redução do ditongo. As variáveis sociais condicionadoras da regra em análise são o local de moradia (zona rural) e, de maneira tímida, a faixa etária (os mais velhos).

Ribeiro (1990) trata da supressão dos ditongos [aj], [ej] e [ow] na fala da comunidade do Sudoeste do Paraná, representada por seis municípios (Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro, Renascença, Clevelândia, Chopinzinho e Nova Prata do Iguaçu). Os 22 informantes da amostra, organizados de acordo com o sexo e a faixa etária, pertencem ao ‘Projeto Fontes Culturais para o Ensino’, criado nos anos 1980 com o objetivo de constituir instrumento para a reformulação dos currículos escolares. Neste estudo, a autora não separa os dados dos ditongos [aj] e [ej], formulando uma só análise para ambos. Por isso, os resultados apresentados aqui se referem aos dois ditongos. Com relação aos condicionamentos linguísticos, o apagamento do glide [j] é beneficiado pelas seguintes variáveis: contexto fonológico posterior (tepe e palato-alveolares), a tonicidade (sílabas átonas), a classe do vocábulo (substantivos e adjetivos), o tamanho da palavra (trissílabos e polissílabos). Nenhum fator social interferiu na supressão de [j].

Bisol (1994) estuda o comportamento do ditongo [ej], com base em uma amostra constituída por 7 informantes de Porto Alegre. Em seu trabalho, não se encontram informações sobre a constituição da amostra, porque parece que o objetivo da autora não era o de empreender uma análise quantitativa na variedade local, mas sim o de discutir sobre a origem do glide diante da alveopalatal surda [ʃ]. A única variável analisada é o contexto seguinte que apresenta o tepe e a palatal como os únicos segmentos favorecedores do apagamento do glide. A ausência do glide, por ser quase categórica diante destes segmentos, faz com que a autora defenda a tese de que, nestes contextos, o ditongo apresente apenas uma vogal na forma subjacente, configurando o falso ditongo. Já “o verdadeiro ditongo possui duas vogais na subjacência” (BISOL, 1994, p. 125), manifestando-se sempre na fala. A autora exclui o contexto da vibrante simples e volta sua atenção apenas para o ditongo diante de palatal, defendendo a hipótese, segundo a qual os ditongos do tipo luz~luiz e caixa~caxa não existem na estrutura profunda, pois, na realidade, são resultado de um processo de assimilação. Nesta análise, demonstra-se que tanto a inserção do glide quanto o seu apagamento constituem um processo que ocorre variavelmente na estrutura de superfície, por derivar da expansão de traços secundários da consoante.

Coelho e Naumann (1994) investigam a realização do ditongo [ej] nas capitais do Sul (Curitiba - PR, Florianópolis - SC e Porto Alegre - RS), a partir de 36 informantes do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana do Sul do País)³, sendo 12 de cada localidade. A natureza do segmento seguinte ([r] e [ʃ]) e a extensão da palavra (trissílabos) foram os únicos condicionamentos linguísticos relevantes. Dentre as variáveis sociais, foram selecionadas: a região geográfica, a faixa etária e a escolaridade. No que diz respeito ao primeiro fator, Florianópolis é a capital do Sul mais favorável à redução do ditongo, enquanto Curitiba mostra-se uma discreta aliada e Porto Alegre inibe o seu emprego. Quanto ao segundo, os informantes com menos de 50 anos beneficiam a mono-

3 Segundo Collischon e Monaretto (2012), o projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana do Sul do País), que teve início em 1990, apresenta amostras de fala representativas das principais etnias dos três Estados da região Sul (Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja; Santa Catarina: Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Lages; Paraná: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco). Os informantes estão organizados em função da escolaridade (primário – até 4 anos, ginásio – até 8 anos e 2º grau – até 11 anos), da faixa etária (25 a 50 anos e mais de 50 anos) e do sexo (masculino e feminino). Em cada localidade, foram realizadas 24 entrevistas, totalizando 96 por Estado. Posteriormente, outras localidades foram incorporadas ao banco de dados.

tongação, ao contrário dos que possuem acima disso. E, com relação ao último, os falantes do ⁴colegial, os mais escolarizados, empregam menos a variante monotongada, enquanto os do ginásio e do primário, os menos escolarizados, empregam mais a redução do ditongo. As autoras concluem que a supressão de [j] é um processo fonético determinado pela natureza do segmento seguinte.

Cabreira (1996) analisa uma amostra também constituída por 36 informantes do Projeto VARSUL, com o intuito de estudar a monotongação dos ditongos decrescentes nas capitais do Sul, Curitiba- PR, Florianópolis- SC e Porto Alegre- RS. Desses ditongos, apenas três sofrem redução: [aj], [ej] e [ow] e, por isso, apenas esses são analisados. Seu estudo mostra que a semivogal [j] dos ditongos [aj] e [ej] só é suprimida quando seguida por fricativa palato-alveolar ou tepe. Diante desse último segmento, a regra de monotongação é quase categórica. Em face disso, o autor realiza duas análises: uma para os ditongos [ej] e [aj] seguidos por [ʃ] e [ʒ] e outra somente para o ditongo [ej] seguido por [r]. Na primeira análise, a posição do elemento seguinte (heterossilábico⁵), a escolaridade (primário), a sonoridade do elemento seguinte ([ʃ]), o sexo (feminino) e a variedade geográfica (Florianópolis) são os fatores condicionadores da regra em análise. Na segunda, os fatores relevantes ao apagamento de [j] são: a natureza morfológica (radical), o grau de escolaridade (primário), o sexo (feminino) e a variedade geográfica (Curitiba). Como os ditongos [ej] e [aj] foram analisados conjuntamente e tratados em diferentes ambientes linguísticos, não se pode afirmar, com absoluta certeza, que as variáveis selecionadas são realmente diferentes para cada ditongo. Porém, pode-se dizer que a pouca escolaridade (primário) e o sexo feminino são muito significativos para a monotongação, já que, em ambas as análises, contribuem com o fenômeno.

Pereira (2004) trata da monotongação dos ditongos [aj], [ej] e [ow] em Tubarão - SC, com base em 4 *corpora*, sendo um de língua escrita (textos escritos por alunos de Tubarão, pertencentes à 1ª série do ensino fundamental) e os outros três de língua falada. Dentre estes, tem-se: i) um composto por textos orais de duas telenovelas, Coração de Estudante e Mulheres Apaixonadas, da Rede Globo; ii) um constituído por textos orais de publicidade da programação da Globo; iii) um constituído por 14 entrevistas de tubaronenses, estratificados

4 Adotou-se aqui a mesma nomenclatura encontrada no texto original. O mesmo foi feito nos demais trabalhos apresentados. O ensino primário equivale a 4 anos de estudo; o ginásio a 8 anos e o colegial a 11 anos.

5 Conforme o autor, o segmento seguinte ao ditongo pode se encontrar na mesma sílaba que o ditongo (tautossilábico), como na palavra 'leis', ou na sílaba seguinte (heterossilábico), como na palavra 'peixe'.

de acordo com o sexo, a faixa etária e a escolaridade, pertencentes ao banco de dados do Projeto PROCOTEXTOS da UNISUL. A análise deste último *corpus* apresentou o contexto fonético seguinte (palatal e tepe) como o único favorecedor da realização monotongada do ditongo [ej] e revelou também que nenhum fator social condiciona a regra.

Utilizando-se dados da fala de 42 informantes do VARSUL, Amaral (2005) aborda a redução do ditongo [ej] em três cidades do Rio Grande do Sul, São Borja, Panambi e Flores da Cunha. Neste estudo, são apontadas, como relevantes à aplicação da regra, as variáveis estruturais: contexto fonológico seguinte (fricativa palato-alveolar e o tepe), tonicidade (sílabas átonas) e classe de palavra (formas não-verbais). A única variável social relevante foi a faixa etária (25 a 50 anos), indicando que os mais jovens usam mais a regra do que os mais velhos (mais de 50 anos).

Com base em uma amostra constituída por 48 informantes do VARSUL, Brescancini (2010) investiga, em Florianópolis - RS, a redução dos ditongos decrescentes seguidos por fricativa em coda, como nos itens *mais*, *depois* e *seis*. Na análise, o papel morfológico do /S/ (flexão verbal) e o sexo (feminino) mostraram-se variáveis relevantes à supressão dos ditongos. Em suas conclusões, a autora afirma que este fenômeno “caracteriza-se como um processo condicionado lexicalmente, mas que ainda apresenta resquícios de condicionamento estrutural, especificamente o de cunho morfológico” (BRES-CANCINI, 2010, p. 44).

Toledo (2011) analisa a regra de monotongação de [ej] na fala da cidade de Porto Alegre - RS. Para isso, seleciona 14 informantes do banco de dados do Projeto NURC⁶ (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta), entrevistados nos anos de 1970 e recontatados no final de 1990 pelo Projeto VARSUL. Ao todo, então, são analisadas 28 entrevistas. Nessa investigação, o contexto fonológico seguinte (fricativa palatal e tepe) constitui-se no principal motivador da redução do ditongo. Além dessa variável, a natureza morfológica (radical) e a classe de palavra (não verbos) também condicionam a supressão

6 Segundo Toledo (2011), o projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC) começou em 1969 e foi desenvolvido em cinco capitais brasileiras, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, objetivando descrever o falar culto brasileiro. O *corpus*, constituído, integralmente, por informantes com nível superior completo, encontra-se estratificado em função das variáveis: monitoramento estilístico (Diálogo entre Dois Informantes, Diálogo entre Informante e Documentador e Elocução Formal), faixa etária (22-35 anos, 36-55 anos e 56 anos ou mais) e sexo (masculino e feminino).

do glide. Nenhum fator social favorece a regra. Comparando os dados das duas amostras, NURC e VARSUL, a autora constata que a redução de [ej] é “um fenômeno estável de variação, sem indício de mudança em progresso.” (TOLEDO, 2011, p. 90).

Estabelecendo um confronto entre os resultados dos estudos abordados aqui, observa-se, no tocante às variáveis linguísticas, o seguinte:

i) a variável contexto fonológico subsequente (o tepe e as fricativas palatais) é selecionada entre os principais condicionadores da monotongação em todos os trabalhos analisados, excetuando-se apenas o de Brescancini (2010) que estuda a redução dos ditongos decrescentes em contexto restrito, isto é, diante de fricativa em coda e, em razão disso, apresenta resultados divergentes dos demais trabalhos.

ii) a localização do ditongo na estrutura morfológica (o radical) é uma variável relevante nos estudos de Cabreira (1996), Lopes (2002), e Toledo (2011).

iii) a posição do ditongo no interior da palavra (meio de palavra) é uma variável importante nas investigações de Farias e Oliveira (2003) e Farias (2008).

iv) o tamanho da palavra, após o contexto fonológico seguinte, é a variável relevante mais recorrente nos trabalhos analisados, como atestam Ribeiro (1990), Coelho e Naumann (1994), Farias e Oliveira (2003), Farias (2008) e Santos e Chaves (2010). Estes estudos mostram que quanto maior o tamanho da palavra, maior a supressão do glide.

v) a variável classe de palavra (formas não verbais) surge como uma variável relevante nas pesquisas de Ribeiro (1990), Amaral (2005), Farias (2008) e Toledo (2011).

vi) a tonicidade (sílabas átonas) é uma variável relevante nos trabalhos de Ribeiro (1990), Meneghini (1993) e Amaral (2005).

vii) a posição do elemento seguinte (heterossilábico) e a sonoridade do elemento seguinte (fricativa alveopalatal desvozeada) são variáveis relevantes no estudo de Cabreira (1996).

viii) a variável natureza da origem do vocábulo (palavras comuns) aparece como uma variável relevante no trabalho de Lopes (2002).

Com relação às variáveis sociais, os estudos analisados revelaram que:

i) a escolaridade foi selecionada nos estudos de Coelho e Naumann (1994), Cabreira (1996), Lopes (2002) e Farias (2008). Estes trabalhos revelaram que quanto maior a escolaridade do informante menor a monotongação.

ii) a faixa etária é selecionada nos estudos de Farias (2008), Meneghini (1983), Coelho e Naumann (1994) e Amaral (2005), sendo que, para os dois primeiros, os resultados não são muito significativos. Farias (2008), Coelho

e Naumann (1994) e Amaral (2005) mostram que os mais novos favorecem a monotongação, diferentemente dos mais velhos, ao passo que Meneghini (1983) comprova o contrário.

iii) a variedade geográfica é selecionada nos trabalhos de Coelho e Naumann (1994), Cabreira (1986), Farias (2008) e Meneghini (1983). O primeiro estudo apresenta a cidade de Florianópolis como a sua mais forte aliada ao cancelamento do glide e Curitiba aparece, embora discretamente, favorável ao fenômeno. O segundo revela que Florianópolis e Curitiba favorecem a redução. O terceiro coloca Bragança na posição de maior aliada do processo e o último destaca o favorecimento da regra na zona rural de Ibiacá.

iv) a variável sexo é selecionada em Farias (2008), de forma muito tímida, apresentando os homens como aliados da redução, e também em Cabreira (1996) e Brescancini (2010), onde as mulheres aparecem como aliadas do processo.

v) os estudos de Farias e Oliveira (2003), Santos e Chaves (2010), Ribeiro (1990), Pereira (2004) e Toledo (2011) não selecionaram nenhuma variável social.

Pelo exposto até aqui, pode-se tecer alguns comentários sobre a redução do ditongo [ej] nos trabalhos desenvolvidos nas regiões Norte e Sul do território brasileiro. Foram registradas variáveis linguísticas e sociais, agindo sobre a monotongação em vários dialetos, porém não se encontrou um mesmo conjunto de variáveis atuando sobre a regra em mais de uma variedade linguística. Independentemente da região, o tepe e as fricativas palatais a frente do ditongo constituem os principais motivadores do apagamento do glide [j]. Assim, o processo é fortemente regido por uma variável fonológica, embora também seja condicionado por fatores morfológicos, como classe de palavra e natureza morfológica. Quando a escolaridade é selecionada como fator relevante, ocorre uma correlação entre esta variável e a monotongação, pois quanto menor a escolaridade, maior a redução do ditongo. Dos quatro estudos que selecionaram a variável faixa etária, três apresentaram os mais jovens como aliados do processo e, destes, dois não apresentaram resultados significativos. O fator sexo só foi considerado relevante em três trabalhos, sendo que dois apontam as mulheres como favorecedoras da regra e um indica os homens como aliados do apagamento do glide. Apenas quatro trabalhos controlaram a variedade geográfica e, com base nisso, só se pode afirmar que Florianópolis e Curitiba tendem a favorecer a redução. Assim, não foi encontrada nenhuma relação entre faixa etária e monotongação, bem como não se verificou uma correlação entre a variável sexo e o fenômeno em pauta. Como a única variável social que apresentou uma relação com a regra foi a escolaridade, considera-se que esta variável seja o condicionamento social mais influente sobre o processo.

2. Metodologia.

Todos os 56 informantes que constituem a nossa amostra são provenientes de 09 capitais brasileiras, pertencentes a duas regiões: Norte (Manaus, Belém, Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco) e Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre).

De cada uma das localidades mencionadas, foram coletados dados de oito informantes. Cada um apresenta as seguintes características: - faixa etária: I - 18 a 30 anos e II- 45 a 60 anos; - sexo: masculino e feminino; - escolaridade: até a 8ª série do fundamental e ensino superior; - origem: nascidos na localidade, de pais também nascidos na localidade.

Do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do ALiB, foram extraídos, para análise, os itens lexicais que apareciam nas respostas a 14 questões, a saber:

- a) questão 03 - prateleira,
- b) questão 08 - travesseiro,
- c) questão 12 - torneira,
- d) questão 24 - peneira,
- e) questão 35 - manteiga,
- f) questão 47 - teia,
- g) questão 50 - peixe,
- h) questão 83 - prefeito,
- i) questão 91 - bandeira,
- j) questão 94 - correio,
- k) questão 100 - companheiro,
- l) questão 117 - peito,
- m) questão 141 - meia e
- n) questão 146 - beijar.

Em alguns casos, o informante respondeu, por solicitação do inquiridor, mais de uma vez à pergunta por haver sobreposição de vozes ou por ter falado de forma inaudível. Consideraram-se respostas válidas apenas a primeira resposta dada pelos informantes por acreditarmos ser a mais natural. Como na aplicação do QFF, o entrevistado está muito atento às respostas dadas ao inquiridor, considera-se que o estilo de fala usado pelo informante é extremamente cuidado.

Os grupos de fatores controlados neste trabalho foram: o contexto fonológico seguinte, o tamanho da palavra, a sonoridade do segmento seguinte, o sexo, a escolaridade, a faixa etária e a localidade.

O GoldvarbX, que “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY e ZILLES, 2007, p. 105), será utilizado para efetuar as análises estatísticas.

3. Análise dos dados.

Nesta análise, deve-se esclarecer que foram desconsideradas 10 ocorrências, para a questão de número 47, cuja resposta prevista era teia, porque os informantes, todos com 8 anos de escolaridade, pronunciaram [ˈteʎɐ]. Isso ocorreu em Boa Vista (dois homens, de faixas etárias distintas), Manaus e Rio Branco (um homem e uma mulher, ambos da faixa etária II, para cada localidade), em Macapá (um homem, da faixa I), Curitiba e Florianópolis (uma mulher, da faixa II, para cada localidade), e Porto Alegre (uma mulher, da faixa I).

Na tentativa de realizar a primeira análise estatística, obtiveram-se, ao todo, 956 ocorrências, sendo que, deste universo, 377 (39,4%) eram da variante monotongada e as outras 579 (60,6%) pertenciam à manutenção do ditongo [ej]. No entanto, nesta rodada, quando o contexto fonológico seguinte ao ditongo era preenchido pela oclusiva [t]⁷, não se registrou nenhuma ocorrência da forma monotongada. Por isso, surgiu um nocaute, isto é, a ausência de variação em um fator, impossibilitando a finalização da análise estatística. Decidiu-se, então, excluir todas as ocorrências dessa consoante, eliminando o nocaute.

Após a exclusão mencionada, efetuou-se a segunda rodada que foi concluída, apresentando um total de 825 ocorrências, distribuídas da seguinte forma: 377 (45,7%) para a variante monotongada e 448 (54,3%) para a preservação do ditongo. O *input* desta rodada foi de 0,38, o que significa dizer que a possibilidade de ocorrer o apagamento do glide é muito pequena nos dados da nossa amostra. A análise também revelou $p = ,01$, para um nível de significância estabelecido em 5%, $p < ,05$. De acordo com essa análise estatística, favorecem a redução do ditongo [ej], por ordem de importância, os fatores: contexto fonológico seguinte, escolaridade, localidade e sexo. A sonoridade do segmento subsequente, a faixa etária e o tamanho da palavra não exercem influência sobre a regra. A seguir, analisaremos os resultados obtidos para os fatores favorecedores do apagamento da semivogal.

7 Na nossa amostra, o segmento [t] aparece em dois itens lexicais, peito e prefeito.

a) Contexto fonológico subsequente

Fatores	Aplica/Total	Frequência	Peso relativo	Exemplo
[r]	284/415	68,4	0,80	Prateleira
[g]	39/68	57,4	0,70	Manteiga
[ʃ]	27/72	37,5	0,45	Peixe
[ʒ]	16/68	23,5	0,27	Beijar
Vogais	11/202	5,4	0,05	Meia

Tabela 1: Atuação do contexto fonológico subsequente sobre a monotongação

Segundo a ordem de seleção dos fatores, o contexto fonológico subsequente é o fator mais influente na aplicação da regra. Como mostram os pesos relativos da tabela 1, o tepe é o maior aliado da monotongação. A oclusiva velar [g] também favorece a redução do ditongo. Já as fricativas palatais e as vogais são inibidoras do processo.

Pelos resultados dos trabalhos de Lopes (2002), Farias e Oliveira (2003), Farias (2008), Santos e Chaves (2010), Meneghini (1983), Ribeiro (1990), Bisol (1994), Coelho e Naumann (1994), Cabreira (1996), Pereira (2004), Amaral (2005) e Toledo (2011), já se esperava que o tepe desempenhasse, nesta amostra, um papel altamente favorecedor da regra, mas o que nos causou surpresa foi o comportamento inibidor da monotongação apresentado pelas palatais, pois, com exceção do estudo de Brescancini (2010) e do de Farias (2008), todos os outros apontam as palatais como aliadas da redução do ditongo [ej]. Quanto à oclusiva velar sonora, Farias (2008) e Meneghini (1983) também verificaram o efeito benéfico deste segmento sobre a regra.

Os resultados favorecedores do tepe e da oclusiva velar podem ser explicados com base na distinção que Bisol (1991) estabelece entre ditongos pesados ou verdadeiros e ditongos leves ou falsos. Para a autora, o primeiro tipo possui duas vogais e tende a ser mantido (ex.: pauta ['pawtə]), ao contrário do segundo que ora se manifesta, ora não, e apresenta só uma vogal na estrutura subjacente, surgindo o glide em nível mais próximo à superfície (ex.: feira ['fejrə] ['ferə]).

A análise dos itens lexicais da nossa amostra revela que todas as palavras que, no contexto seguinte ao ditongo, possuem o tepe (prateleira, travesseiro, torneira, bandeira, peneira, companheiro) e a oclusiva velar (manteiga) apre-

sentam falsos ditongos. Assim, na estrutura profunda destas palavras, não temos um ditongo, mas sim um monotongo que ocorre na estrutura de superfície.

No entanto, é preciso relativizar os resultados obtidos para esta variável, porque a amostra analisada, embora englobe todos os itens lexicais do QFF, é constituída apenas por 14 palavras. Dentro desse universo, no contexto seguinte ao ditongo, só há um item lexical, manteiga, que apresenta uma oclusiva velar sonora. A esse respeito, Farias (2008, p.66) afirma: “[...] deve-se, no entanto, usar de cuidado em relação a esse fator, pois a maioria absoluta de ocorrências nesse ambiente foi da palavra *manteiga*, o que pode configurar uma particularidade do item lexical.” (grifo da autora). Nos nossos dados, no contexto de fricativa palatal surda e palatal sonora, também só existem, respectivamente, os itens peixe e beijar, o que não nos permite fazer afirmações contundentes sobre este fator.

b) Escolaridade

Fatores	Aplica/Total	Frequência	Peso relativo
8º ano do Fundamental II	240/486	49,4	0,67
Superior Completo	137/470	29,1	0,32

Tabela 2: Atuação da escolaridade sobre a monotongação

De acordo com a ordem hierárquica de seleção dos fatores, a escolaridade é a variável social que exerce maior influência na redução do ditongo [ej]. Os números da tabela 02 mostram que os informantes menos escolarizados são fortes aliados da monotongação, ao contrário dos mais escolarizados, o que também foi observado em todos os trabalhos que selecionaram esta variável, como o de Lopes (2002), Farias (2008), Coelho e Naumann (1994) e Cabreira (1996). Assim, quanto menos tempo o indivíduo permanece na escola, menos se utiliza o ditongo. Este resultado já era esperado por nós, porque se acredita na influência da forma escrita sobre a maior ou menor aplicação da forma monotongada. Defende-se que este é um caso em que não é a prescritividade escolar que está atuando sobre a regra, mas, sim, o fato de que a forma escrita exerce uma pressão muito forte sobre a competência oral do falante usuário da escrita.

c) Localidade

Conforme os dados apresentados na tabela 3, nota-se que o fenômeno estudado ocorre em todas as localidades analisadas. Porto Alegre, dentre todas as capitais brasileiras do Norte e do Sul, é a que mais favorece a variante monotongada, sendo seguida, por ordem decrescente de relevância, pelas capitais: Manaus, Florianópolis, Rio Branco e Curitiba.

Fatores	Aplica/Total	Frequência	Peso relativo
Belém	25/95	26,3	0,22
Boa Vista	33/92	35,9	0,35
Porto Velho	39/89	43,8	0,45
Macapá	40/94	42,6	0,47
Rio Branco	46/88	52,3	0,53
Manaus	47/106	44,3	0,61
Curitiba	43/90	47,8	0,52
Florianópolis	47/93	50,5	0,58
Porto Alegre	57/92	62,0	0,75

Tabela 3: Atuação da localidade sobre a monotongação

No Norte do país, Manaus é, praticamente, a única capital que favorece a regra, já que o peso relativo obtido para o Rio Branco não se distancia muito do ponto neutro, revelando apenas um tímido favorecimento.

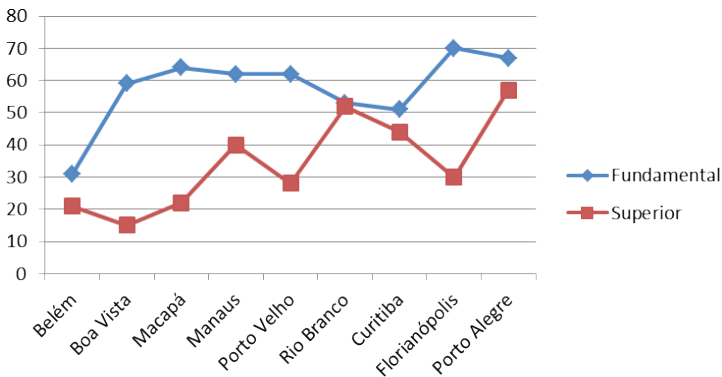
No Sul, observa-se que todas as cidades favorecem a redução do ditongo, mas Curitiba também apresenta um peso relativo próximo do ponto neutro. Pode-se dizer, então, que o Norte do Brasil apresenta um comportamento mais conservador do que o Sul em relação ao fenômeno em estudo, uma vez que a maior parte de suas capitais privilegia o uso do ditongo, a forma de prestígio.

A relevância da variedade geográfica, para o fenômeno em estudo, já tinha sido notada nos trabalhos de Meneghini (1983), Cabreira (1986), Coelho e Naumann (1994) e Farias (2008). Assim, os dados obtidos aqui reforçam a importância desta variável sobre o processo.

Mais abaixo, segue a visualização do resultado do cruzamento entre os grupos de fatores localidade e escolaridade, no gráfico 1. A sua leitura indica que,

em todas as capitais, a frequência de uso da forma monotongada é maior entre os informantes com o ensino fundamental do que entre aqueles que possuem o nível superior completo. Em Rio Branco e Curitiba, as taxas de aplicação da redução do ditongo entre os dois níveis de escolaridade são muito próximas, diferentemente do que acontece em Boa Vista, Macapá e Florianópolis, onde se encontram as maiores diferenças entre as taxas de monotongação de ambos os níveis de escolaridade. No Norte, os menos escolarizados de Macapá apresentam a maior frequência de uso da monotongação e, no Sul, Florianópolis possui o maior índice de aplicação da regra entre os pouco escolarizados. Dentre todas as capitais das duas regiões, os maiores índices de uso do apagamento do glide foram registrados entre os indivíduos de Florianópolis e Porto Alegre com menor escolaridade, enquanto o menor índice se encontra entre os menos escolarizados de Belém. A frequência de uso da aplicação da regra entre os informantes pouco escolarizados é a mesma em Manaus e Porto Velho.

Gráfico 1 - Localidade x escolaridade



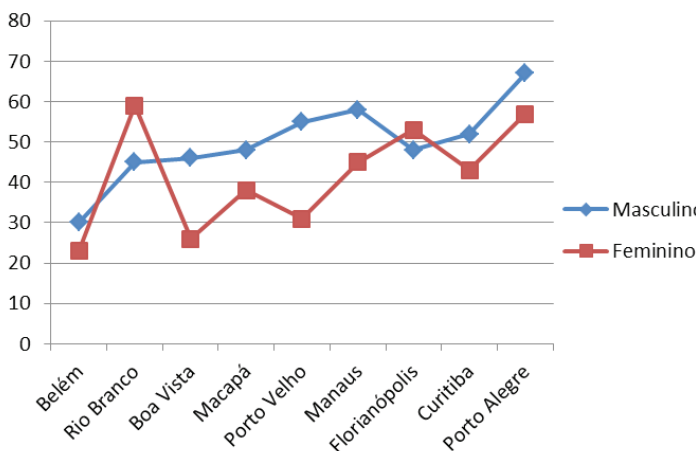
d) Sexo

Fatores	Aplica/Total	Frequência	Peso relativo
Masculino	206/413	49,9	0,55
Feminino	171/412	41,5	0,44

Tabela 4: Atuação do sexo sobre a monotongação.

Segundo os dados da tabela 04, os homens, discretamente, prestigiam a variante monotongada, enquanto as mulheres desfavorecem o seu emprego, confirmando os resultados obtidos por Farias (2008). A preferência feminina pela manutenção do ditongo, que é a variante conservadora e de prestígio, indica que as mulheres se preocupam em construir uma imagem associada às formas socialmente valorizadas pela sociedade, confirmando as nossas expectativas.

Gráfico 2 - Localidade x sexo



A leitura do gráfico 2, referente ao cruzamento entre as variáveis sexo e escolaridade, permite afirmar que a variante monotongada é mais empregada pelos homens do que pelas mulheres em Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho, Curitiba e Porto Alegre, mas, em Rio Branco e Florianópolis, as mulheres usam mais a forma monotongada do que os homens. No entanto, é bom frisar que, na capital florianopolitana, as taxas de frequência da redução do ditongo entre os dois sexos apresentam os valores mais próximos. Já, em Porto Velho e Boa Vista, as taxas de aplicação da variante monotongada entre os homens e as mulheres são as mais díspares. No Norte, os homens de Manaus são os que mais usam a monotongação e, no Sul, são os homens de Porto Alegre. Em todas as capitais das duas regiões, a maior frequência de monotongação ocorre entre os homens de Porto Alegre e o seu menor índice é registrado entre as mulheres de Belém.

Conclusões

Na amostra estudada, o contexto fonológico subsequente, principalmente o tepe, é o principal condicionador da monotongação do ditongo [ej], confirmando os resultados encontrados na revisão da literatura.

Dentre as variáveis sociais selecionadas, a escolaridade é a mais importante para a regra. Constata-se que os menos escolarizados favorecem o processo, ratificando o que, também, se observou na revisão da literatura.

A localidade e o sexo também se mostraram relevantes ao cancelamento do glide. Com relação à primeira variável, Florianópolis e Manaus surgem como aliadas da redução. O segundo grupo de fatores apresenta os homens como aliados do processo.

Os resultados obtidos indicam que a redução do ditongo [ej] é um caso de variação estável, confirmando os resultados de Toledo (2011).

Referências

- AMARAL, Marisa Porto do. Ditongos variáveis no sul do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 101-116, set. 2005.
- ARAÚJO, Aluiza Alves de. *A monotongação na norma culta de Fortaleza*. 2000. 110f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFC, Fortaleza, CE.
- ARAÚJO, Maria Francisca Ribeiro de. *A alternância /ei/ e /e/ no português falado na cidade de Caxias, MA*. 1999. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000224337>>. Acesso em 6 de fev. 2013.
- BISOL, Leda. Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.* São Paulo, vol. 10, n. Especial, p. 123-140, 1994.
- BRESCANCINI, Cláudia Regina. A redução de ditongos decrescentes seguidos por fricativa em coda no açoriano catarinense. In: BISOL, Leda; COLLISCHONN, Gisela. (orgs.). *Português do Sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2010, p.31-44.
- CABREIRA, Silvio Henrique. *A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre*. 1996. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras (Linguística Aplicada)) - Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, RS.

- CARVALHO, Solange Carlos de. *Estudo variável do apagamento dos ditongos decrescentes orais na fala de Recife*. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFPE, Pernambuco, RE.
- COELHO, Izete Lehamkuhl; NAUMANN, Isaura Maria Longo. A supressão do [y] no ditongo decrescente [ey] / monotongação. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE LÍNGUA FALADA e ENSINO I. Anais: Maceió, 1994, p. 211-16.
- COLLISCHON, Gisela; MONARETTO, Valéria de Oliveira. Banco de dados VARSUL: a relevância de suas características e a abrangência de seus resultados. *Alfa*. São Paulo, 56 (3), p. 835853, 2012.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1976.
- FARIAS, Maria Adelina Rodrigues de. *Distribuição geo-sociolinguística do ditongo <ej> no português falado no estado do Pará*. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFPA, Belém, PA. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2644>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2013.
- _____. ; OLIVEIRA, Marilucia Barros de. Variação fonética dos ditongos [ej] e [ow] no nordeste do Pará. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFefiL, v. 9, n. 27, p. 188-199, 2003.
- LOPES, Raquel. *A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA*. 2002. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFPA, Belém, PA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/alipa/teses_mestrado/tese_raquel.pdf>. Acesso em 6 de fev. de 2013.
- MENEGHINI, Francisco Militão. *O fenômeno da monotongação em Ibiaçá*. 1983. 87f. Dissertação (Mestrado em Linguística), PUCRS, Porto Alegre, RS.
- MOTA, Jacyra Andrade. Variação entre e e ei em Sergipe. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador: UFBA - IL, v. 5, p. 119-127, 1986.
- PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora de. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986, p. 219-236.
- PEREIRA, Gersa. *A monotongação dos ditongos <ej>, <ow> e <aj> no português falado em Tubarão (SC). estudo de casos*. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), UNISUL, Tubarão, SC. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/73807_Gersa.pdf>. Acesso em 6 de fev. 2013.

- RAZKY, Abdelhak. O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A Geolinguística no Brasil: Caminhos e Perspectivas*. Londrina, 1998. pp. 155-164.
- RIBEIRO, Denise Aparecida Sofiati de Barros. *O apagamento dos ditongos decrescentes orais no sudoeste do Paraná*. 1990. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFPR, Curitiba, PR. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24427/D%20-%20RIBEIRO,%20DENISE%20APARECIDA%20SOFIATI%20DE%20BARROS.pdf?sequence=1>> . Acesso em 6 de fev. de 2013.
- SANTOS, Francisca Luana da Costa; CHAVES, Lindinalva Messias. O processo da monotongação nos falares de Plácido Castro (AC). *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 16, nº 46, Supl. p. 100-115, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/46sup/11.pdf>>. Acesso em 6 de fev. de 2013.
- SILVA, Edila Vianna da. A monotongação de [ej] e [aj] nos falares fluminenses. *Graphos*. João Pessoa: UFPB, v. 2, n.1, p. 43-53, jan.1997.
- SILVA, Fabiana de Souza. *O processo de monotongação em João Pessoa*. In: HORA, Dermeval da. *Estudos Sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: CNPq/ILAPec/VALPB, 2004. p.29 – 44.
- TOLEDO, Eduardo Elisalde. *A monotongação do ditongo decrescente [ej] em amostra de recontato de Porto Alegre*. 2011. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística), PUCRS, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/39409>>. Acesso em 6 de fev. de 2013.
- VEADO, Rosa Maria Assis. Redução de ditongo – uma variável sociolinguística. *Ensaios de Linguística*. Belo Horizonte (MG), ano v, n. 9, p. 209 - 229, dez.1983.

Recebido em 8 de fevereiro de 2013.

Aceito em 13 de abril de 2013.

GLOSSÁRIO DE COLOCAÇÕES DA LÍNGUA GERAL
E ESPECIALIZADAS BASEADO EM *CORPUS*: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA O ENSINO DE LE E TRADUÇÃO

Adriane Orenha-Ottaiano
Universidade Estadual Paulista
adriane@ibilce.unesp.br

Roberta Fiel
Universidade Estadual Paulista
roh_fiel@hotmail.com

RESUMO:

Esta investigação, fundamentada na Linguística de Corpus e na Fraseologia, tem como propósito o levantamento e a análise das colocações da língua geral e das colocações especializadas na área médica, extraídas do *corpus* paralelo composto pelas transcrições do seriado de TV *Grey's Anatomy*. A partir desse levantamento, propomos a compilação de um glossário bilíngue, a fim de que esse material possa ser utilizado por tradutores aprendizes, bem como em sala de aula por professores de língua inglesa.

PALAVRAS-CHAVE: colocações da língua geral; colocações especializadas; glossário bilíngue; *corpus* paralelo; Fraseologia.

ABSTRACT:

This research, theoretically founded on Corpus Linguistics and Phraseology, has the purpose of extracting and analyzing general language and specialized collocations in the medical field, taken from a parallel corpus comprised of transcriptions of the TV serial *Grey's Anatomy*. Based on this extraction, it is proposed a compilation of a bilingual glossary, so that the referred material can be used by learner translators as well as English language teachers.

KEYWORDS: general language collocations; specialized collocations; bilingual glossary; parallel corpus; Phraseology.

Introdução.

Neste trabalho, realizamos um estudo fraseológico, com foco nas colocações da língua geral e da língua de especialidade na área médica, presentes em um *corpus* formado pelas transcrições do seriado de TV *Grey's Anatomy*. Para isso, nos baseamos na Linguística de Corpus, área que tem como um dos objetivos o estudo do léxico, e que tem colaborado e fornecido subsídios para a realização de pesquisas em ensino e aprendizagem de línguas; na Terminologia, área responsável pelo estudo dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade; e na Fraseologia, área voltada para a investigação de combinações lexicais recorrentes, que abrangem as expressões idiomáticas, as coligações, os binômios, os provérbios e as colocações, alvo de nosso estudo. As colocações, inseridas no âmbito da Fraseologia, são uma das categorias mais relevantes, também consideradas a maior classe de unidades multipalavras, e representam grande dificuldade para um falante não nativo, pois ele sofre influência da língua-mãe no momento da enunciação. Orenha-Ottaiano (2004) observa que algumas colocações são de fácil compreensão para um aprendiz, como a combinatória *place an order* (= *fazer um pedido*). No entanto, na construção do enunciado, o aprendiz encontra grandes dificuldades e, quase sempre influenciado pela língua-mãe, acaba cometendo erros, como em *make an order*, que, para ele, faz mais sentido, mas que para um falante nativo soa estranho. Segundo Béjoint (1994), “as palavras têm ‘características embutidas’ e, assim, a escolha de uma palavra, ou até um sentido específico de uma palavra, acarreta necessariamente a escolha obrigatória ou preferencial de outras palavras, ou de alguma construção sintática”.

O estudo fraseológico citado a cima, consiste de um levantamento das colocações e colocações especializadas mais frequentemente empregadas no seriado TV *Grey's Anatomy*, a partir desse levantamento compilamos um *corpus* paralelo formado pelas transcrições em inglês e em português de todas as temporadas da série, o que possibilitou a elaboração de um glossário bilíngue nas direções tradutórias inglês-português/português-inglês de colocações especializadas da área Médica e na geral, as quais poderão servir de material de apoio para aulas ministradas em língua inglesa, mostrando a relevância da Linguística de Corpus e da Fraseologia para o ensino de LE, já que, baseado em nossa experiência como aprendiz de uma língua estrangeira (doravante LE), notamos que a inter-relação entre léxico e gramática é muito importante para o aprendizado de uma LE. Segundo Orenha-Ottaiano (2004, p. 01), “a gramática, sem o potencial combinatório, sintagmático e paradigmático do léxico, desempenha poucas funções no sistema. Apenas a gramática não daria conta

de explicar certas escolhas linguísticas do falante nativo”. Com base na autora, podemos afirmar que um dos motivos pelos quais os aprendizes de uma LE encontram tantas dificuldades para se comunicar se deve ao fato de aprenderem tal LE de uma maneira segmentada e artificial, muitas vezes baseada apenas na gramática da língua, tornando, assim, sua comunicação lenta e ineficiente.

Este estudo mostra a relevância da Linguística de Corpus, e da Fraseologia para o ensino e aprendizagem de uma LE, já que aponta casos reais de uso, e aproxima o aprendiz cada vez mais da LE estudada.

Para a realização desse trabalho, contamos com o arcabouço teórico-metodológico da Linguística de Corpus (BERBER SARDINHA, 2004; BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998; MEYER, 2004), da Terminologia (CARVALHO, 2007; PAVEL; NOLET, 2002; AUBERT, 2001; BARROS, 2004) e da Fraseologia (FIRTH, 1957, HILL, 2000; NESSELHAUF, 2005; ORENHA-OTTAIANO, 2004, 2009; SINCLAIR, 1991).

1. A Linguística de Corpus.

Conforme já mencionado, nossa pesquisa se baseia na Linguística de Corpus que, de acordo com Berber Sardinha (2004, p. 3) “ocupa-se da coleta e da exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”. Com o advento da tecnologia da informática, a Linguística de Corpus ganhou grande espaço nas pesquisas, no ensino de LE e exerce grande influência na linguística.

Berber Sardinha (2004) afirma que para um *corpus* ser representativo, esse deve ser extenso, ou seja, o maior possível a fim de que ele se aproxime ao máximo da população do qual deriva.

Neste aspecto, Berber Sardinha (2004, p. 26) sugere uma classificação quanto à extensão de um *corpus*, como mostra a tabela abaixo:

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-Grande
10 milhões ou mais	Grande

Tabela 1: Extensão de um *corpus*, segundo Berber Sardinha (2004, p. 27).

O *corpus* compilado para esta presente pesquisa é composto por sete temporadas do seriado *Grey's Anatomy*, e pode ser classificado como um *corpus* de médio-grande porte, posto que as transcrições de todas as temporadas contabilizaram 2.200.305 palavras.

Uma área muito importante na qual a Linguística de Corpus atua é a Linguística Aplicada ao ensino de LE. Segundo Berber Sardinha (2004), já há algum tempo existe uma influência de estudos baseados em *corpora* no ensino de línguas, antes mesmo do advento do *corpus* computadorizado. Há cerca de 80 anos, Edward Thorndike lançava a primeira de sua obra baseada em um *corpus* de 4,5 milhões de palavras, o *Teacher's Workbook* (1921), composto por um levantamento monumental das frequências de palavras da língua inglesa. Quando foi publicado, o *Workbook* impulsionou mudanças no ensino de língua materna e estrangeira, por mostrar a língua real falada pelos nativos.

A exploração de *corpora* no ensino de LE pode ser resumida, de acordo com Berber Sardinha (2004), em quatro áreas de concentração majoritárias:

- Descrição da linguagem nativa;
- Descrição da linguagem do aprendiz;
- Transposição de metodologias de pesquisa acadêmica para sala de aula;
- Desenvolvimento de materiais de ensino, currículos e abordagens.

A primeira área diz respeito à descrição da linguagem de falantes nativos, tanto escrita quanto falada. A influência da Linguística de Corpus no ensino ocorre, normalmente, de modo indireto, em geral, no conteúdo de materiais de ensino.

A segunda área trata da descrição da linguagem, mas, diferentemente da outra, esta trata da fala e da escrita de estudantes de LE, chamada de *corpora* de aprendizes (*learner corpora*). A descrição de *corpora* de aprendizes é uma atividade nova, que tem ganhado impulso nos últimos anos.

A terceira área é ligada ao uso instrumental analítico da Linguística de Corpus na sala de aula, como concordâncias de listas de palavras. A concordância é atividade mais empregada, servindo de base para matérias de ensino.

Por fim, a última área refere-se à criação de metodologias de ensino inspiradas na Linguística de Corpus. Nesse sentido, Berber Sardinha (2004) diz que há pelo menos três propostas de utilização de *corpora* no ensino: o Currículo Lexical, a Abordagem Lexical e o Ensino Movido a Dados (DDL). Neste trabalho, daremos alguns detalhes desta última, dada a sua importância para pesquisas no ensino de LE, que pretendemos realizar no futuro.

A proposta DDL (*Data Driven Learning*) é defendida por Tim Johns (2000), originalmente foi criada para ensinar gramática no inglês, mas que, entretanto, têm se expandido para outras áreas de ensino. A ênfase do DDL é desenvolver no aluno a habilidade de descoberta. O professor tem o papel de proporcionar meios para que o aluno adquira estratégias de descoberta e o computador tem, meramente, o papel de informante, sem jamais tomar o lugar do professor, o qual assume o papel de orientador de pesquisa.

A pesquisa que está sendo apresentada se pauta, de certa forma, no método DDL, pois se baseia na busca de evidências reais na língua e proporciona vantagens ao aluno, que assume o papel de aluno-pesquisador, desenvolvendo, assim, a habilidade de identificar regularidades e de fazer generalizações para explicá-las.

De modo geral, a Linguística de Corpus, entendida como investigação criteriosa de *corpora* de linguagem natural, tem sido influente no ensino de línguas há pelo menos 80 anos, desde a publicação do primeiro *Workbook*, de Thorndike, em 1921, até os dias de hoje, principalmente no ensino de LE, pois possibilita ao aluno entrar em contato com o falar real de uma língua.

No que concerne às diferentes tarefas de ensino baseados em *corpora*, estas podem ser feitos diretamente pelo professor com a descrição da linguagem de seus próprios alunos, pela descrição da linguagem de nativos, pelo método DDL, entre outros, como foi explicado anteriormente, ou indiretamente por meio de materiais, livros e dicionários que se baseiem em *corpora*. Vários estudiosos como Biber et al. (1999), Lewis (2000) e Sinclair (1991) enfatizam a importância de combinações de palavras recorrentes e expressões em um contexto pedagógico, devido seu grande potencial na promoção da fluência.

Vale enfatizar que somente o ensino de gramática não é suficiente para aprendizes que desejem uma fluência boa em uma língua. É preciso, dessa maneira, obter vocabulário de uso diário de nativos, e, o ensino baseado em *corpora*, proporciona isso aos alunos. Berber Sardinha (2009) nos mostra a existência de uma padronização léxico-gramatical, também anteriormente exposta por Sinclair (1991). A padronização léxico-gramatical é uma sequência recorrente de palavras. Entre os vários padrões existentes, o que é mais saliente são os agrupamentos (*clusters*), ou seja, sequências fixas de palavras, como “bom dia”. Esses padrões são bastante salientes, devido à sua rigidez e, assim, se tornam padrões importantes para se ensinar em aulas de LE, pois são facilmente notados. As palavras tendem a se associar em grupos padronizados, recorrentes e essas associações não são aleatórias: as palavras se combinam umas às outras com graus diferentes de probabilidade.

Do ponto de vista da sala de aula, há várias razões que salientam a importância de padrões no aprendizado de LE. Os padrões são um tipo de “unidade pré-fabricada” da língua, que parece estar na memória em forma pronta, isto é, sem estar decomposto em unidades individuais. Dessa maneira, um agrupamento como “bom dia” parece estar disponível por inteiro na memória, para produção e recepção, dos falantes nativos. Quando falamos, possivelmente acessamos nosso estoque lexical mental e retiramos de lá tal unidade semi-pronta e a utilizamos na fala e na escrita. Do mesmo modo, ao processar a língua falada ou escrita, é possível decompor a sequência de fala ou escrita em unidades compostas, muitas vezes em forma de padrões. Esse acesso a unidades pré-fabricadas permite uma maior rapidez no processamento, o que, por sua vez, sustenta nossa capacidade natural de falar e escrever fluentemente, de ouvir e entender, de modo síncrono, nosso interlocutor e de muitas vezes poder ler com rapidez, sem nos deter a cada palavra individual do texto. Embora essas sejam habilidades naturais que todo falante nativo possui, em maior ou menor grau, elas não são automaticamente transferidas para a LE. Normalmente, os aprendizes de LE tendem a ver a linguagem como um conjunto de palavras individuais sustentadas por regras gramaticais. Desse modo, a compreensão e a produção se dão, em muitos casos, com base na junção de palavras individuais.

O autor ainda evidencia que o trabalho com *corpora* em sala de aula pode ajudar a melhorar essa situação, pois ele naturalmente faz saltar aos olhos essas unidades “pré-fabricadas”, que são os padrões léxico-gramaticais. Ou seja, começando por um trabalho de conscientização, o aluno passa a ter uma visão diferente do que é o vocabulário de uma língua, deixando de lado a ideia de que se trata de um conjunto de palavras isoladas que se juntam por meio de regras gramaticais. Ele passa a perceber que as palavras se juntam por meio de atração e assim criando os agrupamentos, pacotes *chunks* que, por sua vez, se juntam e formam o “tecido da linguagem”.

O uso de *corpora* na sala de aula de LE pode trazer vários benefícios para os alunos, pois eles entram em contato com muitas ocorrências de padrões que se repetem em outros textos, permitindo, desse modo, desenvolver a consciência a respeito da natureza probabilística e associativa da língua, visando ao desenvolvimento da fluência e ao enriquecimento do vocabulário.

2. Convencionalidade e Fraseologia.

O conceito de Convencionalidade na língua, segundo Orenha-Ottaiano(2004), está relacionado ao uso que fazemos, ao interagir, de uma série de

convenções, expressões e blocos de palavras já preestabelecidos e consagrados em nossa comunidade. Todos os dias usamos conjuntos de palavras na nossa língua materna que, segundo nossa concepção, parecem-nos óbvias.

O termo convencionalidade foi empregado por Fillmore (1979, *apud* Tagnin, 1998) para designar “o conjunto dos elementos linguísticos, cuja coocorrência não é explicada sintática ou semanticamente, mas sim pelo uso”. O autor também chama a atenção para o fato de que a Convencionalidade está intimamente relacionada à fluência em uma língua, ou seja, o desconhecimento dessas unidades convencionais faz com que o aprendiz não se comunique de maneira eficiente.

Desse modo, o termo Convencionalidade também está relacionado à Fraseologia, área Linguística, voltada à investigação de combinações lexicais recorrentes. Entre elas, estão as colocações, as coligações, as expressões idiomáticas, os binômios, os provérbios, entre outros, ou seja, as expressões fixas que usamos no dia a dia.

Portanto, segundo Orenha-Ottaiano (2004), a Fraseologia é um recorte da Convencionalidade, como mostra a figura abaixo:



Figura 1: Esquema referente à convencionalidade e à fraseologia (ORENHA-OTTAIANO, 2004, p. 13)

Como já foi mencionado, a Fraseologia abrange muito mais do que apenas as coligações, as expressões idiomáticas, os provérbios. As colocações, um dos tipos de fraseologismos, são o alvo de nossa pesquisa e, por esse motivo, nos concentraremos especificamente nelas.

2.1 As colocações.

As colocações estão inseridas no âmbito da Fraseologia e, por conseguinte, da convencionalidade. Esse termo foi pela primeira vez empregado por J. R. Firth (1957) para designar casos de coocorrência léxico-sintática, ou seja,

combinações que já estão consagradas em uma dada língua. Nesselhauf (2005) caracteriza as colocações como um grupo de expressões cuja importância na linguagem tem sido cada vez mais reconhecida nos últimos anos. Este grupo de expressões tem sido chamado de unidades pré-fabricadas, casas pré-fabricadas, unidades fraseológicas, pedaços, multi-unidades, ou uma sequência de fórmulas.

A esse respeito, Sinclair (1987) estabelece dois princípios organizadores da língua: o “princípio de livre escolha” (*the open-choice principle*) e o “princípio idiomático” (*the idiom principle*). O princípio da livre escolha é uma maneira de ver o texto como um grande número de escolhas complexas. Sempre quando uma frase está para ser completada, abre-se uma vasta gama de escolhas e a única restrição é a gramaticalidade. Isto é provavelmente a maneira normal de ver e descrever a língua, frequentemente chamada *slot-and-filler model*, ou seja, o texto é uma série de lacunas que têm que ser preenchidas. Em cada lacuna pode ocorrer praticamente qualquer palavra, dado que a língua supostamente opera simultaneamente em vários níveis, como o nível fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático (TAGNIN, 1989).

Os níveis que mais nos interessam, nesta pesquisa, são o nível sintático e o nível semântico. O sintático é aquele que trata da ordem das palavras e, conforme exemplo citado por Orenha-Ottaiano (2004), na língua inglesa é comum usar o adjetivo anteposto ao termo que ele dá característica, enquanto que, na língua portuguesa, é possível usarmos o adjetivo anteposto ou posposto ao termo caracterizado, mas que, no entanto, a posição desse adjetivo pode acarretar uma mudança de significado. Como exemplo, a autora cita as colocações em inglês *a big business* e *a large business*; e em português, as colocações “um grande negócio” e um “negócio grande, amplo”. Observar que, em português, a posição do adjetivo “grande” mudou o significado do substantivo “negócio”, o primeiro trata-se de um negócio que lucrara muito dinheiro, e o segundo um negócio que gastará muito dinheiro, por se tratar de um negócio amplo. Já, em inglês, para dar essas características ao termo “*business*” é necessário trocar o adjetivo “*big*”, que dá o significado de um negócio rentável, por “*large*”, que mostra uma ideia de um negócio amplo. O nível semântico, por sua vez, mostra que não há nenhuma relação semântica que motive uma colocação a ter determinados elementos combinados, a única explicação é a convenção na língua.

As palavras não ocorrem aleatoriamente e o princípio da livre escolha não é responsável por todas as restrições. Não seríamos capazes de produzir um texto apenas por procedermos de acordo com o princípio da livre escolha. Neste ponto é que entra em cena o princípio idiomático: o falante tem à sua disposição um grande número de grupos de palavras pré-construídos,

apesar de estes poderem apresentar alguma variação da ordem das palavras. Nesse contexto se inserem as colocações e outros fraseologismos que foram mencionados.

As colocações apresentam uma grande dificuldade para um falante não nativo. Apesar de esse falante conseguir compreender uma colocação, para ele é complicadíssimo criá-la, pois as colocações, como foi exposto, já estão consagradas na língua e, se o aprendiz não tem o conhecimento dessas colocações, não conseguirá usá-las e acabará cometendo erros influenciado pela língua mãe, como em português a combinatória “fazer um cheque”. O aluno que pode crer que sua colocação correspondente em inglês seja *make a cheque*, o que soaria estranho para um falante nativo, pois usariam, na realidade, a combinatória *write a cheque*.

Orenha-Ottaiano (2004) discute alguns requisitos necessários, propostos por Tagnin (1999), para que uma combinação de palavras possa ser considerada uma colocação. O primeiro desses é a recorrência, ou seja, é necessário que a combinação seja recorrente, aparecendo mais de uma vez; o segundo requisito é a não-idiomaticidade, enfatizando que a combinação deve ter um significado composicional e não idiomático, ou seja, o sentido da combinação pode ser deduzido do significado de cada um de seus elementos; o terceiro é coesão, mostrando que é necessário que haja uma ligação muito forte entre seus elementos, muito mais forte do que se esperaria de uma combinação qualquer; a quarta é a restrição contextual, referindo-se à probabilidade de que a combinação ocorra dentro de um conceito específico; e, por fim, a coocorrência arbitrária entre seus elementos, ou seja, não há uma razão semântica que explique tal combinação.

Quanto à composição das colocações, elas são constituídas de uma base e de um colocado, de acordo com a terminologia de Hausmann (1985, *apud* ORENHA-OTTAIANO 2004). A base e o colocado não possuem o mesmo valor semântico na combinação, pois há uma hierarquia entre esses elementos, pois um determina e o outro é determinado. Aquele que determina é chamado de base, e o determinado de colocado.

Como já foi mencionado, a produção das colocações representa um problema para os aprendizes de uma LE, e estes problemas são maiores em relação àqueles que apresentam com o uso do vocabulário em geral e, por essa razão, acabam usando menos colocações do que os falantes nativos. Segundo Nesselhauf (2005), o uso das colocações pelos aprendizes é de apenas 25%, isso porque os aprendizes não têm consciência nem das restrições colocacionais, nem do potencial combinatório dos itens lexicais. Neste contexto, Fillmore (1997) chama os aprendizes de “falantes ingênuos” e, nessa “ingênuo” con-

cepção de linguagem, o aprendiz acredita que pode combinar as palavras de maneira livre e aleatória.

Pelos motivos expostos acima, fica evidente não só a importância, mas a necessidade de se abordar colocações em sala de aula, pois quanto maior for o repertório de colocações aprendidas, mais a comunicação pode ser agilizada. Esse domínio facilita a comunicação já que, uma vez adquiridas e armazenadas, o discurso dá-se com maior rapidez e fluência.

Esta pesquisa, futuramente, poderá ser aplicada em sala de aula de língua inglesa, proporcionando aos alunos contato não somente com as colocações, mas com os fraseologismos em geral.

3. Metodologia de pesquisa.

Para a construção do *corpus* de estudo (doravante CE), utilizamos as transcrições do seriado de TV *Grey's Anatomy*, um drama médico norte-americano exibido no horário nobre da rede ABC. A partir dele, foi possível extrair várias colocações na área médica, além das colocações da língua geral. Para verificar a frequência de coocorrência na língua, utilizamos o *COCA (Corpus of Contemporary American English)*, corpus on-line que traz um vasto número de textos do inglês americano. Os dados do CE foram armazenados em arquivos, convertidos em formato *txt*, e armazenados em pastas, para que pudessem ser utilizados pelo programa computacional *WordSmith Tools* (SCOTT, 2004).

Ter em mãos um *corpus* representativo já é um ponto importante para uma pesquisa linguística, contudo, de nada vale se não tivermos uma boa ferramenta de investigação para realizar as buscas, fazer o levantamento das frequências etc. Dessa forma, a fim de auxiliar na seleção das colocações, utilizamos o programa acima mencionado, que atendeu nossas necessidades no âmbito desta pesquisa. É preciso notar que esse programa não interpreta os dados, já que essa função cabe ao pesquisador. O programa simplesmente disponibiliza os dados, para que sejam selecionados, analisados e interpretados pelo pesquisador.

Desenvolvido por Mike Scott (1997), o *WordSmith Tools* é um programa que contém um conjunto de ferramentas integradas que possibilita a observação das palavras dentro de um contexto, a saber: a) *Wordlist* (Lista de Palavras), b) *Concord* (Concordância) e c) *Keywords* (Palavras-Chave). A título de ilustração, exibimos abaixo as figuras geradas pelas ferramentas do *WordSmith Tools*, a partir dos dados de nosso CE:

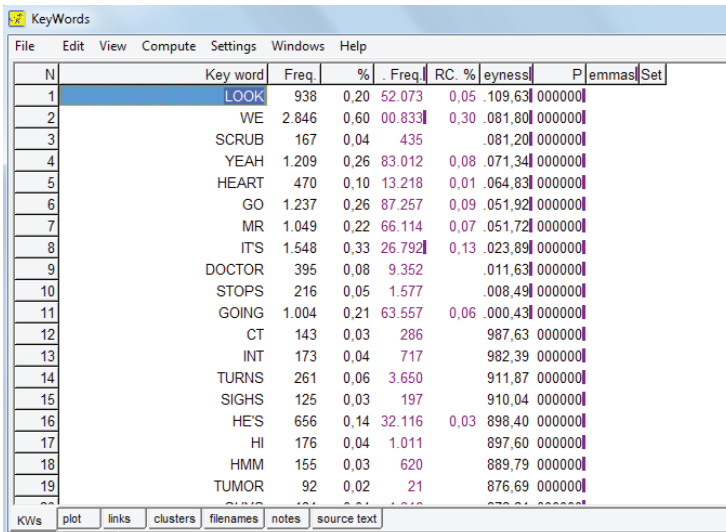
a) *WordList* (Figura 2): apresenta o número de palavras presentes nas sete temporadas do seriado de TV *Grey's Anatomy*, com 2.200.305 palavras, em destaque:

N	Overall	1	2	3	4	5	6	7
text file	Overall	2.txt	3.txt	4.txt	5.txt	6.txt	7.txt	8.txt
file size	7.923.663	50.676	45.798	35.968	38.548	37.238	40.636	35.990
tokens (running words) in text	2.200.305	9.035	8.178	6.055	6.768	6.378	6.865	6.127
tokens used for word list	1.567.581	8.975	8.163	6.012	6.729	6.346	6.837	6.104
types (distinct words)	19.568	1.433	1.378	1.191	1.225	1.167	1.349	1.349
type/token ratio (TTR)	1	16	17	20	18	18	20	22
standardised TTR	26,24	37,14	36,97	38,80	37,08	37,55	39,88	41,87
standardised TTR std. dev.	67,95	53,91	54,05	50,99	51,97	52,15	50,94	48,88
standardised TTR basis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mean word length (in characters)	3	4	4	4	4	4	4	4
word length std. dev.	1,82	2,17	2,10	2,05	2,16	2,02	2,06	2,08
sentences	143.313,00	148,00	928,00	966,00	962,00	992,00	053,00	942,00
mean (in words)	11	8	9	6	7	6	6	6
std. dev.	10,25	6,43	7,31	4,72	5,63	5,05	4,84	4,57
paragraphs	146,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
mean (in words)	10.737	8.975	8.163	6.012	6.729	6.346	6.837	6.104
std. dev.	4.437,41							
headings								
mean (in words)	0	0	0	0	0	0	0	0
std. dev.								
sections	146,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
mean (in words)	10.737	8.975	8.163	6.012	6.729	6.346	6.837	6.104
std. dev.	4.437,41							
numbers removed	632.724,00	60,00	15,00	43,00	39,00	32,00	28,00	23,00

Figura 2: Lista de Palavras do CE com dados estatísticos.

b) *Keywords* (figura 3): lista de palavras-chave obtida a partir do contraste da lista de palavras do *corpus* de referência (doravante CR), para contrastar com o CE. No caso de nosso estudo, usamos a lista de palavras do BNC¹ (*British National Corpus*), por se tratar de um *corpus* de grande porte, com 2.530.849 palavras, e a lista de palavras do CE, gerada pelo *WordList*. O resultado do contraste é uma lista de palavras-chave, ou seja, palavras cujas frequências são significativamente diferentes, em termos estatísticos, no CE e no CR:

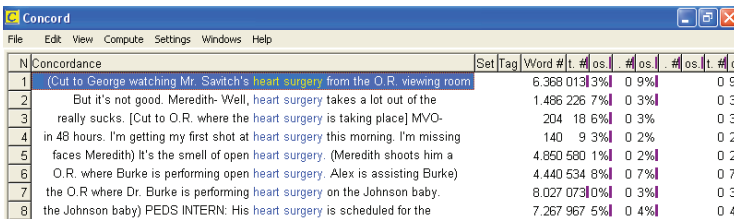
1 Disponível para download em <http://www.lexically.net/wordsmith/support/extras.html>.



N	Key word	Freq.	%	. Freq.	RC. %	eyness	P	emmas	Set
1	LOOK	938	0,20	52.073	0,05	.109,63	0,000000		
2	WE	2.846	0,60	00.833	0,30	.081,80	0,000000		
3	SCRUB	167	0,04	435		.081,20	0,000000		
4	YEAH	1.209	0,26	83.012	0,08	.071,34	0,000000		
5	HEART	470	0,10	13.218	0,01	.064,83	0,000000		
6	GO	1.237	0,26	87.257	0,09	.051,92	0,000000		
7	MR	1.049	0,22	66.114	0,07	.051,72	0,000000		
8	ITS	1.548	0,33	26.792	0,13	.023,89	0,000000		
9	DOCTOR	395	0,08	9.352		.011,63	0,000000		
10	STOPS	216	0,05	1.577		.008,49	0,000000		
11	GOING	1.004	0,21	63.557	0,06	.000,43	0,000000		
12	CT	143	0,03	286		.987,63	0,000000		
13	INT	173	0,04	717		.982,39	0,000000		
14	TURNS	261	0,06	3.650		.911,87	0,000000		
15	SIGHS	125	0,03	197		.910,04	0,000000		
16	HE'S	656	0,14	32.116	0,03	.898,40	0,000000		
17	HI	176	0,04	1.011		.897,60	0,000000		
18	HMM	155	0,03	620		.889,79	0,000000		
19	TUMOR	92	0,02	21		.876,69	0,000000		

Figura 3: Lista de Palavras-Chave do CE.

c) *Concord* (figura 4): gera uma lista de concordâncias (*concordance*), que possibilitam ao pesquisador buscar a palavra ou expressão, acompanhada das palavras que ocorrem junto com a palavra de busca no *corpus*, para que, assim, o pesquisador possa fazer uma análise mais rápida e, ao mesmo tempo, detalhada. Na figura a seguir, observamos as linhas de concordância para a colocação *heart surgery* e o contexto em que ela está situada. Vemos que colocação pesquisada aparece centrada, destacada e alinhada:



N	Concordance	Set	Tag	Word #	t.	#	os	#	os	#	os	t.	#	c	
1	(Cut to George watching Mr. Sawitch's heart surgery from the O.R. viewing room			6.368	013	3%	0	9%						0	9
2	But it's not good. Meredith- Well, heart surgery takes a lot out of the			1.486	226	7%	0	3%						0	3
3	really sucks. [Cut to O.R. where the heart surgery is taking place] MVO-			204	18	6%	0	3%						0	3
4	in 48 hours. I'm getting my first shot at heart surgery this morning. I'm missing			140	9	3%	0	2%						0	2
5	faces Meredith) It's the smell of open heart surgery. (Meredith shoots him a			4.850	580	1%	0	2%						0	2
6	O.R. where Burke is performing open heart surgery. Alex is assisting Burke)			4.440	534	8%	0	7%						0	7
7	the O.R. where Dr. Burke is performing heart surgery on the Johnson baby.			8.027	073	0%	0	3%						0	3
8	the Johnson baby) PEDS INTERN: His heart surgery is scheduled for the			7.267	967	5%	0	4%						0	4

Figura 4: Linhas de concordância para a expressão *heart surgery*.

Para esta investigação, também utilizamos a lista de colocados (*collocates*), gerada na aba da própria lista de concordâncias da ferramenta *Concord*, ao clicar no ícone *collocates*. Essa ferramenta teve grande importância neste trabalho, uma vez que nos possibilitou ter acesso a uma lista de colocados, ou seja, uma lista de palavras que aparecem ao redor da palavra de busca, em

posições determinadas (esquerda, direita, por exemplo), permitindo examinar os padrões fixos ou unidades fraseológicas. A figura abaixo mostra uma lista de colocados, gerada a partir do termo *heart* (coração). A coluna *centre* (centro) indica a posição da palavra *heart*, e é possível notar, na primeira linha, que sua frequência no CE, que é de 470 vezes, conforme destaque:

N	Word	With relation	Total	Left	Right	L5	L4	L3	L2	L1	Centre	R1	R2	R3	R4	R5
1	HEART	Heart	0.000	474	2	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2	THE	Heart	0.000	158	120	28	11	11	4	13	91	0	0	7	9	11
3	A	Heart	0.000	140	122	18	9	9	9	26	69	0	1	7	3	1
4	TO	Heart	0.000	89	52	37	4	9	29	8	2	0	3	4	12	13
5	AND	Heart	0.000	69	35	34	9	5	9	11	1	0	17	4	8	4
6	YOU	Heart	0.000	63	47	16	14	18	10	3	2	0	4	3	6	2
7	IS	Heart	0.000	55	16	39	4	8	2	2	0	0	17	18	1	3
8	MY	Heart	0.000	54	45	9	4	3	2	6	30	0	1	3	1	3
9	HIS	Heart	0.000	52	47	5	0	1	0	2	44	0	1	2	1	1
10	S	Heart	0.000	50	40	10	2	4	3	1	30	0	5	3	2	0
11	I	Heart	0.000	44	35	9	20	7	8	0	0	0	3	2	1	2
12	IN	Heart	0.000	36	20	16	1	3	2	13	1	0	5	4	2	3
13	HER	Heart	0.000	35	35	0	2	1	3	1	28	0	0	0	0	0
14	OF	Heart	0.000	35	26	9	2	9	1	11	3	0	1	0	0	6
15	FOR	Heart	0.000	32	19	13	2	3	7	7	0	0	8	2	0	3
16	GET	Heart	0.000	30	24	6	0	0	3	21	0	0	0	0	1	4
17	THIS	Heart	0.000	30	23	7	0	1	3	1	18	0	4	2	0	1
18	ON	Heart	0.000	28	17	11	2	1	3	11	0	0	1	6	4	0
19	YOUR	Heart	0.000	28	25	3	0	0	0	4	21	0	0	1	0	1
20	HAVE	Heart	0.000	27	22	5	6	6	5	5	0	0	0	2	1	1
21	MONITOR	Heart	0.000	27	0	27	0	0	0	0	0	0	27	0	0	0
22	SURGERY	Heart	0.000	25	2	23	1	0	1	0	0	0	21	1	0	1
23	THAT	Heart	0.000	25	20	5	1	5	3	5	6	0	3	0	0	2
24	WITH	Heart	0.000	21	14	7	2	0	7	5	0	0	1	3	1	2
25	ITZIE	Heart	0.000	21	17	4	6	5	2	2	2	0	2	1	0	1

Figura 5: Lista, parcial, de *collocates* para o termo *heart*.

Segundo a figura, as colunas “L1”, “L2”,... “L5” (L = *left*), mostram a posição das palavras que estão à esquerda do termo de busca. Notamos que na segunda linha, o artigo *the*, ocorre 91 vezes à esquerda da palavra *heart*, formando *the heart*.

As colunas “R1”, “R2”, ..., “R5” (R = *right*), estão relacionadas às palavras que estão a direita da palavra de busca. No item 22, notamos que o termo *surgery* (cirurgia) ocorre 21 vezes à direita da palavra de busca, formando, assim, a colocação *heart surgery*. Desse modo, a lista de colocados pode auxiliar-nos obter uma melhor visualização e extração dos padrões colocacionais de um dado termo de busca.

Para melhor organizar nossa pesquisa, elaboramos uma lista de colocados em uma tabela, organizadas em blocos de frequência:

1	Word	With	Relation	Total	Total Left	Total Right	L5	L4	L3	L2	L1	Centre	R1
2	YOU	heart	0	63	47	16	14	18	10	3	2	0	4
3	IS	heart	0	55	16	39	4	8	2	2	0	0	17
4	MY	heart	0	54	45	9	4	3	2	6	30	0	1
5	HIS	heart	0	52	47	5	0	1	0	2	44	0	1
6	S	heart	0	50	40	10	2	4	3	1	30	0	5
7	I	heart	0	44	35	9	20	7	8	0	0	0	3
8	IN	heart	0	36	20	16	1	3	2	13	1	0	5
9	HER	heart	0	35	35	0	2	1	3	1	28	0	0
10	OF	heart	0	35	26	9	2	9	1	11	3	0	1
11	FOR	heart	0	32	19	13	2	3	7	7	0	0	8
12	GET	heart	0	30	24	6	0	0	3	21	0	0	0
13	THIS	heart	0	30	23	7	0	1	3	1	18	0	4
14	ON	heart	0	28	17	11	2	1	3	11	0	0	1
15	YOUR	heart	0	28	25	3	0	0	0	4	21	0	0
16	HAVE	heart	0	27	22	5	6	6	5	5	0	0	0
17	MONITOR	heart	0	27	0	27	0	0	0	0	0	0	27
18	SURGERY	heart	0	25	2	23	1	0	1	0	0	0	21
19	THAT	heart	0	25	20	5	1	5	3	5	6	0	3
20	WITH	heart	0	21	14	7	2	0	7	5	0	0	1
21	IZZIE	heart	0	21	17	4	6	5	2	2	2	0	2
22	HEART	heart	0	474	2	2	1	0	0	1	0	470	0
23	THE	heart	0	158	130	28	11	11	4	13	91	0	0
24	A	heart	0	140	122	18	9	9	9	26	69	0	1
25	TO	heart	0	89	52	37	4	9	29	8	2	0	3

Figura 6: Lista colocado, para o termo *heart*.

Na figura acima, podemos notar a mesma estrutura exibida anteriormente. A coluna *centre* mostra onde está situada o termo *heart*, e nas colunas laterais onde estão situadas as palavras, à direita “R1”, “R2”, ..., “R5” (R = right), ou à esquerda (“L1”, “L2”, ..., “L5” (L = left), do termo em questão. Nas linhas 17 e 18, do lado direito (R1), encontramos os substantivos *monitor* (monitor) e *surgery* (cirurgia), que ocorrem, respectivamente, 27 e 21 vezes, combinado com o termo *heart*, formando, assim, as colocações, *heart monitor* e *heart surgery*.

Na figura 7, observamos que o verbo *beat* (bater), na linha 30, ocorre 3 vezes à esquerda e 5 vezes à direita do termo *heart*, formando as colocações *beat heart* e *heart beat*, respectivamente.

Ainda é possível notar, nas linhas 36, 40, 45 e 47, os substantivos *rate* (frequência), *attack* (ataque), *patient* (paciente) e *transplant* (transplante), que ocorrem, 11, 13, 5 e 12, respectivamente, formando as colocações *heart rate*, *heart attack*, *heart patient* e *heart transplant*.

26	AND	heart	0	69	35	34	9	5	9	11	1	0	17
27	HE	heart	0	20	18	2	4	8	6	0	0	0	0
28	IT	heart	0	19	7	12	1	4	1	1	0	0	0
29	BURKE	heart	0	19	17	2	5	6	2	4	0	0	0
30	BEATING	heart	0	17	3	14	0	0	0	0	3	0	5
31	T	heart	0	17	9	8	1	1	7	0	0	0	0
32	GEORGE	heart	0	16	10	6	3	2	3	2	0	0	2
33	NEW	heart	0	16	16	0	0	0	0	0	16	0	0
34	NOT	heart	0	16	11	5	3	0	7	1	0	0	0
35	HAD	heart	0	15	12	3	4	1	3	4	0	0	2
36	RATE	heart	0	15	0	15	0	0	0	0	0	0	15
37	OPEN	heart	0	15	12	3	0	0	1	0	11	0	1
38	STARTS	heart	0	14	3	11	0	1	2	0	0	0	0
39	GETTING	heart	0	14	13	1	2	0	3	8	0	0	0
40	ATTACK	heart	0	13	0	13	0	0	0	0	0	0	13
41	WE	heart	0	13	12	1	3	6	3	0	0	0	0
42	WILL	heart	0	12	5	7	1	1	3	0	0	0	6
43	BEEPING	heart	0	12	0	12	0	0	0	0	0	0	0
44	CAN	heart	0	12	7	5	0	2	5	0	0	0	2
45	PATIENT	heart	0	12	3	9	0	1	0	2	0	0	5
46	OUT	heart	0	12	4	8	0	1	1	2	0	0	1
47	TRANSPLANT	heart	0	12	0	12	0	0	0	0	0	0	12
48	DENNY	heart	0	11	8	3	1	2	2	3	0	0	2
49	FROM	heart	0	11	3	8	0	1	0	2	0	0	3

Figura 7: Lista colocados, para o termo *heart*.

Na figura 11, podemos notar, nas linhas 85 e 97, que os substantivos *valve* (válvula) e *failure* (insuficiência) ocorrem 4 e 6 vezes, respectivamente e formam, dessa maneira, as colocações *heartvalve* e *heartfailure*.

74	THEY	heart	0	8	6	2	3	2	1	0	0	0	0
75	STOP	heart	0	7	4	3	0	0	0	4	0	0	1
76	LOOKING	heart	0	7	6	1	0	2	3	0	1	0	1
77	BEAT	heart	0	7	0	7	0	0	0	0	0	0	6
78	WANT	heart	0	7	4	3	2	0	0	2	0	0	0
79	HIM	heart	0	7	7	0	1	1	3	2	0	0	0
80	I'M	heart	0	7	6	1	1	0	5	0	0	0	0
81	STILL	heart	0	6	1	5	0	0	1	0	0	0	0
82	THERE	heart	0	6	3	3	3	0	0	0	0	0	0
83	TODAY	heart	0	6	1	5	0	0	1	0	0	0	2
84	START	heart	0	6	2	4	0	1	0	1	0	0	0
85	VALVE	heart	0	6	0	6	0	0	0	0	0	0	4
86	THEN	heart	0	6	4	2	1	0	1	1	1	0	1
87	WHAT	heart	0	6	4	2	1	2	1	0	0	0	0
88	RE	heart	0	6	4	2	0	2	0	2	0	0	0
89	DIDN	heart	0	6	6	0	1	5	0	0	0	0	0
90	CHEST	heart	0	6	3	3	0	2	1	0	0	0	0
91	CRISTINA	heart	0	6	6	0	3	2	1	0	0	0	0
92	KNOW	heart	0	6	4	2	0	1	3	0	0	0	0
93	IT'S	heart	0	6	3	3	0	1	2	0	0	0	0
94	BY	heart	0	6	1	5	0	0	0	0	1	0	3
95	BLOOD	heart	0	6	2	4	0	1	1	0	0	0	0
96	GETS	heart	0	6	5	1	0	0	1	4	0	0	1
97	FAILURE	heart	0	6	0	6	0	0	0	0	0	0	6

Figura 8: Lista colocados, para o termo *heart*.

Notamos, na figura 12, que as linhas 108 e 114 apresentam o substantivo, *disease* (doença) coocorrendo 5 vezes à direita do termo *heart*, e o substantivo- *muscle* (músculo) coocorrendo 1 vez à direita e 1 outra vez à esquerda, gerando as colocações *heartdisease*, *muscleheart* e *heartmuscle*.

98	ONE	heart	0	6	6	0	0	3	1	2	0	0	0
99	TOO	heart	0	5	1	4	1	0	0	0	0	0	0
100	EMILY	heart	0	5	5	0	0	0	0	5	0	0	0
101	FIRE	heart	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0
102	DONOR	heart	0	5	5	0	1	0	0	0	4	0	0
103	DOWN	heart	0	5	1	4	0	1	0	0	0	0	0
104	WOULD	heart	0	5	3	2	1	2	0	0	0	1	0
105	BAD	heart	0	5	5	0	0	0	0	0	5	0	0
106	BABY	heart	0	5	2	3	0	1	1	0	0	0	0
107	COULD	heart	0	5	3	2	0	0	3	0	0	0	0
108	DISEASE	heart	0	5	0	5	0	0	0	0	0	5	0
109	DENNY'S	heart	0	5	5	0	1	0	0	0	4	0	0
110	DECANNULATED	heart	0	5	5	0	0	0	0	5	0	0	0
111	NEEDS	heart	0	5	2	3	0	1	0	0	1	0	3
112	RIGHT	heart	0	5	0	5	0	0	0	0	0	1	0
113	MUCH	heart	0	5	2	3	0	2	0	0	0	0	0
114	MUSCLE	heart	0	5	3	2	0	0	2	0	1	0	1
115	RICHARD	heart	0	5	5	0	1	1	2	1	0	0	0
116	PUMP	heart	0	5	2	3	0	1	0	1	0	0	2
117	PADDLES	heart	0	5	4	1	1	2	0	1	0	0	1
118	NO	heart	0	5	3	2	2	0	1	0	0	0	0
119	OR	heart	0	5	1	4	0	1	0	0	0	2	0
120	TAKE	heart	0	5	2	3	0	0	2	0	0	0	0
121	GLASS	heart	0	5	5	0	0	1	4	0	0	0	0
122	FLAT	heart	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	0

Figura 9: Lista colocados, para o termo *heart*

Seguindo os mesmos padrões acima apresentados, passamos a armazenar as colocações extraídas, para que pudessem compor o glossário.

4. O glossário.

Carvalho (2007) define glossário como um repertório de unidades lexicais de uma dada especialidade, que não possui pretensão de exaustividade. Dessa maneira, o glossário compilado nesta pesquisa é bilíngue, composto por colocações e colocações especializadas, retiradas de nosso CE, nas direções tradutórias inglês-português.

O glossário dispõe de quatro colunas, organizadas em ordem alfabética, sendo uma com a entrada em inglês (colocação + exemplo retirado do CE), outra com sua respectiva tradução (correspondente em português + exemplo em português). Cabe ressaltar, que os exemplos em português foram retirados do *corpus* paralelo, ou seja, todos são traduções dos exemplos em inglês; outra com a sua frequência no CE e, a última, com a sua frequência no COCA. Vale lembrar, que todos os exemplos, tanto em português quanto em inglês, foram retirados do CE.

Para este estudo, utilizamos o dicionário *The Oxford Dictionary of American English for learners*; e os sites de tradução <http://www.linguee.com/>, e www.tradukka.com onde também verificamos outras possibilidades tradutórias e as comparamos com as legendas em português do CE. Em seguida, apresentamos uma mostra de nosso glossário de colocações especializadas na área médica e na língua geral.

Artery		Freq. CE	Freq. COCA
Carotid artery Eg: Your dad has a 90% blockage in his right carotid artery.	Artéria carótida Ex: Seu pai está com 90% da artéria carótida direita entupida.	2	258
Cerebral artery Eg: Is that the middle cerebral artery?	Artéria cerebral Ex: Esta é a artéria cerebral média?	2	12
Coronary artery Eg: Okay everyone. It's actually a coronary artery aneurysm.	Artéria coronária Ex: Ok todos. Isto é realmente um aneurisma na artéria coronária.	14	441
Femoral artery Eg: Laceration to the superficial femoral artery.	Artéria femoral Ex: Laceração da artéria femoral superficial.	4	54
Pulmonary artery Eg: The coronary artery is attached to the pulmonary artery not the aorta.	Artéria pulmonária Ex: A artéria coronária é ligada à artéria pulmonar não a aorta.	9	56
Renal artery Eg: The kid had a renal artery thrombosis.	Artéria renal Ex: O garoto teve uma trombose da artéria renal.	6	14
Uterine artery Eg: Come on. Let's get in there. Did you check the uterine artery?	Artéria uterina Ex: Vamos. Vamos chegar lá. - O senhor checkou a artéria uterina?	2	11

Blood		Freq. CE	Freq. COCA
Blood bank Eg: We need more O-negative. I'll call the blood bank.	Banco de sangue Ex: Precisamos de mais O-negativo. Vou ligar para o banco de sangue.	8	138
Blood pressure I'm just gonna take your blood pressure now, okay?	Pressão arterial Ex: Eu só vou medir a sua pressão arterial, ok?	46	6015
Blood test Eg: I ordered a blood test and a bio-physical test on the baby.	Exame de sangue Ex: Eu pedi um exame de sangue e um teste bio-físico no bebê.	10	726

Blood type Eg: Well, Jackson's blood type is O-positive.	Tipo sanguíneo Ex: Bem, o tipo sanguíneo de Jackson é O-positivo.	11	203
Blood vessel Eg: I wanna see every blood vessel and nerve I'm gonna screw up if I ever smoke again.	Vaso sanguíneo Ex: Eu quero ver todos os vasos sanguíneos e nervos que eu vou estragar se eu fumar novamente.	18	323

Brain		Freq. CE	Freq. COCA
Brain activity Eg: Okay, now we just wait for the brain activity in that area to stop.	Atividade cerebral Ex: Ok, agora só esperar a atividade cerebral naquela área parar.	7	298
Brain damage Eg: Clearly, he has brain damage.	Lesão cerebral Ex: Sem dúvida, ele tem uma lesão cerebral.	9	821
Brain dead Eg: Uh, my patient, Kendra Thomas. She's brain dead. Her parents want to keep her alive to have the baby.	Morte cerebral Ex: Uh, minha paciente, Kendra Thomas. Ela teve morte cerebral. Seus pais querem mantê-la viva para ter o bebê.	24	138
Brain surgery Eg: I hate surgery, especially brain surgery.	Cirurgia no cérebro Ex: Eu odeio cirurgia, especialmente cirurgia cerebral.	24	345
Brain tumor Eg: Benjamin O'Leary, 32. In for the removal of a brain tumor that's pushing on his frontal temporal lobe.	Tumor cerebral Ex: Benjamin O'Leary, 32 anos. Está pronto para a remoção de um tumor cerebral que está empurrando o seu lóbulo frontal temporal.	23	537

Chest		Freq. CE	Freq. COCA
Chest pain Eg: I need to know what time your chest pain started.	Dor no peito Ex: Eu preciso saber a que horas sua dor no peito começou.	20	478
Chest tube Eg: No breath sounds on the right. Set up a chest tube.	Dreno de tórax Ex: Não há nenhuma respiração à direita. Inicie um dreno de tórax.	45	22

Exam		Freq. CE	Freq. COCA
Pelvic exam Eg: Actually it's not a pap smear. It's a pelvic exam.	Exame pélvico Ex: Na verdade não é um exame de Papanicolaou. É um exame pélvico.	3	41
Physical exam Eg: Dr. Burke is doing a physical exam on her. George is there as well.	Exame físico Ex: Dr. Burke está fazendo um exame físico com ela.	5	213
Rectal exam Eg: I'm gonna have to give him a rectal exam.	Exame retal Ex: Eu vou ter que dar a ele um exame retal.	5	75
Vaginal exam Eg: No you don't. If someone doesn't want to submit to a vaginal exam they don't have to. It's the law.	Exame vaginal Ex: Se alguém não quer se submeter a um exame vaginal não é obrigado. É a lei.	2	5

Fracture		Freq. CE	Freq. COCA
Skull fracture Eg: I've got a patient with a depressed skull fracture and probably an inter-cranial bleed.	Fratura de crânio Ex: Eu tenho uma paciente com uma fratura de crânio e, provavelmente, um sangramento inter-cranial.	12	44
Tibial plateau fracture Eg: Meg whealon, age 28, Tibial plateau fracture caused by a bicycle accident.	Fratura do platô tibial Ex: Meg whealon, de 28 anos, fratura de planalto tibial causada por um acidente de bicicleta.	3	785

Spinal		Freq. CE	Freq. COCA
Spinal canal Eg: It's a tumor in her spinal canal. But the good news is we can operate. You have a 95% chance of fully recovering if we get you into surgery as soon as possible.	Canal medular Ex: É um tumor em seu canal vertebral. Mas a boa notícia é que podemos operar. Você tem uma chance de 95% da plena recuperação, se você entrar em cirurgia o quanto antes.	2	52

<p>Spinal cord Eg: We have been at this for four hours. Maybe he just injured his spinal cord and there's nothing to fix.</p>	<p>Medula Espinhal Ex: Nós estivemos nisso por quatro horas. Talvez ele apenas tenha machucado a medula espinhal assim não há nada para corrigir</p>	19	1213
<p>Spinal curvature Eg: Can I ask...I know I'm just here to remove a few ribs but... have you ever tried anything more radical to treat the spinal curvature?</p>	<p>Curvatura da coluna Ex: Posso perguntar... eu sei que estou aqui apenas para remover algumas costelas, mas ... você já tentou algo mais radical para o tratamento da coluna vertebral?</p>	2	14
<p>Spinal fusion Eg: Did you cut her heart open in your spinal fusion?</p>	<p>Fusão espinhal Ex: Você cortou o coração na sua fusão espinhal?</p>	3	51
<p>Spinal injury Eg: Sir, you could have a spinal injury. You need to stop fighting me and stay calm, okay?</p>	<p>Lesão medular Ex: Senhor, você pode ter uma lesão na coluna vertebral. Você precisa parar de lutar e manter a calma, ok?</p>	3	41
<p>Spinal shock Eg: Um, on my exam, she looks fine. No signs of spinal shock.</p>	<p>Choque medular Ex: Hum, no meu exame, ela parece bem. Sem sinais de choque medular.</p>	2	2
<p>Spinal fractures Eg: He has a few spinal fractures, but it looks like he's out of the woods</p>	<p>Fraturas da coluna vertebral Ex: Ele tem algumas fraturas na coluna vertebral, mas parece que ele está fora de perigo</p>	2	4
<p>Spinal surgery Eg: There's no way that this baby is going to survive spinal surgery.</p>	<p>Cirurgia da coluna vertebral Ex: Não tem nenhum jeito deste bebê sobreviver a uma cirurgia da coluna vertebral.</p>	4	45

Spinal tumor Eg: So um I'm looking for a neurosurgeon to consult on a fetal spinal tumor. You know anybody good?	Tumor espinhal Ex: Então, eu estou procurando um neurocirurgião para consultar sobre um tumor espinhal do feto. Você conhece alguém bom?	2	5
---	---	---	---

Traumatic		Freq. CE	Freq. COCA
Traumatic brain Eg: Traumatic brain injury could indicate anything from a concussion to intracranial hemorrhaging.	Trauma cerebral Ex: Lesão cerebral traumática pode indicar um abalo de hemorragia intracraniana.	2	276
Post-traumatic stress Eg: Post-traumatic stress is a real injury, Owen.	Estresse pós-traumático Ex: Estresse pós-traumático é uma lesão real, Owen.	3	581

Tube		Freq. CE	Freq. COCA
Endotracheal tube Eg: Now explain why you chose that size endotracheal tube.	Tubo endotraqueal Ex: Agora explique por que você escolheu esse tamanho de tubo endotraqueal.	4	67
Fallopian Tube Eg: You had an extra uterine pregnancy. Your left fallopian tube burst.	Trompa de falópio Ex: Você teve uma gravidez extrauterina. Sua trompa de falópio esquerda estourou.	2	57

Considerações finais.

Acreditamos que esta pesquisa possa colaborar com o desenvolvimento dos estudos em Linguística de Corpus, uma vez que se debruça sobre a análise do léxico, mais especificamente das colocações na língua inglesa, com base em um *corpus* paralelo. Ao compilar um CE, analisá-lo e interpretá-lo, à procura de combinatórias recorrentes na língua inglesa, o aluno aprendiz muda o foco do seu aprendizado, antes baseado nos compêndios gramaticais, e passa a visualizar uma forma mais eficaz de aprender uma língua. Ao fazer isso, ele se aproxima cada vez mais do falar nativo, pois está em contato com exemplos que aparecem com frequência na língua em análise e, desse modo, o aprendizado se torna mais prazeroso e eficaz.

Descobrimos que, ao introduzir na sala de aula resultados extraídos a partir de *corpora* eletrônicos, o professor muda o foco do seu ensino, antes baseado na gramática, e passa a visualizar uma forma mais eficiente e inovadora de ensinar uma LE.

É necessário ressaltar aqui a importância do uso de um glossário, tanto para alunos e professores quanto para tradutores em formações e poucos experientes, já que ele pode nos auxiliar no aprendizado de um vocabulário novo e de seus diferentes empregos, que muitas vezes não é conhecido por todos como, por exemplo, os termos da área médica, mostrados neste trabalho. Além disso, conforme já mencionamos, esta pesquisa aponta casos reais de uso da língua, aproximando o aprendiz cada vez mais da LE estudada.

Referências.

- AllSubs*. Disponível em: <<http://ww.allsubs.org//search-subtitle/grey%27s+anatomy /20>>. Acesso em 03 de jul. de 2011.
- AUBERT, Henrik Aubert. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingue*. São Paulo: Humanitas, 1996.
- BARROS, Lidia Almeida. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. Barueri, Manole, 2004.
- _____. *Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- BIBER, Douglas; Conrad, Susan; Reppen, Randi. *Corpus Linguistics: investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- British National Corpus (BNC)*. Disponível em: <<http://www.lexically.net/wordsmith/support/extras.html>>. Acesso em 20 jan. 2011.
- CARVALHO, Estela Maria Faustino de. *Metodologia de construção de um glossário bilingüe com base em um corpus de domínio técnico*. 2007. 81. Dissertação (mestrado Estudos de Tradução)-Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- Corpus Brasileiro*. Disponível em: <<http://corpusbrasileiro.pucsp.br/x/>>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- DAVIES, Mark. *The Corpus of Contemporary American English: 425 million words, 1990-present*. Disponível em: <<http://corpus.byu.edu/coca/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

- FILLMORE, Charles J. On fluency. In: _____ et al. *Individual differences in language ability and language behavior*. New York: Academic Press, 1979, p. 85-99.
- FIRTH, John Rupert. *Papers in Linguistics*. Oxford: Oxford University Press. 1957.
- HILL, Jimmy. Revising priorities: from grammatical failure to collocational success. In:
- LEWIS, Michael (Ed.). *Teaching collocations: further developments in the lexical approach*. London: Language Teaching Publications, 2000, p. 47-69.
- Hypnoweb*. Disponível em: <<http://grey-s-anatomy.hypnoweb.net/episodes/saison-1.62.3/>>. Acesso em: 03 de jul. de 2011.
- JOHNS, Tim. Should you be persuaded: Two samples of data-driven learning. *English Language Research Journal*, 2000.
- LEWIS, Michael. *Teaching Collocation: further developments in the Lexical Approach*. London: Language Teaching Publications, 2000.
- Linguee*. Disponível em: <<http://www.linguee.com/>> Acesso em: 23 jan. de 2012.
- MEYER, Charles. F. *English Corpus Linguistics: an introduction*. Cambridge: Cambridge, 2004.
- NESSSELHAUF, Nadja. *Collocations in a Learner Corpus*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- ORENHA-OTTAIANO, Adriane. *A compilação de um glossáriobilingüe de colocações, na área de jornalismo de Negócios, baseado em corpus comparável*. 2004. 246. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários)-FFLCH/USP, São Paulo, 2004.
- _____. *Unidades fraseológicas especializadas: colocações e colocações estendidas em contratos sociais e estatutos sociais traduzidos no modo juramentado e não-juramentado*. 2009. 282. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)- IBILCE/UNESP, São José do Rio Preto, 2009.
- Oxford Collocations Dictionary For students of English*. Oxford. Oxford University Press, 2002.
- PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de Terminologia*. Disponível em: <http://www.translationbureau.gc.ca/pwgsc_internet/en/publications/documents/presport.pdf>. Acesso em 11 de jun de 2012.
- ROMER, Ute. Corpora and Language Teaching. In: LUDELING, Anke et al. *Corpus Linguistics: An International Handbook*. Alemanha: Walter de Gruyter, 2008, p. 112-131.

SCOTT, Michael. *WordSmith Tools*: version 4.0. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SINCLAIR, John. *Corpus, concordance, collocation: Describing English language*. Oxford: Oxford University Press. 1991.

Tradukka. Disponível em: <www.tradukka.com> Acesso em: 23 jan. 2012

Webcorp. Disponível em: <<http://www.webcorp.org.uk/live/wlse.jsp>> Acesso em: 21 jan. de 2012.

Recebido em 4 de março de 2013.

Aceito em 5 de maio de 2013.

RESENHA

MARTINS, André Ricardo Nunes. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. Brasília: Senado Federal, 2011, 281p.

O livro intitulado *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre política de cotas para negros* é resultado de tese desenvolvida por André Ricardo Nunes Martins, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Santos Magalhães. A obra foi publicada na Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal e trata do racismo discursivo de que são vítimas, no Brasil, os afrodescendentes, os quais compreendem cerca de 45 % da população brasileira, segundo revelou o estudo. O livro destina-se, principalmente, a estudantes, pesquisadores e demais profissionais das áreas de Linguística, Ciências Sociais, Direito, Comunicação Social, Educação, Antropologia.

A pesquisa, voltada para a Linguística e, principalmente, ancorada nas contribuições teórico-metodológicas da Análise de Discurso Crítica (ADC), a cuja corrente teórica se vinculam estudiosos como N. Fairclough, T. A. Van Dijk e R. Fowler, teve como base o exame de textos de seis principais gêneros discursivos: reportagem, editorial, artigo, coluna, entrevista e carta ao (à) editor (a), de três importantes jornais brasileiros: *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A tarde*, no período de dois anos que compreendeu jan/2002 a dez/2003. O propósito da pesquisa deu-se de forma a verificar, nesses textos, o modo como se manifestavam os seguintes aspectos: a seleção vocabular, os títulos, o uso da negação, o emprego da modalidade, a argumentação, o uso da metáfora e da ironia no discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros.

A obra está organizada em sete capítulos, incluídos Introdução (Capítulo 1) e Considerações Finais (Capítulo 7), além de Sumário, Anexos, Referências Bibliográficas e menção a obras especializadas com relação ao assunto aqui tratado. Dentro desta organização, há divisão em duas partes. A primeira parte, contendo dois capítulos (Raça, Racismo e Ação Afirmativa – capítulo 2 e Dis-

curso, Imprensa e Racismo – capítulo 3) traz a proposta teórico-metodológica abordada. Já a segunda parte, voltada para a análise, é composta de três capítulos (A polêmica construída – capítulo 4, Argumentação e Retórica no Debate das Cotas – capítulo 5, Racismo e Discurso da Imprensa – capítulo 6).

O primeiro capítulo introdutório situa a pesquisa no contexto da desigualdade social e racial no Brasil, que atinge a população afrodescendente por meio da educação, da habitação, da renda. Estudos científicos que englobem tais políticas são reportados para reforçar e justificar este trabalho que ora se apresenta. A inquietação do autor é demonstrada quanto aos limites impostos ao processo de democratização na sociedade brasileira quanto à inclusão da população afrodescendente no poder político, no discurso da esfera pública e na representação justa e proporcional na mídia, já que esta, de algum modo, influencia a realidade. Por isso, três compromissos marcam a motivação da pesquisa, sendo o primeiro deles: (i) contribuir para a percepção de uma realidade grave: o racismo, que atingem negros (as) da sociedade brasileira pela exclusão e pela representação discursiva negativa; (ii) pôr o estudo da linguagem por meio do conhecimento científico, qual seja da Análise do Discurso, a serviço da luta antirracista; e (iii) cooperar com o processo de democratização na imprensa para que os meios de comunicação deem maior abertura à presença justa dos segmentos étnicos da sociedade brasileira.

O segundo capítulo subdivide-se em dois itens: um trata do conceito de raça em trabalhos acadêmicos e da relevância do uso do conceito na política como um aspecto pertencente à realidade de sociedades contemporâneas; o outro discute o racismo como fenômeno social e político, como se configurou nos últimos anos nessas sociedades e de que forma se apresenta na realidade brasileira. Por fim, apresenta a ação afirmativa podendo ser vista sob uma perspectiva mais abrangente de como as políticas públicas são voltadas para a reparação de injustiças cometidas contra as minorias raciais e para a promoção de grupos minoritários, visando favorecer negros e outras minorias, por exemplo, as relacionadas a gênero, em prol das mulheres. É uma espécie de compensação, mas voltada para o futuro, visando reduzir o racismo institucional, como bem afirma (EZORSKY, 1991 *apud* MARTINS, 2011).

No terceiro capítulo, a pesquisa se voltou para a verificação da linguagem no discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros e negras nas Universidades, isto é, de que modo ela é posta a serviço de uma determinada perspectiva ideológica que, ao tempo em que rejeita as cotas, alimenta o racismo contra os negros no Brasil. Este capítulo, ainda, é composto das seguintes subdivisões: (1) Linguagem e poder – mostra a relação dialética entre linguagem

e poder e de que forma é relevante no desempenho da prática social. Nesse sentido, a manifestação da linguagem é chamada de discurso. O processo discursivo, segundo Fairclough (1992), é visto sob uma perspectiva tridimensional, a saber: o texto, a prática discursiva (incluindo aqui, a produção, a distribuição e o consumo textual) e a prática social. Para a Análise de Discurso Crítica (ADC), o exame específico dos textos e as análises das práticas discursivas e sociais fornecem subsídios para uma abordagem crítica em uma tentativa de desenvolver sentidos que engendram relações de poder.

Ainda sobre a subdivisão do terceiro capítulo: (2) Discurso e modernidade tardia – esse contexto é visto pelos desdobramentos que ele tem provocado nas práticas discursivas. Reconhece-se, nesta pesquisa, que o novo momento nas relações sociais no Brasil é, de certo modo, reflexo da emergência nas sociedades contemporâneas de uma conjuntura marcada por mudanças de ordem tecnológica, social e econômica que se convencionou chamar pós-modernidade ou modernidade tardia; (3) Discurso e imprensa – relevância do discurso da imprensa na formação do consenso em que se firma a ordem social. Neste subtítulo, há uma breve explicação dos aspectos gramaticais (Seleção lexical, Títulos, Uso da negação, Modalidade, Argumentação e Figuras de Linguagem) considerados na análise dos textos, os quais compuseram o *corpus* desta obra.

Finalizando as informações quanto ao item (4) Imprensa e minorias – de que modo o discurso da imprensa representa os grupos minoritários, particularmente os negros, construindo e/ou reforçando sentidos e imagens negativas sobre eles; (5) Discurso e racismo – o discurso mantém uma relação dialética com a realidade social, intervindo em sua constituição, seja para reproduzi-la, seja para transformá-la. Quanto ao âmbito ou dimensão social do racismo, há a identificação de um conjunto de relações raciais, as estruturas de manutenção das desigualdades raciais, as práticas, as rotinas e os eventos racistas, os preconceitos e a reprodução dessa realidade por diversos modos.

Os capítulos quarto e quinto voltam-se para a análise propriamente dita. O quarto mostra como os negros são representados no discurso da imprensa por meio do exame de 1537 textos de três jornais – *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A tarde* – em um período de dois anos que foram, então, agrupados em nove núcleos temáticos (I - Desigualdades entre negros e brancos; II - Propostas, programas e políticas sociais; III – Questões de raça, negritude, aspectos científicos; IV – Personalidades negras; V – Racismo, preconceito, discriminação, denúncias; VI – Aspectos históricos e culturais; VII – Cotas para negros; VIII – Saúde, ciência e bem-estar; IX – Movimento negro, ONGs, manifestações). A partir disso, 352 textos foram selecionados e compuseram o *corpus* restrito da

análise, tendo sido analisados sob o viés de aspectos linguísticos e discursivos específicos, os quais foram relevantes para verificar como a imprensa constrói seu discurso sobre as cotas para negros.

O quinto capítulo é destinado a analisar a contribuição de dois aspectos que desempenham papel vital nesse discurso em torno da política de cotas para os negros: a argumentação e a retórica. Em relação à primeira, a pesquisa evidencia como uma das marcas linguísticas recorrentes no discurso da imprensa influencia a proposta de cotas para negros nas universidades. Para a segunda, dois tipos de figuras de linguagem foram examinados: a metáfora e a ironia. A metáfora, fenômeno recorrente nesse discurso, é uma estratégia dentro do próprio discurso com o propósito de criticar as cotas e negar-lhe legitimidade. Já a ironia, em combinação ou não com a metáfora, no discurso da imprensa sobre as cotas, costuma ser usada para ridicularizar tanto a política de cotas como seus apoiadores. Constitui-se, também, em ‘arma’ para os defensores das cotas como forma de rechaçar argumentos contrários ou também para ridicularizar os oponentes.

O sexto capítulo encerra o tópico ‘análise’, fazendo uma correlação entre a análise dos dados desenvolvida nos capítulos 4 e 5 sobre o discurso da imprensa quanto às cotas para os negros e a representação da comunidade negra na realidade do contexto social e político brasileiro. Vale salientar, ainda, o aporte à investigação do racismo discursivo que se quer alcançar nesta pesquisa, questão que se não for contextualizada apropriadamente, a defesa da política de cotas já entra em defasagem no debate público por não ter o reconhecimento, por parte da sociedade brasileira, de que há racismo e que este assume formas específicas e historicamente definidas.

As Considerações Finais, compondo o sétimo capítulo, respondem às questões iniciais da pesquisa, propostas pelo autor: a) Que sentidos são recorrentes no discurso da imprensa sobre a política de cotas, como eles são fixados e que operação leva à fixação de alguns em detrimento de outros? b) Que lugar social é construído para os negros no discurso da imprensa e de que modo são representados? c) Como a imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil, que mecanismos favorecem o racismo discursivo e como podem ser eliminados?, além de analisar e avaliar o discurso da imprensa sobre o tema: cotas para negros. Desse modo, a contribuição desta pesquisa é, sem dúvida alguma, perspectiva positiva de auxílio na democratização da sociedade brasileira, de forma a combater por meio do discurso e de políticas públicas o racismo presente na atual realidade social brasileira.

Este trabalho desenvolvido por André Ricardo, sob a orientação da Prof^a

Dr^a Izabel Magalhães, na Universidade de Brasília – UNB preenche uma lacuna em relação ao debate claro e objetivo, ou seja, sem interesses, que deveria ser proporcionado por meio do discurso da mídia e pelo governo federal sobre a polêmica das cotas nas universidades brasileiras, sobretudo às dirigidas aos negros. Tratando-se deste tema, os obstáculos e os desafios não são poucos, mesmo porque a dívida que se tem com os afrodescendentes ou afro-brasileiros é antiga.

Esta obra é indicada para todos os pesquisadores, estudantes de diversas áreas que se interessam não só por Linguagem, mas também por questões sociais e raciais. Estão de parabéns os atores sociais que fizeram ampliar a discussão com base na Análise de Discurso Crítica (ADC), por meio da análise de expressões discursivas da imprensa, bem como despertar, através da mídia e do Poder Legislativo, debates políticos em torno de ações afirmativas, as quais deem à representatividade negra o protagonismo legítimo, reconhecido e valorizado que um grupo étnico requer, de forma justa e igualitária. Além disso, devemos estar conscientes de que as cotas para os negros nas universidades não devem ser consideradas como uma única política de reparação de injustiças cometidas, mas uma dentre tantas ações políticas que se fazem necessárias.

Valdecy de Oliveira Pontes
Universidade Federal do Ceará
valdecy.pontes@ufc.br

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Universidade Federal do Ceará
alexfrancais2003@yahoo.com.br

RESENHA

SCHAFER, A.J. *Prosodic parsing: the role of prosody in sentence comprehension*. Amherst: University of Massachusetts, 1997.

Este trabalho de título *Prosodic parsing: the role of prosody in sentence comprehension*, de autoria de Amy J. Schafer, foi submetido à escola de graduação da University of Massachusetts Amherst, em 1997, orientado pela professora Lyn Frazier, para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

No primeiro capítulo, Schafer apresenta os objetivos, o modelo teórico e relatos sobre as pesquisas anteriores que estudaram acerca da prosódia na compreensão da sentença. Além disso, a autora justifica sua pesquisa, considerando que os modelos dominantes do processamento da sentença têm virtualmente ignorado o papel da prosódia. Por isso, segundo ela, o objetivo deste trabalho é tratar desta lacuna, começando por uma explicação e descrição geral de como os aspectos prosódicos são empregados no processamento da sentença. Em particular, investiga os efeitos do sintagma prosódico nas decisões de processamento sintático e pós-sintáticos no Inglês Americano.

Schafer adota os pressupostos teóricos de Pierre Humbert (1980) e seus colegas, no que diz respeito às camadas de hierarquia da prosódia. No campo da Psicolinguística, segue o modelo de Garden Path na compreensão da sentença (Frazier, 1978, 1987), modelo modular, serial, de base sintagmática do processamento.

A pesquisadora levanta duas hipóteses: o sintagma prosódico, usado no processamento, responde por efeitos do fraseamento fonológico nas decisões de processamento sintático e por efeitos do fraseamento entoacional na interpretação semântica/pragmática. Assim, para testar suas hipóteses, Schafer expõe 04 (quatro) experimentos para verificar o efeito da prosódia na compreensão do Inglês, tendo como sujeitos alunos de graduação da Universidade de Massachusetts.

No segundo capítulo, *Fraseamento prosódico e decisões de ligação sintática*, a autora afirma que a maioria dos estudos recentes que trata da prosódia tem focado suas pesquisas no processamento das sentenças sintáticas, e uma minoria tem abordado o processamento semântico e pragmático. Argumenta,

posteriormente, que muitos pesquisadores reconhecem que a prosódia deve ser integrada nos modelos de processamento de sentenças, mas que ainda há pouca discussão na literatura de como isto deve ser feito. Assim sendo, a autora desta obra, demonstra que os efeitos prosódicos podem ser descritos dentro de um modelo de processamento.

Ainda neste capítulo, a autora expõe o Experimento 1, denominado de *Vinculação do Sintagma Preposicional*. O material utilizado é composto de dezesseis sentenças criadas com a vinculação do sintagma preposicional de ambiguidades. A tarefa foi realizada através do desenho quadrado Latino. Desse modo, o sujeito recebeu uma randomização diferente dos dezesseis experimentos e noventa e duas outras sentenças com várias prosódias e estruturas sintáticas. O sujeito ouviu as frases através de alto-falantes em uma cabine de som silenciosa e em seguida apertava um botão assim que ele ou ela tivesse compreendido cada frase. Depois dessa tarefa, o sujeito recebeu uma questão visualmente apresentada como *Who had a mean look?* O sujeito respondia oralmente em um microfone, sendo que o experimentador, sentado do lado de fora da cabine, codificava a resposta. O resultado desse experimento mostrou que os limites prosódicos localizados antes do ponto de ambiguidade podem influenciar na interpretação da sentença.

No terceiro capítulo sob o título *O efeito de fraseamento prosódico na interpretação do focus*, Schafer trata da interpretação do focus em Inglês. O Experimento 2, denominado *Focus de Projeção*, tem como material vinte e quatro conjuntos de materiais experimentais, composto de doze pares de perguntas e respostas e cinco pares práticos. A tarefa realizada pelos sujeitos foi em grupos de um ou mais, em que eles escutaram os pares perguntas e respostas de uma das seis fitas gravadas com alto-falantes em uma sala silenciosa. O sujeito avaliou a naturalidade da resposta para a sua pergunta, circulando um número de 1 a 5 em uma folha de respostas impressas. Os resultados do experimento de compreensão apresentados neste capítulo fornecem forte evidência de que o fraseamento prosódico afeta a interpretação do focus em Inglês. Para Schafer, os resultados fornecem importantes contribuições tanto para Linguística Formal quanto para a Psicolinguística. No que diz respeito à primeira, a autora assegura que a resposta dos experimentos traz possíveis reflexões para esta ciência no campo sintático e semântico. Para a ciência Psicolinguística, mostra que o pesquisador deve de alguma forma fazer uso da informação do fraseamento prosódico e do acento, porque são elementos de apoio aos modelos que fazem uso da hierarquia prosódica em relação aos modelos que separam estes fenômenos.

No quarto capítulo, chamado de *Fraseamento prosódico e interpretação*, Schafer defende que os sintagmas entoacionais, mas não os fonológicos, definem os domínios do processamento semântico/pragmático para o processador da linguagem. Para comprovar esta afirmação, a autora utilizou o Experimento 03, denominado de *Interpretação adjetiva sensível ao contexto*. O experimento 3 testou as condições de quatro sentenças compostas de um limite frasal entoacional depois do adjetivo, inserido no final de cada sentença. Para a realização da tarefa, os sujeitos ouviram as sentenças via alto-falantes em uma sala de som silenciosa. E no final de cada sentença, o sujeito marcava a sentença como ‘boa’ ou ‘ruim’ (agramatical), pressionando um das duas alavancas que produzia um som depois do fim da sentença considerada por ele como possível. O resultado demonstrou que a interpretação dos adjetivos intersectivos sensíveis ao contexto é afetada pela plausibilidade da combinação do nome-adjetivo e a prosódia da expressão. Desse modo, a autora confirma que esta experimentação fornece a primeira evidência de que o fraseamento entoacional afeta o processamento semântico e pragmático bem como o processamento sintático.

Ainda neste capítulo, a autora demonstra o Experimento 4, designado de *Entoacional versus sintagmas fonológicos e reanálises*. O material utilizado é composto de dezesseis conjuntos de sentenças subordinadas que continham uma palavra ambígua tendenciosa. A tarefa determinou que os sujeitos julgassem se a sentença ‘fazia sentido’ ou não. Os resultados apontaram três comprovações: (1) os sintagmas fonológicos e entoacional funcionam como categorias separadas para o processador da linguagem e causam efeitos separáveis de processamento; (2) o limite do sintagma entoacional afeta nas decisões de processamento semântico/pragmático; (3) o efeito do limite do sintagma entoacional nas decisões do processamento define a conjuntura em que ocorre a avaliação semântica/pragmática e da integração.

Finalmente, o quinto capítulo trata das *Extensões e conclusões em* que a autora admite ter apresentado fatos empíricos que rebatem a visão implícita de muitas literaturas Psicolinguísticas, tais como os limites prosódicos que são usados apenas para bloquear certas declarações bem como os acentos de *pitch* que são usados apenas para marcar status de informação, sem interagí-los na informação prosódica. Ela diz também ter mostrado que os efeitos de fraseamento prosódico vão além dos efeitos nas decisões de fixações sintáticas, porque este evento afeta a interpretação do focus e o processamento semântico/pragmático no nível mais alto.

Nesta tese, apresentada por Schafer, os modelos de processamento da linguagem têm direcionado seus estudos na informação morfossintática e muito pouco ou nenhuma menção sobre a prosódia. Discorre ainda que a prosódia interage com vários níveis da gramática, mas é descrita pelas teorias de processamento como um conjunto de elementos fonológicos organizados dentro da sentença, sem levar em consideração que a estrutura prosódica é necessária para a compreensão da sentença.

Daí a importância deste trabalho, que propôs resolver esta lacuna, e que, através dos experimentos, conseguiu alcançar os objetivos propostos de realizar uma descrição gramatical envolvendo a prosódia na compreensão de sentença nos níveis sintáticos e semânticos/pragmáticos. Entretanto, como uma tentativa inicial de levantar esta discussão, a autora analisa o fraseamento prosódico e chegou à conclusão de que este fenômeno afeta o processamento semântico e pragmático. Apesar desta constatação, a própria Schafer admite que a estrutura prosódica na compreensão de sentença é pouco conhecida no processamento semântico e pragmático. Por esta razão, essa tese é indicada para todos que se interessam pelos estudos da teoria prosódica, considerada pela autora como um componente necessário para qualquer modelo do processamento de linguagem natural, e extremamente interessante para as pesquisas futuras da Psicolinguística.

Francisca Maria Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais
fmc@ufpa.br

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ADRIANE ORENHA-OTTAIANO é doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É professora assistente do Departamento de Letras Modernas da mesma universidade e atua na pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP/IBILCE na linha Estudos da Tradução. Coordena o grupo de pesquisa Pedagogia do Léxico, da Tradução e Linguística de Corpus (CNPq).

ALESSANDRA REGINA GUERRA possui licenciatura em Letras e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente, é doutoranda em Estudos Linguísticos pela mesma universidade, onde desenvolve pesquisa nas áreas de Gramática Discursivo-Funcional e Gramática Textual-Interativa.

ALEXANDRA MARIA DE CASTRO E SANTOS ARAÚJO é professora auxiliar da Universidade Federal do Amapá. Tem experiência no ensino de Linguística, Língua Francesa e Língua Portuguesa. É mestre e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Participa dos grupos de pesquisa Gesla/RS e Sociolin/CE.

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoleologia.

ANA MARIA DI RENZO possui doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas, com complementação de estudos na École Normale Supérieure Lettres & Sciences Humaines de Lyon. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Aquisição da Linguagem e Análise do Discurso. Possui experiência na organização político-pedagógica de instituições de ensino, incluindo avaliação institucional, autorização e reconhecimento de cursos.

CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA é professora de Língua Latina, Filologia Românica e Língua Portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente desenvolve o Projeto de Extensão Latim I e orienta graduandos no Projeto Tutoria em Língua Portuguesa e no Projeto Monitoria em Latim. É pesquisadora do grupo de estudo Para a História do Português Brasileiro/PHPB-MT e colaboradora da *Revista Borboletas*.

CRISTINA MARIA DE SOUSA NUNES é mestre em Estudos Ibéricos pela Universidade de Évora. Presentemente, é docente de português do 3.º ciclo do Ensino Básico, doutoranda do Programa de Doutorado em Linguística da Universidade de Évora e membro do Centro de Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

EDUARDO PENHAVEL possui licenciatura em Letras e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e doutorado em Linguística pela Universidade de Campinas. Atualmente, é professor de Linguística da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e desenvolve pesquisa na área de Linguística textual, atuando, principalmente, nos seguintes temas: tópico discursivo, organização tópica e marcadores discursivos.

ELIAS ALVES DE ANDRADE é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso. Sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia, membro do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo, do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, do Grupo de Estudos em Linguagem do Centro-Oeste e presidente do grupo Para a História do Português Brasileiro/PHPB-MT.

FLAVIO BIASUTTI VALADARES é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e doutorando em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Leonor Lopes Fávero. É Editor Gerente da revista *Verbum – Cadernos de Pós-Graduação*. Atua na linha de pesquisa *Varição e Mudança Linguística – Estrangeirismos*.

FRANCIELI CAROLINA SANTOS DURIGON é licenciada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Especialista em Linguística e mestre em Linguística pela mesma universidade. Desenvolve pesquisa sobre políticas de língua escrita, com análise de documentos, sob amparo teórico da Análise do Discurso.

FRANCISCA MARIA CARVALHO é professora da Universidade Federal do Pará, mestre em Linguística pela mesma universidade e doutoranda, na área de Linguística Teórica e Descritiva, sob a orientação do Prof. Dr. José Olímpio de Magalhães, na Universidade Federal de Minas Gerais.

GEORGE GLEYK MAX DE OLIVEIRA é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, na linha de pesquisa “História e Descrição do Português Brasileiro”. Pesquisador do grupo de estudo Para a História do Português Brasileiro/PHPB-MT. Editor da *Revista Borboletas*.

GISELA SEQUINI FAVARO é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e mestre em Língua Portuguesa e Linguística pela mesma universidade. Desenvolve atualmente o projeto Estudos das Formas Verbais Imperativas no Português Arcaico, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gladis Massini-Cagliari.

HILMA PEREIRA RANAURO é mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do União Brasileira dos Escritores, do Instituto Campograndense de Cultura e da Academia Brasileira de Filologia. É especialista em estudos linguístico-historiográficos com inúmeras publicações nessa área de pesquisa.

JUNIA LORENNA DA SILVA é professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e mestre em Teoria e Análise Linguística pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Linguística atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Gramatical, Teoria Gerativa e Ensino de Língua Portuguesa.

MÁRCIA SIPAVICIUS SEIDE é doutora em Letras pela Universidade de São Paulo e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. É membro do grupo de trabalho em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

MARCOS GONZALEZ é matemático formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. É tecnólogo do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

NILZA BARROZO DIAS é mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense e doutora em Linguística pela Universidade de Campinas. Cumpriu estágio de pós-doutorado na Universidade Católica Portuguesa. É professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense e líder do grupo de pesquisa PORUS, CNPq/UFF.

PIERRE SWIGGERS estudou filologia românica, linguística indo-europeia e semítica, filosofia e história medieval nas Universidades de Lovaina e Lovaina Nova, na Escola Prática de Altos Estudos de Paris, na Universidade de Indiana (Bloomington) e na Universidade da Pensilvânia (Filadélfia). Suas áreas de pesquisa são: linguística descritiva e histórica, historiografia da linguística, filosofia da linguagem, epistemologia e metodologia das ciências e semiótica. É diretor de pesquisa do Fonds de la Recherche Scientifique Flamand e atua como professor nas Universidades de Lovaina e de Liege. É autor de mais de 800 artigos e autor ou editor de mais de 40 livros, entre os quais *Grammatical theory and philosophy of language in Antiquity* (2002), *Aux carrefours du sens* (2006), *Edward Sapir : general linguistics* (2008) e *Linguistic identities, language shift and language policy in Europe* (2009).

ROBERTA PEREIRA FIEL é graduanda em Letras do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de São José do Rio Preto. Participou de projetos de estágio básico e de iniciação científica nas áreas de Fraseologia e Linguística de *Corpus*, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Adriane Orenha Ottaiano.

ROLF KEMMLER possui mestrado em Filologia Românica pela Eberhard-Karls Universität Tübingen e doutorado em Filologia Românica pela Universidade Bremen. Atualmente é investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Historiografia Linguística.

THAÍS DE ARAUJO COSTA é mestre em língua portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, cursa o doutorado em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense e é professora da Escola Naval brasileira. Desenvolve pesquisa em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas.

VALDECY DE OLIVEIRA PONTES é professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, doutor em Linguística pela mesma universidade e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Linguística, atuando, principalmente, nos seguintes temas: tempo, aspecto, Sociolinguística, Funcionalismo e ensino de línguas.

CONFLUÊNCIA

Normas para apresentação de originais

1. As páginas devem ser configuradas em papel A4, parágrafo justificado com recuo de 1 cm na primeira linha, espaço simples entre linhas e entre parágrafos, margens de 3 cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
2. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o seguinte endereço: confluencia@liceuliterario.org.br. A submissão deverá ser realizada impreterivelmente dentro dos prazos estipulados.
3. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail:
 - 3.1 Arquivo 1: dados do autor (nome, titulação, vinculação acadêmica, e-mail, telefone).
 - 3.2 Arquivo 2: texto sem identificação.
4. A comissão editorial emitirá parecer sobre a aceitação do trabalho proposto, do qual será cientificado o autor por e-mail. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação.
5. Os direitos autorais sobre os trabalhos aceitos são automaticamente cedidos para a Revista Confluência.
6. São aceitos artigos e resenhas inéditos. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura:
 - 6.1 Elementos pré-textuais.
 - 6.1.1 Título e subtítulo na primeira linha, centralizados, em letras maiúsculas, fonte Times New Roman, corpo 12
 - 6.1.2 Nome do autor na segunda linha abaixo do título, alinhado à direita, com letras iniciais maiúsculas.
 - 6.1.3 Resumo na terceira linha abaixo do nome do autor. Deve-se escrever

a palavra RESUMO com letras maiúsculas seguida de dois pontos. O texto do resumo deve situar-se na linha abaixo em parágrafo único, espaço simples, justificado, de no máximo sete linhas, em fonte Times New Roman corpo 10.

- 6.1.4 Palavras-chave em número de três a cinco, duas linhas abaixo do resumo. Deve-se escrever PALAVRAS-CHAVE com letras maiúsculas seguida de dois pontos, fonte Times New Roman, corpo 10.
- 6.1.5 ABSTRACT e KEYWORDS escritos de acordo com as mesmas normas do resumo e das palavras-chave.
- 6.2 Elementos textuais.
 - 6.2.1 Fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado ao longo de todo o texto.
 - 6.2.2 Espaçamento simples entre linhas e parágrafos, duplo entre partes do texto (tabelas, ilustrações, citações em destaque, seções etc.)
 - 6.2.3 Parágrafos com recuo de 1cm na primeira linha.
 - 6.2.4 As citações até três linhas ficam entre aspas duplas. As citações com mais de três linhas seguem em destaque na seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, com recuo de 2,5cm. As referências deverão ser indicadas entre parênteses, como no exemplo (BECHARA, 1999, p. 45).
 - 6.2.5 As notas de rodapé devem ser escritas em fonte Times New Roman, corpo 10, com alinhamento justificado e espaço simples.
 - 6.2.6 Os títulos e subtítulos dos itens ou seções devem seguir numeração em algarismos arábicos, sem recuo de parágrafo, e são escritos com letra inicial maiúscula somente na primeira palavra. Espaçamento duplo entre seções. Deve-se usar o sistema sequencial em níveis (1, 1.1, 1.1.1, 1.2, 1.2.1 etc.), sendo o primeiro nível em negrito e os demais sem qualquer destaque. Não se devem numerar a introdução, a conclusão, referências e os elementos pós-textuais.
- 6.3 Elementos ilustrativos.
 - 6.3.1 Tabelas, figuras, fotos etc. devem ser numeradas sequencialmente. Somente serão publicadas ilustrações de propriedade do autor ou expressamente autorizadas pelo detentor dos direitos autorais.
- 6.4 Elementos pós-textuais.
 - 6.4.1 Referências bibliográficas segundo as normas da ABNT em espaçamento simples, alinhamento justificado (veja exemplos a seguir).
 - 6.4.2 Data de remessa do artigo para publicação.

7. As resenhas devem seguir, no que couber, as normas dos artigos.

8. Exemplos de referências.

8.1 Livro.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

8.2 Artigo de periódico.

KEHDI, Valter. Considerações em torno da Moderna Gramática Portuguesa, do Prof. Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, n. 21, 2001, p. 45-58.

8.3 Capítulo de livro.

KUITERS, A.T.; VAN BECKHOVEN, K.; ERNST, W. H. O. Chemical influences of tree litters on herbaceous vegetation. In.: FANTA, A. (ed.). *Forest dynamics research in Western and Central Europe*. Washington: Pudoc, 1986, p. 140-170.

8.4 Monografias, dissertações e teses.

MIYAMOTO, S. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. 1981. 287f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

8.5 Documentos eletrônicos.

FOULKES, H.; CARTWRIGHT, R. Sleep. In: _____Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: <<http://www.britanica.com/bcom/eb/article>>. Acesso em 5 de fev. 2000.

KOOGAN, A.; HOUASSIS, A. (Ed.) *Enciclopédia e dicionário digital 98*. Direção geral de André Koogan Breikman. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.